

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

GEORGIA PATRÍCIA DA SILVA

**DE VOLTA À PRAIA GRANDE: o “velho” centro com
o “novo” discurso**

SÃO LUÍS-MA
2010

GEORGIA PATRÍCIA DA SILVA

**DE VOLTA À PRAIA GRANDE: o “velho” centro com o
“novo” discurso**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Figueiredo Ferretti

SÃO LUÍS
2010

Silva, Georgia Patrícia da
De volta à Praia Grande: o “velho” centro com o “novo”
discurso/ Georgia Patrícia da Silva. – 2010
200 f.

Impresso por computador (Fotocópia).
Orientador: Sérgio Figueiredo Ferretti.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão,
Programa em Políticas Públicas, 2010.

1. Bairro da Praia Grande – São Luís – MA – Preservação –
Aspecto social 2. Patrimônio 3. Centro antigo 4. Marketing 5.
Turismo I. Título

CDU 316.3:719 (812.1)

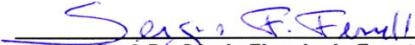
GEORGIA PATRÍCIA DA SILVA

**DE VOLTA À PRAIA GRANDE: o “velho” centro com o “novo”
discurso**

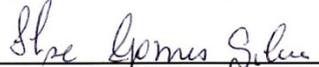
Tese de Doutorado apresentada ao Programa em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Aprovada em 20/12/2010

BANCA EXAMINADORA



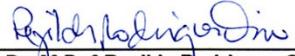
Prof. Dr. Sérgio Figueiredo Ferretti
Orientador/ Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas - UFMA



Prof.ª Dr.ª Ilse Gomes Silva
Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas – UFMA



Prof.ª Dr.ª Raimunda Nonata do Nascimento Santana.
Curso de Serviço Social - UFMA



Prof.ª Dr.ª Rezilda Rodrigues Oliveira.
Programa de Pós- Graduação em Administração- UFPE



Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett
Curso de Arquitetura – UEMA

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos os que me ajudaram a percorrer esta jornada não é tarefa fácil, visto que nesta parte do processo se corre o risco de, por um mero lapso de memória, incluir alguns nomes e esquecer outros de igual importância. Inicialmente, pensei em agradecer de maneira geral, mas decidi não fazê-lo, pela impossibilidade de deixar de materializar o meu sentimento de gratidão a pessoas que foram imprescindíveis ao meu caminhar nesta jornada.

Àqueles que, de alguma forma, contribuíram, encorajaram e me ajudaram durante esta investigação. Os meus reconhecidos e francos agradecimentos são:

A Deus, força suprema e causa primária da minha essência e de todas as forças que contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

À minha mãe, Maria de Lourdes e ao meu padrinho, Manoel Lopes (*in memoriam*), por suas histórias de sucesso na educação dos filhos, diante de todas as adversidades.

Ao meu orientador Sérgio Figueiredo Ferretti, por ter me ensinado a arte de pensar o trabalho acadêmico com rigor e disciplina, sem o qual este trabalho não teria sido escrito, já que suas contribuições levaram a sucessivas revisões textuais, cujas falhas que as originaram foram de minha inteira responsabilidade.

Ao Paulo Barbosa, por ter sido referência de ser humano de luta e persistência, a qual me ensinou, principalmente, a importância dos valores da bondade, da perseverança e da gratidão.

À minha irmã Mary, pela amizade e pelo apoio, especialmente durante os momentos difíceis e de desestímulo frente aos obstáculos, que não foram poucos. Desculpe-me pela “ausência” nos últimos anos.

Aos meus colegas de turma, Galvani, Alberico, Marizelia, Ana Tereza, Carla, Socorro Alencar, Silvane Magali cujo apoio foi imprescindível para que as aulas e o percurso tornassem mais interessantes.

Aos professores e pesquisadores da UFMA: Ilse Gomes Silva, Josefa Batista Lopes, Flávio Farias, Valéria Ferreira Santos de Almada Lima, Frederico

Burnett, Benjamin Alvino de Mesquita, Elizabeth Maria Beserra Coelho, Joana Aparecida de Coutinho, José de Ribamar Sá Silva, José Menezes Gomes, Marina Maciel Abreu, Salviana de Maria Pastor Santos Sousa, Maria Ozanira da Silva e Silva, Mundicarmo Ferretti e Jorge Luiz Alves Natal.

À coordenação do PGPP, em nome de Ricardo, Francinara, Edson, Izabel e outros do setor administrativo que são um exemplo de profissionais dedicados.

Aos professores do ensino básico, da graduação e do mestrado, que contribuíram com seus ensinamentos para a obtenção de mais um título acadêmico. Reconheço ter trazido comigo um pedacinho de cada um deles, como um tijolo que faz parte de uma construção.

Aos profissionais do IFRR por terem me liberado das atividades acadêmicas para a realização da pesquisa. Tenho a esperança de poder retribuir, com a seriedade de meu trabalho, a confiança em mim depositada.

Aos amigos de Roraima, Meire, Ananias, Vicente, Cacau e Elvira, que fiz na turma do Doutorado, que me levaram para terras além do Maranhão. Foi muito bom ter vocês no meu caminho.

Aos entrevistados, em especial a Phelipe Andrès, e aos servidores do Solar dos Vasconcelos por acreditarem no estudo e colaborarem para a sua realização.

Aos Professores, membros da Banca Examinadora, por terem atendido ao convite para desempenhar este papel, dispondo de seu tempo e conhecimento para analisar este trabalho.

A todos os meus alunos, os que o são e aos que já o foram, pelo empenho, dedicação e pelos afetos manifestados que deram vida a este projeto e me fizeram sentir e acreditar que vale a pena lutar e continuar a apostar nesta tão gratificante caminhada, que é ser professor.

Às amigas do Recife Simone e Letícia, pelos ótimos momentos de desabafo e descontração no Recife. Sinto saudades de nossas festinhas e encontros.

Às minhas “filhas” (do coração) Jane Diniz, Keilliane Garcia e Anna Paula, pelo sentimento de segurança e proteção que me inspiraram. Com elas, aprendi que nascemos para singrar os mares da vida, correr os nossos próprios riscos e viver os nossos próprios empreendimentos.

À minha amiga Azenate, por me ensinar constantemente que de um simples rascunho se pode obter uma grande obra. Agradeço-lhe pelo empenho em relação aos meus textos acadêmicos, revisando-os com muito cuidado e responsabilidade. Não saberia agradecer-lhe senão oferecendo-lhe essas linhas.

Ao meu Caico, que foi um dos que mais perdeu e sofreu com as separações que impõe a realização de uma tese.

Àqueles que de alguma forma me incentivaram no meu percurso, mas não puderam ser citados, a minha vibração por fazerem parte da minha história e o meu agradecimento a Deus pela existência de todos eles.

Centros urbanos modernos não destroem a experiência humana. O que a destrói é a civilização que adotamos". (Milton Santos – Geógrafo)

RESUMO

Análise do bairro da Praia Grande em São Luís, Maranhão, a partir do programa de preservação e de revitalização e das estratégias de marketing que, para vender a cidade no mercado global, vem se consubstanciando num “cartão postal” cuja referência é uma idade de ouro do período colonial e imperial e o “certificado” de patrimônio cultural da humanidade concedido pela UNESCO. Descrevem-se as paisagens urbanas no domínio, produção e disputa do espaço no desenrolar das mudanças ocorridas pela transformação funcional do bairro quando foi elevado a ponto de atração para o turismo em função do acervo do patrimônio histórico cultural. Estuda-se o processo do uso, desuso e reutilização do espaço urbano e dos bens edificados, permeado por conflitos e interesses das classes. Evidencia-se que o bairro da Praia Grande tem enfrentando problemas principalmente de infraestrutura com a ausência de investimentos do poder público, o que tem sido muito denunciado por turistas e comerciantes. Conclui-se que, ao longo do processo de revitalização do bairro da Praia Grande, os bens culturais foram reapropriados pelo poder público com o discurso sobre o patrimônio edificado, fato que contribuiu para promover a cidade espetáculo, ao mesmo tempo em que ofuscou o esvaziamento urbano e a racionalidade do capital sobre o centro histórico, mascarando os problemas do antigo centro urbano.

Palavras-chave: Preservação. Patrimônio. Centro antigo. Marketing. Turismo.

ABSTRACT

Analysis of the neighborhood of Praia Grande, São Luís, Maranhão, from the program of preservation and revitalization and marketing strategies for selling the city on the global market has been consolidating in a "postcard" which is a reference golden age of colonial and imperial period and the "certified" World Cultural Heritage granted by UNESCO. It describes the urban landscapes in the area, production and space race with the conduct of the changes in the functional transformation of the neighborhood when he was elevated to the point of attraction for tourism due to the collection of cultural heritage. It studies the process of the use, misuse and reuse of urban space and built items, permeated by conflicts of interests and classes. It shows that the district of Praia Grande is facing infrastructure problems, especially with the lack of public investment, which has been widely denounced by tourists and traders. It concludes that, during the process of revitalizing the neighborhood of Praia Grande, cultural goods were re-appropriated by the government in the discourse on the built heritage, a fact which helped to promote the city show at the same time that overshadowed the urban and emptying rationality on the capital's historic center, masking the problems of the old urban center.

Keywords: Conservation. Heritage. Old center. Marketing. Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista área do Bairro da Praia Grande	31
Figura 2: Mapa dos bairros que compõe o centro Histórico e do Anel Viário	64
Figura 3: Imagem do Palácio do Governo (Antiga Fortaleza de São Luís)	66
Figura 4: Imagem Rampa de Desembarque de São Luís (Álbum Maranhão – 1908)	67
Figura 5: Brasão do Império na entrada da Feira da Praia Grande	70
Figura 6: Evolução/Expansão do Centro Histórico de São Luís: 1640/1970 (sobre base cartográfica de 2001)	76
Figura 7: Mapas esquemáticos mostrando o anel viário e as saídas do Centro Histórico para as várias áreas de expansão urbana.	77
Figura 8: Ponte José Sarney	78
Figura 9: Avenida Colares Moreira e bairro Renascença	79
Figura 10: Foto do Livro Renovação Urbana da Praia Urbana	86
Figura 11: Imagens de John Gisiger e Grupo de Trabalho na 1ª. Convenção Nacional da Praia Grande.	89
Figura 12: Tambor de crioula na Casa das Minas	113
Figura 13: Mapa com demonstração de zonas e limites de tombamento	121
Figura 14: Fotos de edificações com placas e anúncios de venda	124
Figura 15: Fotos de casarios, no centro histórico, que se transformaram em estacionamento	125
Figura 16: Bairro da Praia Grande, rua da Estrela com rua Portugal	138
Figura 17: Foto da arquitetura de São Luís postada no site do Governo Estadual	142
Figura 18: Hippies na Praia Grande	159
Figura 19: Rua Portugal em dia útil e em dia de feriado, respectivamente	162

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID -Banco Mundial

BIRD - International Bank for Reconstruction and Development (

CF - Constituição Federal

CODESAL - Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador

COMTEPHAP - Comissão Técnica do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico

CPTEC - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos

DPHAP-MA - Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão

DEFENDER - Defesa Civil do Patrimônio Histórico

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

ESDI - Escola Superior de Desenho Industrial do Rio de Janeiro

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNPM - Fundação Nacional Pró-Memória

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IIC - International Institute for Conservation of Historic Objects and Works of Art

IFRR - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

IPAC - BA - Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia –

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MARATUR - Empresa Maranhense e Turismo

MEC - Ministério da Educação e da Cultura

MinC (Ministério da Cultura Nacional)

OMT - Organização Mundial do Turismo

PCH – Programa de Cidades Históricas

PGPP - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas

PLANTUR - Plano Nacional de Turismo

PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo -

PREXAE - Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis

PRODETUR/NE Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFPE - Universidade Federal do Pernambuco

UKIC - United Kingdom Institute for Conservation

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SBPC Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEPLAN - Secretaria de Planejamento

SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ZBM - Zona do Baixo Meretrício

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: inquietações sobre uma política de revalorização de um de centro antigo desvalorizado	15
1.1 Dentro (e de dentro) dos centros antigos	25
1.2 Espaço de um encontro: o pesquisador, a ferramenta e o campo	28
1.3 No tempo e no espaço: notas sobre limitações de ordem interna e externa	35
2. ESTRATÉGIA GLOBAL: a inserção dos centros antigos no mercado das cidades	38
2.1. Territórios recriados e reinventados pela política de preservação	42
2.2 Gentrificação: mais uma face da política de revitalização urbana	50
2.3 O patrimônio como a força motriz da cidade espetáculo: porém, nada de novo	54
3. BAIRRO DA PRAIA GRANDE: lembranças de um oásis de centralidade	64
3.1 Transformações citadinas e o esvaziamento como nova condição urbana	73
3.2 Na passarela urbana do antigo centro: o espaço decadente que se tornou útil para o programa de revitalização	82
3.2.1 Projeto Praia Grande: ilusões e desilusões com os clarins da preservação	84
3.2.2 Projeto Reviver: a legitimação de um político com a retórica da decadência	93
3.2.3 PRODETUR-MA: ricos discursos e miseráveis efeitos	109
3.2.4 O mito da preservação com o tombamento	119
4. MARKETING DA PRAIA GRANDE: a espetacularização do patrimônio	134
4.1 Da decadência urbana ao cartão postal da cidade	145
4.2 Cartão postal: fotos de ontem sem as paisagens de hoje	153
4.3 Patrimônio Cultural da Humanidade: um selo de garantia ou uma promessa fantasiosa?	165
5. CONCLUSÕES	174
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: uma interpretação da relação entre o vivido e o vendido	182
REFERÊNCIAS	189
APÊNDICE	203

1 INTRODUÇÃO: inquietações sobre uma política de revalorização de um de centro antigo desvalorizado

Nos últimos anos, a “preservação” do patrimônio cultural ganhou espaço e se destacou como assunto relevante nas cidades e nos projetos de vários governos. Num momento em que se “(re)descobre” a potencialidade do patrimônio, houve um direcionamento de programas para “requalificação” das áreas centrais antigas, nos quais estão localizados inúmeros bens arquitetônicos e históricos que estavam relegados.

No Brasil, já se tem vários exemplos de projetos de “revitalização” direcionados para os centros históricos, associados a processos de reestruturação urbana desde a década de 80 e início de 90. As áreas centrais antigas vêm sofrendo ou sofreram esse tipo de intervenção. Embora ocorrida em diferentes localidades, os projetos desenvolvidos são semelhantes pelo fato de destinarem recursos para os espaços de grandes potenciais turísticos, marcados no passado pelo apogeu de determinadas atividades industriais e no presente com má reputação.

A prova disso é que, há quatro décadas, os antigos centros do Nordeste eram considerados cenários de medo, da prostituição e da violência. A caricatura desses centros antigos remetia ao estado de deterioração, de abandono e decadência. As intervenções realizadas, sob forma do (re) qualificação, caminham para criar a qualquer custo uma imagem que desperte o desejo. A proposta é apagar, em pouco tempo, as imagens negativas que se teve no passado com a mudança funcional, ou seja, em atração turística.

O centro antigo é, sem dúvida, muito importante porque dispõe de recursos suficientes para impulsionar uma política cultural, e porque, na imediata ordem neoliberal, as suas configurações requerem uma profunda transformação urbana e da própria função. Neste sentido, passa a ser alvo de mudanças, tendo seus elementos constituintes elevados à categoria patrimônio, incorporados à vida contemporânea e convertidos em lugar-atração, embora sejam registrados vários

problemas em decorrência do processo anterior de suburbanização¹, incentivada pelo poder público e com benefícios econômicos para o setor privado.

A saída para as áreas periféricas acabou incentivando a incorporação de novos territórios em direção às áreas litorâneas. Como consequência disso, houve o esvaziamento dos centros das cidades, em função do deslocamento da população para essas áreas recheadas de atrativos naturais e equipamentos oferecidos pela construção civil. A expansão da malha urbana das cidades com investimentos públicos, ou não, contribuiu para a perda da popularidade do centro antigo. Esse movimento resultou em profundas alterações da economia, na área central, na medida em que a classe dominante, antiga moradora desse espaço, foi morar em outras partes da cidade.

A maioria dos centros tradicionais² de cidades portuárias do Nordeste, como Recife, São Luís e Salvador, tiveram sua primeira área central, sendo o ponto de convergência de toda a cidade, onde se localizaram, no passado, as instituições político administrativas, além de um conjunto de edificações representativo de uma época, com uma grande densidade de serviços oferecidos. Atualmente, esses centros são considerados redutos de um número de bens transformados em patrimônios históricos e também culturais.

Uma característica comum a ser frisada entre eles é que perderam a centralidade, assim como os da maioria das grandes cidades brasileiras, que hoje, são ocupados por classes populares e têm como particularidade um certo esvaziamento urbano³. Todavia, nesses casos, essas classes habitam em

¹ A suburbanização é apresentada como a expressão de uma nova configuração espacial decorrente do crescimento urbano da qual resulta a progressiva descentralização espacial de atividades, agentes e funções produtivas. É o Processo de crescimento das cidades para fora dos seus limites, expandindo-se a outras áreas urbanas. Verifica-se a descentralização de pessoas, indústrias e serviços das áreas centrais da cidade para a periferia (VÁZQUEZ, 1992).

² Para Villaça (1998), o conceito de centro principal ou de centro tradicional corresponde à maior aglomeração diversificada de empregos, ou a maior aglomeração de comércio e de serviços. Correspondem às antigas áreas centrais que deram origem as cidades brasileiras.

³ Vazios urbanos incorporam uma multiplicidade de conceitos. Adotou-se o conceito de Borde (2003), que afirma que vazios são aqueles terrenos e edificações localizadas em áreas providas de infraestrutura que não realizam plenamente a sua função social e econômica, seja porque estão ocupados por uma estrutura sem uso ou atividade, seja porque estão de fato desocupados, vazios. No caso da Praia Grande, vazios são referidos como espaços esvaziados e reterritorializados, ou não, pelos cidadãos. São vazios que incomodam, porquanto cotidianos, que estabelecem uma diferença com o seu entorno, que nos fazem pensar e rever conceitos, antever projetos, imaginar pré-existências e porvir (BORDE, 2003, p.4).

edificações com vários problemas, principalmente de infraestrutura e em cortiços nos quais insistem em permanecer, malgrado as obras realizadas, nos últimos anos, pelo poder público em prol do desenvolvimento do turismo cultural.

A recorrência da perda de centralidade dos centros tradicionais foram resultados das dinâmicas e transformações dos processos de produção e consumo das cidades, que resultaram no surgimento de outras áreas urbanas. Isso ocasionou a maior oferta de habitações e de estabelecimento de comércios e serviços que passaram a ser mais atrativos, em virtude dos constantes investimentos públicos em prol da expansão da mancha urbana e do movimento de modernização das atividades citadinas.

Pode-se dizer também que a produção do esvaziamento urbano nos centros históricos⁴ do Nordeste teve consequência direta do modo de expansão da cidade, e que a ociosidade do estoque edificado se deve tanto à falta de instrumentos urbanísticos quanto às facilidades promovidas pelo poder público municipal para a criação de novos centros, mediante a alteração das legislações urbanísticas, que remetem ao incentivo de edificações verticalizadas e multifamiliares, em direção à orla marítima.

A expansão da cidade de São Luís em direção à faixa de praias acarretou profundas transformações espaciais nas últimas décadas para o centro antigo⁵ – especificamente no bairro da Praia Grande⁶, bairro que possui inúmeros imóveis que remontam à época em que o Estado do Maranhão foi considerado como um dos grandes exportadores de arroz, cana, algodão e produtos têxteis, tendo participação efetiva na produção econômica do Brasil. Spix e Martius (1981) chegaram a

⁴ Por centros históricos compreende-se o segmento de um acervo maior, intitulado patrimônio cultural, correspondente a áreas antigas e construções de qualidade arquitetônica representativas de gerações passadas (LEMOS, 1987).

⁵ Adota-se como centro antigo o espaço urbano que no passado se constitui como o primeiro centro da cidade. No caso de São Luís, o primeiro centro, foi o Bairro da Praia Grande, lugar de fundação da cidade e que tem sua ligação com o porto e o comércio, e onde ainda estão edificações consideradas importantes, as quais alocaram parcela da população e comércio. O termo antigo é para afirmar que a região não é mais centro da cidade porque já não se constitui um ponto obrigatório, por determinados motivos, ou seja, não há necessidade para que as pessoas para lá se desloquem (VILLAÇA, 1998). Tudo o que centro antigo oferecia pode se atualmente encontrado em vários subcentros, criados com o movimento expansionista da cidade.

⁶ Praia Grande é o nome de um bairro da capital do estado do Maranhão. Localiza-se em seu centro histórico, o qual possui um conjunto arquitetônico colonial (barroco português) inscrito como Patrimônio Cultural da Humanidade na UNESCO.

considerar São Luís a quarta cidade⁷ mais importante do império brasileiro, ao lado do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, em 1835.

De acordo com Lopes (2008), foi a partir da política de integração nacional do governo de Getúlio Vargas, na década de 1940, quando o sistema de distribuição de mercadorias foi reorganizado com ênfase no transporte rodoviário principalmente os do sudeste do país, que o Maranhão passou por transformações na qual o centro tradicional da capital perdesse fôlego em função da mudança dos vetores de crescimento econômico do Estado. Com a perda de vitalidade econômica, houve o esvaziamento gradativo que teve como consequência o abandono das edificações residenciais e depois comerciais pelos proprietários dos imóveis.

No âmbito geral, a ampliação e criação de novos polos comerciais e residenciais em outras áreas da cidade, ligados às atividades de gestão da economia globalizada, foram constituídos novos centros e subcentros. Se for acrescentado a isso o papel cada vez mais importante do capital imobiliário no processo geral de reprodução do capital, a crescente competição entre os lugares no processo de atração de investimentos e de moradia da população fez com que os antigos centros perdessem centralidade, tornando-se um tanto quanto esvaziados e, segundo Villaça (1998, p. 283), também ideologicamente taxado de decadente. Em relação à decadência dos espaços urbanos centrais, esse autor (1998) afirma que:

Na década de 1980, os centros principais já estavam quase totalmente tomados pelas camadas populares. Aquilo a que se chama ideologicamente de 'decadência' do centro é tão somente sua tomada pelas camadas populares, justamente sua tomada pela maioria da população (VILLAÇA, 1998, p. 283).

Foi sob a identificação do quadro de abandono e arruinamento dos centros antigos ao redor do mundo que se proliferaram inúmeros projetos para reverter essa feição, considerada decadente e imprópria. E já que essa configuração fazia parte de várias cidades, geógrafos, historiadores, sociólogos, antropólogos, arquitetos, urbanistas, entre outros profissionais, passaram a se debruçar sobre a transformação da área tradicional das cidades. E uma das soluções para a situação encontrada consistia na mudança funcional desse espaço urbano que, em muitos casos, mesmo estando ocupado fora apresentado como abandonado.

⁷ Spix e Martius (1981) relatavam sobre São Luís do Maranhão a qual merecia a vista por sua população e riqueza, o quarto lugar entre as cidades brasileiras.

Considerando as particularidades das cidades, identificou-se que o projeto que mais se tornou recorrente para tal reversão, utilizado especialmente pelo poder público, incidiu no desdobramento dos propalados programas de revitalização, acompanhados pesadamente pelo discurso da urgência de proteger a cultura e resgatar a história nos efeitos de um presente com um passado que deveria ser tombado⁸ e preservado.

Desse modo, os centros antigos foram sendo paulatinamente (re) ocupados e refuncionalizados⁹, seja por força de instrumentos legais e por novas estratégias mercadológicas e, em menor escala por iniciativas que resolvessem os problemas de precariedade das estruturas físicas, de subutilização arquitetônica, de falta de empregos e pobreza recorrentes.

Não é difícil de afirmar que a precariedade nos centros antigos se deu muitas vezes por vontades políticas e interesses econômicos, e que ainda insistem em manter a política do desprovisionamento de instrumentos urbanísticos, os processos de esvaziamento funcional, a degradação física do tecido urbano, embora isso seja camuflado pela revitalização estética que disfarça os problemas do tecido urbano e reforça as formas que servem de palco às novas funções, principalmente do turismo cultural, criando paisagens para transformar o lugar.

A inquietação da pesquisa aponta para a reflexão sobre o fenômeno de revalorização dos centros históricos com seus espaços vazios e também acusados de decadentes; suas causas e consequências frente à dinâmica de produção do espaço urbano. A partir de estratégias, esses espaços foram apropriados e, ao mesmo tempo, valorizados por suas possibilidades produtivas e por suas funções dentro do sistema econômico. Essa valorização transformou-os em mercadorias com valor de uso e valor de troca.

⁸ O tombamento de um bem de acordo com normas legais equivale a registrar no livro do tomo, no intuito de proteger, controlar e guardar. A Constituição do Brasil determina a proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, cujo embasamento é o Decreto-Lei n 25, de 30 de novembro de 1937. O tombamento, também chamado tomo, será mais abordado no segundo capítulo deste trabalho.

⁹ Segundo Evaso (1999, p. 35): “refuncionalizar é, como a palavra já diz, alterar a função de determinada coisa, e só. Não atrela, de modo algum, a mudança de função com intervenções na constituição física do elemento do sistema material, mas atribui a esse elemento um novo valor de uso, que é a essência de uma refuncionalização”. De acordo com Evaso (1999, p. 39) “[...] a refuncionalização também incide de modo a demandar novos objetos, incluindo novas formas à paisagem, por vezes, alterando-a substancialmente”. Desse modo, novos objetos são criados visando às novas demandas de uso.

Quando o paradigma do planejamento urbano contemporâneo veio paulatinamente substituindo a época do planejamento urbano tradicional nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil, proliferou um leque de processos de “recuperação” de áreas urbanas degradadas em nome da preservação da “memória” arquitetônica. Além de se transformarem em mercadorias, os espaços centrais antigos, no processo de produção, são também objetos e meios de trabalho que, ao mesmo tempo em que possuem valor, também agrega novas valorizações aos seus componentes.

Este trabalho analisa o processo de intervenção do poder público sobre o centro antigo da cidade de São Luís (MA) e sua pertinência enquanto projeto de revitalização e preservação do patrimônio cultural, com relação à revalorização¹⁰ desse espaço urbano. Procura relacionar o desenvolvimento da mancha urbana da cidade com a perda de centralidade de um espaço dotado de equipamentos urbanísticos e aponta como, em um dado momento histórico, algumas práticas discursivas e formas de uso do espaço urbano legitimaram a adoção do modelo preservacionista sob esse mesmo espaço.

Em termos objetivos, o poder público de São Luís, desde a década de 1970, se propôs a melhorar a infraestrutura necessária à refuncionalização turística do centro antigo e, assim, criou o Programa de Preservação do Centro Histórico. Além disso, incentivou o aumento da transformação de bens em patrimônio cultural, o que ajudou a justificar a implementação da política de preservação¹¹ da cultura mediante o reconhecimento da consagração de personagens, histórias, imóveis, festividades e outros elementos como referências do lugar.

Para tanto, essa consagração se deu mediante estratégias de marketing que despertam a necessidade de “cuidar” e “vender” esses bens transformados em patrimônio e, para além de suas funções imediatas, acabaram conferindo-lhe um

¹⁰ Adota-se como valorização do espaço as transformações e produções históricossociais ocorridas no espaço, ou seja, o modo de produção capitalista incorporada ao espaço urbano em seu processo de produção, agregando diferentes valores. Neste sentido, os centros antigos passaram então a ser apropriados e incorporados pelo processo produtivo, valorizado por suas formas, funcionalidades e possibilidade de acúmulo de capital (MORAES, 2000).

¹¹ Reconhece-se que os termos *revitalização*, *requalificação*, *renovação* e *reabilitação* têm sentidos diferenciados no urbanismo. Neste trabalho serão utilizados como sinônimos para indicar ações sobre contextos existentes, construídos e consolidados que pretendem dar uma nova função e forma a arquiteturas em contextos urbanos de valor histórico. (SCHICCH, 2005)

valor “excepcional” para a identificação e afirmação de valores precípuos nas políticas de posicionamento¹² das cidades. Esse processo de intervenção urbanística e simbólica é visto aqui como uma das etapas que o poder público, principalmente, promove para a concretização da demanda pelos bens culturais e valorização desse espaço.

O que chamou atenção é que o bairro da Praia Grande foi historicamente ocupado por empresas diversas que se valeram das atividades portuárias e que séculos depois foi ocupado por classes populares, com os denominados cortiços. Nesse caso, essa ocupação do solo urbano, indesejável aos olhos da classe dominante, foi configurada nos meios de comunicação como espaço urbano decadente e impróprio. Esse espaço, relegado e desvalorizado também pelo poder público, que até então não tinha uma história que deveria ser “lembrada”, transformou-se em mercadoria atrativa. Na década de 1990, tornou-se um cartão-postal da cidade, com a obtenção do certificado da UNESCO de patrimônio cultural da humanidade.

Nessa perspectiva, o processo de revalorização do centro antigo assumiu as características de produção de um espaço transformado em mercadoria, pensado e produzido como espetáculo, metamorfoseado para não parecer como tal, a fim de atrair compradores e capital mediante os interesses que legitimam e consubstanciam ações técnicas e políticas no espaço urbano.

Adota-se como premissa que o processo de revalorização do centro antigo é qualificado pela estetização¹³ do patrimônio cultural e pelo discurso cujo conteúdo é a necessidade de preservar o acervo edificado, para que o espaço retome sua importância e venha a adquirir uma imagem de limpo, belo e seguro, onde se privilegia a cenarização cada vez mais falseada e menos pura, pelo fato de agregar formas e estilos que dissolvem as fronteiras das representações socioculturais (LUCHIARI, 2002).

¹² O posicionamento em Administração de Marketing consiste na criação de uma posição ou imagem na mente do consumidor que seja diferenciada em relação aos produtos oferecidos pela concorrência (DIAS, 2003, p. 104).

¹³ Ao analisar a manifestação sensível da mercadoria, Haug (1997) aborda seu aspecto estético, pois é por meio dele que ocorre a fascinação, a sedução do indivíduo, mediante os sentidos. Assim, as formas estéticas, ao atingirem as sensações humanas, causam fascinação e ilusão, uma vez que oferecem a satisfação buscada pela sua subjetividade (HAUG, 1997).

No Brasil, sob o pretexto da revitalização dos centros históricos, gasta-se uma quantidade enorme de recursos na realização de projetos, dos quais poucos estudiosos se preocupam em verificar a eficácia de seus objetivos quando levados à prática. É comum saber que planos são objetos idealizáveis, contudo, geralmente na implementação não acontecem da maneira como foram projetados, em virtude de serem concretizações de interesses que se materializam em momentos históricos e se desdobram em conflitos que se armam e desarmam no tempo.

Embora não venha a fazer uma avaliação de impacto de nenhum programa, procura-se saber quais são as razões e consequências de determinadas ações de revalorização do bairro da Praia Grande. Esse bairro vem recebendo uma atenção especial de técnicos e de uma gama variada de intervenções do poder público. Nos documentos oficiais, desde a década de 1970, é registrada uma necessidade premente de proteger a cultura e resgatar a história e dinamizar economicamente o antigo centro com o programa de preservação e revitalização.

A análise recai justamente sobre a validade e a extensão da prática e do discurso, fartamente veiculadas na mídia e no debate político. E estes discursos, obviamente, vão encerrando uma visão de mundo, de intenções, de ação e um sistema de valores. Eles habitam o terreno da legitimação política para a execução dos projetos, e para isto passam a ser veiculados junto à sociedade civil, por diversos meios.

Sem se restringir à particularidade de São Luís, a implantação dos programas de revitalização reflete em sua plenitude inúmeras mudanças quando são orientados sob os novos padrões de competitividade adotados pelas cidades e tem como consequência a contínua incorporação de serviços modernos sob os edifícios antigos. De fato, tanto a organização social como a espacial refletem a atuação do poder público em conciliar o ritmo da valorização dos “depósitos” de bens culturais e mantê-los mediante a sua (re) integração a vários setores e interesses do sistema capitalista.

A preocupação central é analisar qual a pertinência deste projeto de intervenção sobre o antigo centro da cidade de São Luís em operar, efetivamente, a tal revitalização e preservação cultural, nos moldes que são defendidos pelos seus

agentes produtores, principalmente pelo poder público, e compreender como essas intervenções alteraram a configuração do centro tradicional de São Luís.

Na maioria das vezes, os resultados das intervenções nos centros antigos são apresentados como fatos que só têm lado positivo, já que o movimento que seleciona a “memória oficial”, escolhida por governos, instituições e entidades não governamentais, empresários ligados ao setor de turismo e parte das populações consegue refratar, pelo campo ideológico, os efeitos perversos do culto ao patrimônio, o que faz urgente interrogar o seu sentido a fim de desvelar o seu real significado.

É de se notar, portanto, a necessidade de avaliar muito mais a atuação do poder público na Praia Grande no que tange à sua intervenção nas mais diversificadas esferas, na medida em que tem a seu cargo a orientação e definição de metas que planificam e controlam o uso do solo. O intuito não recai no sentido de denunciá-la, mas no de entender o processo de desenvolvimento urbano mediante a aplicação de estratégias que dão visibilidade aos patrimônios culturais, no mercado nacional e internacional.

Observar as formas de atuação do poder público no bairro da Praia Grande, e o modo como o programa se desdobrou sob o discurso de preservar a cultura e ao mesmo tempo ampliar as atividades produtivas, equivaleria a atestar a validade de algumas teorias que voltaram a determinar que esses espaços, por consequência, seriam destinados aos consumidores de lazer e entretenimento com formas e conteúdos exigidos nos dias atuais pela sociedade de consumo.

O trabalho justifica-se pela compreensão da dinâmica urbana desse antigo centro e que, via de regra, foi um espaço escolhido seguindo o movimento de “volta à cidade”¹⁴. A ideologia¹⁵ criada em torno desse movimento é reveladora das forças

¹⁴ A expressão “de volta à cidade” foi utilizada por Catherine Bidou-Zachariase (2006), para apresentar os efeitos das intervenções de requalificação em centros antigos e desvalorizados de grandes cidades do mundo.

¹⁵ Toma-se o conceito do livro *O Poder da Ideologia* de Mészáros (2004), para discutir o papel no processo de ajustamentos estruturais e quais os recursos utilizados na manutenção das condições de dominação pelas classes dominantes. O momento que se vive com os inúmeros programas de revitalização, revela a força da ideologia, que mantém e fortalece os interesses das classes dominantes, que atualmente toma forma via as ideias imperativas do neoliberalismo. Estas idéias são veiculadas principalmente pelo marketing, na tentativa de criar uma consciência sobre o patrimônio, como “identidade” e “verdade” únicas. Com a ideologia dominante, tem-se pregado o valor da cultura,

empenhadas de uma socialização realizada de cima para baixo que consolidou o conteúdo social, histórico, político, econômico e cultural na produção do espaço. E a preservação do patrimônio apareceu como solução para os problemas sociais.

Nesta perspectiva, toma-se como pressuposto que a exaltação do patrimônio mediante os programas de preservação são expressões distintivas e apresentada com via de desenvolvimento da atividade turística com promessa de geração de empregos e de crescimento econômico local, porque contam com um aparato racional pautado na eficiência e assentado na competitividade estabelecida pelas cidades, com padrões impostos. Contudo, o desvelamento do seu uso sob a sacralização da cidade ainda não foi analisado com a acuidade necessária, no caso do bairro da Praia Grande.

Infelizmente, os pontos críticos dessa estetização do patrimônio e sua conseqüente transformação em mercadoria e atrativo turístico são dados que se restringem mais à academia e pouco à sociedade civil. Na verdade, isso não impede que as práticas sociais que conduzem à criação de patrimônios iluminados por símbolos e congelados por uma imagem harmônica e perfeita comecem a ser desveladas sob uma perspectiva crítica e passem a incitar o questionamento da manipulação contaminadora e cambiante de imagens, que tentam caracterizar uma nova roupagem para os problemas do antigo centro.

Certamente, no escopo deste trabalho não se esgotam todas as possibilidades de responder a essas questões. Mas, afirma-se que foram linhas norteadoras, que serviram como ponto de partida, de guia para as reflexões que se seguem. Mesmo sem nenhuma pretensão, acredita-se que as conclusões abrem caminho para pesquisas mais sistemáticas sobre o assunto e levantam algumas questões consideradas relevantes no campo da política pública, do urbanismo e da administração, campos estes profundamente imbricados.

É necessário ressaltar que este trabalho tem mais influência da formação acadêmica da autora em Administração e Política Pública, o que acabou

dos resquícios do passado, da tradição engrossando a alienação. Isso tem gerado crescentes volumes recursos gastos nos centros históricos sem dar condições para as pessoas que mais precisam e ainda abolem os direitos sociais conquistados no passado. Acredita-se que a consciência de classe tenha sido enfraquecida, com a conseqüente alienação pela defesa do patrimônio.

repercutindo na escolha do referencial, do material empírico, do tratamento dos dados, da construção do texto e talvez, cometendo algum equívoco quando se adentrou as demais na área do Urbanismo. Partindo desta consideração, frisa-se que, desta ou daquela forma, à luz do conhecimento, pensou-se a prática, e foi nessa prática que se conheceu melhor [interpretou] uma realidade concreta, a qual se pretende descrever nos próximos capítulos.

1.1 Dentro (e de dentro) dos centros antigos

Dentre as inúmeras razões para se elaborar um trabalho de cunho acadêmico, vale destacar que a motivação pessoal desta pesquisadora se deu por amor à cidade de São Luís do Maranhão, fato este que colaborou para que se detivesse com maior prazer sobre livros e inserção na pesquisa de campo. Trata-se de um sentimento nutrido por esta terra que tem também grande significado profissional. Mesmo morando numa área adjacente do centro antigo do Recife e sendo turista assídua do Pelourinho, em Salvador, a vivência no centro histórico em São Luís foi determinante para enveredar os estudos sobre as metamorfoses dos centros históricos com seus vários patrimônios.

A vivência da autora no centro de São Luís começou com a compra de um imóvel na Rua do Giz, zona do baixo meretrício (ZBM), em um momento de influência por alguns simbolismos ligados ao patrimônio, que hoje não são vistos como meras coincidências, porque são conhecidos como “produtos” das cidades globalizadas que competem entre si por capitais. O patrimônio arquitetônico situado nesse lugar se caracteriza por construções de raiz europeia da época colonial, um espólio arquitetônico que representa a riqueza de um momento historicamente determinado.

Durante permanência de quatro anos, no Maranhão manteve-se a curiosidade de conhecer lugares novos: os Lençóis Maranhenses, em Barreirinhas, Raposa, São José do Ribamar, Morros, Alcântara, Imperatriz, Carolina. Foram muitas as viagens realizadas, mas quando se estava na cidade de São Luís, o centro histórico era o reduto mais importante. No bairro da Praia Grande, foram

horas conversando, rindo, bebendo e dançando, frequentando bares e quiosques da Casa das Tulhas e adjacências.

Nessas andanças pelo centro histórico da cidade, começou-se a olhar com mais atenção tudo o que podia ser visto: prédios, fachadas, telhados, portas, janelas, cartazes pregados nas paredes, buracos nas calçadas e, sobretudo, as pessoas. Ali, pôde-se ver que muitos imóveis, mesmo tombados, estavam abandonados, o que gerou maior inquietação desta pesquisadora. De um lado, o poder público intervinha com “urgência”, tomando providências, com prioridade na esfera do patrimônio histórico; de outro, os prédios perduravam vazios, contribuindo para que, com o passar do tempo, voltassem a ser ruínas da cidade.

As leituras do doutorado e a aproximação com alguns professores levaram a questionar que aquela imagem não era a de Patrimônio Cultural da Humanidade, que tinha sido construída pelas estratégias midiáticas e absorvidas não só por esta autora, mas também por muitas outras pessoas. A imersão do tema e a comparação com outras realidades de centros antigos revitalizados, nacionais e internacionais, solicitavam, mais do que nunca, o diálogo, o confronto entre o público (moradores e espectadores), espaço (paisagem natural e criada) e de um dado tempo (passado e presente), em uma realidade concreta (Praia Grande).

Não obstante, o centro histórico passou a ser visto de forma muito diferente, principalmente da que era propagada na mídia. A aparência de ter uma vida harmônica não transmitia a essência de espaço de desigualdades sociais. Neste tempo, foram diagnosticados os seguintes problemas: inúmeros espaços vazios e inutilizados, má conservação dos prédios, infraestrutura precária, e classes populares com excessivas limitações dos direitos fundamentais. O que mexeu o também com a pesquisadora foi o número de pessoas que chegavam pedindo comida, dinheiro e roupas, coisas que não estava acostumada a vivenciar tão próximo e nem tão constantemente.

Foi vivendo em uma das partes “marginalizadas” do centro histórico, que foi possível entender a diferenciação entre os pedaços que compunham a malha urbana tombada. Em um destes fragmentos espaciais pôde-se conviver com quem sofre na pele o processo de criminalização da pobreza e por morar na zona do baixo

meretrício. Um fato que também chama atenção também é que nesse centro vários indivíduos caíram vítimas da violência ligada às drogas¹⁶.

A discriminação do lugar, não vinha por este motivo. Quando as pessoas sabiam do imóvel desta autora no centro histórico havia, de maneira incisiva, o olhar preconceituoso por morar perto das casas das “madames¹⁷”. Algumas situações chegavam a ser cômicas, embora fossem um tanto quanto desconfortáveis. De um lado, havia um grande repúdio com gestos e palavras que rotulavam o centro como lugar intransitável, violento e impróprio. Por outro, uma minoria, geralmente de pessoas de fora da cidade, aprovavam a iniciativa, ressaltando o *glamour* de morar em um espaço caracterizado como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Apesar da dimensão física do centro histórico, a escolha do bairro da Praia Grande não se deu apenas por ser ele palco e reduto de diversão, de momentos de boemia, de estudos, de convivência com prostitutas, trabalhadores informais, *hippies*, ladrões, em suma, os segregados pela cidade, que circulavam por lá de forma contumaz, mas porque ele se tornou cartão postal da cidade com a “política cultural” que teve entre seus objetivos a atração de financiamentos internacionais com a obtenção do título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela UNESCO.

Além disso, o bairro da Praia Grande foi o principal alvo do Programa de Revitalização dos quais foram contempladas ações de saneamento e melhoria de infraestrutura, concomitantemente houve a emergência e consolidação de um discurso hegemônico, baseado na construção social de uma imagem urbana homogênea direcionada ao turismo. As fases de formulação e implementação de Programa de Preservação e Revitalização Urbana, a partir dos anos 70, soaram como uma estratégia de (re)apropriação do espaço devido à exploração de elementos simbólicos, estéticos, sociais e culturais, com implicações na composição urbana.

¹⁶ O consumo e a venda de drogas no centro histórico são matérias de pouca visibilidade uma vez que o foco vem sendo voltado para o patrimônio cultural. No entanto, é um problema que deveria ser enfrentado, visto que os novos e crescentes casos de viciados estão trazendo problemas de segurança para a região e não podem mais ser ignorados.

¹⁷ Eram donas de bordéis, uma espécie de prolongamento do lar, onde gravitavam pais de famílias, boêmios, poetas, artistas, escritores, políticos e tantos outros. O bordeis tinham como características mulheres à espera do freguês, sendo vigiadas pelas madames. (REIS, 2002).

Para constatar essas implicações na Praia Grande, basta caminhar pelas ruas da Estrela ou Portugal, que tiveram edificações tombadas pelo IPHAN. Houve reformas de centenas de imóveis, (casarões, teatros, escadarias, praças e logradouros), o que proporcionou a abertura de vários bares, restaurantes, hotéis, pousadas, lojas, estimulada pelo poder público. Entretanto, essa dinamização em volta do patrimônio não conseguiu apagar os problemas que afetam esta área, em especial, o das classes populares, que ainda são estigmatizadas.

Bidou-Zachariasen (2006) comenta que, em face do atual debate da preservação dos centros históricos no Brasil e no mundo, tem se tornado cada vez mais necessária a investigação das intervenções concretas, visto que elas podem contribuir de forma significativa para avaliar as similaridades e diferenciações dos resultados.

Se as diferenças entre cidades latino-americanas são enormes, quando consideramos seus processos de formação, de expansão, inserção na economia mundial, distribuição da renda, estratégias de sobrevivência dos pobres, o que dizer do que nos diferencia do conjunto das cidades européias estudadas, sem falar de Nova Iorque!

Poderíamos então nos perguntar: em que as experiências de cidades tão diferentes poderiam interessar aos brasileiros? Me parece que há algumas semelhanças no que se refere aos processos dos centros, mas principalmente muitos aspectos comuns nas propostas e discursos para sua transformação. E isto traz aspectos a refletir para (re)construir nossos projetos ou nossas críticas aos programas de reabilitação que hoje aparecem na ordem do dia em várias cidades. (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p.12)

Neste sentido, pretende-se que os resultados obtidos na pesquisa, embora não generalizáveis, estimulem novas discussões e questionamentos importantes para entender melhor a apropriação deste centro antigo em face dos inúmeros programas de requalificação urbana. E, contribuam efetivamente com a produção de conhecimento e na elaboração de políticas públicas direcionadas para a (re) utilização de espaços vazios e considerados decadentes, ou seja dos centros antigos.

1.2 Espaço de um encontro: o pesquisador, a ferramenta e o campo

O trabalho apresenta uma análise do processo de intervenção do poder público sobre o centro antigo da cidade de São Luís, mediante a incursão das políticas de preservação, suscitadas desde a década de 1970, mas efetivadas na

década de 1980. Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica para levantar as perspectivas sobre as políticas direcionadas para centros históricos que se encontram com várias edificações sem uso, subutilizadas ou ociosas e quando não estão ocupadas pelas classes populares.

Conseqüentemente, tomou-se como ponto de partida a perspectiva crítica desse movimento de volta à cidade (Bidou-Zachariasen, 2006) que se irradiou a várias partes do mundo. Com a revisão da literatura, apreendeu-se pelas obras de autores como Santos (1977) e Singer (1979) como se dá o processo de valorização e disputa do solo urbano; e pelas publicações de Arantes (2007), como o discurso ideológico esconde o ônus do processo de (re)urbanização dos centros antigos quando há uma super-proteção do patrimônio edificado.

A configuração dos centros antigos está diretamente ligada à atuação do poder público que permite o desencadeamento de configurações urbanas em escalas mais amplas, que ocasionam mudanças estruturais nos espaços, afetando as diversas formas de viver e conviver da cidade e, com os investimentos realizados na expansão da malha urbana, criaram os espaços vazios, quando as classes dominantes se deslocaram para outras áreas, levando consigo boa parte do aparato comercial e administrativo.

De acordo com Villaça (1998), os antigos centros começaram a perder uma de suas principais características, ou seja, o local de moradia das classes dominantes. É esse deslocamento, entretanto, só foi possível porque houve um Estado e uma economia que produziram mecanismos que estimularam para os novos bairros “as escolas dessas classes, seus shoppings e até o centro da cidade” (VILLAÇA, 1998, p. 244).

Convém afirmar que esse deslocamento ocasionou *déficits* nos antigos centros em aspectos civis, sociais e econômicos e continuaram amplos nos anos 90 e início do século XXI. São inúmeras formas de vulnerabilidade no que diz respeito à falta de emprego, aos serviços de saneamento, à ocupação das classes populares, o que rendeu o rótulo da decadência urbana.

A forte inclinação neoliberal, nas décadas de 80 e 90 foi dando novos direcionamentos às cidades quanto ao fortalecimento das atividades turísticas. A

Organização Mundial do Turismo (OMT) preconizou uma participação crescente da iniciativa privada na condução e execução de funções e um processo de autorregulamentação para o desenvolvimento do turismo, e o Banco Mundial (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) incentivaram e pressionaram os governos de países em desenvolvimento a privatizar empresas e a adotar economias voltadas ao mercado (BENI, 2001), para viabilizar o empréstimo do capital transnacional.

À medida que esse capital se apontou disponível, os centros históricos ganharam importância, em função de seus elementos constitutivos. Assim, multiplicam-se os projetos para dinamização de atividades setoriais. De um lado, o estoque edificado é eleito como elemento que pode dar condições ao crescimento econômico da região pelo turismo; enquanto, de outro, os efeitos favoráveis, do ponto de vista social, eram enaltecidos porque prometiam melhorar as condições das classes populares com a geração de emprego e renda.

Desse modo, as transformações ocorridas no centro antigo ao longo de sua história, isto é, o processo que levou a uma mudança de paradigma no que tange à ocupação das diferentes classes sociais e sua face mediante a expansão da cidade como um todo, tem acarretado desdobramentos. Dentre tais mudanças, identificam-se os processos de esvaziamento, decadência e deterioração urbana, os atuais processos de requalificação urbana, que têm sido apresentados pelo poder público, nas últimas décadas, como salvação da região.

Independentemente da razão, maior ou menor que possa assistir o comportamento acrítico em relação às práticas de preservação e revitalização, o que parece fundamental é que haja discussões que possam ser confrontadas com o caráter funcionalista-positivista das intervenções urbanas, praticamente rodeadas de números “generosos” que tentam convencer que a “reabilitação” do antigo centro traz inúmeros benefícios, dentre eles o aumento de renda da população local devido ao turismo, fato este que é ilusório em muitas cidades.

Quando se fala de reabilitação, tem-se a ideia de um plano com a disposição de conjunto de instrumentos e dispositivos de natureza financeira, que possam permitir os incentivos necessários à intervenção concreta, mas que suportem e mantenham as obras realizadas. Esse plano, quando implementado, altera a dinâmica social, econômica, política e cultural em maior ou menor grau, fazendo-se

necessário que a gestão do espaço atue de forma efetiva no ordenamento e na mobilidade urbana.

Como resultado da reflexão sobre essa temática, este trabalho apresenta o bairro da Praia Grande como recorte espacial, a fim de discutir os desdobramentos, envolvendo a preservação do patrimônio histórico-cultural, sobretudo no que diz respeito às diferenças entre o que é propalado e suas realizações concretas. Cumpre ressaltar, novamente que o objetivo deste trabalho não será o de avaliar o impacto da política de preservação, mas incitar a intervenção do poder público sobre o centro antigo.



Figura 1: Vista área do Bairro da Praia Grande
Fonte: Santo e Marcelo (2006)

Para analisar a Praia Grande, foi necessário recorrer ao tempo, ao espaço e às suas tessituras territoriais. Por isso, não se buscou cortes rígidos do tempo, tampouco a determinação de períodos fatiados a partir de uma ótica racional ou somente das relações sociais. Para a sua compreensão, foram considerados a materialidade e o dinamismo do território, que registra uma complexidade de fatos (sociais, culturais, políticos e econômicos) relacionados ao espaço em diferentes tempos.

Para adquirir o conhecimento da dinâmica do espaço, levou-se em consideração a “reconstrução” dos acontecimentos históricos, ou seja, desde a trajetória das atividades iniciais do programa de revitalização até outras formas de uso, como o incentivo do turismo no âmbito local, além dos aspectos de uso político da cultura. Como o programa foi oficialmente lançado em 1979, entendeu-se como necessário traçar um período de aproximadamente trinta anos para detectar as transformações ocorridas no espaço, investigando os relacionamentos emergentes entre a dinâmica da cidade e a reestruturação do tecido urbano.

Como o centro antigo de São Luís, semelhantemente a outros centros revitalizados, adquiriu uma forte carga simbólica, acompanhado inúmeros adjetivos massificados pelas estratégias de divulgação – tudo para envolver os indivíduos emocionalmente. Passou a representar a “identidade” da cidade, tornando-se, em tese, o lugar peculiar da sua cultura e memória, percebe-se um esforço do poder público e outras instituições dominantes (ZUKIN, 2000) para congelar práticas e processos materiais de reprodução da vida social em uma espécie de cartão-postal, retrato organizado, visualmente estetizando os bens culturais transformados em patrimônio.

Não apenas em São Luís, mas em muitas outras cidades, o patrimônio cultural desempenha um papel simbólico. Pode representar a história e o fato que deve e quer ser lembrado. Considera-se que essas representações simbólicas lhes reduzem à exclusão, já que os valores que ele representa e encarna são privilegiados pelo sistema capitalista que os fomenta e que os valoriza. Essas representações simbólicas sustentam e legitimam a indústria cultural. Segundo Adorno, na indústria cultural tudo se transforma em negócio, enquanto negócios sem fins comerciais são realizados por meio de sistemática e programada exploração de bens considerados culturais (ADORNO e HORKHEIMER, 1986).

No âmbito da nova dinâmica da acumulação capitalista que submete diretamente o Estado a favor do mercado, o patrimônio atrelado à estetização (HAUG, 1997) foi reduzido à forma de mercadoria, e sob o apelo da beleza vem despertando o desejo de sua compra-consumo. Para aumentar as vendas, o

marketing¹⁸ se tornou um instrumento importante, não somente porque cria a marca do lugar, mas para a produção permanente de despertar o desejo, com o ato sofisticado de embelezar, criar e recriar continuamente um sistema de atrativos.

As formas de produção e reprodução desses atrativos criados pelo marketing também se tornaram foco do trabalho pela construção de modo mais explícito, considerando o papel do “simulacro”. Para isso, recorreu-se ao trabalho de Debord (1997) e a Sanches (2003) para a discussão da forma espetáculo que revela a prática de representações da cidade no cenário mundial.

Debord (1997) formula que o ser humano produz cultura para o seu próprio consumo e faz dessa interlocução a validade sobre a informação que recebe. Além disso, deixa de observar a realidade e passa a acreditar na mediação, fato que o torna um mero espectador, alienado por contemplar e consumir passivamente as imagens de tudo o que lhe falta em sua existência, em um processo de “empobrecimento, submissão e negação da vida real”. O consumo torna-se um dever suplementar à produção alienada, e isto faz com que o homem aceite e entre na lógica dos valores pré-estabelecidos do capitalismo.

Para o desenvolvimento do estudo aqui apresentado, foi utilizado o método qualitativo de pesquisa, em que se privilegiou como técnica de coleta de dados a entrevista e conversas informais com pessoas e grupos que conhecem o bairro Praia Grande. As entrevistas foram de caráter semiestruturado, para a identificação de elementos, fatores e ações registradas em documentos, bem como justificativas e percepções dos envolvidos direta e indiretamente com o Programa de Revitalização do Centro Histórico. Para a análise dos dados procurou-se, na medida do possível, estabelecer articulações entre as informações coletadas pela pesquisadora por meio das entrevistas e o referencial teórico do estudo, respondendo assim às questões da investigação, com base nos objetivos.

A fim de manter a identificação dos entrevistados sob sigilo, os nomes deles foram omitidos e postos apenas a função exercida nas organizações em que

¹⁸ Avaliando todo o contexto de consumismo na sociedade atual, o marketing torna-se elemento indissociável, sendo sua atuação fundamental para o funcionamento da engrenagem consumista. Mesmo, reconhecendo as diferenças conceituais, toma-se a palavra publicidade, propaganda, mídia e marketing como a forma de tornar algo público, conhecido e desejável para a sociedade de consumo.

trabalham, ou as atividades que exercem no momento. O total perfaz aproximadamente dezoito (18) pessoas que conhecem, vivem, moram e perambulam no Centro Histórico, principalmente no Bairro da Praia Grande, excluídas as que não autorizaram a utilização dos dados antes, durante ou após o término da coleta do material de pesquisa.

Foram analisadas ainda peças publicitárias presentes nos meios de comunicação, incluindo matérias publicadas em revistas e jornais, a fim de se compreender as representações do antigo centro com o programa de revitalização, ao qual são atribuídos os valores que predominam no imaginário da sociedade. A Internet também foi instrumento que forneceu subsídios para uma reflexão sobre a (re)construção de identidades inventadas no ambiente virtual, o que pode ser revelador sobre a imagem que se quer mostrar.

Considerou-se relevante, como forma de complementar os dados, a observação que, segundo Laville e Dione (1999), não se trata de uma contemplação passiva, mas consiste em um olhar ativo sustentado por uma questão ou por uma hipótese. A hipótese preliminar é de que as intervenções pelas quais passou o bairro da Praia Grande vêm adquirindo certa semelhança com o Recife Antigo em Pernambuco e o Pelourinho na Bahia que, a partir do embelezamento, refuncionalização turística, proliferação de espaços de diversão e entretenimento, esconde a racionalidade do capitalismo sobre a cultura.

Na concepção de Fortuna *et al* (2003), as mudanças na economia mundial, marcadas pelo ruir das sociedades industriais e pela necessidade de incentivar o consumo das práticas de lazer, obrigaram muitas cidades dominadas a reconverterem-se. E foi na cultura, no passado e no seu patrimônio que muitas dessas cidades encontraram a base para sua reconversão.

Vale ressaltar ainda que o presente estudo foi estimulado pela crença de que a reflexão sobre os processos atuais de “renovação” urbana consiste em uma importante e atual referência sobre a gestão das urbes. A diversidade de projetos, políticas, constitui uma (re) apropriação dos espaços vazios e decadentes, sito aos centros antigos, conduzindo a novas perspectivas do “(re)viver” nas cidades.

Arantes (2000, p. 31), reconhece que essa estratégia de exaltação do centro antigo não se dá por acaso, haja vista que “rentabilidade e patrimônio cultural se dão as mãos nesse processo de revalorização urbana sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo”. É a partir desses aportes que se toma, numa perspectiva geral, o momento histórico da emergência do centro antigo como estratégia da produção do espaço nos circuitos de acumulação capitalista, espaço esse que, além de produto, se torna produtivo na lógica de reprodução do capital.

1.3 No tempo e no espaço: notas sobre limitações de ordem interna e externa

Considerando em cada etapa o rigor metodológico que ajudou a direcionar as atividades científicas e concluir a pesquisa, entende-se que, por melhor que seja um trabalho técnico-científico desenvolvido, ele é passível de limitações. Por isto, a seguir, apresentam-se alguns entraves que dificultaram a apreensão do fenômeno em sua totalidade, mesmo sabendo que isto é impossível.

Quanto às dificuldades, estende-se ainda a ausência de materiais sistematizados sobre o Programa de Revitalização do Centro Histórico. Muitos registros foram encontrados e, diga-se de passagem, mais do projeto Praia Grande iniciado em 1979. No caso do projeto Reviver, parece não ter havido esforço para minutar o processo de tamanha intervenção urbanística em documentos oficiais. Encontraram-se muitos documentos com nomes diferentes e conteúdos iguais. Por vezes, os autores mudavam, e os títulos também, mas a redação era quase a mesma, o que dificultou a citação e composição das referências bibliográficas para este trabalho.

Como algumas fontes imprescindíveis para a pesquisa tiveram problemas de infraestrutura e foram fechadas, como é o caso da Biblioteca Pública Benedito¹⁹ Leite, houve limitação para buscar informações nos jornais da cidade. Adicionado a

¹⁹ A Biblioteca Pública Benedito Leite, órgão da SECMA, a segunda mais antiga do país, localizada na Praça Deodoro, encontra-se fechada por mais de um ano. O laudo da Defesa Civil foi expedido em 13 de fevereiro do ano de 2009, pedindo a intervenção imediata do prédio. Isso gerou prejuízo para vários estudantes e pesquisadores que ficaram impedidos de fazer consulta ao acervo. Em 2010 houve e protestos da classe de bibliotecários, representada pelo Conselho Regional de Biblioteconomia, Representante do Conselho Federal de Biblioteconomia por sua interdição sem data prevista para finalizar. (FECHAMENTO.....,2009,; SAULO..., 2010).

isto, alguns materiais que foram citados nos projetos de revitalização desapareceram ou parecem não mais existir, devido às sucessivas mudanças e intempéries sofridas pelo acervo que se encontra no Solar dos Vasconcelos²⁰.

Houve uma pesquisa socioeconômica na área da Praia Grande no início do Projeto de Revitalização proposta pelo antropólogo Álvaro Raimundo de Jesus Menezes²¹, que buscava traçar um perfil geral da área. Esse documento, conforme a informação dos técnicos do Solar dos Vasconcelos, tinha sido desviado em virtude de mudanças de gestores dos órgãos responsáveis pelo patrimônio, bem como pela mudança de estrutura física do acervo. Porém, depois de algum tempo buscando novas fontes de informações, foi possível encontrá-lo.

Registra-se o interesse da pesquisadora, no início do doutorado, em realizar um estudo longitudinal, mas o fato de não encontrar esse documento no início da pesquisa fez com que esse objetivo fosse postergado para trabalhos futuros. Para subsidiar esta pesquisa, recorreu-se ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), que possui um número considerável de trabalhos²² (dissertações e teses) sobre o centro histórico de São Luís.

Outra limitação diz respeito ao fato de a pesquisadora ter pertencido por um bom tempo à área pesquisada, como moradora e proprietária de um imóvel. Se isto, por um lado, facilitou o acesso a determinadas informações e o conhecimento prévio de alguns fatos ocorridos, por outro pode ter gerado um clima de parcialidade em relação a alguns entrevistados, que podem ou não terem sentido total liberdade para expressar tudo o que pensam e sabem sobre algum acontecimento.

²⁰O Solar dos Vasconcelos é um exemplar do legado arquitetônico de São Luís do Maranhão. Construído no século XIX, tem como característica dois pavimentos simétricos e duas portas emolduradas em cantaria lavrada. Foi reformado e atualmente sedia o acervo do Memorial do Centro Histórico, exibindo, em exposição permanente, maquetes e painéis fotográficos que registram a história do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís. Está localizado na rua da Estrela (CULTURA, 2010).

²¹ Funcionário do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC –BA, ocupava, à época, o cargo de Sub-coordenador de Planejamento e Pesquisas Sociais. Apresentou uma proposta de habitação que tinha como meta a manutenção da população no centro histórico de São Luís (MARANHÃO, 1982).

²² Os trabalhos consultados foram os de Lordello (2008), Fonseca Neto (2002) e Zenkner (2002).

Quanto ao distanciamento, este foi um desafio nesta pesquisa em função do envolvimento com o campo de estudo, o que levou determinado tempo. Uma das formas de lidar com esta questão foi o “estranhamento”, um esforço sistemático de análise de uma situação familiar como se fosse estranha. O “estranhamento” possibilitou identificar e descrever fatos que estavam invisíveis. Este desvelamento, como afirma Cavalcanti (1999), pode inclusive levar a pesquisadora a se deparar com questões de sua própria identidade social, que podem resultar em conflitos que precisam ser enfrentados para conseguir avançar no trabalho e mostrar a visão de outros indivíduos.

Outro limite que diz respeito aos resultados finais que decorrem do processo de atuação do poder público, que se concretiza em curto, médio e longo prazo, visto que os dados obtidos junto aos pesquisados (representantes do programa, feirantes, moradores, flanelinhas e transeuntes) são de natureza volátil, pois, embora reflitam a percepção e a consciência das pessoas sobre as situações vivenciadas, muitas vezes no decorrer do processo as percepções sofrem mutações. Em função disso, foram adotadas várias técnicas para a coleta de dados, como estratégias para estabelecer cruzamentos com os dados obtidos, embora se considere que a dinâmica da realidade é extremamente rápida, o que impossibilita dar conta de todo o contexto e suas configurações.

Quanto à questão temporal adotada na pesquisa, inicialmente a ideia era usar dados referentes às três últimas décadas. Contudo, não foi possível resgatar tudo que aconteceu últimos trinta anos, de modo que existe pouca sistematização de informações nos órgãos ligados ao patrimônio de São Luís. Para dirimir maiores erros, foram consultados trabalhos e realizadas comparações entre resultados de pesquisas ocorridas na área em estudo, apresentadas por vários acadêmicos.

Tem-se em mente que o que está sendo apresentado deve ser visto mais como o resultado de um produto passível de modificações, do que como uma obra acabada.

2. ESTRATÉGIA GLOBAL: a inserção dos centros antigos no mercado das cidades

O crescimento das cidades traz, como consequência, novas formas de aglomerações urbanas, bem como a necessidade de organizar o espaço urbano antigo em função das demandas atuais e futuras dos indivíduos, principalmente no que se refere à atuação do poder público em implementar políticas de desenvolvimento urbano para ordenar o pleno desempenho das funções sociais da cidade. Desta forma, a expansão urbana, principalmente nos grandes centros urbanos, demanda cuidados, visto que, na maioria das vezes, os investimentos realizados são direcionados para umas áreas em detrimento de outras, tornando-as valorizadas ou desprestigiadas.

A ausência de projetos e a aplicação da legislação urbanística para aglomerados urbanos podem vir reforçar problemas de diversas ordens devido a um somatório de fatores, ligados basicamente ao uso e à ocupação desordenada do solo, ao crescimento da malha urbana sem o acompanhamento adequado de recursos de infraestrutura e à desvalorização de tessituras urbanas. Como resultado, há um esvaziamento dos estoques construídos, com prejuízo para a sociedade como um todo, especialmente os que são obrigados a viver em áreas periféricas e em condições precárias quando existe um montante edificado, num lugar central, sem utilização.

A desvalorização de determinadas áreas urbanas constituem um fenômeno presente nas diversas cidades do Brasil e possuem relação direta com a produção do espaço urbano e a dinâmica de valorização e especulação da terra, bem como na atuação do poder público e o interesse das classes dominantes. Na realidade das cidades grandes, perda de valor do tecido torna-se algo recorrente, mas não apenas no presente. Na evolução das cidades, a gestão territorial, que muitas das vezes é orientada por vontades políticas e interesses econômicos, tem como consequência a origem de espaços marginalizados, desprovidos de investimentos ou de qualquer racionalização urbanística, como é caso dos antigos centros urbanos.

A desvalorização dos centros antigos está correlacionada com dinâmicas e transformações nos processos de produção e consumo das cidades, a partir do surgimento de outras áreas urbanas com oferta de habitações e do estabelecimento

de comércios e serviços que passaram a ser favorecidos com investimentos públicos, constituindo assim novos centros e subcentros. No caso das cidades do litoral nordestino; houve uma expansão da malha urbana em direção às zonas litorâneas. Dessa forma, o crescimento urbano intermitente, criado pela especulação imobiliária, provocou uma excessiva valorização do solo, intensificando a apropriação do “novo” espaço em direção às praias, consolidando estigmas na área central antiga das cidades.

Como os centros antigos deixaram de ser interessantes para as classes dominantes, assistiu-se ao êxodo de instituições, bancos, repartições públicas para áreas consideradas atualmente mais atrativas. Conseqüentemente, essa conjuntura fez com que as áreas consideradas centrais tradicionais fossem desprestigiadas pelo poder público, que reduziu a aplicação de recursos em serviços básicos para realizar benfeitorias em outros lugares propícios à maior especulação imobiliária.

Com pouca vitalidade, o centro antigo passou a ser visto como um problema dado à criação de novas centralidades. De acordo com cada situação específica, os padrões de uso e ocupação daquelas áreas urbanas antigas foram sofrendo alterações e modificações e, nesse sentido, tornaram-se um entrave para a cidade, já que a rede intraurbana ficou subutilizada, com pouca manutenção e às vezes um empecilho à modernização. Além disso, o desenvolvimento de atividades de menor rentabilidade, informais e, por vezes, ilegais, desenvolvidas por classes populares ganham destaque na mídia, o que ajuda a estigmatizar os moradores e desprestigiar mais ainda a área em questão.

Assim, no caso de São Luís, os monumentos e fragmentos urbanos considerados significativos no passado perderam valor de uso, numa espécie de desintegração, sem quase conexão com as novas áreas da cidade, tornando-se inadequados às necessidades urbanas atuais. Isso se deu por vários motivos, tais como a setorização das atividades urbanas, a habitação nas cidades operárias e também a transferência do centro administrativo para a “cidade nova” impactou bastante a região que acolhia a maioria dos edifícios governamentais, muitos dos quais estão abandonados até hoje. Outros fatores contribuíram para o esvaziamento das atividades que historicamente se concentravam nesta área. Por exemplo, a

modernização da atividade portuária, que deslocou grande parte de sua atividade para o porto de Itaqui²³ – deixou uma série de galpões e prédios vazios.

Sob a influência das agências multilaterais, na década de 1970 os centros antigos considerados “inadequados” e preteridos pelo poder público foram incorporados ao planejamento e gestão do território, fato que consubstanciou uma configuração de novos usos e funções com as famosas políticas culturais, as quais passaram a ser pouco mais que interpretações de versões internacionais, imbuídas de sistema de ideias e valores globais. A maior demonstração dessa tese centra-se na homogeneidade dos programas de revitalização disseminados em várias partes do mundo como aponta Bidou-Zachariasen (2006.)

De acordo com essa perspectiva, os modelos de preservação se tornam relativamente padronizados em nível mundial. Estes arquétipos padronizados criaram efeitos culturais homogeneizantes ao determinarem a composição do *menu* cultural. Esta visão implica em que as diferenças locais se diluem relativamente às prioridades globais. Um exemplo disso é a possibilidade de encontrar a oferta dos mesmos equipamentos culturais (museus, teatros, suvenires) em vários centros históricos do Brasil e do mundo.

Seguindo esse receituário, no Brasil, em 1971, foi firmado o Compromisso de Salvador (GUEDES, 2002), que estabeleceu, como uma das suas principais metas, estimular a criação de órgãos de preservação do patrimônio nos municípios e nos estados, buscando realizar políticas locais de preservação. Em 1973, foi criado o Programa de Cidades Históricas, o PCH (GUEDES e SANTOS, 2002) para financiar os projetos de preservação apresentados pelos estados e/ou municípios, buscando recuperar os prédios e devolvê-los à sociedade de forma dinâmica.

²³ O Porto do Itaqui localiza-se na cidade de São Luis. As obras no Itaqui tiveram início em 1960, sob a gestão do Departamento Nacional de Portos Rios e Canais - DNPRC, transformado em autarquia em abril de 1963, com a denominação de Departamento de Portos e Vias Navegáveis - DNPVN que deu prosseguimento as obras de construção do porto. Em 28 de dezembro de 1973, foi então criada Companhia Docas do Maranhão - Codomar, para administrar as novas instalações, isto é, um cais com 637m de extensão, entregue ao tráfego em 4 de julho de 1974. Foi por meio do Convênio de Delegação entre a União e o Estado do Maranhão, com a interveniência da Companhia Docas do Maranhão - Codomar, de 30 de novembro de 2000, foi criada a Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, empresa estatal, para administrar e explorar o porto do Itaqui (ANTAQ, 2010).

O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), gerido pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), juntamente com a EMBRATUR e o IPHAN, abriu linhas de crédito destinadas à restauração de imóveis para fins turísticos e à concessão de incentivos tributários, entre outras medidas (RODRIGUES, 2001).

Para aproveitar o ambiente construído preterido pelas instituições dominantes, as edificações abandonadas ou habitadas pelas classes populares passaram a ter “novo” valor. Em outras palavras, o centro antigo voltou a ser reconhecido como parte da cidade, em vez de ser ignorado ou subjugado por parte da sociedade civil e pelo poder público, com a transformação dos bens edificados em patrimônio cultural e/ou histórico.

Assim, a política neoliberal implantada no país, a partir da década de 90, acabou por incorporar os centros antigos à vida contemporânea, ao transformar os patrimônios em mercadoria. Assim, a crescente valorização econômica dos bens culturais promoveu a consagrada união entre turismo e o legado cultural, apresentada pelo poder público como uma forma de garantir a revitalização dos espaços esvaziados e o futuro econômico das cidades que se dispunham a adotar preocupações com a cultura, atrair consumidores, que destacam a racionalidade dos comportamentos.

Cada caso tem a sua particularidade, em virtude das questões mais problemáticas das cidades, mas é possível identificar que as políticas de preservação dos patrimônios criados se tornaram recorrentes para camuflar a problemática dos vazios nos centros antigos, de modo a aumentar a oferta de terrenos no mercado e, desse modo, os preços fundiários e os preços finais dos imóveis. No Nordeste, a despeito de várias tentativas, tem sido difícil promover essa valorização, em decorrência da pressão da especulação imobiliária sobre novas áreas, principalmente em direção às praias. A ideia de novos estilos de vida e a promessa de espaços seguros parece não atrair demandas para moradia do público que se quer atrair.

Em suma, a tese da valorização da “cultura”, ao vincular-se aos processos preservacionistas, procura mostrar as ações das forças supranacionais, as causas determinantes da incorporação de um modelo ocidental de mundo e as

consequentes absorções do centro antigo, advindas dessa modelação. Como se pode imaginar, substanciam essa visão as interferências das agências financiadoras como o Banco Mundial, o BIRD, o BID, ou ainda das agências culturais como a UNESCO. Além disso, são notáveis as mobilizações de instituições e organizações não-governamentais em favor do patrimônio e dos valores culturais. O marketing e as mensagens publicitárias veiculadas pela mídia passaram a ser recorrentes, destacando a potencialidade dos núcleos históricos, estimulando a exploração do patrimônio em diversas regiões.

Desde já, pergunta-se se essa homogeneização atinge os parâmetros da preservação em São Luís. Coincidência ou não, na década de 1970 começou a ser gestado o primeiro programa de revitalização, que se desenrolou por mais de duas décadas.

2.1. Territórios recriados e reinventados pela política de preservação

A crescente preocupação das cidades com a valorização e a restauração de seu patrimônio histórico vem dando espaço e destacando as políticas de preservação, nos últimos anos, nos projetos de governo das urbes brasileiras. Esses projetos urbanísticos são geralmente implantados a partir de um plano detalhado com definição morfológica de elementos que os compõem e os que devem integrar a configuração dos espaços.

Existem, hoje, inúmeros casos de programas de preservação no Brasil (Ouro Preto, Salvador, Olinda, São Luís, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife), que praticando um estereótipo de um desenho padrão considerado desejável sob a forma de “rejuvenescimento” das áreas antigas, tentaram determinar alguns acontecimentos e atividades sociais, nos quais estão localizados bens arquitetônicos categorizados como patrimônios culturais.

A preservação do patrimônio atualmente é tratada como se fosse algo natural, mesmo se admitindo que essas obrigações foram criadas pela Constituição em vigor. É certo que, além das atribuições constitucionais, o próprio poder público traça um “padrão de comportamento” frente ao patrimônio, que deve ser seguido pela sociedade civil.

Assim, essa “naturalização” da exaltação e proteção, decorrente da massificação dos meios de comunicação, tornou-se tão intensa a ponto de construir um pretense consenso entre os discursos teóricos, práticos, institucionais e políticos sobre a questão: “a preservação do patrimônio cultural deve ser uma prioridade da gestão urbana” e pouco é pensado numa integração e organização entre as diretrizes e os instrumentos de desenvolvimento urbano, de maneira que as políticas habitacionais se articulem com a política fundiária, buscando a formação e a garantia de um programa equilibrado quanto à ocupação do território.

Segundo Camargo (2002), para se falar em preservação e localizá-la historicamente faz-se necessário revisitar a Revolução francesa²⁴ com a subsequente formação de Estado-Nação. A prática de atribuir valor artístico e histórico a objetos existe desde o Renascimento, mas, é com o fim do Antigo Regime que os profissionais especializados são imbuídos de guardar, proteger e preservar os monumentos. Segundo Choay (2001), a expressão monumento histórico só veio ser mais conhecida na segunda metade do século XIX, quando Guizot, recém-nomeado ministro do interior da França, em 1880, criou o cargo de inspetor dos monumentos históricos.

Com o fim da monarquia, muitos bens passaram a ser alvos de destruição, por serem identificados como elementos que representavam exatamente aquilo que a Revolução queria negar e cujo aniquilamento se desejava, o que desencadeou, por exemplo, o episódio ocorrido na igreja de Nossa Senhora (Notre Dame), quando foram destruídas a marretadas as cabeças dos reis de Judá, existentes na fachada. Na preocupação de salvaguardar os bens da Coroa que passaram a ser propriedade do Estado, frente às ameaças de perdas concretas, a preservação dos monumentos se tornou um tema de “interesse público” (CHOAY, 2001).

O movimento de preservação se consolidou com a criação da Comissão de Monumentos Históricos, que considerava principalmente os remanescentes da Antiguidade e também os edifícios religiosos e alguns castelos da Idade Média

²⁴ Na Revolução francesa, ocorrida em 1789, sob o lema igualdade, liberdade, fraternidade, a burguesia “tomou o poder na França, com apoio popular, e sustentou-se até 1815, quando se deu o fim do império napoleônico. Os revolucionários acabaram com os privilégios da nobreza e do clero e livraram-se das instituições feudais do Antigo Regime” (REVOLUÇÃO FRANCESA, 2010). A partir deste momento o conceito de bem cultural foi tomado como interesse público, implicando, até mesmo, uma limitação ao direito de propriedade em nome do coletivo (FUNARI, 2001).

(CHOAY, 2001). Esses monumentos passaram a ser encarados como a materialização da identidade nacional e deveriam exprimir e testemunhar “o gênio do povo francês” pelo qual os cidadãos se reconheceriam como franceses (CAMARGO 2002, p.19).

Assim, os monumentos históricos foram transformados em propriedades do povo pela atribuição do valor e do símbolo da nacionalidade e, ao mesmo tempo, tentou-se inculcar entre os cidadãos que “romper com o passado não significa abolir sua memória nem destruir seus monumentos, mas conservar tanto uns quanto outros, num movimento dialético que, de forma simultânea, assume e ultrapassa seu sentido histórico original, integrando-o num novo estrato semântico” (CHOAY, 2001, p. 113).

Quanto à prática da conservação ao longo dos anos, vários estudiosos lançaram suas opiniões e teorias sobre a intervenção nos monumentos que se mostraram de maneira divergente como é caso de Viollet-le-Duc²⁵ e John Ruskin²⁶.

De acordo com Pontes (2009), Ruskin, defendeu a teoria da “intocabilidade” do monumento degradado, por acreditar que ele deveria ser mantido sem modificação alguma. Nesta ótica, os vestígios da arquitetura e dos sítios históricos serviam para testemunhar o percurso do tempo histórico e seu efeito sobre as concepções de mundo e as realizações humanas. O monumento deveria seguir o rumo natural - sem intervenções humanas, à sua própria morte.

²⁵ Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc: nasceu em Paris, filho de uma família burguesa que cultivava as artes e a cultura, iniciou seus estudos (1830) em uma época dos grandes debates sobre as artes e arquitetura, da sistematização da formação do arquiteto e da multiplicação de revistas especializadas. Foi restaurador de monumentos francês e arquiteto ligado ao revivalismo arquitetônico do século XIX e um dos primeiros teóricos da preservação do patrimônio histórico, foi um dos responsáveis pelo reconhecimento do gótico como uma das mais importantes etapas da história da arte ocidental. Ganhara fama com a restauração de monumentos como a Sainte-Chapelle e a catedral de Notre-Dame, em Paris. Pode ser considerado um precursor teórico da arquitetura moderna e publicou livros que lhe proporcionaram grande prestígio, entre os quais *Entretiens sur l'architecture* (1858-1872) e duas enciclopédias sobre arquitetura francesa e morreu em Lausanne, Suíça (SÓ BIOGRAFIAS, 2010).

²⁶ John Ruskin Escritor, poeta, crítico de arte, arquiteto e desenhista inglês nascido em Londres, brilhante figura da arquitetura neogótica inglesa. Filho de um abastado comerciante escocês de vinhos, graduou-se pela Universidade de Oxford (1842) e realizou numerosas viagens por toda a Europa, adquirindo experiência e escrevendo seus primeiros livros. Admirador da obra de seu contemporâneo William Turner, desenvolveu uma teoria estética que foi determinante para o apogeu da tendência neogótica na arquitetura e nas artes decorativas inglesas da segunda metade do século XIX. Seus ensaios sobre arte e arquitetura foram extremamente influentes na era Vitoriana, repercutindo até hoje. (SÓ BIOGRAFIAS, 2010).

A morte desses bens provém do fato da temporalidade e a decomposição das formas e, por isso, não devia ser revertida, na medida em que ninguém tem o direito de fazê-lo (RUSKIN, *apud* CHOAY, 2001). Essa premissa sustenta que a arquitetura deve ser vista como um lugar de memória, uma forma de mostrar os pensamentos, os sentimentos dos homens, e a intervenção restauradora sobre esses artefatos seria um atentando contra a autenticidade, o que constitui a própria essência do monumento.

Por outro lado, para Viollet-le-Duc, “restaurar um edifício quer dizer reintegrá-lo em um estado completo, que pode não ter existido nunca em um dado tempo” (*apud* Pontes, 2009, p.3). A restauração pode levar o objeto às suas origens, como se fosse aquilo que o arquiteto concebeu. Essa intervenção, mesmo correndo o risco de produzir erros, deve ser realizada, já que o valor das obras do passado reside, em grande medida, no seu potencial didático, contribuindo para o progresso e o desenvolvimento da arquitetura. Nesse sentido, não apenas era considerado legítimo restaurar os monumentos, como também se tornava conveniente adequá-los à tipologia que lhes correspondia (PONTES, 2009; CHOAY, 2001).

As teses descritas como simples restauração passaram a ser apresentadas como pontos fundamentais de um assim chamado "processo de preservação". Outra contribuição foi a de Camilo Boito que, com o posicionamento de Ruskin (autenticidade) e Viollet-le-Duc (legitimidade da restauração), contribuiu na teoria e prática no campo do restauro, prolongando a vida dos bens culturais por meio de várias técnicas.

A restauração, segundo Choay (2001), assumiu um lugar de referência nos desdobramentos da preservação patrimonial, principalmente com a constituição das várias associações de classe internacionais, tais como o International Institute for Conservation of Historic Objects and Works of Art (IIC), em 1950, e o United Kingdom Institute for Conservation (UKIC), em 1953 e outros níveis nacional, regional e municipal.

Essas organizações estabeleceram diversos elementos regulamentadores da área de conservação/restauro e protetores dos bens culturais, levando em consideração cartas de restauro, principalmente a Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964) e a Carta da Itália (1987), que contribuíram com a consolidação

científica da conservação, concentrando sua ênfase "na importância de equilibrar a necessidade do uso, da compreensão e da apreciação do patrimônio cultural" (ELIAS, 2002, p.40). Segundo Fonseca (1997, p.11), os bens passaram a ser "merecedores de proteção, visando à transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos."

Com o passar do tempo, esses objetivos foram ampliados conforme aponta Choay (2001), ao afirmar que após a Revolução Industrial, a burguesia e o Estado seguiram dirigindo o mercado cultural, acentuando o valor econômico dos objetos artísticos e codificando a cultura em termos de riqueza material. Com isso, a manutenção física dos bens culturais consolidou-se como meio de valorização de propriedades.

Nessa lógica, segundo Jeudy (1990, p.48), a onda de preservação cultural que tomou conta do mundo ocidental não se contentou mais com os monumentos gigantescos, historicamente consagrados. O fato é que tudo pode ser "preservado", ao passo que muitos bens, eleitos como patrimônio, são destituídos de significado da consciência coletiva, para serem mercadorias rentáveis.

Portanto, não foi por acaso que no século XIX se intensificaram as ações de preservação de monumentos²⁷ e de institucionalização de patrimônios nacionais, de forma a criar "referências" comuns a todos de um mesmo território, o que resultou no movimento globalizado da imposição de uma história nacional que se sobrepõe às memórias regionais. Nesta lógica, "o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos" (RODRIGUES, 2001, p.16).

²⁷ Camargo (2002, p.24-25) estabelece a diferença entre monumentos intencionais e monumentos histórico. O primeiro remete a construções que pretendem perpetuar a memória de um fato, de uma pessoa, de um povo. Ex: obeliscos egípcios, arcos do triunfo romanos, lápides tumulares, etc. O segundo é um conceito construído pelo patrimônio nacional. O fato é que o intencional poder ser histórico se for escolhido por um grupo e institucionalizado pelo poder público para exaltar características simbólicas que se estendem (ou ao menos deveria), aos demais cidadãos em determinado tempo e espaço.

No Brasil, as políticas de preservação do patrimônio cultural não são tão antigas. Tiveram maior visibilidade com o movimento modernista, a partir da Semana de Arte Moderna, também chamada de Semana de 22, ocorrida no Teatro Municipal de São Paulo no ano de 1922, na qual se destacaram os intelectuais Mário de Andrade e Lúcio Costa, os quais exerceram papel determinante na criação e funcionamento do órgão federal de proteção do patrimônio.

Neste mesmo ano, registra-se a criação Museu Histórico Nacional como órgão responsável pela fiscalização dos monumentos e objetos históricos, instituído no ano do centenário da independência do Brasil com o objetivo de “guardar e expor as relíquias de nosso passado, cultuando a lembrança de nossos grandes feitos e de nossos grandes homens” (DUMANS, 1997).

Mas, é com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que a preservação do patrimônio inicia oficialmente e também com a assinatura do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, assinado pelo presidente Getúlio Vargas. Esse decreto ficou conhecido como Lei do Tombamento. Segundo Carvalho (2008), o tombamento pode ser entendido como:

um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. (CARVALHO, 2008, p. 02).

O projeto de criação do SPHAN teve como redator Mário de Andrade e foi solicitado pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1936, porém, até sua assinatura sofreu alterações. Pode-se afirmar que a criação desse órgão é fruto do fortalecimento das questões de cunho nacionalista que se desenrolavam no Brasil, visando à construção da identidade nacional, a partir da escolha de elementos que se denominavam de patrimônio histórico e depois também de patrimônio cultural²⁸.

²⁸ Inicialmente, a categoria do patrimônio estava relacionada mais diretamente com patrimônio histórico, consagrado por uma historiografia oficial e representado pelas edificações e objetos de arte. Depois houve a passagem da noção de patrimônio histórico para a de patrimônio cultural, de tal modo que incorporou ao "histórico" as dimensões testemunhais do cotidiano e os feitos não-tangíveis (BASTOS, 2010).

Baseado no modelo “*a la France*”, a preservação do patrimônio por meio do SPHAN associou a identidade nacional aos monumentos e aos bens arquitetônicos do Barroco brasileiro, construindo um imaginário sobre o patrimônio nacional estratégico para a formação do Estado Novo. Nesse sentido, a cultura brasileira passou a ser registrada por edificações e monumentos de “pedra e cal”, representativos do sistema colonial. É possível dizer que o arcabouço é igual para o Patrimônio da Humanidade (CAMARGO, 2002).

Como consequência disso, os sítios e monumentos setecentistas foram escolhidos como símbolos da identidade brasileira. Isso fez com que Minas Gerais se tornasse o “berço” da civilização brasileira, pelo fato de possuir arquitetura colonial e as artes barrocas que representavam à época, e aos olhos dos intelectuais e modernistas, o estilo “genuinamente” brasileiro. Dentre as cidades mineiras, a de Ouro Preto foi a que teve maior notoriedade na medida em que estava “esvaziada economicamente, a cidade foi usada como matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista, deixando as populações que lá moravam subordinadas a esta visão idealizada” (MOTTA, 1987, p.108).

Em 1979, o IPHAN passou por uma descentralização, sendo dividido em SPHAN (Secretaria), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo para facilitar a execução dos programas e projetos. Com a extinção da Fundação Pró-Memória, no governo de Fernando Collor de Mello, foi criado o programa MONUMENTA²⁹, pelo Ministério da Cultura, no âmbito do Plano Avança Brasil, com o apoio do BID e da UNESCO para resgatar e conservar os principais monumentos (MOTTA, 1987).

Gradativamente, iniciou-se o repasse dos trabalhos de preservação à iniciativa privada. Sob a influência do modelo globalizado, o patrimônio passou a ser visto como mercadoria e ser entendido como produto de consumo. É a “disneyficação dos centros históricos” como trata Zukin (2000). Tal ação desencadeou uma valorização do espaço, ao menos no estado aparente.

²⁹ MONUMENTA é um programa do Ministério da Cultura que atua na recuperação e preservação do patrimônio histórico com vistas ao desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O MONUMENTA, que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o apoio da UNESCO (MEC, 2008).

Destarte, o que era motivo de repulsa aos que estavam habituados à modernidade se tornou rentável, de alguma forma, para determinados grupos (empresariais, políticos, donos de propriedades do centro) que, com o uso de recursos das agências financiadoras, tal como do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foram beneficiados com as melhorias na infraestrutura.

Assim, sob a forma da “revitalização” urbana, as mudanças, necessárias ao atendimento de interesses de instituições dominantes aparecem travestidas de necessidade social imposta pelo Estado enquanto de “interesse público” criando a representação necessária, capaz de dissimular os conflitos de interesses, com o discurso da “preservação” do espaço. No prisma do “interesse público”, aprofundam os erros históricos cometidos na formação da sociedade brasileira, como, por exemplo, o aprofundamento da dependência econômica em relação aos países centrais, o processo de concentração de renda; a criação de “categorias” de consumidores, com serviços diferenciados de acordo com o poder de compra; enfim, a continuidade da prevalência dos interesses privados em detrimento do interesse público.

Segundo Sucupira (2006), as decisões apressadas, pouco transparentes para intervenções nos centros antigos beneficiaram quem sempre se aproveitou do Estado, dependente e incapaz de implementar um projeto de desenvolvimento que incluía os cidadãos excluídos. As ações de revitalização promoveram, ao redor do mundo, o deslocamento de favelas e expulsaram os grupos sociais “marginalizados”. Os problemas, não são resolvidos apenas transferidos para outro lugar (SUCUPIRA, 2006).

Arantes (2000) também chama a atenção que, na maioria dos casos, os centros históricos que passam por requalificação urbana vêm assistindo à higienização social frente à adaptação do patrimônio edificado antigo à especulação imobiliária (Smith, 2006). Essa forma instituída de atrair pessoas e novos empreendimentos para o local, seja com a promoção econômica, cultural e turística, e também com a reversão do estigma do abandono, insegurança e vandalismo que se tinha no passado, vem excluindo as pessoas de baixo poder aquisitivo como apontam Zukin (2000), Smith (2006), Leite (2007) entre outros autores.

No contexto de um mundo recentemente globalizado, a “regeneração urbana” representa uma estratégia central de competição global entre as diferentes aglomerações urbanas. Assim como na globalização, estamos em presença de uma espécie de anônima lógica econômica, e a oposição a uma tal transformação global e urbana terá um papel crucial na orientação que tomarão os novos espaços (SMITH, 2006, p.85).

Leite (2002) apontou que, sob o discurso de salvar o bairro antigo do Recife, foi praticada a higienização social, ou seja, para dar um padrão estético moldado pelo ideário da beleza, os cortiços e as classes populares precisaram sair de cena. As paisagens consideradas indesejáveis foram realocadas para áreas periféricas da cidade, para implantar-se utopicamente a homogeneização do “lugar de memória” com vistas à maior valorização do solo. Essa prática é também conhecida por gentrificação³⁰.

2.2 Gentrificação: mais uma face da política de revitalização urbana

Segundo Smith (2006), Ruth Glass, socióloga britânica, foi a criadora da expressão gentrificação, em inglês *gentrification* a que utilizou, pela primeira, vez em 1964, ao analisar as transformações imobiliárias, em determinados distritos londrinos. Entretanto, é no ensaio *The new urban frontiers: gentrification and the revanchist city*, do geógrafo britânico Neil Smith, que o processo é analisado em profundidade e consolidado como fenômeno social, presente nas cidades contemporâneas.

O termo gentrificação pode ser relativamente novo no vocabulário urbanístico, mas não é um processo recente. Foi inicialmente utilizado como uma linguagem especializada para designar "reabilitação residencial". Esta ideia já não está de acordo com o que acontece hoje. Smith (2006) fez, nos anos de 1970, uma distinção entre gentrificação (aplicada à reabilitação do estoque arquitetônico já existente) e

³⁰ Ruth Glass, utilizou o termo gentrificação para denominar o processo de expulsão da população de baixa renda em certos bairros centrais da cidade, sua substituição por moradores da classe média e a renovação das moradias, transformando completamente a forma e o conteúdo social desses espaços urbanos. Alguns autores preferem usar o termo “enobrecimento”, uma vez que “*gentrification*” deriva da palavra inglesa “*gentry*” – pequena nobreza. Atualmente, a gentrificação tem sido muito associada às consequências da alteração da composição social original de determinadas áreas de uma cidade, via programas de requalificação de espaços urbanos. De acordo com Zukin (2000) Bataller (2000), esta ação, geralmente promovida pelo poder público, provoca a expulsão de moradores que pertencem a classes sociais menos favorecidas, em decorrência dos interesses imobiliários, empresariais e financeiros.

"redesenvolvimento" (para referir-se às construções novas). Esta diferenciação fazia sentido quando as práticas de gentrificação ainda não eram operadas como renovação urbana, em larga escala. Atualmente, essa distinção, como reconhece Smith (2006), já não atende ao caráter expansivo do processo.

Atualmente, gentrificação, tanto pode referir-se à reabilitação de casarios antigos como pode englobar construções totalmente novas. Assim, o que começou como decorrência de acontecimento no mercado habitacional evoluiu para uma expressão sistemática da mudança social e econômica global, e isto não foi accidental. As cidades, tornando-se globais, levam algumas de suas dimensões a se globalizarem. "A globalização emergente da gentrificação, como a das próprias cidades, representa a vitória de certos interesses econômicos e sociais sobre outros, em geral de dimensão classista" (SMITH, 2000, p.80).

Para Arantes (2000), a gentrificação vem sendo escamoteada pelo recurso constante ao eufemismo: revitalização, reabilitação, requalificação, mal encobrindo o sentido original de invasão e reconquista inerente ao retorno das camadas mais influentes ao coração das cidades. De acordo com Smith (2006, p. 80): "a apropriação estratégica e a generalização da gentrificação como signo da competição entre cidades encontra sua expressão mais desenvolvida na linguagem da "regeneração urbana".

Independente da variação do termo que significam intervenção urbana, não se pode ignorar que gentrificação tem sido muito utilizado para fazer referência à expulsão de moradores de áreas urbanas centrais, que pertencem a classes populares. De acordo com Faccenda (2003) essa expulsão ocorre basicamente de duas formas: com a valorização das áreas por meio de investimentos de infraestrutura, a bolha especulativa acaba tornando o custo de vida e o preço dos aluguéis inviável aos padrões dos moradores originais (ou torna sua venda atrativa), forçando sua mudança para áreas mais distantes; a outra forma é promovida pelo próprio poder público, através da reintegração de posse, que nada mais é que a reapropriação dos imóveis abandonados ou em contrato de comodato, através da lei, ou pela intimação à mudança das famílias que os habitam.

Essas indicações permitem deduzir que os programas de revitalização, sob a falsa preocupação por proteger os bens podem implicar em um tipo de "asepsia" da

população pobre remanescente que não tem condições de se manter em um espaço melhorado. Na busca da preservação da memória, o que sobra são paisagens almeçadas pelas classes dominantes. No lugar de cortiços ocupados, criam-se paisagens urbanas que as classes médias e médias altas desejem “consumir”.

Embora não se possa generalizar os programas de renovação urbana, que variam no tempo e no espaço, é indubitável que eles têm por resultado mais comum a recuperação das áreas em deterioração para o usos das camadas médias ou rica e das empresas que lhes prestam serviços. Os antigos moradores destas áreas nada ganham com a renovação. Não tendo poder aquisitivo para continuar na zona renovada, são obrigados a se mudar, o que significa o mais das vezes maior distanciamento do trabalho, quando não perda do mesmo, pagamento de aluguel mais elevado (porque a renovação urbana reduz a oferta de alojamentos baratos) e a perda de relações de vizinhança, o que, para pessoas pobres e desamparadas, pode ser o prejuízo mais trágico (SINGER, 1979, p.33).

Essas indicações permitem deduzir as principais implicações com os programas de revitalização. A mais manifesta é a criação de paisagens urbanas que as classes médias e médias altas podem “consumir”, uma vez que os indesejáveis vão ser rapidamente evacuados e contribuem para a formação de identidades de classe, através de um espectro de classes significativo, ainda que de maneiras muito diferenciadas (SMITH, 2006, p.72). Mas, isso não significa absolutamente os mesmos resultados do fenômeno no mundo inteiro.

Zukin (2000) e Smith (2006) apontam que, nos Estados Unidos, o processo de gentrificação significou a retomada do centro antigo pelos poderes econômicos hegemônicos, expulsando para a periferia as classes populares que habitavam esses espaços. No caso específico do Brasil, trata-se da constituição de novas centralidades, promovidas, também, por classes dominantes que desenvolvem atividades turísticas e consumo (lazer, serviços), colocando, ainda, certa incógnita, quanto à volta dessa classe para morar no antigo centro.

O fato comum é que para o avanço do capital surgem novas formas de (re) apropriação do espaço, alimentadas pela necessidade de salvar uma cultura ameaçada. Fica claro que, para isto, é sempre necessária uma grande e ostensiva carga ideológica. Utilizados menos por sua função educativa e social do que por constituírem como estratégias econômicas, o patrimônio (mas material do que imaterial) assume destaque na constituição dessa ideologia qualificada. Ao discurso somam-se os prédios, casas, indústrias, utensílios servem como elementos de estímulo para justificar e naturalizar os programas de renovação urbana.

A ideia de revitalização, com efeito, trouxe em si o movimento de volta à cidade (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006), carregado de toda influência interior que o qualifica como acervo de bens irreprodutíveis e exclusivos, os quais, quando bem utilizados, exercem certo feitiço sobre a sociedade. A ideologia de que o passado era melhor que hoje mune esse movimento que busca resquícios culturais e históricos para absorver incondicionalmente o que se propaga.

O entendimento limitado acerca do significado de preservação e as reducionistas ações levadas a cabo pelo Estado brasileiro foram aos poucos sendo vistos com ressalvas, gerando discussão sobre a inserção dos seus efeitos. Apesar disso, pode-se dizer que a ideologia elitista e materialista continua como cerne das políticas de preservação, e estas, mesmo com novas ações e com uma nova maquiagem, continuam com dificuldades para absorver a cidade-espetáculo.

Para Sanches (2003), a cidade-espetáculo se desdobra em processos de consolidação das chamadas “cidades-modelo”, nas quais as imagens de marca são construídas pela ação combinada de governos locais, junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidades. Essas imagens aparecem como resultado do desempenho do poder público que, através de “boas práticas”, destaca as intervenções urbanísticas e valorização da cultura.

As novas políticas urbanas apoiadas nas parcerias, negociações e contratos caracterizam-se não só pela grande diferença em seus formatos, pela sua heterogeneidade e complexidade, mas, especialmente, por um aspecto comum: a busca do enobrecimento de locais anteriormente populares.

A demolição das ruas e construções antigas da cidade para uma nova organização é criticada por Sucupira (2006) já que constata uma alienação dos intelectuais, da opinião pública e da mídia sobre o assunto, no caso do centro de São de Paulo. Parece que as pessoas já estão acostumadas com o *apartheid* social e urbano, ou a “pobreza”, num passe de mágica, passou ser a invisível a todos.

A experiência da cidade de Salvador, cujo centro histórico foi revitalizado para o desfrute e convívio cultural do turismo, mostra como o projeto de modernização e embelezamento estratégico, realizado pelo Governo do Estado da Bahia, na pessoa

do Antônio Carlos Magalhães, retirou maior parte da população residente através de indenizações compulsórias, transferindo-a para a periferia da cidade (FERNANDES, 2008), em nome do patrimônio cultural.

O patrimônio surge, então, como cartão postal da cidade-espetáculo, tentando despertar o orgulho dos cidadãos e pretendendo neutralizar os muitos conflitos sociais. Não há ingenuidade nos projetos, eles servem quase sempre para esconder sob um discurso, a pobreza e a miséria, o conflito e o declínio das formas de vida social com as mediações econômicas que balizam as normas e garantem o desenvolvimento de atividades produtivas que passam a controlar o espaço público com a normatização do cotidiano.

2.3 O patrimônio como a força motriz da cidade espetáculo: porém, nada de novo

De maneira comum, o termo patrimônio traz no conjunto de seu significado uma relação estreita com a ideia de herança: algo a ser deixado ou transmitido para as futuras gerações. O patrimônio cultural é visto, portanto, como herança de um povo ou conjunto de bens e valores representativos de uma nação. De acordo com Bogéa *et al*, (2007), patrimônio cultural é o conjunto de bens que possuem valores históricos, artísticos, científicos ou associativos e que definem em diferentes escalas, a identidade de uma comunidade, um Estado ou uma nação e que devem ser preservados como legado às gerações futuras.

Para Funari (2001), a ideia de patrimônio como “referência aos monumentos herdados das gerações anteriores” remete a um caráter subjetivo, a uma relação de afetividade de símbolos do passado com olhar do presente. No entanto, a relação entre o bem cultural e a sociedade vai além dessa relação; ela carrega um caráter político, já que há determinação legal de instituir a memória social. Ao reconstituir as lembranças, o homem intervém não só na ordenação dos vestígios, dos registros, mas também na sua releitura. Essa fase é a expressão de modos como os grupos se apropriam e fazem uso do passado.

Segundo Assunção, (2003), o patrimônio refere-se a um bem ou ao conjunto de bens culturais (materiais e imateriais), e naturais que tenham valor reconhecido

para uma cidade, região, estado, país ou humanidade, sendo propriedade de todos os cidadãos. Ainda que o patrimônio seja posto como de todos, existe um contrasenso sobre o escopo dos direitos de quem escolhe o que deve ser instituído como tal categoria.

A escolha desses bens é feita por meio de determinados atores, recrutados entre os intelectuais, e com instrumentos jurídicos específicos, que selecionam e lhes atribuem valor e “novos” significados. Diante do conjunto de bens produzidos pelos diversos grupos sociais e apesar da evolução da “noção” que o patrimônio vem adquirindo, a arquitetura ainda constitui o principal testemunho da “memória” e da “história” das cidades.

No processo de preservação da cultura, observa-se que uma nova ordem política fora desenvolvida pela ação do poder público. Ao mesmo tempo em que as decisões do que vai ser patrimônio e do que vai ser preservado ficam centralizadas nas mãos de órgãos criados para esse fim, é notório que essa escolha também busca apoio das classes dominantes, de tal modo, que a história que é rememorada passa a ter referência de grupos ou famílias que tiveram um claro efeito na economia e na sociedade daqueles tempos, tais como proprietários de terra, comerciantes, donos de escravos.

Talvez por isso, não é qualquer edificação que pode ser vista como no Brasil, onde o destaque é para os “as grandes edificações”, as habitações da “elite”, enquanto os resquícios das classes populares não têm a “necessidade” de serem registros de passado, que se deseja ocultar. Conforme Fernandes (1993, p.275), houve uma “política de patrimônio que preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, os fortes militares, as câmaras e cadeias, como as referências para a construção de nossa identidade histórica e cultural e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários”.

Como que num exorcismo, esses fragmentos que teimam em emergir aqui e ali, em momentos cruciais de nossa vida, são deslocados para o passado e para outros lugares. O que é identificado e escolhido como elemento constitutivo das tradições nacionais é recriado segundo os moldes ditados pelas elites cultas e, com nova roupagem, desenvolvido, digerido e devolvido a todos os cidadãos (ARANTES, 2007, p.18)

Há também um reforço do imaginário forjado, onde as equipes de “especialistas” e políticos estão em constante busca por “tesouros” do passado ou

pela primazia da (re) descoberta, mas não propriamente da história da sociedade. Uma observação a ser destacada é a não inclusão ou mesmo menção de grupos minoritários e excluídos. Um exemplo disso são os negros e índios, cujos registros mostram sua verdadeira inserção no passado colonial, mas são pouco citados na representação das cidades, como é o caso de São Luís.

A questão do “esquecimento” desses “grupos” nas interpretações da cultura brasileira no patrimônio remete à dívida da história nacional com relação ao olhar sobre a cultura material e abre precedente para questionamentos sobre a “arte” de “preservar” e exaltar esse passado, firmando-se cada vez mais como uma construção social de extrema importância política e também econômica (RODRIGUES, 2001). Configura-se num ideal talvez inatingível, visto que é posto como uma unidade que reflete a identidade homogênea e unitária, ao mesmo tempo em que funciona como um parâmetro de distinção de povos e lugares.

O patrimônio se destaca dos demais lugares da memória uma vez que o reconhecimento oficial integra os bens a este conjunto particular, aberto às disputas econômicas e simbólicas, que o tornam um campo de exercício de poder. Mais que testemunho passado, o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressas na apropriação de parte da herança cultural, dos bens que materializam e documentam sua presença no fazer histórico da sociedade. O patrimônio não é, porém, uma representação de todos [...] agindo como um fator de dissimulação das diferenças sociais e culturais (RODRIGUES, 1996, p.195)

O resultado desse processo “seletivo” da memória interrompe a demonstração da contribuição das classes populações e se dá pela determinação de paisagens, as quais edificarão a cultura e o lugar que se quer instituir pelas classes dominantes. Zuking (2000, p.84) aponta que a paisagem, enquanto ordem espacial apresenta-se como marca “das instituições dominantes na topografia natural e no terreno social, bem como todo o conjunto do ambiente construído, gerenciado ou reformulado de algum modo”.

Neste sentido, as paisagens serviram de caminho para a distinção dos modos de vida, dos hábitos culturais e dos processos econômicos. Do mesmo modo que a paisagem nas suas variedades como categorias de valor natural ou construído é resultante de negociação e disputa entre concepções diferentes e por vezes conflitantes de atores, torna-se base para a criação de um “tempo imutável” no constante movimento de transformação do tecido urbano.

Arkette (2004) enfatiza a fluidez das paisagens, sublinhando o modo como estas se relacionam com a identidade, o local e o tempo histórico. Não obstante, estas passam por alterações associadas a dinâmicas urbanas e produção do espaço. Muitas vezes, a determinação de paisagens busca apresentar um ideário de qualidade, limpeza e diversão.

Buscando entender como se constitui a memória coletiva em face dos acontecimentos presentes, chega-se à conclusão de que ela não é somente uma conquista, mas também um campo de exercício de poder porque a maior parte da população não tem tido muitas alternativas senão aceitar as imposições dos monumentos como um elo entre presente e passado, embora em uma linha descontínua. Na verdade, a quem cabe decidir o que é patrimônio de uma cidade, região ou país? Quais os interesses em buscar os significados de coisas e imprimir uma interpretação unívoca, de modo a ultrapassar a ordem simplista e abstrata das produções que consubstanciam a cultura de um povo?

Embora esses esforços e interesses ocultos apareçam como resultado da criação dos patrimônios (representado por diversos bens) recaem sempre sobre uma escolha, e como toda escolha tem um caráter arbitrário, “resulta da seleção de alguns elementos, enquanto outros seriam passíveis de esquecimento e destruição” (CAMARGO, 2002, p. 96). De um modo geral, a escolha tem um modelo concentrador e socialmente excludente, por uma série de traços que a caracterizam como uma gestão autoritária, uma vez que limitam a participação da população nos processos de tomada de decisão de qual bem escolher para representar a sua cultura.

Essa postura é muito similar ao que Arantes (2007) identifica como a justa posição de cultura popular.

Desse ponto de vista, a “cultura popular” surge como uma “outra” cultura que, por contraste ao saber culto dominante, apresenta-se como “totalidade” embora sendo, na verdade, construída através da justaposição de elementos residuais e fragmentários considerados resistentes a um processo “natural” de deterioração. Justificam-se, portanto, aos olhos desses teóricos, as tarefas de seleção, organização e reconstrução da “cultura popular” que os ocupantes dos lugares de poder da sociedade atribuem a si próprios (ARANTES, 2007, p.18).

A valorização do patrimônio exige uma análise de conceitos fundamentais, do uso conferido, especialmente, dos diferentes interesses de classe sobre o passado

histórico urbano e, seja pelo fato de ter absorvido pela concorrência entre as cidades, seja pela mudança de usos que assumem dentro da trama urbana, hoje é difícil tratar a questão em toda a sua complexidade se for direcionado o olhar só para questão pelo crivo do nostálgico.

Nos últimos anos, o patrimônio tornou-se um captador de investimentos, em torno do qual se formula (importa-se) um consenso de que já não é aceitável que a memória desapareça. Nesse sentido, uma ação preservacionista é bem vista porque promete às gerações presentes e futuras a oportunidade de conhecer o seu passado, ao mesmo tempo em que é uma propriedade em forma de objeto, que implica em questões relativas à posse e controle, alienação e exploração como recurso econômico.

Além de testemunhar a memória histórica, o patrimônio passou a servir como elemento de atração das cidades e, com a reorganização espacial estritamente relacionada com os atuais sistemas produtivos teve o interesse econômico em primazia, desencadeando a consolidação de um modelo “hegemônico”. Logo, o patrimônio, que não é um dado sempre existente, mas uma invenção social, ganhou força e hoje em dia o que está havendo é um “redescobrimento” do local, e a preservação desses bens tombados está subjacente à atividade econômica. Assim, o crescimento da importância dada pelo poder público ao patrimônio fundamenta-se não apenas no reconhecimento de seu valor cultural, mas principalmente em seu potencial como mercadoria de consumo cultural (RODRIGUES, 2001).

No caso do Nordeste, existem exemplos de cidade como Salvador, Recife, João Pessoa, Fortaleza, Maceió, onde o poder público utilizou-se dos centros históricos, antigos centros, para atrair investimentos com a política cultural e conseqüentemente de preservação do patrimônio. O acervo cultural edificado vem ganhando notoriedade, representando, em regra, uma mercadoria, de exploração imediata e superficial da “identidade da cidade”. O poder público realizou investimentos prometendo valorizar o patrimônio, na crença de que isso resolveria todos os problemas urbanos onde esses bens estão localizados.

Em uma análise mais acurada, o debate sobre a preservação do patrimônio tem grande importância, já que o poder público se apresenta constitucionalmente imbuído de preservar a herança, a memória, embora o mesmo destrua o legado ao

se omitir ou realizar ações que aniquilam os bens tombados. Se a política de preservação do patrimônio surgiu como uma necessidade de evitar o desaparecimento dos traços urbanos do passado como e por que o poder público promove ou colabora com a sua extinção?

Toma-se como uma das respostas que isso depende dos interesses das classes dominantes. Os símbolos “representativos” das cidades, dos lugares, ou dos saberes de um povo, foram e são destruídos, em nome da modernização e progresso da cidade e os interesses empresariais. Os valores culturais ideológicos, como a preservação do patrimônio, mascaram a realidade e beneficiam, prioritariamente, o capital mercantil, a especulação imobiliária e setores da construção civil (BURNETT, 2008).

Um dos exemplos mais claros de modernização e destruição é a cidade de Paris, onde o projeto de “embelezamento” estratégico, realizado pelo Barão de Haussmann³¹ resultou na demolição de, aproximadamente, trinta mil casas medievais para dar lugar a praças, jardins, pontes e aos famosos bulevares. Segundo Choay (2001) a demolição de casarões expressivos e a descaracterização de imóveis valiosos se deram em nome de um “falso” progresso. Na realidade, essa prática expulsou para a periferia os antigos moradores da classe trabalhadora, em função da nova organização urbana.

A influência do Plano Haussmann foi praticamente um modelo “universal” e se traduziu em reformas realizadas não só em diversas cidades da França como também em Roma, Madri, Barcelona, cidade do México, Chicago, Nova Déli e outras, tendo sido adotado também no Brasil, onde principalmente o poder público vem demolindo imóveis sob o discurso da modernização. A questão que se coloca é como o poder público consegue ofuscar a destruição da memória edificada que se diz tão importante para constituir a identidade da nação, região ou cidade.

Partindo dessas exposições, percebe-se que o patrimônio experimenta uma arriscada fusão com a destruição e consumo que, ao explorar sua forma e conteúdo,

³¹ O Barão Haussmann, também chamado de “artista demolidor” foi responsável pela reforma urbana de Paris, determinada por Napoleão III, tornou-se muito conhecido na história do urbanismo e das cidades. Executou a abertura de avenidas, retas e largas, ao mesmo tempo criando mecanismos de cessar as barricadas, insurreições populares muito recorrentes na época. (BENÉVOLO,1994).

em seus limites, pode caminhar para a inversão de seus fundamentos construtivos e produtivos, em um jogo de causas e efeitos, aparentemente sem regras e limitações, na busca do grau máximo da rentabilidade.

Como se vê, o mundo encantado do patrimônio não é tão perfeito como parece, porque além de ser uma invenção, expandida e pulverizada em diferentes sociedades, adquiriu diferentes significados e não deixa de ser também resultado de manipulação ideológica que provoca o consumismo e aprofunda o processo de alienação do jogo de sentidos com a estetização da mercadoria (HAUG,1997).

A estetização é uma metáfora com que Haug (1997) designa criticamente a forma das mercadorias, como uma relação social que assume a forma fantasmagórica de uma relação de coisas dotadas de vida própria. Consiste numa ilusão que naturaliza um ambiente social específico, revelando sua aparência de igualdade e ocultando sua essência de desigualdade.

Logo, o que Haug (1997) quer dizer com isso é o fato de o produto exercer um controle sobrenatural mesmo sobre o comprador, muito além daquele do valor de uso, ou seja, a finalidade a que se destina o produto. Segundo Haug (1997), no modo capitalista, a apresentação estética faz-se através das mercadorias e tem a função de provocar a necessidade de compra em função da propaganda, o imperativo do design e sua demanda permanente de "belas formas", o desenvolvimento e a sofisticação do gosto os requintes e ditames da moda.

Nos centros antigos, com seus patrimônios culturais, organizados a partir de imagens vendíveis, não há lugar para a expressão de pobreza, medo, insegurança, entre outros fenômenos considerados ameaçadores, tidas como inferiores, rebaixando, na hierarquização social, aquele que a expressa. Os produtos são, então, ofertados como meios de acabar com a tristeza e, quem sabe, um desejo instintivo insatisfeito (fome, segurança, sexo, lazer etc.).

Além da criação de expectativas, o processo mercadológico que permeia a oferta e procura do patrimônio cultural incita a novas tensões cotidianas a culturas herdadas, na medida em que a implementação da lógica capitalista cria modelos de referência comuns a todos os que habitam nesses espaços, buscando uniformizar

tradições e comportamento em torno de pretensos interesses econômicos, com fim de impor de “costumes globais” que se sobrepõem às memórias locais.

Nesta perspectiva, o caráter estetizante, tem um papel fundamental para alienar a consciência humana. Além de promover o consumo da cultura, tão em voga, produz o que se pode chamar de exclusividade de patrimônios. Desse modo, características como autenticidade e singularidade, peculiares ao discurso do resgate histórico-cultural da cidade, têm se mostrado imprescindíveis.

Assim, a “determinação estética”, desenvolve a serviço da realização do valor de troca o desejo de posse no consumidor. Então, nesse contexto de compra e venda da mercadoria patrimônio, remete a uma reflexão sobre os interesses que a cultura “(re) descoberta” desperta, o que pode preceder o atendimento de necessidades de observadores, em detrimento dos anseios dos que vivem nesse espaço.

Haug (1997), alega que a estética da mercadoria é o elemento que neutraliza as relações sociais de desigualdade que, cimentado por ideologias, torna neutra ou natural a realidade de exploradores e explorados. Assim posto, o modelo de preservação vai aos poucos sendo estabelecido, com papel inédito delegado ao poder público, de salvar a cultura, cuja atuação se restringe em criar lastros de fragmentos de operações pontuais e a implantação da política do “patrimônio e circo”³².

Em diversos contextos, observa-se que as pessoas são ludibriadas por acharem que têm acesso à cultura resgatada e todos os meios de diversão que as cercam. Na verdade, uma pequena parte dessa população tem direito aos benefícios da revitalização do centro, pois nem todos têm condições de entrar nas casas de shows onde os espetáculos acontecem ou podem pagar pelos produtos e serviços dispostos nessa área que pratica preços para o público turístico.

³² Analogia da política do pão circo. Nessa medida, o poder público realiza espetáculos, festas e eventos nos quais a população é convocada para participar. Durante a mesma ocasião, é inculcado na cabeça das classes populares que o patrimônio deve ser preservado, mas que elas não têm condições de fazê-lo, por isso devem sair para que a classe dominante cultive salve a história e tradição. Para que isso não acabe culminando em revoltas, ou resistência a política do patrimônio e circo entra em cena.

Além disso, os centros revitalizados são apresentados como um espaço em que as classes populares podem “aparecer” mediante a apresentação das manifestações culturais, como uma forma de atuar na conscientização e auto-estima e, desta forma, acabam esquecendo os problemas da vida, diminuindo as chances de insatisfação e de revolta com a reapropriação do espaço urbano de forma segregadora.

Apesar de todos os esforços e dos mecanismos ideológicos para que focos de resistências não surjam em função das obras e intervenções realizadas, e da estratégia política adotada, esta não foi a realidade do Pelourinho em Salvador e talvez em outros centros do Nordeste. Nas desapropriações dos imóveis, houve movimentos sociais reivindicando que os direitos fossem respeitados. Muitos trabalhos foram apresentados como denúncias ao entusiasmo do “novo Pelourinho”. Um episódio que merece atenção é a luta e resistência dos ocupantes do Prédio dos Alfaiates, apresentado no trabalho de Barros e Pugliese (2005), frente à desapropriação das memórias indesejáveis no centro histórico.

Essa (re) composição urbana dos centros históricos é permeada por intensas interações e também conflitos entre os grupos sociais mais interessados ou beneficiados pelas intervenções urbanas em ambientes distintos. Alguns oferecem níveis satisfatórios de aceitação, enquanto outros não aceitam essa suposta valorização do patrimônio em detrimento das garantias dos direitos sociais. Entretanto, acredita-se que muitas dessas resistências passam a ser arrefecidas com o discurso ideológico da política de preservação, que massifica a ideia de que o objetivo maior é recuperar e reverter os processos de declínio e/ou degradação dos imóveis e que a volta da época áurea do passado resolverão todos os problemas urbanos atuais.

Diante disso, torna-se, pois, cada vez mais urgente, a respeito do súbito interesse nos centros antigos no Brasil, notadamente na década de 1970 um questionamento crítico da noção de patrimônio histórico e cultural e das práticas de intervenção urbanas que lhe são tributárias. O que exatamente está por trás desse movimento de resgate da cultura e do passado no momento contemporâneo? E o que dizer do uso centro antigo em nome da cultura como estratégia principal de captação de recursos para realização de novos projetos ditos de preservação? Qual

é o sentido a revitalização sobre os modos de vida com a nova função que foi dada? E ainda o que pensar sobre os problemas urbanos antigos, relegados pelo poder público? Seria a preservação a solução para os problemas do centro antigo?

Não se tem respostas para todas essas questões, mas se observa que, nas últimas décadas, vêm se consolidando no Nordeste iniciativas que desencadeiam no modo de produzir a região como ponto convidativo para o turismo e comércio, tendo como mercadoria principal a cultura, muito valorizada pelo capital transnacional. O que ocorre é que esse modelo não satisfaz às necessidades urbanas que lhe são prementes no lugar. Quem conhece a realidade nos centros históricos sabe que as reivindicações são inúmeras, mas a política para a valorização da cultura parece ser a primeira necessidade dos indivíduos frente a tantas outras.

Reforça-se que a intenção aqui, portanto, é averiguar o caso de São Luís, que adotou a preservação como prioridade, e compreender como essa intervenção, realizada pelo poder público, alterou a configuração do centro tradicional de São Luís.

3. BAIRRO DA PRAIA GRANDE: lembranças de um oásis de centralidade

O centro histórico de São Luís é composto por vários bairros e compreende o núcleo primitivo da cidade o bairro da Praia Grande. Datado do primeiro quartel do século XVII, bem como os espaços adjacentes da expansão urbana ocorrida nos séculos XVIII, XIX e início do século XX. Está situado na faixa costeira noroeste, na confluência dos rios Anil e Bacanga. É composto de ruas e monumentos arquitetônicos da época do Brasil colonial.



Figura 2: Mapa dos bairros que compõe o centro Histórico e do Anel Viário
 Fonte: mayafelix.blogspot.com/2007_09_01_archive.html

O bairro da Praia Grande foi sede das primeiras atividades econômicas de médio e grande e primeiro quartel de centúria. Por causa do porto, tornou-se centro comercial, onde se importavam e exportavam mercadorias controladas por militares e chefes do executivo da cidade, o que possibilitou a concentração de atividades

comerciais e residenciais por muitos anos. Contudo, devido a vários fatores geográficos, como a presença constante de terrenos baixos e pântanos que dificultavam o atracamento dos braços, fizeram com que aterros fossem realizados para melhorar o intercâmbio comercial com outros países.

Segundo Reis (1990 b1), o nome Praia Grande está associado às reentrâncias que se compunham na maré baixa, chamadas vulgarmente de praias. Existiam muitas delas que eram identificadas por nomes específicos, tais como Ribeirão, Santo Antônio e uma das maiores, que era conhecida como Grande, ou seja, a sua constituição natural “não era mais que um vaso paul³³ deixado e refeito, a cada maré vazante” (MEIRELES E TEIXEIRA, 1979).

O mar, ontem como hoje, invadindo terra a dentro, emprestava à foz do Ibacanga —que em verdade não passa de um modesto riacho insular— a largura quase majestosa de cerca de um quilômetro de extensão, como se fosse ele um verdadeiro e portentoso rio. Mas, a cada refluxo de suas ondas na intermitente oscilação das marés, deixa-lhe nas margens aquele lodaçal fétido que então se alargava, ladeando a Rua do Trapiche, desde a Rampa do Palácio ao pé do antigo Forte de São Luís, até a Rua da Estrela onde se confrontavam a Alfândega e o Arsenal da Marinha, e em o qual vinha descambar, em acentuado declive, a ladeira da Rua do Giz. (MEIRELES E TEIXEIRA, 1979, p.1).

A história do bairro ludovicense³⁴ está intimamente ligada à história da própria cidade, fundada em 1612 por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, autorizado pela rainha regente Maria de Médice, que escolheu um lugar estratégico para a fundação da colônia e do Forte de Saint-Louis, em homenagem a Luís XIII (OLIVEIRA, 1996). Da preocupação com a defesa de possíveis ameaças, já que o território maranhense estava sobre o júdice português, deu-se a construção de um forte que se caracterizou por uma construção no alto da colina, próximo ao porto e da região comercial e com uma barreira natural constituída por uma elevação abrupta do terreno que assegurava boa visibilidade da entrada da reentrância formada pelos rios Anil e Bacanga.

Atualmente, nessa construção situa-se o Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado que (MARANHÃO, 1997). D' Abbeville (1975, p.57) refere-se a este local afirmando:

³³ Terreno alagadiço; pântano (BUENO, 1996).

³⁴ Ludovicense é o natural de São Luís-MA.

(...) escolheram uma bela praça, muito indicada para esse fim por se achar numa alta montanha e na ponta de um rochedo inacessível e mais elevado que todos os outros e donde se descortina o terreno a perder de vista, assim entrincheirado, formando um baluarte ao lado da terra firme, é inconquistável e tanto mais forte quanto cercado quase por completo por dois rios muito profundos e largos que desembocam no mar ao pé do dito rochedo (D'ABEVILLE, 1975, p.67)



Figura 3: Imagem do Palácio do Governo (Antiga Fortaleza de São Luís)
Fonte: SKYSCRAPERCITY, (2009).

Em função do porto, a Praia Grande consistiu-se num local obrigatório para carga e descarga das mercadorias, mas a estrutura física não era tão favorável para o desenvolvimento das atividades comerciais. Em período de maré vazante tornava-se difícil o atracamento das embarcações na Ponte da Alfândega, e o lameiro dificultava e praticamente impedia o desembarque dos produtos vindos de outros países e ao mesmo tempo o abastecimento das naus com artigos regionais.

Como o trabalho de carga e descarga na situação de maré baixa, realizado nas costas de escravos ou em ombros dos marinheiros, trabalhando, uns e outros, atolados no lodo até meia canela (MEIRELES E TEIXEIRA, 1979, p.1), requeria mais tempo e pessoas para ser realizado, os custos operacionais aumentavam, e isso, conseqüentemente, refletia diretamente nos preços dos produtos para os seus respectivos consumidores.

O lamaçal como porta de entrada da cidade tornou-se pouco convidativo para quem almejava ter interação com os comerciantes da área. Tal empecilho se tornou uma preocupação, visto que houve solicitações de seus governantes à metrópole para que fossem tomadas providências necessárias à organização do local, sugerindo a construção de um cais e de uma praça (MEIRELES E TEIXEIRA, 1979). Com o passar do tempo, a reivindicação foi atendida e teve como resultado o aterro desse lodaçal, juntamente com construção de um cais de sustentação, que passou a ser denominado de Praia Grande.

Do lado da Maioba, banhava o sopé do rochedo uma depois chamada Praia Pequena, que desaparecia com a construção do Cais³⁵ da Sagração (1841/1844); do lado do Bacanga, uma dita Praia Grande porque maior do que aquela, e que também começaria a desaparecer com o aterro que se iniciou em 1784, para então projetada construção do cais defronte da Alfândega velha e que só concluiria em 1805 [...] (REIS, 2002, p.17)



Figura 4: Imagem Rampa de Desembarque de São Luís (Álbum Maranhão – 1908)
A Rampa de Desembarque correspondente ao local onde se encontra atualmente o Terminal Hidroviário. Fonte: Cunha, (2008)

O porto da Praia Grande como o principal entreposto comercial, entrada e saída obrigatória da cidade através do transporte marítimo-fluvial, constituiu-se

³⁵ O nome do cais foi dado em homenagem à Sagração de Dom Pedro II aos 14 anos de idade em 1840.

durante muito tempo em um importante elo de escoação da produção do algodão, açúcar, babaçu, arroz e outros produtos para o mercado externo. E por sua importância econômica atraiu a instalação de firmas e o desenvolvimento de comércios relacionados ao transporte marítimo (GISIGER, 1978).

Não diferente dos portos brasileiros, daquela época, que têm sua origem ligada à expansão colonial europeia e à mundialização das trocas comerciais desde o século XVI, associados aos processos de dinamização das cidades e à ocupação do território nacional (CUNHA, 2006), a Praia Grande foi se estabelecendo como um espaço urbano que se configurou pela relação estreita com a Europa, notadamente Portugal.

A interação intensiva influenciou vários fatores conjunturais da região subsequentes até o final do século XIX (MARANHÃO, 1997), principalmente no plano urbanístico³⁶ que conferiu a expansão da cidade, por um determinado tempo, um aspecto de regularidade geométrica.

Uma das atividades comerciais diretamente, associada ao porto, nos séculos XVIII e XIX, consistiu no tráfico de escravos. A região tornou-se um dos maiores pontos de recepção de negros trazidos da África, que desempenharam papel importante para o desenvolvimento da cidade, porque eram utilizados como mão-de-obra nas fazendas de algodão em benefício da aristocracia rural. Prado Júnior (1986) pontua sobre essa atividade que durou quase 300 anos mudou significativamente o cenário do Maranhão³⁷:

Não é somente economicamente que se transforma; a mudança é mais profunda. Com o algodão vieram os escravos africanos – ou vice-versa, preferivelmente-; modifica-se a feição étnica da região, até então composta na quase sua totalidade, salvo a minoria dos colonos brancos, de índios e

³⁶ O porto da Praia Grande tinha a vantagem de ser passagem obrigatória, além disso, na época das navegações a vela, em função de correntes marítimas e ventos, a ligação do Maranhão com a Europa era mais fácil do que com o restante do país. Esse 'isolamento' repercutiu na configuração urbana em quase todos os aspectos da vida na região (Cidades Históricas, 2009) Francisco Frias de Mesquita, engenheiro-militar e arquiteto português com destacada atuação no Brasil colonial. Projetou e construiu várias fortificações. Foi responsável pelo plano da cidade de São Luís do Maranhão, dando-lhe a forma de um tabuleiro de xadrez, com ruas retas (ZENKNER, 2002).

³⁷ Atualmente a população negra no Maranhão ainda é bastante significativa. A maioria da população é negra ("pretos" e "pardos"), estando espalhada por todo estado. Embora essa população seja significativa sofre com a falta de políticas públicas. A maioria vive com os piores salários, com menos, por exemplo, oportunidade de acesso à educação, à saúde e ao trabalho Para maiores detalhes consultar Desigualdades Raciais no Estado do Maranhão: um panorama através dos indicadores do Censo 2000 (PAIXÃO, 2003).

seus derivados mestiços. O algodão apesar de branco, tornará preto o Maranhão (PRADO JÚNIOR, 1986, p. 82).

Durante a época colonial, o tráfico marítimo tornou-se fator decisivo para o desenvolvimento das sociedades, conforme comenta Tracy (1997) no livro sobre a organização da economia mundial (*The political economy of merchant empires*). O reconhecimento da importância do comércio a longa distância resultou na preocupação e proteção das rotas marítimas estratégicas, bem como em modificações na composição da logística portuária.

Em São Luís, além da modernização do Cais houve também a construção de um armazém que foi denominado de Terreiro Público, Casa das Tulhas ou Curro. A ideia de construir este terreiro correspondia ao estágio de desenvolvimento em que o arruado se encontrava, tornando-se o mais importante centro de abastecimento organizado da cidade com a disposição de barracas para a venda de gêneros. Com a exceção da carne de vaca, neste espaço eram comercializados farinha, peixes, mariscos, frutas, legumes, aves e outros animais

No decorrer dos anos, o terreiro foi perdendo o prestígio aos olhos dos governantes e em 1833 foi extinto com a derrubada de seus barracões, fato que gerou certo prejuízo à população que já se acostumara a frequentar esse ponto de comércio como ponto de confluência de produtos e pessoas. Quer pelas suas peculiaridades, como a venda de especiarias e produtos locais, quer para manter traços simbólicos, já se tornara um centro tradicional.

Depois de duas décadas, em 1855, iniciou-se uma nova construção no antigo perímetro do terreiro, a qual foi concluída depois de sete anos pela Companhia Confiança Maranhense, onde passou a funcionar a chamada Casa da Praça. Esta nova sede conferiu a ampliação de um maior número de estabelecimentos comerciais. Ainda hoje essa edificação existe e abriga a Feira da Praia Grande. Na sua entrada, tem o Brasão do Império, datado de 28 de julho de 1855. O brasão tem diversos elementos lusitanos, denotando o vínculo histórico que ainda se reconhecia com a antiga metrópole.



Figura 5: Brasão do Império na entrada da Feira da Praia Grande
 Entrada principal da Feira da Praia Grande: arco em serralheria, com as iniciais CM (Confiança Maranhense) e o ano de inauguração da Casa das Tulhas. Existe mais três entradas secundárias, cada uma voltada para as ruas que circundam a Feira: Rua do Trapiche (atual Rua Portugal), Beco Catarina Mina (a chamada Entrada Sul) e Beco da Alfândega. O brasão está com a data de 28 de julho de 1855, ano de início da construção no antigo perímetro do Terreiro Público. Com observação durante a pesquisa o emblema encontra-se mal conservado na medida em que se percebe a gradual perda de alguns dos seus elementos constitutivos. Fonte: Silva (2009)

No início da composição da cidade, a Paia Grande atraiu a mobilidade de pessoas que se deslocavam em busca de obter e usufruir de bens. Em geral, esses deslocamentos espaciais se tornam regulares e socialmente determinados e disputas passam a ocorrer em função do domínio ou controle do tempo e energia gastos nesses deslocamentos espaciais (VILLAÇA, 1998).

Com isso, desenvolveram relações sociais mais complexas e que demandaram consolidação de instituições sociais comuns entre elas, como, por exemplo, o Estado, a religião ou o comércio. O porto e todas as instituições em seu entorno, direta ou indiretamente, fizeram com que houvesse a necessidade de proximidade com a área. Com a exportação de algodão e cana-de-açúcar e o desenvolvimento do comércio, houve uma configuração urbana marcada pela presença de firmas comerciais que abasteciam a Europa, a cidade de São Luís e o interior do Maranhão. Esse movimento colocou, frente a frente, empresários e trabalhadores e mais uma enorme camada intermediária de novos ofícios como a demanda por serviços.

Além disso, houve a construção de grandes sobrados³⁸, que representam a opulência e riqueza da época. Ainda hoje, tem como na composição do tecido urbano uma concentração de edificações na maioria de três pavimentos e muitas delas apresentam materiais utilizados para a adequação ao clima local, tais como o uso de azulejos sobrados, aspecto que diferencia a área dos demais bairros do centro histórico, onde existem centenas de imóveis do período colonial e imperial, e início do século XX, caracterizados, sobretudo, por “telhados em telha de barro do tipo capa-e-canal, beirais curtos terminados com cimalkas trabalhadas, vãos estreitos regularmente dispostos e emoldurados, balcões guarnecidos de grades de ferro batido e piso em pedra de cantaria” (MARANHÃO, 1997, p.14).

Do ponto de vista histórico, a expansão e a construção dos sobrados tiveram como consequência o enriquecimento registrado no Maranhão entre a segunda metade do século XVIII e meados da primeira metade do século XIX, em virtude da exportação de açúcar e algodão. Nesse período ocorria a reconstrução de Lisboa, após um terremoto que destruiu parte da cidade em 1750, o que influenciou a arquitetura da expansão de São Luís. Santana (2003) aponta como Portugal se tornou referência na construção das moradias.

A cidadela de São Luís estendeu-se, pouco a pouco. As edificações, incluindo-se as moradias – ainda sob forma rústica e embrionária – procuravam expressar o modo de ver a arquitetura e a carpintaria dos edifícios metropolitanos. De fato, aproveitando tradições urbanísticas de Portugal, as vilas e cidades do Brasil colonial apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos. As ruas, não possuíam calçamento, com raras exceções, nem eram conhecidos passeios (SANTANA, 2003, p. 56)

Tendo concentrado por muito tempo o monopólio das decisões e das relações político-econômicas da região, devido às funções conexas e inseparavelmente ligadas do comércio e ao porto, as transformações conjunturais fizeram com que esses casarões, um dos símbolos de distinção entre as classes, fossem sendo abandonados pelas famílias que buscaram novos espaços no processo de expansão da cidade, se afastando do cais.

³⁸ Os sobrados: edificações de até quatro pavimentos de uso misto. No térreo, funcionava o comércio e dependências de serviço; nos demais pavimentos, o uso era residencial. Apresentam sacadas em pedra de lioz, e outros balcões corridos em toda a extensão de abertura dos vãos, que são guarnecidos por gradis de ferro com desenhos variados. Um bom número dessas construções possui mirantes (pavimento que aproveita o desvão gerado pela inclinação de telhado) (MARANHÃO, 1997).

Essa fuga do antigo centro conseqüentemente alterou o perfil socioeconômico e redefiniu o posto de centralidade mediante a criação de novos subcentros³⁹ no próprio centro histórico e no resto da cidade. Sposito (1991) ao estudar a área central das cidades capitalistas, a qualifica e conceitua da seguinte forma:

o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência/divergência. é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo (SPOSITO, 1991, p.7).

Cabe destacar, conforme atestado por Villaça (1998), considerando as diferentes periodizações, que processos gerais e urbanos do lugar podem ser ou deixaram de ser centro, cujo resultado é refletido no conteúdo social e na estrutura urbana. E que a compreensão da estrutura e organização do espaço urbano, as relações socioespaciais devem ser concebidas de formas dialeticamente inseparáveis, já que as formas e funções do espaço urbano são produzidas pelas relações sociais nele desenvolvidas (SOJA, 1993).

Neste sentido, o bairro da Praia Grande é palco de reprodução dessas relações entre classes e segue as estratégias dos agentes transformadores do espaço urbano, que interagem e produzem múltiplos espaços desiguais, na medida em que foi produzido e reproduzido de acordo com os interesses das classes dominantes. Numa época apresentou-se como centro historicamente determinado, não significando a sua permanência como área central.

Como foi apontado, a Praia Grande, por mais de 300 anos, foi a mais importante localização da cidade. O povoado apresentou todas as principais características de um arruado do período do Brasil colonial. São exemplos típicos dessas características suas relações com o mar, através do porto, a função político administrativa, escravocrata, de mercado importador e exportador e concentração da população.

³⁹ A expressão subcentro é utilizada para designar aglomerações bastante diversificadas e equilibradas de comércio e de serviços não enquadrados como centro principal (VILLAÇA, 1998).

Reuniu uma gama variada de funções e de pessoas, concentrou funções institucionais, administrativas, comerciais e financeiras, foi privilegiada com investimento de órgãos do poder público e agentes privados, que se sediaram nessa área, dando-lhe uma configuração nos padrões de uso e ocupação do solo urbano. Devido às transformações em curso na cidade, deixou de ser centro. De acordo com Villaça (1998): “(...) nenhuma área é ou não é centro; como fruto de um processo – movimento – torna-se centro. Em Maranhão (1981) registra-se a perda de centralidade:

A área em questão – de aproximadamente 7 hectares – funcionou desde a fundação da cidade como centro econômico da província/ estado. Ali instalaram-se as companhias de importação e exportação, armazenamento e comercialização, que dirigiam o desenvolvimento da região. Intervenções econômicas dos últimos 50 anos têm reduzido sensivelmente esta vocação do bairro, gerando uma deterioração progressiva que hoje já manifesta pelo comércio marginalizado, habitação subnormal, edificações sub-utilizadas e mal conservadas.(Maranhão, 1981, p.8)

E o que era marcado como centro para a classe dominante, composto por densidade de serviços oferecidos, e instituições político administrativas, perdeu centralidade. Qual o motivo disso? A estrutura e a organização dos espaços mostram-se em constante dinâmica de acordo com os propósitos das classes dominantes em cada contexto histórico-temporal.

3.1 Transformações citadinas e o esvaziamento como nova condição urbana

A origem e desenvolvimento da Praia Grande estão diretamente ligados até a década de 1830 ao porto que adquiriu importância comercial e residencial. As áreas próximas ao porto atraíram pessoas e construções, o que fez surgir a necessidade de melhorias na infraestrutura com as riquezas advindas do comércio. A dinâmica da exportação e logo depois o desenvolvimento do capitalismo fizeram a cidade experimentar um impulso nas transformações espaciais.

A cidade de Santos, que esteve nesse sistema de exportação, também sofreu impactos com a dinâmica comercial que favoreceu a ampliação de funções administrativas, militares, comerciais, e religiosas. “Simultaneamente, novos setores apareciam: transportes, bancos, comércio exportador, ferrovias, indústrias e

empresas de serviços públicos” (GAMBETA, 1984), consolidando o centro nessa urbe.

Villaça (1998) coloca que, devido à concentração de atividades ou serviços, a área central torna-se o principal ponto de acessibilidade da cidade. Essa acessibilidade é determinada pela centralidade, que determina o valor do uso do solo. Diante disto, a acessibilidade alcançada pela Praia Grande, cujas atividades desenvolvidas conseguiram elevar a capacidade de concentrar pessoas, produtos e serviços se constitui o centro da cidade por um determinado período.

Por muito tempo, o bairro foi valorizado pelas classes dominantes, mas no final do século XX começou a enfrentar a concorrência, principalmente, de vários bairros vizinhos e de outras centralidades da cidade nos diversos setores econômicos. Teve participação relevante na constituição da cidade, mas hoje não congrega os setores mais representativos da economia municipal, como o comércio varejista, a administração pública e os serviços profissionais, ficando assim em desvantagem na competição com outros bairros em função da criação de subcentros.

A consolidação de vias terrestres, em áreas afastadas do centro histórico, retirou progressivamente da Praia Grande a exclusividade do movimento comercial de São Luís, enfraquecendo sua marcante característica portuária (MARANHÃO, 1997). Esta pulverização de estradas, por um prisma, prejudicou o sistema político-social e econômico, porque permitiu o desaparecimento da função monopolista de comercialização de São Luís, já que as mercadorias podiam ser compradas diretamente do produtor, sem intermediários.

O comportamento do crescimento urbano irá variar de acordo com as características do Sistema de Transportes: novos centros complementares podem-se desenvolver ou amplia-se a acessibilidade central. Normalmente, as duas hipóteses se verificam. Em uma escala metropolitana, as áreas de maior acessibilidade se desenvolvem, em detrimento das demais, que vão, progressivamente, deteriorando-se e desvalorizando-se. A distribuição espacial da população se altera, constatando-se altas densidades demográficas nas áreas de maior acessibilidade (BISAGGIO, 1980)

Os investimentos realizados no sistema rodoviário para garantir a maior agilidade de mercadorias e pessoas fizeram aparecer uma nova configuração da rede urbana. Os transportes deixaram de se basear apenas em carroças, trilhos dos bondes e barcos, para se estruturar cada vez mais numa malha viária construída

para trens, carros e ônibus que passaram a ligar localidades (destino de roteiros, seja estadual, interestadual) por meio da abertura de estradas vicinais no Estado.

Essas mudanças do tecido urbano, relacionadas principalmente à produção e transporte em São Luís, consistiu no reflexo da política de integração nacional do governo de Getúlio Vargas⁴⁰, na década de 1940 (e início da década de 1950 no segundo governo de Vargas) que proporcionou a reorganização do sistema de distribuição de mercadorias por transporte rodoviário, com o intuito de interligar as capitais brasileiras por meio de rodovias, (fato ocorrido, sobretudo, no governo de Juscelino Kubitschek em meados da década de 1950).

Concomitantemente ao projeto do governo federal de expansão das rodovias, o deslocamento de investimentos do poder público estadual para outros setores ocasionou a perda na “qualidade” urbana do outrora promissor centro antigo histórico. O projeto de modernização da cidade, juntamente com as restritivas políticas sociais tiveram como resultado o abandono e o esvaziamento das edificações.

No final da década de 1950, a função de capital econômica do estado é desconcentrada com o surgimento de novos polos de comercialização no interior, tais como Pindaré e Santa Inês, Bacabal, Pedreiras, Coroatá, Codó, Caxias, Imperatriz e Chapadinha devido à abertura de novas vias de acesso que proporcionaram a expansão física e ocupações urbanas. Essa expansão da ocupação do solo pode e deve ser entendido como um fator que, refletiu impactos sobre as formas de produção do espaço.

No Maranhão, a repercussão da abertura de estradas se intensifica nas décadas de 1970 e 1980, pois até então as estradas de rodagens do Estado não possuíam asfalto e ficavam intransitáveis nos seis meses de chuva. O crescimento da área urbana em São Luís, seguindo o padrão de expansão periférica, concretizou em novas formas espaciais que as ocupações urbanas passam a assumir, derivado da legislação de uso e ocupação do solo, que vem se tornando comum nas cidades do Brasil.

⁴⁰ No primeiro governo Vargas o processo de industrialização, modelo de substituição de importação, induziu a reorganização política, econômica e institucional e ocasionou no Nordeste um lento declínio, praticamente eliminando seu potencial de crescimento econômico.

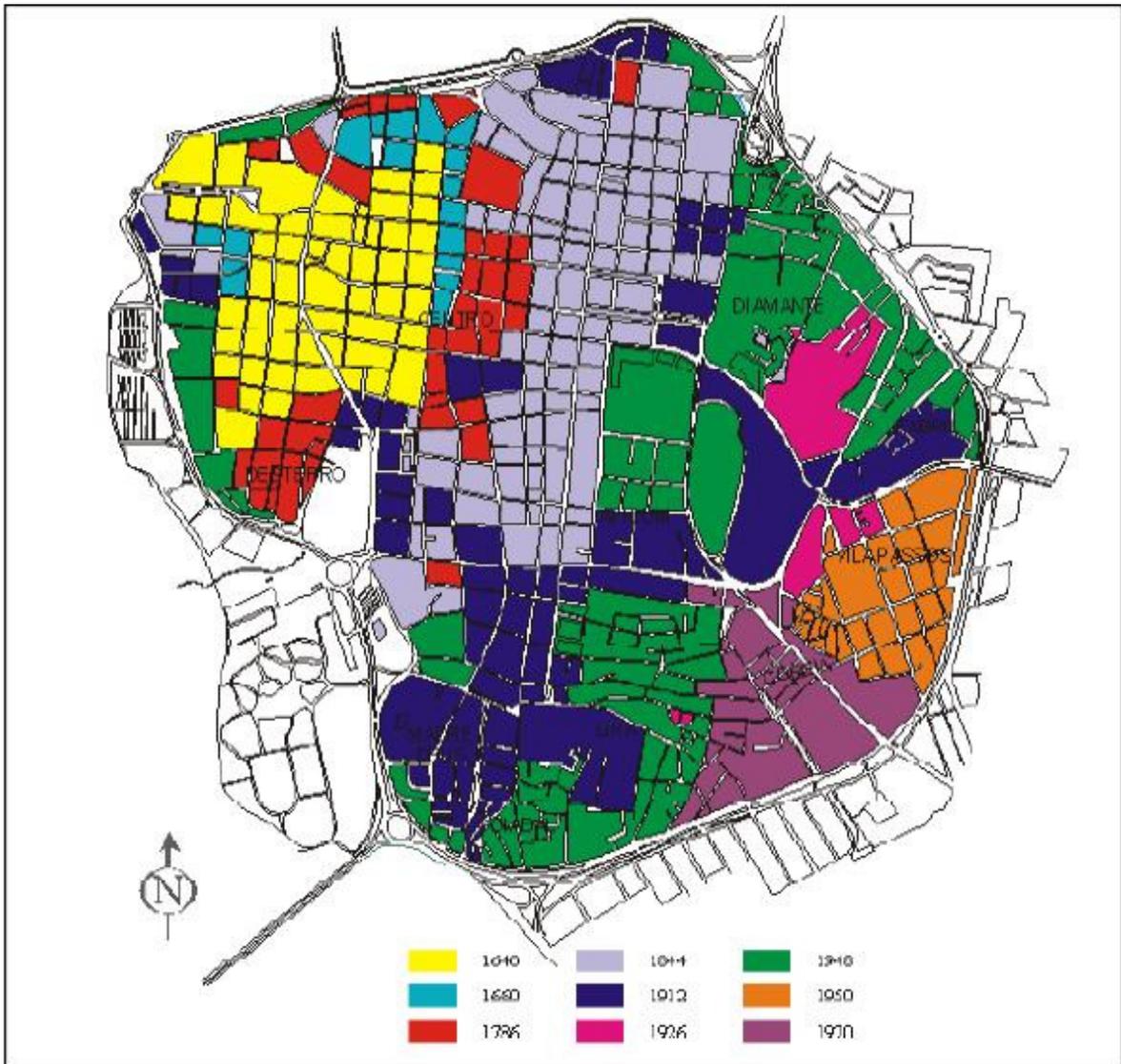


Figura 6: Evolução/Expansão do Centro Histórico de São Luís: 1640/1970 (sobre base cartográfica de 2001). Fonte: Santo e Marcelo (2006)

Com a preocupação do tráfego, o Centro Histórico de São Luís sofre também intervenções, entre as quais estão a Av. Magalhães de Almeida e a Rua do Egito. Outras obras, vias de contorno, foram realizadas sob o discurso de proteger o patrimônio cultural, mas resultaram em vias expressas, viadutos e pontes, iniciadas na década de 1970) que particularmente ajudou na descontinuidade do tecido urbano central como mostra a figura 7. Dentre elas, podem-se apontar as mais significativas realizações, que podem ser destacadas em:

- Construção do Anel Viário, ideia do engenheiro Ruy Mesquita; constantes no Plano de Expansão da Cidade de São Luís de 1958 (ALMEIDA, 1998). Essa obra ocorreu na av. Beira-Mar, lindeira à zona tombada federal, e nas largas

faixas de áreas inundáveis pela maré, ao longo da Areinha, Praia Grande, Portinho e Camboa. O anel possibilitou a criação de vias expressas, viadutos e pontes (FONSECA NETO, 2002).



Figura 7: Mapas esquemáticos mostrando o anel viário e as saídas do Centro Histórico para as várias áreas de expansão urbana. Estas ilustrações fazem parte da apresentação do PRCH, cedidas por Andrés (2007).

- Realização do Aterro do Bacanga que surgiu da ideia de Haroldo Tavares (então secretário de obras do governador. Sarney) quando resolveu fazer um acesso direto ao Porto do Itaqui. O Aterro do Bacanga foi construído no período de 1986 a 1989 por iniciativa do então governador Eptácio Cafeteira margeando a área de tombamento federal servida por vias que se integram ao sistema viário estruturador municipal – casos da av. Beira-Mar e Senador Vitorino Freire. Compreendendo o trecho entre o Terminal Hidroviário e o Canal do Portinho. (FONSECA NETO, 2002), ajudando na consecução do Anel Viário.
- A construção da Ponte do São Francisco (Governo José Sarney) e Bandeira Tribuzzi (Governo de João Castelo) sobre o Rio Anil inauguradas em 1970 e 1980, respectivamente, consistiram em o vetor de expansão da cidade para Norte. Estas vias colaboraram decisivamente para o crescimento e expansão da malha urbana, contribuindo para a ocupação urbana em direção à faixa de praias (ALMEIDA, 1988).



Figura 8: Ponte José Sarney

Com um discurso que propalava a modernização no Governo Sarney (1966 – 1970) foi construída a “Ponte José Sarney”, sobre as águas do rio Anil que liga a “cidade antiga” à “cidade nova”, e a instituiu como símbolo da esperança no progresso. Tal feito teve o intuito de ressoar o futuro promissor do Estado e uma aliança entre o “Governo e Povo” pelo slogan “Maranhão Novo” (MORAIS, 2006). Esta Foto faz parte da apresentação do PRCH, cedida por Andrès. (2007).

Com tantas vias de acesso, novos centros gestados pelo capital imobiliário, centrados nas construções dos *shoppings centers*, caso específico do Tropical e São Luís, nos bairros Renascença e Jaracati, e outros espaços de lazer e consumo de crescentes segmentos da população, próximos à orla da praia e ligados às classes média e alta, contribuíram para a fuga de muitas empresas para esses sub-centros, ocasionando o declínio do centro antigo.

Com o crescimento da cidade de nova, houve, também a transferência das repartições públicas para o novo polo administrativo, localizado no bairro Jaracati e Calhau, onde se encontra o Palácio Henrique de La Roque (Reis, 2002, a 2). Deste modo, as transformações verificadas no centro antigo caminharam lado a lado com uma dinâmica urbana determinada pelos arranjos resultantes do encontro do capital imobiliário, trabalhadores, rentistas, e poder público.

A valorização das praias, como local de residência das classes dominantes se instala e se difunde, e a orla oceânica, que antes era visitada apenas esporadicamente, começa a também, a competir economicamente com o centro

antigo. As principais características socioespaciais detectadas são, pelo lado da cidade velha, o alto grau de degradação no tecido urbano, enfraquecimento das ações do poder público, pelo lado da cidade nova, o fortalecimento de formas de residências devido à verticalização dos imóveis permitida pelo Plano Diretor de 1992.

O exemplo disso é o bairro Renascença II, que em menos de quatro anos foi ocupado por edifícios multifamiliares e de serviços, atingindo um recorde de adensamento (ALMEIDA, 1988), funcionando como um dos novos subcentros de São Luís. Outros bairros foram construídos sob a influência desse novo estilo de vida urbana que valoriza a orla oceânica. Pouco a pouco, lojas, restaurantes e supermercados foram sendo atraídos, sobretudo num modelo mais sofisticado.



Figura 9: Avenida Colares Moreira e bairro Renascença
Fonte: Santo e Marcelo (2006)

A valorização da cidade nova remeteu ao abandono gradativo do centro tradicional. A deterioração de seus equipamentos urbanos, o abandono do acervo arquitetônico do bairro da Praia Grande, o decréscimo populacional são mostras desse processo. Decerto, esse esvaziamento econômico levou ao abandono de um grande número de imóveis e à conseqüente ruína de muitos deles (BURNETT,1999), prática esta comum no Brasil, como aponta Sarnamento (1997, p10):

[...] no interior deste modelo, as áreas centrais das grandes cidades, que concentram parte significativa dos sítios históricos, começam a perder posição relativa, em favor dos novos bairros sofisticados da periferia. Esse movimento se refletiu na montagem não só das políticas locais, mas no próprio processo de expansão imobiliária que, gradativamente, foram desprivilegiando os centros tradicionais como espaço de investimento continuado, o que contribuiu para a aceleração do processo de degradação que hoje caracteriza parte significativa das áreas centrais das grandes cidades. (SARNAMENTO, 1997, p. 10)

Com a fuga da classe dominante, o centro antigo passou a ser, a partir de então, um lugar cada vez mais identificado como espaço das camadas populares associadas às atividades de pouco prestígio social. Os sobrados abandonados pelas classes dominantes transformam-se em habitações coletivas, subdivididos, ou seja, na maioria moradias para os pobres. São casas de cômodos, que passam a alugar pequenas habitações com pouca ventilação, banheiro ou cozinha coletiva, caracterizando um tipo de residência imprópria (MARANHÃO 1993).

Em Maranhão (1981), as intervenções econômicas dos últimos 50 anos têm reduzido sensivelmente essa vocação do bairro, gerando uma deterioração progressiva que hoje se manifesta pelo comércio marginalizado, habitação subnormal, edificações subutilizadas e mal conservadas. Todo este contexto implicou numa desvalorização em torno de imaginário sobre o antigo núcleo central da cidade, que reforçava a ideia de ser “abandonado” e “desprezado”

O fato é que a cidade foi, então, sendo ampliada, e com a desvalorização do centro histórico e no bairro da Praia Grande restou poucos moradores e uma infinidade de prédios abandonados na medida em que as classes dominantes elegeram outras áreas, topograficamente mais favoráveis. Estabeleceu-se assim a composição de outros bairros populares e industriais e os de classe média, levando a uma dicotomia entre as faces valorizadas e as desprestigiadas da cidade, que prevalece até hoje.

Recorrente, jornais passaram a estigmatizar população pobre, que morava em cortiços, considerada perigosa e violenta. Muitas foram as reportagens que apontavam as mazelas ocorridas no espaço, que serviram de base para criar repúdio à Praia Grande pela ZBM⁴¹. Enquanto organização semântica que confere

⁴¹ Segundo Reis (2002, p.23) a ZBM (Zona do Baixo Meretrício) foi criada no início da década de 1940 durante a Interventoria de Paulo Ramos no Maranhão, “bem no coração do Centro Histórico de São

sentido aos lugares, a linguagem de estigmatização transforma o espaço num objeto qualificado, no qual as palavras passara a compor o registro de uma certa diferença.

Na área da Praia Grande, especificamente, este processo de ocupação se dá nos cortiços [...]. Os cortiços, como sabemos, são habitações de dois, três ou quatro pavimentos em estado de deterioração, assim caracterizado pela antiguidade dos prédios que não apresentam conservação, sendo utilizados com o intuito de ganhar dinheiro, isto entendido pela forma como se dividem os cômodos e que são ocupados por camadas sociais de baixa renda. (MARANHÃO, s/d, p.04)

Ao estabelecer o jogo entre a pobreza e o espaço social, pela intermediação da palavra, consistiu uma sistema classificatório que se apoia no simbólico, uma condição atribuída, que expressa um lugar “condenado”, que têm como contraponto uma identidade indesejada, pela alteridade denunciada. Assim, estas e outras formas de referência ao lugar contribuiu para a discriminação social.

Durante o Estado Novo, uma parte da Praia Grande e do bairro do Desterro foi destinada pelo governo à concentração do meretrício, em uma zona de prostituição legalizada, o que incentivou o afastamento das famílias que ali residiam e a desvalorização dos sobrados, gradualmente transformados de boates e bares em cortiços ou pensões para pessoas de baixa renda chegadas no interior maranhense e de outros estados (LOPES, 2008, p.33).

Na voz dos jornais da época de 1960, o centro antigo é sempre sórdido, sujo e impróprio. A designação alude à imagem do espaço que se quer destruir: atraso, velhice, crime e vício. O conteúdo pejorativo prevalece perante os artigos da imprensa ou os documentos oficiais da municipalidade. O seu visual com pouca ou nenhuma atratividade, obrigava as moças e pessoas de respeito a estabelecerem verdadeiras estratégias de percurso para evitarem passar por tal lugar, verdadeiro "antro", que ofendia a moral e os bons costumes⁴².

O fato é que na década de 1970, essa mesma área estigmatizada adquire contornos surpreendentes, pela habilidade do poder público que se inspirou no material em desuso para atrair capital, conquistando o mercado e adeptos. Muitas das edificações vazias vieram a ser transformadas em patrimônios que estão, atualmente, sob proteção municipal, estadual e federal. Pode-se dizer então que, do

Luís”. Essa área central encontrava-se desvalorizada economicamente e discriminada por fazer parte de uma área degradada, e considerada abrigo da promiscuidade e marginalidade.

⁴² Esta informação foi obtida em entrevista com escritor, realizada em 01 de julho de 2009, Este escritor tem várias publicações sobre o centro histórico, inclusive da Praia Grande.

mesmo modo como os bens foram abandonados por motivos ideológicos, tornaram-se símbolos de um imaginário que se quer perpetuar pelas práticas de tombamento e pelo programa de revitalização, muito em voga.

Os monumentos são muitos citados nos discursos oficiais para preservar a Praia Grande:

O estado de deterioração em que se encontra hoje a parte mais antiga de São Luís representa um desperdício monumental, em termos culturais tanto quanto econômicos. O presente projeto objetiva proporcionar a esta área o dinamismo e a distinção que ele merece. (GISIGER, 1978).

Existem, porém, vários fatores que indicam um potencial de grande vitalidade para a área. Seu valor cultural, tanto em termos históricos, arquitetônicos e sociais, é reconhecidamente dos mais significantes. Apesar do abandono pelos poderes públicos e econômicos, ela continua a abrigar uma rica diversidade de atividades, e mesmo no estado de decadência em que se encontra representa um dos principais atrativos turísticos da cidade.(MARANHÃO, 1981).

Com esse ideário surgiram inúmeros projetos, planos, programas com nomes diferenciados, mas com um objetivo muito comum, a reapropriação das áreas centrais antigas procurando atender aos interesses das classes dominantes e excluindo aquilo que não combina com a configuração social que pretende se instituir, como é o caso da gentrificação, que não fez parte da Praia Grande, mas de vários centros históricos que sofreram esse processo de requalificação.

3.2 Na passarela urbana do antigo centro: o espaço decadente que se tornou útil para o programa de revitalização

Acompanhando uma tendência pela qual se preconizam projetos de intervenção urbana, em especial nas suas áreas centrais, a exemplo de Bruxelas, Lyon, Barcelona, Nápoles (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006), a cidade de São Luís adotou o embelezamento do antigo centro por meio da reurbanização, promovendo a requalificação de edifícios e a criação de novos espaços de cultura e lazer.

Harvey (2001), Zukin (2000) e Arantes (2002) apontam que essas políticas de reurbanização dos centros antigos têm seguido uma lógica capitalista e, por consistir numa ação premeditada, integrada e ideologicamente compatível com o projeto hegemônico, busca novos produtos urbanísticos os quais cooptam cidadãos como mero espectador (SÁNCHEZ, 2003).

O princípio de revitalização do bairro da Praia Grande recaiu na criação de mais um ponto turístico da cidade. Para isso, o que era decadente e “morto” ressuscitou, acompanhado de investimentos materiais e simbólicos em torno do discurso que pregava a necessidade de o poder público proteger aquilo que foi designado como patrimônio local e mais tarde global.

Os planos para proteger essa nova concepção do velho centro apresentavam o estímulo às manifestações culturais, à restauração de prédios, à dinamização econômica, aos investimentos em habitação de interesse social antigas, à criação de novos serviços de lazer. As discontinuidades entre as propostas voltadas para o plano e as práticas efetivas de uso do espaço emergiram, no entanto, no decorrer do tempo.

Em que pese sua singularidade, o projeto de revitalização do centro antigo repete uma tendência que prolifera nas últimas décadas, em metrópoles nordestinas, referente à continuidade do esvaziamento urbano, a presença sazonal dos turistas e as dificuldades de atrair as classes dominantes.

Dentre as inúmeras faces assumidas pelo Centro Histórico de São Luís (residencial, comercial, misto, “abandonado”), o panorama do bairro da Praia Grande local tem ocupação parcial dos prédios, com predomínio de vazios urbanos e o escasso movimento de pessoas nas ruas aos domingos e feriados, embora haja o crescimento da oferta de serviços turísticos, impulsionada pela intervenção do poder público com implementação do programa revitalização que objetivou mudar a função desse espaço urbano.

Nesses termos, o esvaziamento urbano do bairro da Praia Grande surge como resultado de política urbana que não consegue incorporar os estoques imobiliários, mas também dos processos especulativos e as atuações do mercado imobiliário, que interfere nas decisões sobre quais localizações serão beneficiadas pelos investimentos públicos.

Shor e Teixeira (2007), ao discutirem as causas e consequências dos vazios urbanos no contexto das cidades, ressalta que o problema dos vazios urbanos não está exclusivamente na relação de oferta e demanda, mas também nos motivos que

determinaram a sua formação, assim como o preço da terra e a sua localização diante da capacidade de pagamento dos demandantes.

A experiência de ritualização da Praia Grande traz elementos importantes para se pensar sobre intervenções e usos do espaço urbano associados à preservação do patrimônio-histórico cultural.

O programa de Revitalização no centro histórico de São Luís tem três marcos: o Projeto Praia Grande, Projeto Reviver e o Prodetur-MA. Os três foram idealizados e articulados pelo governo do estado, que os apresentou como formas de solucionar os principais problemas recorrentes na área, principalmente no bairro da Praia Grande.

A escolha da Praia Grande, de acordo com os documentos institucionais, deu-se em função da centralidade que um dia congregou, e da potencialidade turística, objeto considerado relevante nesse arranjo complexo de ideias e ações. Em Maranhão tem-se que:

As características inerentes à Praia Grande indicam como atividades mais promissoras à sua revitalização, as relacionadas ao comércio varejista, ao turismo, às atividades culturais e a habitação. Propõe-se pois a implantação de vários projetos específicos, relacionados com estas atividades em localizações estratégicas, como geradores de atividades diversificadas e estimuladores de uma dinamização mais ampla. (MARANHÃO, 1981, p.11).

3.2.1 Projeto Praia Grande: ilusões e desilusões com os clarins da preservação

Para formatar o programa oficial da preservação, o governo da época, sob a gestão de João Castelo (1979-1982), promoveu uma reunião com especialistas em patrimônio, em outubro de 1979. Conforme o parecer de Aloísio Magalhães, então presidente do SPHAN, essa reunião teve como objetivo analisar e discutir a proposta denominada de Renovação Urbana da Praia Grande, elaborada pelo arquiteto americano John Ulric Gisiger⁴³. O resultado desse encontro ficou conhecido como a 1ª. Convenção Nacional da Praia Grande.

⁴³ O arquiteto Gisiger, formado pela Cronell University dos EUA, catalogou e classificou os “monumentos históricos” de São Luís. Em entrevista com Phelipe Andrès, ex- Coordenador Geral do Projeto Praia Grande, em 10 de julho de 2009 afirmou que juntamente com Ronald Almeida e Gisiger,

Em outubro desse mesmo ano, convocamos a Convenção da Praia Grande, realizada com sucesso e contando com a presença de técnicos das maiores entidades culturais do país (MARANHÃO, 1981, p.03).

Como recomendação principal, os participantes da Convenção Nacional da Praia Grande propuseram a criação de uma comissão de coordenação dos projetos e de um grupo de trabalho executivo, a qual foi criada oficialmente pelo Decreto Estadual nº. 7.435, de 16 de novembro de 1979, no âmbito da SEPLAN, sob a coordenação geral executiva do arquiteto Ronald de Almeida Silva e dos coordenadores setoriais, o engenheiro Luiz Phelipe Andrès⁴⁴ e o arquiteto John Ulric Gisiger. Participou, ainda, os representantes da prefeitura, do governo do estado e da Universidade Federal do Maranhão⁴⁵.

Segundo entrevista com Phelipe Andrès, a proposta de Gisiger (1978) se apresentou como uma das mais importantes ações de preservação colocadas à disposição de São Luís, com o objetivo de promover a revitalização da Praia Grande por meio de ações que integravam a preservação de patrimônio e desenvolvimento urbano, contemplando os aspectos culturais, econômicos, sociais, financeiros e urbanos. Além desta intenção, a proposta esteve focada na solução de problemas graves que atingiam a área: o abandono, a deterioração e a pobreza.

A reflexão sobre a necessidade de reforço ao patrimônio histórico de São Luís foi criada à luz da proposta de Gisiger chamada de Renovação Urbana da Praia Grande. O documento elaborado por este apontou a necessidade de resguardar e conservar a "história" da cidade. Revitalizar o decadente e preservar o antigo vem, portanto, ao longo do tempo, se constituindo um lema do poder público.

constituíram, a partir do Encontro, um grupo de trabalho que produziu o chamado Projeto de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

⁴⁴ Luís Phelipe Carvalho de Castro Andrès, desde 1980, desempenha atividades voltadas para o patrimônio. Fez mestrado em Desenvolvimento Urbano na UFPE. Pertenceu ao Conselho Consultivo do IPHAN (desde 2000) e ao Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura (desde 2007). Foi coordenador Administrativo do Programa Preservação e Revitalização do Centro Histórico São Luís (1983-1984) e coordenador Geral do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico (1984-1989)

⁴⁵ A UFMA, por sua Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PREXAE), através da proposta de renovação de John U. Gisiger contribuiu com considerações, sugestões e projetos de ordem histórica, cultural, artística, sociológica, econômica, social e legal mediante um documento apresentado pelos cursos de História e Geociências, de Arte, de Sociologia e Antropologia, de Economia, de Serviço Social e de Direito. (UFMA-PREXAE, p.02, 1979).

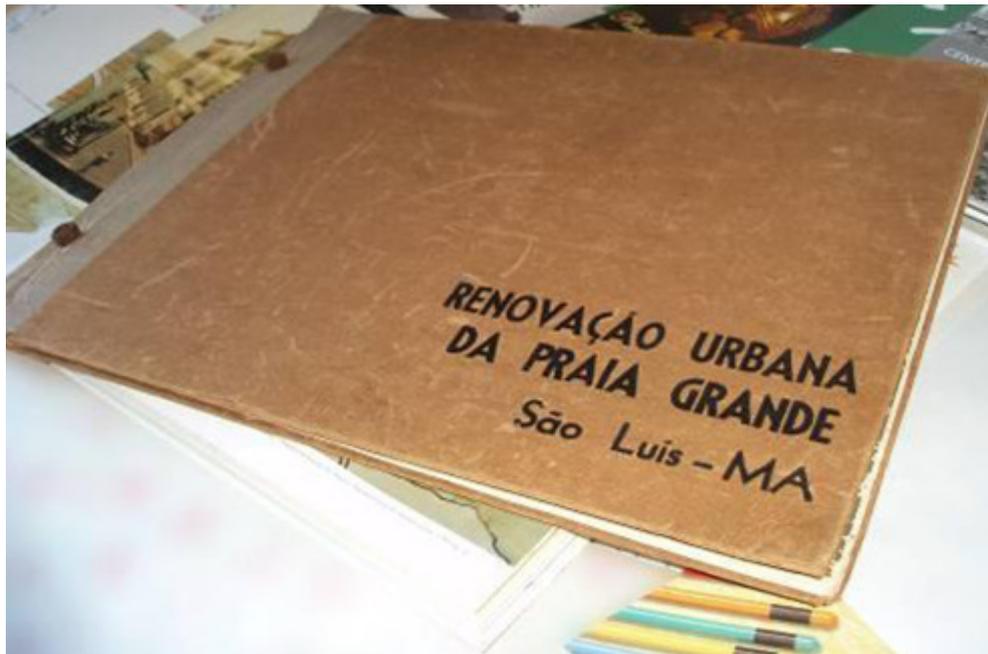


Figura 10: Foto do Livro Renovação Urbana da Praia Urbana
Esta ilustração faz parte da apresentação do PRCH, cedida por Andrès. (2007).

Em entrevista concedida, um dos coordenadores do projeto de revitalização comenta como foi a sua inserção no projeto e sua aproximação com o arquiteto Gisiger.

Eu conheci um arquiteto quando eu estava fazendo a pesquisa com os estudantes chamado John Gisiger que tinha chegado no Maranhão a bordo de uma canoa costeira, tinha feito uma viagem de um ano pela Amazônia, passou por Manaus, passou por Belém/PA. Chegou aqui e alugou o mirante daquele prédio da Praça João Lisboa que chama Solar dos Belfort, que pertenceu a Lourenço Belfort, daquela fachada de azulejos verdes. E o John ficou impressionado como eu. Ficamos ambos impressionados com a dimensão desse conjunto de arquitetura, mas também um pouco chocado com o abandono, era muito ruim a situação naquela época. E o John voluntariamente começou a fazer desenhos e se propôs sozinho a fazer um plano pra recuperar o Centro Histórico.

Miguel Neiva, então chamou o John no gabinete dele e nos apresentou, falou assim: “Olha, dois malucos. Você que abandonou a carreira de engenheiro na SEMANS e esse arquiteto americano que está aqui querendo fazer um plano para recuperar São Luís.”.

O governo ia mudar e ele ia deixar a presidência da SEMANS e ia entrar o João Castelo, ia ser o governador. Porque naquela época não tinha eleição aqui, o governador era nomeado pela presidência da República e o João Castelo tinha sido indicado para ser o governador e Miguel Nunes pediu a ele pra me deixar (...). Aí eu já sabia desse negócio de ficar a disposição. Aí eu falei: “Me deixa a disposição da Secretaria de Planejamento porque o John tinha sido contratado pela Secretaria de Planejamento que na época

era Miguel Nunes, pra desenvolver a proposta de recuperação do Centro. (ENTREVISTADO A⁴⁶)

A proposta Renovação Urbana da Praia Grande teve o nome relegado porque o termo *renovação* remontava à demolição, visto que alguns projetos com esta denominação fora do Brasil apontaram “consequências desastrosas” para o patrimônio. Para não haver nenhuma associação com essas experiências, o projeto foi denominado como Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, ou simplesmente Projeto Praia Grande⁴⁷.

Ele colocou no projeto Renovação Urbana da Praia Grande. Quando ele colocou renovação urbana, ele no entendimento dele, ele estava pensando em revitalização. Revitalização sócio-econômica e renovação (...). Quando se falava já naquela época em renovação urbana, era uma expressão para significar o seguinte, destruir o que estava aí para construir um novo. Quando se falava em renovação urbana era no sentido de demolir o antigo, era o contrário na verdade.

[...]

Quando ele chegou aqui, já com João Castelo e João Castelo me chamou pra uma reunião com Aluísio Magalhães. John apresentou a proposta, ele teve um alívio muito grande. Disse: “- Não! Isso que vocês estão querendo fazer é muito bom! Isso é maravilhoso, só tem que mudar esse nome. Não pode botar Renovação Urbana da Praia Grande e outra coisa que Aluísio Magalhães recomendou que é fundamental, tem que discutir com a comunidade. (ENTREVISTADO A⁴⁸)

O Projeto Praia Grande apresentava, dentro das suas atividades, os seguintes subprogramas:

- a) Subprograma de Obras do largo do Comércio - tinha como objetivo consolidar o processo de recuperação social e econômica da área da Praia Grande;
- b) Subprograma Social e Habitação no Centro Histórico de São Luís - tinha como objetivo criar condições, não só para permanência das famílias que habitavam na área, mas também assegurar o aumento da oferta de unidades habitacionais;
- c) Subprograma de Revitalização das Atividades Portuárias - consistia na revitalização das atividades portuárias como fator de geração de emprego e renda;

⁴⁶ Entrevista com um dos coordenadores do Projeto Praia Grande, realizada em 10 de julho de 2009.

⁴⁷ Por falta de um nome próprio para designar todo o espaço do Projeto, adotou-se a imprecisão geográfica de denominá-la por Praia Grande. Somente a parte central do projeto é conhecida por este nome, já que na realidade ele engloba desde o Cais da Sagração, ao norte, até o Desterro, ao sul, (MARANHÃO, 1979).

⁴⁸ Entrevista com um dos coordenadores do Projeto Praia Grande, realizada em 10 de julho de 2009.

- d) Subprograma de Pesquisa e Documentação - tinha como objetivo identificar, catalogar e manter um arquivo organizado com as informações e os documentos essenciais para ajudar na “preservação” do Centro Histórico;
- e) Subprograma de Aquisição e Recuperação de Imóveis para Implantação de Projetos de Interesse Social - visava à obtenção de recursos financeiros para a aquisição de imóveis no Centro Histórico, para a implantação de programas de interesse social;
- f) Subprograma de Restauração de Prédios Públicos no Centro Histórico - destinava-se a fazer cumprir a obrigação do poder público de restaurar seus imóveis localizados no Centro Histórico;
- g) Subprograma de Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico - tinha como objetivo assegurar a restauração e conservação dos monumentos mais inéditos e outros de caráter religioso;
- h) Subprograma de Recuperação da Infraestrutura urbana e Serviços Públicos - preocupava-se com as questões referentes a transporte, sinalização e trânsito, saneamento, limpeza urbana e drenagem, abastecimento d'água, redes de esgoto, redes de energia elétrica e telefone;
- i) Subprograma para a Recuperação da Arquitetura industrial do Centro histórico (Projeto São Pantaleão) - tinha como objetivo recuperar as fábricas e adequar suas instalações a usos mais intensivos pela comunidade;
- j) Subprograma de Recuperação do Patrimônio Ambiental urbano - objetivava recuperar praças e jardins e integrá-los ao conjunto arquitetônico;
- k) Subprograma Editorial e de Divulgação - publicaria periodicamente as principais propostas e planos, bem como o resultado dos estudos e pesquisa;
- l) Subprograma de Planejamento e Administração - visava suprir as carências de recursos humanos, através de um Grupo de Trabalho capaz de atuar com regularidade.

O anúncio oficial do Projeto Praia Grande foi realizado em 1981, durante a instalação da 1ª. Exposição do Projeto Praia Grande no Palácio dos Leões, após um ano e meio de pesquisas, estudos e projetos realizados pelo grupo de trabalho, conforme as diretrizes aprovadas durante a 1ª. Convenção Nacional da Praia Grande. Na mesma solenidade, o governador do estado do Maranhão, João Castelo Ribeiro Gonçalves, lançou oficialmente o Subprograma de Obras do Largo do Comércio:

Em 1979, por ocasião do início do meu governo, incluí, como uma das principais metas, a preservação do Patrimônio Histórico. Nessa ocasião assumi o compromisso com o povo maranhense no sentido de garantir a revitalização na vida econômica, social e cultural, dessa área que tanto contribuiu para a formação de nossa história e de nossas melhores tradições. Hoje, ao promover o lançamento do Programa do Largo do Comércio, sinto-me feliz e gratificado por realizar mais este compromisso de meu governo. E ao mesmo tempo, por estar honrando uma responsabilidade histórica do

Maranhão para com o país, evitando o desaparecimento de nosso tão admirado patrimônio (MARANHÃO, 1981, p.03).

O Subprograma de Obras do Largo do Comércio (com investimentos da ordem de um milhão de dólares) interveio na infraestrutura urbana, com a recuperação de logradouros públicos, como o Beco da Prensa e da Praça da Praia Grande (MARANHÃO, 1997). Essa intervenção abriu caminhos para uma reconsideração do estigma da área, por alguns meios de comunicação, com a restauração, reforma e ampliação da Feira da Praia Grande (área interna da Casa das Tulhas) e na recuperação de um imóvel em ruínas para sediar o Albergue do Voluntariado de Obras Sociais (hoje sede da SEPLAN-MA).

A vocação da Praia Grande já mudou, mas nem por isso deixará de desempenhar uma função vital na nova ordem econômico-social do Estado. [...]

Sua tradição comercial se perpetuará, revitalizada e enriquecida por toda uma gama de atividades sociais, culturais e turísticas. O esplendor arquitetônico será mantido e realçado, não como museu, mas como abrigo de funções vitais à vida contemporânea. (MARANHÃO, 1981, p.03).



Figura 11: Imagens de John Gisiger e Grupo de Trabalho na 1ª. Convenção Nacional da Praia Grande. Esta ilustração faz parte da apresentação do PRCH, cedida por Andrès. (2007).

O programa de Obras do largo do Comércio e das áreas vizinhas promulgava a revitalização de um núcleo comercial, cultural e social e incluía os seguintes objetivos específicos:

- Propiciar a fixação da população de baixa renda residente na área;
- Promover o turismo cultural através do oferecimento de condições de hospedagem e alimentação adequadas e programação cultural com ampla divulgação e facilidade de acesso;

- Dinamizar o comércio varejista, especialmente o de alimentos, produtos regionais e artesanato;
- Adequar os serviços públicos de limpeza, iluminação e transporte para permitir uma ocupação mais intensa, tanto diurna quanto noturna e melhores condições ambientais;
- Incentivar a fixação na área de atividades culturais, habitacionais, varejista e de lazer, promovidas quer pelo poder público quer pela iniciativa privada;
- Estabelecer um núcleo de atração para estimular uma participação mais ampla da comunidade na revitalização e na preservação da área histórica.

A discussão sobre a execução dos subprogramas, iniciada ainda na década de 1980, esfriou. As consultas com a comunidade e demais órgãos, previstas para ocorrerem juntamente com a implementação do programa não foram realizadas. O assunto, nos últimos anos não foi mais abordado da maneira como tinha iniciado, nem mesmo por aqueles que defendiam a requalificação em suas bases com a preocupação social. O fato é que alguns subprogramas foram executados sob a forma de ações, com poucos resultados, sem indicação com a proposta original, sendo, portanto, incorporados a outros projetos de preservação.

Não obstante, na prática, o Projeto Praia Grande foi se configurando em termos de escolhas⁴⁹ de lugares para as intervenções. Quando se trata de mais seleção do que revitalizar, o critério foi essencialmente estético. Assim, escolheu-se a Praia Grande, e as outras áreas “invisíveis” do centro foram pouco beneficiadas.

Dadas a amplitude desta área e a inexistência de recursos para tratamento da mesma como um todo, definiu-se pela sua significância e tradição, a área da Praia Grande propriamente dita (Largo do Comércio e suas adjacências), como sendo aquela que abrange em todos os aspectos, as características marcantes do Centro Histórico de São Luís; possui atividades comerciais, institucionais, portuárias e residenciais; tem a Feira da Praia Grande; as repartições; os becos e escadarias; as ruas de pé-de-moleque e as pedras de cantaria; tipos fascinantes - o mascate, o ambulante, o “raspadinho”, o feirante, o vendedor de bilhetes, o engraxate, o carroceiro e seu jegue, e inúmeros outros. E uma rica história, digna de atenção e aprofundamento (MARANHÃO, 1981, p.04).

⁴⁹ A área delimitada para a execução do Projeto Praia Grande limitou-se a Norte, Oeste e Sul, pelo estuário dos rios Anil e Bacanga. O limite Oeste segue o eixo viário Rua do Egito- Largo do Carmo – Avenida Magalhães de Almeida, continuando depois pela Rua da Mangaaté Beira-Mar. Engloba uma extensão de 49 hectares, contendo aproximadamente 60 quarteirões e 900 prédios.

Portanto, o processo revitalização proposto vai se consolidando por intervenções nas estruturas e escolha de composições urbanas, consideradas estratégicas, frente a interesses a qual puseram uma cortina com a discussão do patrimônio. O resto do centro histórico ficou num plano secundário, enquanto criação “anônima” que não tem sentido à cultura, ao menos naquele momento. Ou seja, os outros elementos que compõem o legado da cidade, que também expressam a história, têm pouco reconhecimento por parte do poder público. Em relação ao Bairro da Praia Grande a sua revitalização é justificada porque:

Apesar do abandono pelos poderes públicos e econômicos, ela continua a abrigar uma rica diversidade de atividades, e mesmo no estado de decadência em que se encontra representa um dos principais atrativos turísticos da cidade. Por outro lado, sua proximidade ao centro administrativo, o acesso facilitado pelo Anel Viário e o terminal de coletivos (a ser construído em 1981) contribuem para animar as possibilidades de revitalização.

Considera-se essencial, tanto para maximizar o potencial da área, como para garantir a preservação de suas características singulares, a execução de uma programação dinâmica de atividades e projetos. (MARANHÃO, 1981, p.08).

Os patrimônios eleitos para melhor diferenciar o tecido urbano dos centros históricos são pedaços que tem uma referência espacial bem delimitada, mas o uso componente ideológico pode dar maior valor simbólico, em razão da forte presença de um código comum massificado que controlam o âmbito espacial. A sacralização dos patrimônios normalmente constitui o ponto de partida para dar o ar de exclusividade de um acervo cultural com características particulares. Um elemento clássico que é explorado relativamente por formas homogêneas entre essas cidades diferenciadas, mas que por fim contribui para despertar desejos nos consumidores de “espaços de memórias”.

É inegável que, desta forma, o processo que a importância dada pelo poder público fundamentava-se não só no seu reconhecimento de valor cultural, mas de sua potencialidade como mercadoria de consumo cultural (RODRIGUES, 2001). De acordo com as palavras de Jonh Gisiger: “a Praia Grande pode reunir interesses econômicos e culturais na criação de um ambiente eminentemente humano, de excepcional qualidade urbanística” (GISIGER, 1978, p.1). Dessa forma, apesar dos méritos relativos à tomada de consciência para com a preservação, pode-se identificar o momento em que o patrimônio começa a ser visto pela lógica da forma-

mercadoria, com vistas à ampliação de sua inserção no circuito mundial de valorização da cultura.

Mesmo tendo o poder público insistido em inserir no centro uma política de desenvolvimento que se impôs às áreas portuárias do Brasil, o movimento de proteção ao patrimônio e história da cidade e com a anunciada morte⁵⁰ da região central o trabalho realizado nem sempre é aceito por todos e portanto, não teve fôlego e foi arrefecido. Mas, por volta de 1987, as transformações na Praia Grande tiveram outros rumos. O centro antigo volta a ser taxado de área basicamente decadente, e o discurso de resgatar o passado colonial glorioso adquire novamente força com o Projeto Reviver.

O Centro Histórico de São Luís é sem dúvida um dos maiores e mais expressivos conjuntos de arquitetura civil de origem portuguesa dos séculos XVIII e XIX na América Latina. Entretanto nas últimas décadas este valioso acervo esteve relegado à uma dramática situação de abandono. Numerosas edificações ficaram descaracterizadas ou arruinadas. As ruas esburacadas, as calçadas de cantaria foram mutiladas e reduzidas. O lixo foi se acumulando nas praças e logradouros públicos. As redes de energia elétrica tornaram-se um emaranhado de fios e cabos interferindo na harmonia das fachadas. Os transformadores pesados passaram a representar mais uma ameaça para a segurança dos usuários. Também o tráfego intenso de veículos foi invadindo os becos e tomando o espaço dos pedestres nas calçadas, além de abalar as estruturas dos antigos sobrados históricos. Reconhecendo a urgência da situação, o Governo Epiácio Cafeteira empreendeu desde o início de sua administração, em 1987, com recursos próprios do Estado, obras consideradas prioritárias no contexto do Centro Histórico. (AZEVEDO NETO, 1994)

É preciso, contudo, relativizar a caracterização corrente da Praia Grande como área eminentemente decadente⁵¹. A categoria decadência é relacional, não se esgotando, portanto, em si mesma. Ela quando utilizada nos discurso do programa de revitalização, do caso em análise, pressupõe que houve um momento de prosperidade sempre associado ao predomínio das classes dominantes, sendo concretizada pela referida ocupação das classes populares e não ao real abandono poder público e ao desinteresse do mercado imobiliário.

⁵⁰ A pesquisa socioeconômica – Projeto Praia Grande - aponta o perfil econômico e social da área do Centro Histórico e a quantidade de famílias e as ocupações da Praia, mostrando que havia sociabilidade na área em questão, portanto área não estava morta (MARANHÃO, S/D).

⁵¹ Alfredo Wagner Almeida traz uma interessante reflexão sobre a noção de decadência no livro *A ideologia da decadência*. Analisando o discurso das elites maranhenses do século XIX, aponta como a ideia de "decadência da lavoura", associada aos interesses de grupos dominantes locais, encerra num esquema explicativo inquestionável, em nível da historiografia regional, obscurecendo uma série de outras relações (ALMEIDA, 2008).

Mas, isso não é apresentado. Assiste-se à euforia pela recuperação do centro histórico, abandonado à própria sorte, durante algumas décadas de descentralização e, agora, reincorporado à economia política da cidade e à lógica da economia global, promulgado pelas singularidades locais como uma nova mercadoria chamada patrimônio cultural:

3.2.2 Projeto Reviver: a legitimação de um político com a retórica da decadência

O projeto Reviver aparece como continuidade e ruptura, ao mesmo tempo. Da proposta do arquiteto Gisiger (1978) e a execução do Reviver nada tem de novo. Não só a preservação está inserida no projeto, mas também o desenvolvimento de atividades, as relacionadas ao comércio varejista, ao turismo, à cultura, economicamente viáveis (MARANHÃO, 1988; MARANHÃO, 1981).

Assim, para dar continuidade aos trabalhos de preservação, o Governo Estadual está lançando o Projeto Reviver, cujo principal objetivo é assegurar de forma definitiva a preservação do patrimônio cultural do Maranhão. Concebido em várias etapas, terá como primeira fase o PROJETO REVIVER – PRAIA GRANDE que concentra suas ações na área mais tradicional de São Luís e seu primeiro núcleo de urbanização (MARANHÃO, 1988, p.04)

Para se entender um importante desdobramento no âmbito da política de preservação é necessário localizar que o governo do estado, à época na gestão de Eptácio Cafeteira (1987-1990), instituiu o Projeto Reviver pelo Decreto n°. 67, de 25 de maio de 1989 e concentrou as obras principalmente no bairro da Praia Grande, entretanto, fez intervenções pontuais em outras áreas também. O governador apresenta o trabalho de revitalização, por fim concretizada, com maior exemplo de e para civilização.

Turistas de todo o mundo poderão, doravante, ter impressão oposta ao que se presenciava até recentemente e reconhecer o esforço e capacidade de nossa gente em defesa da memória e do patrimônio cultural do Maranhão e do Brasil, por extensão. Isso é desenvolvimento, é cultura, é progresso, sem desprezar a nossa História. A preservação da Praia Grande e as demais obras de restauração – que representam investimentos equivalentes a milhões de dólares – são o melhor exemplo de civilização (MARANHÃO, 1988, p.04)

As decisões políticas para efetuar a reforma da Praia Grande se concentraram em obras, sobretudo a recuperação de casarões, encarados como

deteriorados e abandonados, símbolos de atraso, mas dotados de resistência física, vulneráveis, portanto, à destruição do tempo. No processo acelerado de (re)urbanização que, em última instância, tinha a intenção de criar um novo centro, predominou a valorização estética dos panoramas físicos, bem como o iminente desaparecimento deles.

A manipulação política e econômica impetrada através do projeto contribuiu para o redimensionamento das representações sociais que o público tinha a respeito do centro, ao menos em parte. Na tarefa de persuadir o público, de convencê-lo do fenômeno inconteste, criou-se uma linguagem específica, na qual os termos *identidade*, *memória*, *pertencimento*, entre outros, prevaleceram. De acordo com Moscovici (2003, p. 314), a criação desta linguagem é uma estratégia que, através do emprego de palavras associadas a novos sentidos, cria novas representações: “uma vez conseguido isso, as palavras obtêm seus sentidos específicos, e esses, por sua vez, justificam seu uso”.

No caso da Praia Grande, a política de revitalização recaiu incisivamente na decadência e morte da área, necessitando de uma suposta ressurreição, de uma nova vida para o espaço. O distinto governador da época, para implantação do programa, abusou da volta ao passado como uma espécie de plágio do estado decadente da agricultura que Almeida (2008) aponta no Livro *Ideologia da Decadência quando Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Maranhão*, que se estendem de meados da terceira até fins da penúltima década do século XIX, são unânimes em registrar em vários documentos informações concernentes ao que convencionaram denominar de decadência.

O procedimento resume-se em pensar uma existência anterior e vive-la, de uma forma idealizada, num momento presente que a desliga por completo. A reflexão se dá pela evocação do avesso. A apologia do progresso, que é um objetivo presumivelmente alcançável, passa por esta idealização do passado (ALMEIDA, 2008).

As clivagens que orientam o discurso do projeto transmitiam continuidades e descontinuidades necessárias e imprescindíveis para que se possa imaginar um futuro que, de forma alguma, deve ser visto com estranheza e sim como uma recuperação, de certo modo, possível do passado “áureo”, posto que fica transparente nas interpretações das falas e discursos do representante do governo estadual que é possível se reconstituir de maneira concreta a situação anterior e que

cabe nutrir as possibilidades futuras através da aplicação das medidas esboçadas pelo projeto de recuperação urbana da Praia Grande.

A partir de agora, estamos positiva e definitivamente revertendo o processo de deterioração da Praia Grande. Agora que o Maranhão confirma sua vocação de grande Estado, trilhando os caminhos do desenvolvimento, torna-se altamente necessário garantir a memória de épocas igualmente gloriosas (MARANHÃO, 1981, p.03)

O discurso predominante na prática protecionista do acervo de patrimônio localizados no centro antigo incide com a ideologia da decadência, que procura esconder com a retórica o real processo de construção e ocupação da cidade. De modo geral, a preservação se constitui numa relação de contínua reinterpretação do que seria a cidade antiga – inclusive com as ideias de um “estado” ideal – o qual o tempo passado é sempre melhor do que o presente.

Esse projeto permeado por mudanças (sejam no campo físico ou abstrato) ficou a cargo do governo estadual, mas no fim das contas acabou beneficiando aquele que deu nome ao “filho”. Não bastou apenas isso foi preciso apresentá-lo a todos, enfatizando só o lado positivo. Neste sentido, o “pai” do programa ganhou visibilidade, porque salvou a Praia Grande do caminho que levava a perdição. A suposta preocupação de salvar a “história” para as gerações presentes e futuras transformou o governador Cafeteira em um político muito lembrado. O marketing realizado, em torno do projeto além de atrair pessoas para a área, influenciou assertivamente na identificação do político. Isso é muito visível quando se pergunta sobre o processo de recuperação urbana do centro antigo aos entrevistados.

Hoje a Praia Grande está precisando do investimento do governo para olhar isso aqui, porque o único governo que fez chama-se Cafeteira. E Roseana que dá uma mãozinha, mas quanto reformar os prédios tem muitos, são 5 mil e poucos prédios tombados aí. Tudo quebrado, abandonado, danificado. Turista não quer ver isso, quer ver coisa antiga, mas arrumadinha no seu local, não tudo quebrado, danificado se continuar assim vai acabar (ENTREVISTADO H⁵²)

Foi na época, no Governo Cafeteira, aí eu vim ainda visitar. Era um projeto que eles fizeram, aí me remodelaram muita coisa, por exemplo, os carros entravam e no Centro Histórico e a partir daí não entram mais. As ruas ficaram limpas e os prédios arrumados. (ENTREVISTADO H⁵³)

⁵² Entrevista com um Flanelinha (1) do estacionamento da Praia Grande, realizada em 06 de julho de 2009.

⁵³ Entrevista com um Proprietário de um boxe da Feira Praia Grande, realizada em 07 de junho de 2009.

Enquanto o renascimento do centro em 1987 visava ao patrimônio em campo privilegiado de produção do sentido, deu-se um impulso a Cafeteira no campo midiático como salvador da cultura, junto a Roseana Sarney. Por outro lado, ainda que a onda de preservação que se seguiu dependesse grandemente dos subsídios públicos, o peso do projeto o fez um defensor-mor do legado maranhense. O que marcou esta fase foi o desencadeamento de obras e intervenções urbanas.

Contraditoriamente ao que propaga na preservação, o Projeto Reviver promoveu demolições. As razões para demolir os bens tombados podem ter inúmeras variantes e são singulares. No Centro Histórico de São Luís percebe-se uma noção mais complexa do projeto que, por um lado, tentava religar os recortes setoriais para formar uma unidade territorial com a revitalização da arquitetura e, por outro, destruía partes do centro em nome da modernidade.

O PROJETO REVIVER - PRAIA GRANDE se traduz na preocupação primordial de restaurar, atribuindo sempre um novo uso que seja ao mesmo tempo socialmente útil e economicamente viável, respeitando o aspecto arquitetônico tradicional, mas adaptando às necessidades de conforto e utilização da vida moderna (MARANHÃO, 1988, p.04).

Associadas a esse governo, inúmeras mudanças foram associadas. Em tempo recorde (um ano), a Praia Grande se tornou um canteiro de obras e alcançou tão alto grau que até hoje é raro encontrar ações com essa desenvoltura nesse espaço. O processo de mudança do centro, intensificado nesse projeto, trouxe equipamentos culturais que até então não se previam. Com obras intensas, o Reviver assumiu uma posição de destaque na mídia como uma das intervenções mais importantes para a preservação do patrimônio, além da produção de símbolos, que mantinham um diálogo intenso como o imaginário coletivo.

O Projeto Reviver é o mais ousado empreendimento preservacionista jamais executado em qualquer Centro Histórico em nosso País. Ele resgata uma grande dívida para com a cidade de São Luís, e lava a alma do povo maranhense. Ele coloca o Maranhão na vanguarda das ações de preservação no plano internacional. E, finalmente, ele foi implementado por um governo eleito pela maioria esmagadora dos maranhenses (CAFETEIRA, 1994, p.39).

Neste jogo de constante modernização urbana, verifica-se a composição do campo midiático com seus instrumentos e procedimentos, instaurando a relação de continuidade entre o progresso e o regresso. Frente à instauração do Projeto Reviver, os mesmos que se empenham em conservar o antigo também promovem o aniquilamento das antiguidades. Como explicar esta ambivalência? Será que o

discurso do tempo perdido conseguiu transformar o demolidor em herói, na justificativa de progredir com a destruição do patrimônio que deveria ser preservado?

Esta resposta pode ser dada ao analisar o projeto Reviver e o desempenho do governo Cafeteira concomitante com o processo de (re)construção de uma identidade para o centro, especificamente para a Praia Grande. Primeiro, buscou-se resgatar uma história de riqueza e opulência para, logo em seguida, contrapô-la à decadência em que os prédios e o espaço se encontravam.

Precisamente em dezembro de 1986, atingimos o clímax da situação. Naquela data estavam em ruína alguns dos melhores exemplares do conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís. Edificações que fizeram a glória da capital maranhense durante o apogeu dos séculos XVIII e XIX jaziam sob os escombros (CAFETEIRA, 1994, p.27).

[...]

Como todo prédio em ruína, havia se tornado uma chaga no corpo vivo da cidade. Ele exsudava, mal-cheirando a fezes, povoado de ratos, repleto de lixo. Tornara-se uma célula cancerosa, antro de banditismo expandindo sua deterioração, ameaçando os sobrados vizinhos e a segurança dos transeuntes (CAFETEIRA, 1994, p.28).

Nessa dimensão, vê-se que as estratégias de “reapropriação” do centro urbano estão arraigadas numa concepção que o poder público quer legitimar, e convergem para criação de uma nova “imagem urbana” que determina novas formas e conteúdos relacionados aos encantos da “cultura encontrada”. Como estratégia para dirimir as resistências aos programas de preservação, o poder público aparece como o salvador de uma “espécie”, ameaçada de extinção pelas garras do tempo e omissão dos indivíduos. É assim que permeia o discurso da preservação no Centro Histórico, no tempo do Reviver:

A preservação da Praia Grande e as demais obras de restauração – que representam investimentos equivalentes a milhões de dólares – são o melhor exemplo de civilização.

Demonstra-se, através daquele trabalho, que uma comunidade organizada e um governo responsável podem preservar o patrimônio histórico como um auspicioso portal para o século XXI.

Para atingir esse nível de qualidade, tive que superar vários desafios, a começar pela complexidade das redes de infraestrutura urbana. Projetos inéditos foram desenvolvidos. Para prevenir o alastramento de incêndios, determinei a instalação de uma rede de hidrantes, a única do gênero em um centro histórico do País. (CAFETEIRA 1994, p.18).

Neste sentido, o poder público ganhou legitimidade em realizar as obras, uma vez que a cultura estaria fadada ao desaparecimento e, desta forma, comprometer-

se-iam os únicos elementos que trariam um conhecimento mais profundo do povo para si mesmo e para os outros. Assim, a volta ao coração das cidades sob a ideologia da preservação do espaço providencia transformações urbanísticas e a reforçam o poder político.

A autoridade conferida ao governo naturalizou o discurso entre passado e o presente que nem sempre foram equidistantes. Neste sentido, a própria concepção do nome *Reviver* é rica para se pensar a relação entre esses dois tempos. Tal atitude se revestiu em dois sentidos: de um lado, é como se quisesse apagar e selecionar fatos antigos em um repertório seletivo para fortalecer a identidade. Um segundo sentido que pode ser percebido consiste na exaltação de aspectos mais estimulantes, mais glamorosos para que sejam criadas novas maneiras artificiais, cuja função é simplesmente o espetáculo (DEBORD, 1997).

O título *Reviver* passou a constituir estrategicamente aquilo que se tornara vivo, devido à “ressurreição” dos bens edificados e elementos simbólicos promovidos pelas instituições dominantes. Neste sentido, a Praia Grande passou a ser apresentada como um lugar distintivo, que representa a cultura e a memória da cidade, propício por excelência para a visualização do encontro de imagens que representam o antigo e o novo. Para Jeudy (1990), é isto o que tem promovido contraditoriamente o esvaziamento e a “morte” destas zonas.

O sentido do nome pode ser questionado pelo que retratam os jornais, que registram que a Praia Grande teve seu momento “inglório”, mas nunca morreu⁵⁴. Chegou a ter destaque nas páginas policiais um grupo de pessoas que criticava abertamente a escala de valores sociais presentes. O novo nome, carregado de caráter persuasivo, se manifesta na consciência do receptor e, ao mesmo tempo, adquire vida nova.

Apesar do abandono do poder público e as classes dominantes, no núcleo originário da cidade e a existência da população pobre, um legado arquitetônico, registro de uma época que remonta a riqueza e opulência de uma classe social, perdura. Até hoje possui o mesmo padrão simétrico de ruas, tendo como principais

⁵⁴ A pesquisa sócio-econômica – Projeto Praia Grande - aponta o perfil da área e a quantidade de famílias e as ocupações da Praia, mostrando que havia sociabilidade na área em questão, portanto não estava morta. (MARANHÃO, S/D).

pontos a Rua Portugal, o Largo Comércio, a Rua da Estrela, entre outras. As reminiscências que marcam o bairro são as ruelas e becos, muitos deles ainda com a mesma arquitetura das casas coladas uma nas outras. Em Maranhão (1997), há afirmação de que o centro histórico conserva até hoje um legado arquitetônico típico da arquitetura portuguesa.

Assim, sobreviveram os beirais e balcões, os ricos trabalhos de serralheria nos guarda-corpos e bandeiras de portas e janela, os cancelões primorosamente esculpidos em madeira de lei, o elevado porte dos sobradões, alguns com mirantes e acrescidos de características notadamente maranhenses, com a interessante disposição dos cômodos quase padronizada, determinando as tão conhecidas fachadas que o povo denominou “porta e janela”, “meia-morada” e “morada inteira” (MARANHÃO, 1997, p. 19-20).

Para refletir sobre o Reviver, não se pode desvincular das estratégias de marketing que foram usadas para mascaramento da ambiência urbana, gerando uma visão superficial do espaço. Cabe ressaltar que o centro antigo era povoado, porém, por classes populares, o que foi utilizado para lhes atribuir a ideia de decadência. Entre o idealismo criado pela mídia e a utopia, estende-se o vasto domínio da técnica na produção de mensagens, imagens que penetram no campo da percepção e da inteligibilidade humana e que gozam de uma nova ordem cultural, caminhando para a construção do imaginário. Assim, esse domínio vem refletindo na transformação, na forma de o indivíduo perceber a realidade circundante, à custa do espetáculo.

Na concepção de Debord (1997), o espetáculo vai muito além da onipresença dos meios de comunicação de massa, que representam somente o seu aspecto mais visível e mais superficial. É uma forma de sociedade em que a vida real é pobre e fragmentária, e os indivíduos são obrigados a contemplar e a consumir passivamente as imagens de tudo o que lhes falta em sua existência real. Ele domina os homens a partir do momento em que a economia se desenvolveu por si mesma, sendo o reflexo fiel da produção das coisas e a objetivação infiel dos produtores.

Um dos coordenadores do projeto frisou que um grupo foi chamado, à época, para procurar um nome “espetacular” para o projeto, algo marcante para o seu promovedor.

[...] Estratégia de Marketing do governo Cafeteira que ele queria marcar o período dele. Então passou por Luís Rocha praticamente paralisou tudo. Naquele momento ele estava desacreditado e ele queria marcar o governo dele como ele realmente fez a maior obra até então. Ele chamou a gente para escolher um nome diferente e nós fizemos uma lista desses nomes. A Laura Neves que era secretária de cultura daquela época [...]. Eu me lembro direitinho desse momento. [...]. Aí cada um falava um nome, não sei o quê, ela falou assim: “-Poxa, revivendo, o governo de Cafeteira revivendo, reviver!” Pronto era pra marcar mesmo e pegou tanto que as pessoas começaram a trocar o nome do bairro com o nome do projeto [...] (ENTREVISTADO A⁵⁵)

Neste caso, ressalta o nome Reviver tonou-se um elo com o então governador Cafeteira, na medida em que a experiência de um centro revivido foi se associando à sua pessoa. E não por acaso, criador e criatura passaram a (re)ocupar um espaço privilegiado no campo midiático, uma vez que com o jogo político acabou se tornando um palco para observar as trincheiras da (re)produção de sentido, inclusive as relações mantidas entre ela e a família Sarney.

Ao ex-presidente Sarney, por sua solidariedade e entusiasmo, o meu reconhecimento. O apoio do Governo Federal ao Projeto Reviver e o repasse de uma verba no valor de três milhões de cruzados novos bem demonstram o carinho do Presidente Sarney para com a cultura do Maranhão (CAFETEIRA, 1994, p.20).

Daí a verdade da afirmação de que quem conta é o fazedor da história e com o seu olhar e interesse, tenta olhar o presente com imagens fragmentadas do passado, que servem para privilegiar o enredo para o futuro. Mais do que atitudes saudosistas ou espécie de seguro contra o esquecimento, o Reviver antes de tudo serviu como instrumento de legitimação de interesses de políticos.

À população em geral, que apoiou desde o primeiro momento aquela iniciativa, e aos comerciantes da Praia Grande, em particular, que entenderam o propósito e pacientemente aguardaram a conclusão das obras, asseguro que, como político e cidadão, continuarei a buscar soluções como essa para os demais problemas do Centro Histórico e do Maranhão (CAFETEIRA, 1994, p.20).

O Projeto Reviver, sem dúvida alguma deixou marcas. Trinta anos depois, o Reviver não se extingue e transgredir no tempo, tanto que a sua marca se mostra presente na cabeça das pessoas quando se pergunta sobre o projeto de revitalização da cidade. O título de salvador, que deu renascimento ao centro, é muito atribuído ao governador Cafeteira, que se tornou uma espécie de ídolo para o centro centenário.

⁵⁵ Entrevista com um dos coordenadores do Projeto Praia Grande, realizada em 10 de julho de 2009.

Ao criar e dinamizar o Projeto Reviver, o então Governador Cafeteira propôs-se, numa atitude de amor e ousadia, manuseio da História: o delicado e perigoso manuseio da História. Foi iniciado então o alterar sem adulterar, o mexer sem remexer. Começou enfim o lento refazer do passado, o cuidadoso reescrever de um poema que, num determinado período, o fausto e a abundância escreveram numas páginas de cantaria postas sobre as areias de uma beira-mar acolhedora.

[...]

A nós – pessoas desta época – coube o raríssimo privilégio de ver o tempo sendo refeito, a história sendo recontada, o passado sendo revivido. A cidade foi misturada ao que já acontecera e, de repente, São Luís voltou a ser ontem, adquirindo então a possibilidade de continuar amanhã (AZEVEDO NETO, 1994, p.15).

O projeto Reviver tornou-se um recurso excepcional a serviço do poder político que buscava legitimar imagens de pessoas associadas às mudanças urbanas. O ápice do prestígio de Cafeteira foi usufruído pela fórmula do reavivamento do centro, posto que a preservação do patrimônio, desde o final da década de 1970, teve seus altos e baixos⁵⁶, e é com esse projeto que as transformações internas ganham maior peso e visibilidade com os recursos midiáticos.

Embora o projeto tenha sido gestado com a proposta de Gisiger (1978), bem lembrada pelos técnicos do patrimônio, a pesquisa de campo revelou que os entrevistados, e por certo a maioria da população, acreditam que o centro antigo mudou muito mais com o Reviver. Esse projeto patenteou as obras e o espaço, havendo uma clara distinção entre o antes e o depois do Reviver, ainda que se pretenda retomar a inseparabilidade dos projetos.

Quem fez o trabalho pesado aqui foi o Cafeteira. Depois que ele saiu o Reviver está caindo no abandono. É só olhar os prédios à sua volta. E os turistas quase não vêm mais, só em algumas épocas do ano. Se eles não vêm para quem a gente vai trabalhar? As pessoas não querem ver casarão caindo; elas querem é alegria. Com o Cafeteira tinha tudo isso (ENTREVISTADO G⁵⁷).

Foram vários governos que realizaram ações para preservar a Praia Grande. Lembro-me do governador João Castelo, depois veio o governo Cafeteira, com o Projeto Reviver, e o Lobão. Mas quem trabalhou mais, sem dúvida, foi o Cafeteira e tem também a governadora Roseana Sarney, que

⁵⁶ Segundo Maranhão (1997), o programa de preservação foi desenvolvido em cinco etapas, mas apenas duas fases são lembradas: a primeira executada no biênio 1987-1988, quando o projeto ainda era conhecido como Praia Grande, e a segunda quando passou a ser conhecido como Reviver.

⁵⁷ Entrevista com um hippie (3), realizada em 03 de julho de 2009.

conseguiu o título da UNESCO para nós. Sem isso talvez tudo estaria pior (ENTREVISTADO H, 2009⁵⁸).

A Praia Grande está um caos. Muitas coisas pensadas pelo Reviver acabaram não acontecendo ou não tendo continuidade. Veja só: os prédios estão caindo e ninguém faz nada. Ontem mesmo os turistas de São Paulo estavam falando que nós não sabíamos cuidar do patrimônio. Eu disse a eles que a culpa era do governo que não fez mais nada, mas que nem sempre foi assim. Antes o negócio era outro aqui; era mais organizado e mais bonito (ENTREVISTADA R, 2009⁵⁹).

O uso de um discurso do “desenvolvimento”, com a preservação da cultura, e o Cafeteira como apoio do grupo de comunicação da família Sarney, na verdade, permitiu a sua “imortalidade” no cenário do patrimônio de São Luís, fato que, em última análise, acabou monopolizando a informação/opinião dos indivíduos pelo jogo exercido com os recursos midiáticos.

O que esse político fez foi deter a atenção sobre essa intermediação urbana, o que lhe garantiu grandes vantagens, porque permitiu pela veiculação de informações, o que deve ou não deve ser difundido e, portanto, do que deve ou não ser pensado pelo restante da sociedade. Não é sem motivo que se tentou espalhar pelo mundo a obra *Reviver*⁶⁰, em versão português-inglês, de autoria do político Epitácio Cafeteira.

A análise sobre a experiência do Reviver na renovação do bairro da Praia Grande a partir da dimensão política, identificou elementos que apresentam evidências sobre a capacidade de alguns políticos que, sob o discurso dos ambientes renovados, se apropriam da cultura para manter o *status quo*.

Dizia o Presidente Washington Luís, nos idos de 1930, que “governar é abrir estradas”. Apesar das milhares de estradas abertas desde então, ainda há muito o que fazer. Ao me candidatar ao Governo do Maranhão assumi um compromisso com o povo do nosso Estado: o de criar condições de desenvolvimento em todos os setores da economia, em todas as regiões do estado, em todos os municípios.

Dentro do possível, cumpri o que prometi. Rodovias asfaltadas, avenidas duplicadas e reconstruídas, pontes erguidas, vencendo seculares obstáculos, em benefício coletivo, em favor da produção.

⁵⁸ Entrevista com um Flanelinha (1) do estacionamento da Praia Grande, realizada em 06 de julho de 2009.

⁵⁹ Entrevista com uma moradora da Rua do Giz, realizada em 27 de junho de 2009.

⁶⁰ Este livro, do ano de 1993, teve como título *Reviver* e foi traduzido para o inglês por Istvan Vajda, Patrícia Zimbres e Vanira Tavares, com prefácio de Américo Azevedo Neto. Foi enviado para representantes de várias instituições tais como da (o), Fundação Roberto Marinho, Ministério da Educação de Cuba, Governo do Estado do Minas Gerais, RADIOBRAS (Empresa Brasileira de Comunicações, UNESCO, entre outros (CAFETEIRA, 1994.)

No entanto, uma dessas obras, das que mais me orgulho, é ponte e estrada ao mesmo tempo, que não é de concreto nem de asfalto. É uma “estrada” que resgata o passado, ligando-o ao nosso presente, como “ponte de fé” para o futuro de prosperidade que antevejo para o Maranhão (CAFETEIRA, 1994, p.17).

O processo de (re)produção de sentido em torno do “renascimento” do velho centro foi assumido por diversos meios de comunicação, notadamente pelo Sistema Mirante⁶¹, para propor novas perspectivas em torno do patrimônio e sua relação com o turismo. Neste caso, a (re)interpretação sobre a identidade da cidade de São Luís permeou o despertar do dever do cidadão e a bondade do Estado de preservar a sua cultura, estimulando operadores cognitivos, que facilitam a criação e aceitação de novas paisagens que certamente reforçaram o poder político.

Pelo projeto Reviver, sinto-me duplamente recompensado: como Governador que cumpriu sua palavra e, principalmente, como cidadão que, participante e observador consciente da vida pública, viu restaurada a confiança na Administração Estadual e na forma correta de materializar benefícios sociais com recursos públicos (CAFETEIRA, 1994, p.19).

Na Praia Grande, o uso do patrimônio passou a ter uma relação muito direta com a política que, de forma pensada, serviu mais como estratégia de dominação do que propriamente uma ferramenta de dinamização local. Para angariar votos, candidatos têm utilizado recorrentemente a cultura para se promover. Brasil e Silva (2009) apontam como o Reggae no Maranhão foi utilizado para a promoção e a eleição de candidatos a vereador, deputado estadual e deputado federal.

Não por menos, a vocação do patrimônio se traduziu em ocupar um espaço político utilizado nos processos de reversão da degradação do Centro Histórico da cidade. Essa iniciativa dá a entender que os políticos se beneficiariam⁶² com resultados da melhoria do espaço público, associando-os à sua pessoa e, se nada atrapalhar, a mídia cria a novela de um de um ator que luta pela cultura.

No mundo da preservação, os direcionamentos políticos sucumbem cada vez mais a um pensar crítico do espaço homogêneo, pautados por aquela fusão de divulgação e imagem, que privilegiou o espetáculo e assim elegeu alguns políticos

⁶¹ Maior sistema de comunicação do Maranhão (pertencente à família Sarney), tem a Rede Mirante de Televisão, o jornal O Estado do Maranhão, a Rádio Mirante FM e a Rádio Mirante AM, além da veiculação pela Internet.

⁶² A Entrevistada R, moradora da Rua do Giz, contou como o campo eleitoral da família Sarney e agregados é expandido no centro histórico. Isso acontece porque os moradores acreditam que eles são os únicos que dão valor a cultura e à região. Entrevista realizada em 27 de junho de 2009.

como aptos a se colocarem como salvadores da cultura. Nestes cenários, concentrar-se-ia um saber específico e um poder “criador”, ao passo que à grande maioria da sociedade caberia apenas acreditar que processos de transformação do bairro só foram possíveis pelo esforço deles. Derrubar esta premissa é fundamental para reverter a alienação do homem em relação aos processos de “preservação” da cultura.

No discurso de salvar a cultura e desenvolver a região, ponto comum nos diferentes projetos de preservação, o poder político, por trás da figura de Cafeteira, além de interferir nos aspectos urbanísticos, construiu um novo símbolo para a Praia Grande: o Reviver. No processo de “reconstrução” do centro, o projeto saiu do abstrato das ideias e se concretizou fisicamente. Assim, a Praia Grande se tornou Reviver, ou seja, passou a ser chamada vulgarmente de Reviver.

Como num passe de mágica, o Reviver se materializou do nada, narrativamente, quando apareceu como imagem construída, com cenas que iam em direção à construção de “fatos”, nos quais a personagem principal se movia para dar vida a um tempo morto, a uma paisagem sem cor. Assim, Cafeteira, como personagem, se tornou o “mocinho” que criou essa nova paisagem.

Veio enfim o projeto Reviver e através dele vislumbrei a possibilidade de escrever e oferecer a São Luís e ao Maranhão os poemas que ainda não havia escrito. E olhei a Praia Grande como quem olha a página em branco. Busquei no amor que em mim sobrava o poema que a inspiração me negava. E fiz reconstruir casa por casa, praça por praça, calçada por calçada, grade por grade, com cuidado e o esmero com que o poeta cria sua poesia. O Reviver era o poema de amor que, enfim, me era possível escrever. Era o meu soneto, a minha estrofe. E assim, ao verso final, pude enfim sentir, após poeta, o maranhense que sempre quis ser. Rimei amor com labor, saudade com cidade e fiz um poema ao qual intitulei (CAFETEIRA, 1994, p.5).

É evidente o interesse do político em criar uma nova vida para a Praia Grande. O núcleo da cidade já tem quase 400 anos e tem sua história, mas parece que a historicidade não interessa. O projeto em seu discurso é contraditório, pois não é possível apagar ou dizer que é uma folha em branco, um tecido que tem vários problemas. Não se pode perder de vista a configuração urbana da Praia Grande. Tem-se que estar imbuído de lucidez e sensibilidade para entender os problemas que a assolam, a fim de se perceber que coisas maiores e coisas menores têm importância análoga, consideradas cada uma em sua escala.

A busca pela época áurea, perdida, dá a impressão de que o tempo de outrora era bem melhor, e também leva a entender como a sociedade aceita este passado que serve de alicerce, de linha mestra do que deve ser lembrado, ainda que muitos fatos escolhidos não sejam reais.

Essa obra, cujo objeto é patrimônio nacional de valor universal, é a restauração da Praia Grande, de dezenas de prédios históricos de valor relevante e do mais importante acervo arquitetônico de São Luís, através do Projeto Reviver.

Como área condigna e preservada para o trabalho e lazer de expressiva parcela da população de São Luís, o Centro Histórico certamente atenderá, também condigna e dinamicamente, a todo e qualquer visitante, anônimo ou ilustre, que por aqui passar, a exemplo das melhores tradições do século passado (CAFETEIRA, 1994, p.17)

É certo que o passado existiu e deixou pegadas, porém, quando se tentou resgatá-lo como algo que represente o presente, consistiu na seleção de imagens do que deve ser o álbum da memória. Do que foi, fica um olhar retrospectivo e seletivo, porque no desenrolar do projeto Reviver, de alguma maneira, tentou-se fixar uma realidade uniforme e sem contradições. Dourado (1989, p. 70), analisando o processo de esquecimento e de continuidade da memória, conclui que:

Não é estranho, pois, pensar que a mesma memória cultural que gestou a modernidade tenha ela própria nutrido as primeiras experiências no campo da preservação dos monumentos históricos. De fato, só pode ser preservado aquilo que foi previamente esquecido. A institucionalidade da preservação do patrimônio cultural, tal como é sentida pela modernidade, diz respeito mais ao esquecimento que lhe é genético do que propriamente à memória que lhe é estranha. (DOURADO, 1989, p. 70).

As notícias no primeiro ano do Reviver destacam a euforia e o entusiasmo de um centro que renasceu, embora algumas pessoas se negassem a acreditar em tal coisa, talvez porque isso agredia substancialmente um modo de pensar o espaço: não seria com a chegada do Reviver que tudo seria melhorado ou mudado.

A fusão entre patrimônio e preservação possibilitou, além da visibilidade da Praia Grande, a assimilação de Cafeteira como promotor do projeto de reavivamento do centro. Em suma, evoluíram as concepções políticas, estéticas e ideológicas sobre a Praia Grande, seu papel e sua função. Em vista disso, o governador Cafeteira, junto a boa parte da sociedade maranhense, tem sido considerado o grande homem que pensou e deu soluções para o centro antigo com o propalado Projeto Reviver.

Assim, o que antes era considerado gueto de decadência econômica e prostituição passou a ser apresentado como reduto de shows, feiras culturais, bares e restaurantes, hotéis, polos de cultura, em virtude do resultado da implantação do Reviver, que foi apresentado como a solução para reverter o estado de abandono em que se encontrava o bairro da Praia Grande.

O Reviver produziu claramente um ritmo de transformação que acaba por dificultar a incorporação de seus próprios efeitos. O que apareceu como demanda de interesse social, escondeu o seu sentido político enquanto meio de dominação e de poder. Sob a forma de preservação da tradição, as mudanças necessárias à reprodução do capital apareceram travestidas de um culto ao passado áureo e convergiu para o aprofundamento da segregação e hierarquização espacial com a (re)apropriação da morfologia urbana.

É visível neste projeto a promessa do impulso econômico dessa região com o turismo, que não se concretizou com foi propalado. Parece ter havido mais sob Cafeteira a verdadeira política, marcada notadamente pela criação de novos equipamentos culturais. A história urbana da Praia Grande, conquanto acompanhe a evolução do programa de preservação, apresenta importantes particularidades decorrentes da originalidade das tradições e das particularidades resultantes das atividades ali desenvolvidas.

O processo de (re)urbanização dos centros, por mais que propague os benefícios a todos, diz respeito a uma prática desigual e incompleta, pois, na medida em que reproduz a exclusão através da regulação urbanística, privilegiando as classes dominantes, não enxerga a pobreza existente na cidade real. Apesar da inegável transformação com a excessiva valorização do patrimônio e da cultura nessa área histórica, ironicamente, em grande medida a imagem que se tem do centro é mais dinâmica, enquanto referência da ordem simbólica estática, pelo fato de sugerir limpeza, felicidade, descobrimento, que podem não ter praticamente nenhuma existência material, ou se afastar da realidade.

Entende-se que, por trás da aparente neutralidade do patrimônio, do seu intuito urbanístico, há um conjunto de relações, tensões e disputas que, se verificadas de perto, explicam a dinâmica de reprodução do capital sobre o centro antigo. O que aparentemente é um processo natural, se tomado em uma perspectiva

mesmo ingênua, revela-se político. No atual estágio das relações capitalistas de produção, toda a intervenção dos centros urbanos está imbricada com o poder político, conforme aponta Castells (1982):

[...] o Estado não é um agente neutro; nem tampouco o instrumento de uma minoria oligárquica como certas visões esquemáticas, às vezes, tratam de assinalar. A intervenção do Estado é uma intervenção complexa, determinada no plano do urbanismo, em primeiro lugar, pelos conflitos políticos e sociais subjacentes à ação pública, quer dizer, pelo enfrentamento no seio do Estado e com relação ao Estado de grupos sociais e de grupos de interesse (CASTELLS, 1982, p. 69).

Apesar do discurso incessante do Cafeteira, o centro nunca foi povoado só pela riqueza, como se propaga nos projetos de revitalização e hoje ainda é mais povoado pela “sociedade invisível”. Há de se reconhecer que existe uma manipulação simbólica que concretiza suas ações em função da projeção do espaço e de seus fazedores. Assim, as “estratégias” derivadas do poder público não conseguiram expulsar os “modos de fazer” (CERTEAU, 1994). Assim, percebeu-se que essa intervenção urbana acabou por servir muito às classes populares que já ocupavam o centro, aproveitando de melhor infraestrutura e outras oportunidades surgidas com o projeto.

O que chama a atenção é que, em função das motivações, criou-se no Maranhão um conjunto de acontecimentos que estão induzindo ao desenho de uma nova realidade social: a instituição de uma fábrica de patrimônios⁶³. Não é apenas o valor histórico e cultural dos bens que estão em causa. A produção de patrimônio por parte do poder público constitui uma transação social e econômica, visto que se busca uma explicação de aceite coletivo para sua instituição, ao mesmo tempo em que converge para se adaptar às novas funções do domínio do capital.

Depois de findo o projeto Reviver, a revitalização ficou a cargo do Governador Edson Lobão (1991-1994), que teve como palco obras para a cidade nova, como a construção da Avenida Litorânea (extensão de 8 quilômetros), que percorre boa

⁶³ Há várias fases de valoração da paisagem urbana histórica, no Estado. Entende-se como a primeira valoração parte do poder público e, quando atrelado ao mercado, o centro histórico foi enaltecido pela importância dos bens culturais que no processo de mercantilização da cultura transformam-se aceleradamente em patrimônio cultural. Tem-se hoje mais de 4.500 e outros no processo de patrimonialização. É uma produção constante considerando que o centro antigo é um museu que tem vários objetos e manifestações que podem ser designados ou sacralizados como patrimônio cultural, ou seja, constitui uma verdadeira “fábrica” de patrimônio cultural.

parte do litoral da cidade e que facilitou o acesso às praias e atração de empreendimentos tais como hotéis, restaurantes, pousadas e outros). Além disso, iniciou obras relativas ao parque ecológico Estadual da Lagoa da Jansen⁶⁴. Com tantos investimentos, poucos recursos foram destinados ao Centro Histórico.

Quando se fala de proteção, as obras que mais se associam a esse governo são a reforma do Teatro Arthur Azevedo e o Projeto Piloto de Habilitação no Centro Histórico, que tinha por objetivo utilizar sobrados para abrigos destinados à moradia. Embora essa função seja de suma importância, só fora realizado a reforma de um imóvel que serviu de abrigo para dez famílias de moradores do Centro Histórico (SILVA, 2008).

No ano seguinte do Governo Roseana Sarney (1995-2002), o Centro Histórico volta a ser palco de atenção. De acordo com Andrès (1998, p. 107), houve a preparação de projetos e realização de obras de preservação na Praia Grande, além da promoção cultural, vislumbrando o evento da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC – e assegurar os recursos do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE.

3.2.3 PRODETUR-MA: ricos discursos e miseráveis efeitos

Nos últimos anos, o turismo tem sido apontado como estratégico para o desenvolvimento econômico das cidades, não apenas porque a sociedade tem sinalizado um maior conhecimento de outras culturas, mas principalmente porque se tornou uma atividade captadora de capital internacional, além de divisas para as regiões receptoras. Para atrair esse capital, as cidades têm adotado uma flexibilidade nas composições urbanas determinadas pelas instituições financiadoras.

⁶⁴ O Parque Estadual da Lagoa da Jansen foi criado pela Lei 4.870 de 23 de Junho de 1988, município de São Luís, com uma área de 150 hectares, mas inaugurado no final de 2001 pela governadora Roseana Sarney. No Parque ecológico está localizado a lagoa de São Luís, que é considerada um ponto turístico e possui área com restaurantes equipamentos poliesportivos.

Seguindo os ditames do modelo econômico neoliberal e a tendência de outros países subordinados ao FMI, no Brasil, em 1992, foi elaborado o PLANTUR – Plano Nacional de Turismo (1992), na gestão do então governo Collor, quando a EMBRATUR era Instituto Nacional do Turismo, vinculado ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, sob a promessa de que as atividades turísticas poderiam diminuir as disparidades regionais, possibilitando a geração de emprego e renda para certas regiões atrasadas do país

Em 1994, sob a influência dos organismos internacionais (FMI, o BID e o Bird), o PRODETUR-NE⁶⁵ é lançado como um programa de crédito para o setor público (Estados e Municípios) tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas, sendo financiado com recursos do BID e tendo o Banco do Nordeste como Órgão Executor (BNB, 2010).

O PRODETUR-NE tem como área de sua atuação a jurisdição da SUDENE⁶⁶, abrangendo, portanto, todos os estados nordestinos e o norte do estado de Minas Gerais e Espírito Santo. O desempenho ocorre por meio do financiamento de obras de infraestrutura (saneamento, transportes, urbanização, saneamento e outros), projetos de proteção e preservação ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios (BNB, 2010).

Com a oportunidade de obter recursos internacionais do Banco Interamericano para o Desenvolvimento – BID via Banco do Nordeste – BNB através do PRODETUR/NE, houve a preparação de projetos pelo Governo do Maranhão visando a assegurar parte dos recursos disponíveis no programa. Assim, com a

⁶⁵ O Programa foi criado, então, em 29 de novembro de 1991, por iniciativa da SUDENE e apoio da EMBRATUR, no Governo do Presidente Fernando Collor de Mello não chega a ser implantado. No ano de 1992, no governo de Itamar Franco aplica-se o Plano de Desenvolvimento do Turismo 1992 sem grandes efeitos. É no governo do Presidente Fernando Henrique que o plano para o Setor Turístico, vai se consolidando com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, que propôs uma integração e descentralização do planejamento e da gestão do setor. (GOMES, 1998)

⁶⁶ A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi extinta durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, por meio da Medida Provisória n° 2.156-5, de 24 de agosto de 2001. No dia 3 de janeiro de 2007, a SUDENE foi recriada pelo governo Lula **por meio** do Projeto de Lei Complementar n° 125.

elaboração do subprograma de Habitação no Centro Histórico de São Luís, e projeto para obtenção do Título de Patrimônio da Humanidade, foi acelerada a conclusão das negociações do Governo do Maranhão com o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Governo Federal, para o recebimento de US\$ 65 milhões para a preservação do Centro Histórico de São Luís.

De acordo com Marques (2002), o PRODETUR/NE, em sua primeira fase, foi implantado no Maranhão tardiamente em relação a outros estados da região, já que o contrato de financiamento foi assinado somente em fins de 1998, fazendo com que muitas das ações só fossem finalizadas a partir de 2001 e, muitas delas, alguns anos depois. Mas, nesse ínterim, foi instalada a unidade executora do PRODETUR no Maranhão – PRODETUR/MA⁶⁷ e o MONUMENTA-BID, uma parceria entre o MinC/IPHAN (Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e BID.

Com a implantação do PRODETUR/MA, o Governo do Estado lança o Plano Maior, cujo objetivo principal é a realização de obras, priorizando ações que mantivessem e expandissem a atividade turística. Para esse desenvolvimento, foram escolhidos pontos de atração que deveriam servir de porta de entrada. Os centros históricos das cidades de São Luís e Alcântara foram um desses pontos, na medida em que os velhos prédios se reafirmaram pela sua importância histórica, exatamente no momento em que a cidade entra em um processo de refuncionalização turística.

A Praia Grande foi, sem dúvida, muito importante para o plano do turismo, porque dispõe de recursos suficientes para impulsionar uma política cultural, e porque, na imediata ordem neoliberal, o conjunto material e imaterial permitiu uma transformação urbana e da própria função. Nesse sentido, passou a ser alvo de mudanças, tendo seus elementos constituintes elevados à categoria mercadoria, sob o enfoque comercial, o que promoveu por vezes pseudos-eventos históricos comparáveis à Disneylândia⁶⁸ (ZUKIN, 2000).

⁶⁷ PRODETUR/MA é um programa destinado ao desenvolvimento do turismo no Nordeste, de iniciativa do Governo Federal, cujos recursos vêm sendo negociados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento nos últimos três anos, sob coordenação do BNB, sendo, portanto, fonte de recursos para investimentos governamentais em infraestrutura turística (BNB, 2010).

⁶⁸ Utiliza-se essa analogia em função da abstração física desse lugar, bem como, das emoções incitadas pelo marketing. As dimensões e funções associadas ao mundo Disney permitem dizer que é

As estratégias de apresentação da Praia Grande para influenciar a venda do espaço têm como objetivo, ao menos em termos midiáticos, dar uma ideia de limpeza da área, do reforço da segurança com certa regulamentação do comportamento das pessoas nos espaços. Representa, por isso, uma narrativa da identidade social sobre o que as pessoas fazem ou deveriam fazer (ZUKIN, 2006).

Sob a intenção de atrair turistas, foi explorado o potencial turístico do Maranhão que passou a ser divulgado em vários países da Europa por meio de uma série de programas do projeto Brazil Amazing Tour Nordeste. A produção audiovisual foi uma das campanhas de promoção e divulgação do Maranhão no mercado internacional. Essa implantação de políticas de turismo é uma diretriz apresentada como salvação para o desenvolvimento turístico do Maranhão, no momento em que se articulam políticas setoriais, relacionando-as com os interesses da indústria turística na medida em que essa atividade é promulgada como um mecanismo fatídico de melhorias na distribuição de renda e qualidade de vida.

A busca por turistas para a Praia Grande abdica do seu papel espaço público, enquanto lugar de relação, de convivência, para se assumir como um palco de eventos e trocas comerciais de fantasias. Neste sentido, sua própria identidade é posta em risco, com a construção de cenários artificiais, que nos transportam para a fantasia, em alusão ao imaginário do “lugar ideal”. A cultura passa a ser convertida em espetáculos que vendem a ilusão do passado, por meio de “modelos de um real sem origem nem realidade” (BAUDRILARD, 1991).

o turismo vai aparecer como um fator extremamente importante na compreensão da centralidade, porque, ao lado dos habitantes que têm uma lógica de consumo do centro ligada ao seu poder aquisitivo e à sua capacidade de mobilização, vêm os turistas, que são os homens de lugar nenhum, dispostos a estar em toda parte e que começam a repovoar, a recolonizar, a refuncionalizar e a revalorizar, com a sua presença e o seu discurso, o velho centro (SANTOS, 1995, p.16).

Archer e Cooper (2001), apontam que as ações voltadas para o turismo, em muitos casos, devido à forma como foram executados, acabaram omitindo as contraindicações e reações com o uso exagerado da padronização da cultura. O conjunto desses efeitos se traduz numa imagem camuflada das questões sociais

uma representação do lugar ideal, de cuja paisagem urbana foram excluídos todos os problemas (medo, insegurança, pobreza).

presentes nesses locais, transitando na imagem ideal para o universo da produção. É a partir desses aportes que evidenciam uma lógica própria, que extrapola momento histórico da emergência do centro, como estratégia da produção do espaço nos circuitos de acumulação capitalista, espaço esse que, além de produto, se torna produtivo.

Segundo, ainda, Archer e Cooper (2001), as exigências do turismo e as preferências dos turistas, não por menos, provocam a vulgarização da cultura e a perda da autenticidade. É comum, por exemplo, danças tradicionais serem abreviadas para que se ajustem às programações dos grupos de turistas, e a cozinha tradicional ser internacionalizada para se adequar ao paladar dos visitantes.

Ferretti (2002) apontou que o Tambor de Crioula⁶⁹ e outras manifestações folclóricas do Maranhão vêm sofrendo um processo de deslocamento e de esvaziamento de seu significado original. A adoção da racionalização levou alguns grupos a assumirem dimensões de pequenas empresas, transformando a dança de um ritual produzido no contexto de uma classe, em um espetáculo de consumo turístico. Os rituais ultrapassaram o domínio dos fenômenos religiosos, passando a ser encarado como mais um serviço que é oferecido ao turista.

Não obstante, o Tambor de Crioula, dança que integra o rol de tradições no Maranhão já apresenta práticas espetaculares e tem aportes alegóricos. O caráter tradicional dessa dança está cheio de teatralidade, porém são os elementos sociais incorporados que vão pouco a pouco tomando importância desmesurada, que destrói a finalidade primitiva da manifestação. Muito mais que o prazer de dançar, de cultuar o santo, as apresentações remetem a uma produtividade que tem dia e local marcado mediante remuneração condicionada.

Essa mercadorização cultural do tambor de crioula é preocupante, porque existe uma preponderância do componente comercial e mercantil, que atinge em cheio o modo de vida, sobretudo, quando é oficialmente etiquetada como “cultura do lugar”. Essa instrumentalização corre para um esvaziamento da sua função crítica e

⁶⁹ O tambor de crioula é uma dança de origem africana praticada por descendentes de escravos, muito comum no Maranhão, em louvor a São Benedito, um dos santos mais populares entre os negros. Os motivos que levam os grupos a dançarem o tambor de crioula são variados. Tradicionalmente a dança não requer ensaios e nem indumentária padronizada. Pode ser praticada em qualquer época do ano. Para maiores informações consultar Ferretti (2002).

social, e coloca em risco um dos vetores fundamentais da política cultural das sociedades livres, quando passa a conceber e se relacionar com o modo de produção capitalista.



Figura 12: Tambor de crioula na Casa das Minas
Fonte: Ferretti, 1997

Para Getz (2001, p.439), as organizações turísticas devem respeitar os desejos de grupos culturais que não querem ser explorados com atrações turísticas: “nem todos os festivais ou eventos devem ser vistos como recursos turísticos - o único e verdadeiro recurso turístico é o povo e, por isso, a comunidade deve ter o direito de decidir por si própria”.

O crescimento do turismo no Maranhão tem contribuído para a divulgação e visualização da cultura local. Porém, essa fruição turística trouxe também consequências negativas. O capitalismo soube muito bem como se apropriar dos bens produzidos socialmente - sejam eles materiais ou imateriais - para adequá-los à sua lógica perversa. Há uma tendência que vem crescendo nos últimos anos, que é transformação das manifestações culturais em mais uma mercadoria *pra turista ver*. Se por um lado isso garantiu a divulgação das manifestações populares para um público cada vez maior, por outro fez com que elas perdessem muito dos seus traços identitários que a caracterizam como cultura tradicional de resistência.

Dencker (2004, p.77), comenta que, o patrimônio, sob suas formas, tem sido mais visto como uma mercadoria de consumo, dissociada de seus aspectos históricos e culturais, voltada para o turismo de massa.

A exploração comercial do patrimônio cultural mediante sua conversão em atrativo turístico tem sido apontada como a opção que mais assegura sua reabilitação e conservação. O patrimônio passa a ser tratado como mercadoria e bem de consumo, deixa de ser pensado apenas por sua importância coletiva para os moradores, como lugar de memória. É justamente esse caráter identitário que passa a ser valorizado pelo empreendedor como o diferencial do empreendimento turístico e da localidade com um todo (DENCKER, 2004, p.77).

O bumba-meu-boi⁷⁰ do Maranhão também vem seguindo a mesma estética “espetacularizada” como aponta Silva (2008) em sua dissertação de mestrado. O poder público, promotor de eventos e financiador das apresentações, exige um padrão de qualidade da cultura popular. A organização dos bois serve de palco para a despersonalização e intensifica a relação de dependência do poder público, que centraliza as verbas orçamentárias nas ações programadas, em especial no carnaval e nos festejos juninos, datas de maior fluxo turístico na cidade.

Além de o bumba-meu-boi se tornar uma “mercadoria”, serviu de instrumento para a manutenção das estruturas de poder. Os interesses entre governo e grupos folclóricos, bem como a ascensão da cultura popular no espaço público, asseguraram a legitimidade da governadora Roseana Sarney como protetora da cultura. Isso não foi por acaso, já que a sua constante participação nos festejos populares e a proximidade com as lideranças dos grupos folclóricos tiveram propósitos bem definidos, servindo para a manutenção do domínio político.

Silva (2008) mostrou como a utilização de formas de persuasão nas relações estabelecidas entre o governo e segmentos da cultura popular como a institucionalização dos festejos juninos e o pagamento de cachês para as apresentações dos grupos folclóricos, ajudaram a construir, simbolicamente, a imagem da governadora “boieira”, o que lhe rendeu prestígio e conseqüentemente votos. Segundo Kadt (1979), os governos representam interesses de determinados grupos mais que de outros e operam dentro de limites bitolados; e as políticas – não só de turismo, mas de qualquer setor – acabam refletindo e confirmando a realidade socioeconômica já existente, reforçando a posição das classes dominantes.

⁷⁰ É uma das manifestações da cultura popular do Maranhão, realizada tradicionalmente em homenagem a São João – o Santo protetor, padroeiro da brincadeira. Existem diversos bois no Maranhão que se apresentam durante os festejos juninos, embora, hoje, os grupos façam isso em vários meses do ano. São chamadas apresentações extras muitas vezes condicionadas a pagamento de cachê (SILVA, 2008).

Se o poder público definiu o bairro da Praia Grande como cenário de novela⁷¹, como ponto turístico, fica subentendido que o lugar permitirá serviços e produtos condizentes às expectativas que foram criadas para atender a demanda turística. No entanto, quem embarca rumo ao centro antigo pode encontrar o Tambor de Crioula, o bumba-meu-boi, mas não pode esperar encontrar tantas satisfações com relação aos serviços oferecidos, pois, apesar de abrigar diversos sobrados que lembram o Brasil dos tempos em que era colônia de Portugal, apresenta muitos problemas. O Livro de protocolo da Secretaria de Turismo do Estado tem várias ocorrências registradas com descontentamento dos turistas com o bairro da Praia Grande.

Obs: Hoje ao chegar ao posto de Informação da Praia Grande, encontrei a cadeira do atendente arriada no chão, de forma que estava impossibilitada de voar. Junto com outro guia pegamos a cadeira e colocamos atrás da cerca decorativa para que seja reservada para avaliação do seu estado.

Quero também falar que o aparelho telefônico encontra-se impossibilitado de ser utilizado, pois o mesmo está causando muito barulho.

Venho aqui demonstrar a minha insatisfação. Pois, no meio de todo esse caos o turista não quer nem saber de nada disso, querendo logo é ser atendido; como aqui é de muita importância o telefone está bom; venho dizer que nesta mesma manhã por não poder usar o telefone um turista não ficou muito satisfeito com o atendimento.

Sei que não é de costume isso acontecer mas seria bom que fosse feita a manutenção dos objetos deste local para um bom funcionamento. *Rosinele*, 11 de novembro, 2008). (SECRETARIA DE TURISMO, 2010)

De acordo com alguns turistas que vão ao centro histórico, o bairro não está preparado para promover a atividade turística. Isso é também muito registrado nas falas dos comerciantes e dos flanelinhas. Apesar de ser reconhecido como um dos pedaços mais atrativos da cidade, ainda sofre com carências de cuidados e conservação. A falta de infraestrutura, além do grande assédio aos visitantes, por parte de pedintes e vendedores ambulantes, integram a lista das queixas feitas não apenas pelos visitantes, mas por profissionais da área de turismo.

Ao Senhor Secretário de Turismo,
Em visita a essa linda Maranhão especificamente a São Luís, ficamos muito entristecidas com a falta de cuidado com relação aos prédios, limpeza e higiene da cidade.

⁷¹ A Praia Grande já foi cenário da novela *Da cor do pecado* transmitida pela Rede Globo de Televisão no horário das 19h00, no primeiro semestre de 2004, A novela, escrita por João Emanuel Carneiro com supervisão de Sílvia de Abreu e direção geral de Denise Saraceni, teve como trama central a personagem Preta (Taís Araújo), uma moça negra maranhense, que tem um romance com Paco (Reinaldo Gianecchini), relação da qual nasceu um filho de nome Raí (Sérgio Malheiros). s). Entretanto, Paco era namorado de Bárbara (Giovanna Antonelli), uma moça rica e egoísta, que fica inconformada de ser trocada por uma mulher negra e pobre do Maranhão. (OLIVEIRA e PAVAN, 2004).

Esperamos ao retornar e ao indicar a nossos colegas que o Centro Histórico mereça uma atenção da “nova” governadora, que é daqui e deveria ter interesse real na melhoria desse Maravilhoso Estado. Somos de São Paulo Mercedes Tubino. (SECRETARIA DE TURISMO, 2010)

Uma reclamação muito recorrente que chama atenção consiste também no fechamento de estabelecimentos voltados para a atividade, inclusive os principais museus nos finais de semana e feriados. Na visão do turista, isso prejudica e frustra sua visita à região.

Deixo aqui a minha insatisfação de encontrar todos os museus e espaços culturais fechados na segunda-feira. A cidade está cheia de turistas do mundo todo e apenas podemos fotografar por fora.

Sugestão: manutenção dos museus, fazer no período da noite e abrir para o público de segunda a segunda. Afinal, não estamos num Patrimônio da humanidade! *Prof.ª Marli Scheremeta, Curitiba/ PR* 06 de setembro, 2010.

Encontramos com pesar a cidade parada, com as atrações turísticas fechadas, o que não deveria ocorrer num dia como hoje, quando surge a oportunidade de passear e conhecer São Luís. *Daniel R. Ca... – MA* 08 de setembro, 2010.

É observando a separação física de entidades de turismo municipal e estadual no tocante aos escritórios de (não dá para entender hibernação?) turísticos, ainda mais os feriados e a infeliz falta de material de divulgação dos atrativos locais como mapas, restaurantes, hotéis, pousadas, etc... É uma vergonha administrativa espelhando a incompetência dos políticos. 08 de setembro, 2010.

Cheguei em São Luís hoje e encontrei todos os museus fechados. Sugiro que os horários de funcionamento sejam revistos em nome do fluxo de turistas nos feriados. *Leonardo Toledo, SP.* 08 de setembro, 2010. (SECRETARIA DE TURISMO, 2010)

Além disso, os turistas também reclamam dos banheiros, da sujeira e da falta de treinamento de profissionais e logo registram sua indignação. Reclamam também da sinalização e do descaso com muitos espaços que não são ocupados.

O banheiro do terminal urbano de integração é péssimo. Não é possível usá-lo. Por isso, gostaria da prefeitura melhorar as condições do lugar porque realmente achei desumano para o pessoal da cidade mesmo. Ah, Gurute Guiho 12 de julho, 2009

Venho através desta reclamar a cobrança de taxa em banheiro público na Praça Nauro Machado; o fato ocorreu dia 31-10-2008. Onde um funcionário cobrou uma taxa para mim e outro usuário que chegou logo depois... Após o ocorrido fui reclamar no posto policial localizado naquele local, onde os mesmos me informaram que a taxa não deveria ser cobrada. Voltei a utilizar novamente o banheiro mais uma vez e o funcionário que estava na portaria, proibiu-me de adentrar, alegando que eu não havia dado boa noite para entrar, e que devido a minha “saliência” eu não utilizaria de um ambiente que é PÚBLICO.

Atesto aqui minha indignação com tal fato que envergonha nossa cidade Patrimônio Cultural da Humanidade. Eder Cruz hedermacauba@hotmail.com 31 de outubro, 2008. (SECRETARIA DE TURISMO, 2010)

Outras reclamações feitas pelos turistas estão relacionadas com o policiamento e a falta de iluminação. Questões como insegurança, falta de limpeza, colocação de cartazes nas paredes dos prédios e descumprimento às leis estão presentes nos registros de insatisfação com a área. Com relação à segurança, existe um box da Polícia Militar em frente à Praça Nauro Machado e uma sala da Polícia de Turismo. O patrulhamento é feito através de viaturas. Contudo, o atendimento ainda é desnivelado. Os policiais não coíbem o tráfego de veículos particulares na área, bem como de veículos pesados que não atendam ao que se encontra determinado no Decreto nº 11.013, de 27 de dezembro de 1988.⁷²

Segundo Sousa (2008), além desse problema, uma grande quantidade de adolescentes tem se aglomerado nos últimos meses, às quintas e sextas-feiras, na praça Valdelino Cécio e na escadaria da Praça Nauro Machado. Ali esses jovens consomem álcool, cigarro e drogas, visto que não há fiscalização do problema. O caos toma conta da Praia Grande, infelizmente, concluiu Sousa (2008), depois que realizou pesquisa com comerciantes da área, no artigo intitulado “o lamentável abandono do Centro Histórico de São Luís” publicado no site JP turismo.

Complementando esse cenário o proprietário de uma Livraria, afirma que a ausência do poder público e a iluminação precária são fatos que estimulam a prática de assaltos e roubos na Praia Grande. Ele acrescenta também:

Olha, eu já tive problema de roubo, assim de arrombarem por duas vezes. É muito bêbado, muito marginal circulando por aqui. E eu vejo isso por conta da turista que chega e fica reclamando. Teve uma senhora passando por aqui, muito simpática, ele tinha uns cinqüenta e poucos anos e ela mora no Rio nascida e criada no RJ e ela curiosamente foi assaltada aqui, ela nunca tinha sido assaltada na vida dela e ela foi assaltada aqui no Reviver. E ela

⁷² O decreto estabelece medidas de proteção e revitalização do Centro Histórico de São Luís e, como se verifica no seu artigo 1º: “Fica proibido o tráfego de veículos automotores de carga e de passageiros, de qualquer tipo, nos arruamentos do Centro Histórico de São Luís nos trechos a seguir descritos”. Os trechos estão situados no bairro da Praia Grande e são os seguintes: trata-se de uma área que se inicia na Rua do Trapiche, em frente à Praça dos Catraieiros, entra pela Rua Portugal e adjacências, prossegue pela Rua da Estrela a partir do início desta na Rua de Nazaré e Odylo, inclui a Rua João Gualberto, seguindo pela escadaria da Rua Humberto de Campos. O trecho da Rua da Estrela vai até a futura sede do curso de História da UEMA. Um pouco antes, aglutina a Rua João Vital de Matos, subindo-se por esta até a Rua do Giz, desce por toda esta rua até a escadaria da mesma, englobando ainda a rua a partir da Praça da Faustina até o Centro de Criatividade Odylo Costa, Filho. (SOUSA, 2008)

dizendo – poh eu moro no RJ desde que nasci e nunca fui assaltada e vim pra cá e fui. (ENTREVISTADO B⁷³)

O desenvolvimento do turismo, apesar de ter sido focado no PRODETUR-MA, nunca foi prioridade nesse lugar ocupado pela arquitetura colonial. A chamada para o turismo, talvez tenha sido um pecado capital para o espaço que tem muitos problemas urbanísticos e certo esvaziamento. Todavia, o caráter dinamizador do turismo em criar centralidade, e até de se constituir um centro, foi imposto com condição de utilizar o vazio perante a sociedade e a cidade. O valor histórico do patrimônio da Praia Grande propalado pelo poder público não acrescentou muitas coisas, pois criou expectativas e não as atendeu a contento. Como comenta Sousa:

O Centro Histórico, tendo à frente o bairro da Praia Grande, seguido pelo bairro do Desterro, foi contemplado com a arrojada e necessária iniciativa de restauração e preservação levada a cabo pelo governo estadual. [...] Com o passar do tempo, contudo, o Centro Histórico foi sendo gradativamente abandonado, largado à própria sorte, e os problemas começaram a surgir. Questões como insegurança, falta de limpeza, colocação de cartazes nas paredes dos prédios, iluminação precária ou inexistente, descumprimento às leis que no passado disciplinaram o local se multiplicam a cada dia, ameaçando o título alcançado por São Luís de Patrimônio Cultural da Humanidade.

De acordo com um dos entrevistados está mais do que na hora de se introduzir mudanças conceituais, formais ou estruturais para que o centro antigo tenha melhor infraestrutura e que o turista mude a visão sobre o patrimônio e, conseqüentemente, tenha-se melhor aplicabilidade dos vários instrumentos (Plano Diretor Municipal, decretos, regulamentos, resoluções, portarias, com programas, projetos entre outros) promulgados ou deliberados.

Portanto, aposta-se que a análise e compreensão do espaço público para a sua real requalificação se efetivará se a prefeitura estiver presente e atuante, já que só ela tem a prerrogativa de impor políticas orientadoras voltadas para o planejamento e gestão das diferentes atividades e setores econômicos, inclusive do turismo.

3.2.4 O mito da preservação com o tombamento

⁷³ Entrevista com proprietário de Livraria, localizada na Praia Grande, realizada em 04 de julho de 2009.

Do início do primeiro programa de revitalização até os dias atuais, a questão sobre o real interesse sobre o patrimônio na cidade de São Luís ainda não foi equacionada, mas certamente foi assumindo diferentes configurações e manifestações relacionadas à proteção de uma história particularizada. É importante observar que a necessidade de proteger o legado cultural se tornou uma questão de política transitando em diversos governos do Estado.

A intervenção do poder público sobre a Praia Grande, apresentada em forma de projeto de revitalização, foi um mecanismo necessário para proteger a identidade, ou seja, mais uma face da “cidade-mercadoria” (VAINER, 2000), para facilitar a atração de capitais, entretanto, uma grande maioria da população acreditou e apoiou a ideia de proteger um legado que estaria prestes a ser extinto.

Com otimismo redobrado, espero que os que me sucederem continuem essa obra, que por ser de todos não pertence a ninguém em particular; é a herança de um povo e que deve ser, por isso, perenizada. Está nas mãos das atuais gerações fazer reviver a pujança de nossos avós. A estrada está reaberta, a ponte já soerguida. Que Deus nos ilumine, a todos, nesta caminhada. (CAFETEIRA, 1994, p.20)

Isso fez com que a política de preservação estivesse fartamente anunciada e aceita pelo resgate da velha história da cidade, destacando a necessidade de que os frutos dessa intervenção no tecido urbano, com a sua “vida” recente, dessem continuidade ao projeto que fora iniciado. Aqui a gestão parecia dar garantias de conservação do bem cultural, ao mesmo tempo em que incentivava administrá-lo, de forma adequada, para que as classes sociais pudessem usufruir.

Para Assunção (2003, p. 55) a “gestão do patrimônio cultural é a administração de forma eficiente de recursos patrimoniais, humanos, econômicos, visando à preservação do patrimônio”. Atingir este objetivo é garantir a integridade dos bens culturais atendendo aos interesses da sociedade. Nos termos assim colocados, em primeira instância, o tratamento analítico da gestão pública é sinônimo de “proteção” remetida ao patrimônio, responsabilizando-a ou culpando-a pela ação e/ ou omissão por ela produzida.

Uma das formas mais conhecidas e legitimadas de proteção utilizadas no Brasil e aplicada na realidade do centro histórico de São Luís foi a prática do tombamento. De maneira geral, o tombamento é tratado em um enquadramento institucional voltado para garantir a sua continuidade, que surgiu de um conjunto dos

esforços realizados, em especial o dos intelectuais modernistas, de conhecer, compreender e recriar o Brasil (RODRIGUES, 2001). O IPHAN apresenta o tombamento como:

[...] um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados, culminando com o registro em livros especiais denominados Livros de Tombo¹⁴ (IPHAN, 2008)

Através do tombamento, fica proibido legalmente qualquer ato que enseje a destruição total ou parcial do bem, podendo, portanto, ser considerado um procedimento de conservação preventiva. Do ponto de vista da gênese da proteção oficial do patrimônio de São Luís, aparece inicialmente a questão do tombamento, mais precisamente em 1955, com a inserção no Livro do Tombo de uma área de 60 hectares, compreendendo partes dos bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão. Essa inserção foi justificada como uma oportunidade de preservar o rico acervo de arquitetura colonial de origem portuguesa (MARANHÃO, 1993).

Atualmente, há uma área extensa tombada, que compreende um conjunto de imóveis, chegando a um total aproximado de 3.500, com cerca de 220 hectares, abrangendo uma área contínua que vai do Cais da Sagração e Palácio dos Leões à Praça Deodoro e Canto da Fabril (sentido oeste – leste), e da Praça Gonçalves Dias ao bairro da Madre de Deus e São Pantaleão (sentido norte – sul).

De acordo com Reis (1990), a Lei Municipal nº. 2.527, de 1981, estabeleceu a divisão do município de São Luís na zona especial, como de interesse histórico e uso comercial predominante, e na zona tombada, como área de interesse histórico. Segundo Maranhão, (1997), o centro histórico de São Luís e as zonas urbanas tombadas sob proteção jurídica têm esferas de competência e atribuição legal quanto à preservação, manutenção e fiscalização.

A área e os monumentos sob proteção jurídica federal é coordenada pelo governo federal através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, que tombou entre 23 de dezembro de 1955 e 13 de março de 1974, aproximadamente mil imóveis, em uma área de noventa hectares, compreendendo os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, incluindo as praças Benedito Leite,

João Francisco Lisboa e Gonçalves Dias. Além destes dois conjuntos urbanos, outras edificações, isoladas também foram tombadas.

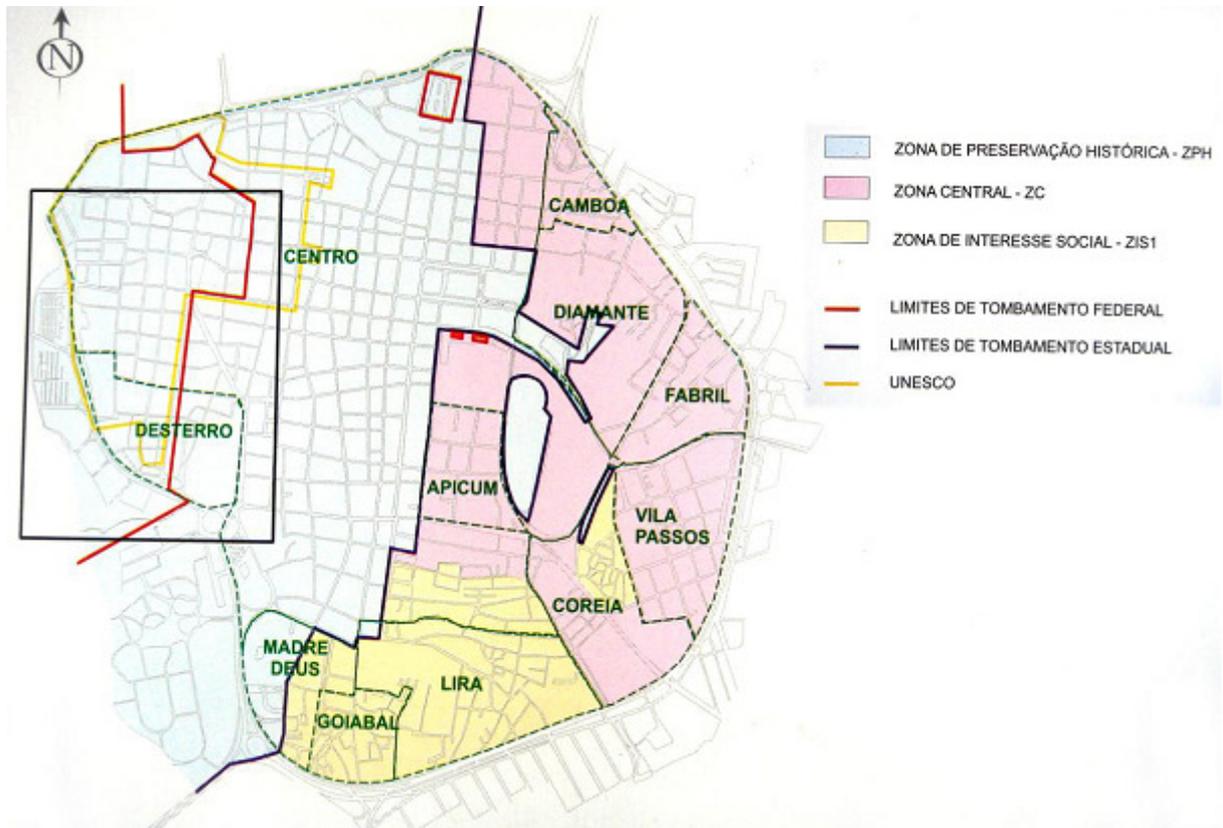


Figura 13: Mapa com demonstração de zonas e limites de tombamento
 Fonte: Esta ilustração faz parte da apresentação do PRCH, cedida por Andr es. (2007).

Sob prote o jurídica estadual, tem-se uma área com cerca de 160 hectares, protegida pelo Decreto Estadual n . 10.089, de 6 de março de 1986, compreendendo aproximadamente 2.500 imóveis. A  rea e os monumentos sob prote o jurídica municipal compreendem o conjunto das zonas tombadas pelos governos federal e estadual e mais as áreas de entorno e preserva o ambiental do Aterro do Bacanga e do Parque do Bom Menino, conforme as disposi es do plano diretor urbanístico de 1992 (Lei Municipal n . 2.352, de 29 de dezembro de 1992).

A prática do tombamento é muito presente nas cidades históricas e tem sido associada ao reconhecimento de um bem como patrimônio, seja de âmbito federal, estadual ou municipal. Esta é uma das formas predominantes de como o poder público aparece como protetor do patrimônio cultural, com vistas à preserva o da memória, refletindo o aspecto histórico e retratando inúmeros aspectos sociais, políticos, econômicos, artísticos, científicos, paisagísticos e turísticos.

Embora o tombamento continue a ser a forma mais predominante de proteção, muitas vezes, não atende a “dinâmica necessária à manutenção do ambiente, em especial nas áreas urbanas” (RODRIGUES 2001, p.21). Na prática, o tombamento vem se restringindo muito mais à inscrição de bens no papel, do que à proteção propriamente dita. A degradação do patrimônio pelo tempo, pelo não uso, impõe obras que custam muito, e os proprietários ou inquilinos não conseguem arcar. Como resultado, muitos imóveis acabam sendo abandonados e transformados em ruínas.

Nos centros históricos do Nordeste, não são raras as notícias do desabamento de um patrimônio cultural. Como exemplo, na Bahia tem mais de 111 casarões tombados que estão correndo o risco de desabar, conforme o levantamento da Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador (CODESAL) (MAIS DE CEM..., 2010). Na cidade de São Luís, a situação não é diferente.

Pelo levantamento feito pela Defesa Civil, há 33 imóveis em risco iminente de desabamento, ou seja, os imóveis que são considerados patrimônio mundial estão em risco de desabar e desaparecer, causando danos não só ao patrimônio público, mas também às vidas humanas, elucidou a superintendente do IPHAN, Kátia Bogéa, em entrevista publicada no site da Defesa Civil do Patrimônio Histórico (CASARÕES, 2009). Nessa época do ano, são várias as notícias sobre o abandono e descaso do poder público para com o patrimônio. Todos os jornais da cidade fazem alusão a este fato corriqueiro, que todo ano está presente.

As chuvas trazem medo não apenas para quem mora nas áreas de risco. No Centro Histórico de São Luís, alguns casarões estão ameaçados de desabar. O perigo é tanto que algumas ruas chegaram a ser interditadas. (CHUVA, 2009)

Um casarão desabou no Centro Histórico de São Luís, na manhã desta terça-feira (17). Ninguém ficou ferido, de acordo com a Defesa Civil da capital maranhense. O prédio não suportou a forte chuva que incidiu na região. Os destroços e fios elétricos ficaram espalhados pela rua. De acordo com Defesa Civil, outros 33 casarões correm o risco de desabar no local (CASARÃO, 2009)

Parte de um casarão no Centro Histórico de São Luís desabou, neste domingo (3), por causa das chuvas. É o terceiro prédio atingido neste ano. Outros 35 estão ameaçados. A Capital do Maranhão acumula prejuízos causados por alagamentos e desabamentos. A cidade teve o abril mais chuvoso dos últimos 24 anos (CASARÃO, 2010).

O tombamento e o programa de revitalização desenvolvidos ao longo do tempo na Praia Grande trouxeram várias demandas para o município, pois, o que parecia ser exclusividade dos governos federal e estadual, emergiu com a denúncia da ausência da prefeitura em não aplicar adequadamente leis e instrumentos de planejamento urbano para proteger e preservar os bens de interesse cultural.

É conclusão equivocada que a defesa dos bens urbanos pelo tombamento define prioridades de interesse coletivo, uma restrição de intervenção, relacionada à proteção. Foi observado, durante o ano de 2008, que situações distintas vêm destruindo e descontextualizando esse patrimônio e colocando em risco a sua preservação para a geração presente e futura. O fator de maior visibilidade na mídia vem sendo as chuvas torrenciais, um fenômeno relativamente frequente na região. Com a chegada do período chuvoso, aumenta o risco de desabamento dos prédios que estão em péssimo estado de conservação e/ou abandonados. Com isso, aumenta também, cada vez mais, a preocupação dos comerciantes e residentes da área histórica também.

Fora as intempéries, o movimento de “volta à cidade” não traz apenas vantagens, como promulgam os seus atores, mas também inconvenientes ao patrimônio. Atualmente, um dos grandes problemas do Centro Histórico consiste na falta de estacionamento. Com algumas ruas interditadas para o trânsito livre de pedestre, como é o caso das imediações do Largo do Comércio, estacionar tem sido uma inconveniência para alguns e oportunidade para outros.

Com vistas a ganhar mais dinheiro, os flanelinhas destroem partes internas de sobrados tombados por conta própria; outras vezes, seriam mandados pelos proprietários, para dar lugar a estacionamentos clandestinos/irregulares. A prática é considerada irregular, porque os proprietários não possuem autorização da prefeitura para utilizar essas propriedades para fins lucrativos, conforme consta no Art. 17 do Decreto-Lei N^o. 25:

As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado. (DECRETO LEI 25/37, 1937, p.114)

Não é difícil encontrar inúmeras ruas com placas anunciando vagas para estacionar dentro dos casarões. Um dos principais agravantes para o problema é a falta de regulamentação e fiscalização da prefeitura. No mês de julho, o IPHAN, junto ao Ministério Público, fez uma força-tarefa intitulada *Operação Patrimônio*, para notificar e autuar os estacionamentos irregulares. Segundo a superintendente regional do IPHAN, Kátia Bogéa, dos 50 estacionamentos que terão suas atividades suspensas, doze estão na área de atuação do governo federal, e o restante na parte tombada pelo estado. (Estacionamentos... 2009)



Figura 14: Fotos de edificações com placas e anúncios de venda
Fonte: Silva (2009)

Em reportagem do *Jornal da Amazônia*, a superintendente aponta que o debate com os representantes da prefeitura de São Luís é um dos mais necessários, já que o órgão é quem deve orientar os proprietários quanto à utilização do solo urbano e à construção ou demolição desses prédios que estão catalogados no plano diretor da cidade como patrimônio histórico cultural.

Burnett (1998b,) uma crítica à gestão do solo urbano e à omissão do órgão competente:

Por um lado, a gestão passa a se resumir ao caráter de monumento do imóvel, exigindo estudo caso a caso e impossibilitando uma abordagem urbanística da área e de suas relações com o restante da cidade; por outro lado, ao não possuir o controle das informações sobre propriedade fundiária, bem como das taxas, licenças e alvarás, os órgãos de patrimônio se perdem nos meandros burocráticos e aquilo que é ilegal do ponto de vista da preservação, facilmente obtém alvará de funcionamento das repartições municipais, caso das dezenas de estacionamentos irregulares, recentemente autuados.

Por isso, quando matérias jornalísticas se referem à “falta de compromisso da comunidade com a preservação do conjunto urbanístico e arquitetônico” – ensaiando lançar a culpa em todos e em ninguém, receitando campanhas de “educação patrimonial” -, é importante “dar nome aos bois” e afirmar que a razão do abandono, da degradação física e do arruinamento moral do

centro da cidade se deve, fundamentalmente, à omissão dos órgãos de controle urbanístico da Prefeitura de São Luís (BURNETT, 1998b. p.1).

De acordo com Bogéa, todos os estacionamentos estão irregulares:

Sem qualquer aprovação da prefeitura ou dos órgãos de proteção. O dano causado por essas pessoas é irreversível. Em alguns locais, o prédio foi todo destruído e agora só tem o terreno. Mas todos eles vão responder por esse dano. O fato é que ninguém pode fazer modificações e se utilizar do patrimônio como negócio sem autorização (ESTACIONAMENTOS, 2009).

A punição para os infratores que lesam o meio ambiente está prevista na Lei nº. 9.605, de fevereiro de 1998, que prevê sanções penais e administrativas. Os artigos 62 e 63 apontam que é crime destruir, inutilizar ou deteriorar bens protegidos por lei. A pena é de reclusão de um a três anos e multa. Embora esses crimes tenham como punição a detenção e multa, em grande parte dos casos elas não acontecem e, na maioria das vezes, são convertidas em penas alternativas, como prestação de serviços à comunidade. Burnett (2008) considera

Porém, pior que a impunidade dos transgressores é a situação de moradores e trabalhadores do centro, penalizados pelas ruínas e pelo comércio predatório, pois sem zoneamento de usos, pode-se amanhecer tendo ao lado um sobrado em escombros ou um moderno empreendimento comercial, desvalorizando imóveis e comprometendo a qualidade de vida do entorno (BURNETT, 2008b, p.2).



Figura 15: Fotos de casarios, no centro histórico, que se transformaram em estacionamento
Fonte: Silva (2010)

Outro problema identificado são as reformas realizadas às portas fechadas para burlar a fiscalização. A retirada dos entulhos geralmente acontece no fim da noite. Numa conversa informal com esta pesquisadora, um encarregado de obra da reforma de um prédio na Praia Grande, disse que o caminhão vinha à noite, e eles

trabalhavam, evitando fazer barulho. A solução encontrada é fazer a obra ilegalmente já que acham que o trâmite de permissão é muito demorado e às vezes mais caros. “As reformas irregulares acabam sendo o jeito mais prático para quem não quer perder tempo” relatou x um mestre de obra, em conversa informal com a pesquisadora, que estava realizando benfeitoria, às escondidas, em um prédio na Praia Grande, em 13 de junho de 2009.que estava realizando benfeitoria, às escondidas, em um prédio na Praia Grande, em 13 de junho de 2009. (CONVERSA INFORMAL,⁷⁴). Para Burnett, isso acontece pela falta de fiscalização dos órgãos competentes, bem como da aplicação da Lei.

Consequência imediata de tais procedimentos é a ineficácia em imputar qualquer ônus aos que abandonam ou descaracterizam os monumentos, generalizando a impunidade no arruinamento e destruição do acervo, uma vez que —como a experiência ensina— sempre é possível conseguir um alvará de funcionamento, apesar de flagrantes irregularidades. (BURNETT, 2008b, p.2).

Aliás, impressiona a forma como os proprietários desses prédios (políticos e empresários) não cuidam dos imóveis, ditos patrimônio cultural. A própria defesa civil do Patrimônio Histórico aponta como as famílias tradicionais (Murad, Sarney e Fecury) deixam o tempo fazer seu estrago à vontade em imóveis tombados e de suas propriedades. E depois, os próprios membros da família Sarney são quem pedem recursos e dizem que precisam revitalizar o Centro Histórico. Isso foi bem retratado em matéria publicada no site da Defesa Civil do Patrimônio Histórico (DEFENDER):

Políticos proprietários de casarões do Centro Histórico de São Luís, tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), estão abandonando seus imóveis à míngua, se deteriorando ao sabor das intempéries, e obrigando o poder público a gastar dinheiro do contribuinte para realizar reformas ou a entrar na Justiça para obrigá-los a assumir uma responsabilidade que deveria ser óbvia para os homens públicos maranhenses: a preservação da memória histórica do estado.

Depois dos casos (já denunciados pelo Jornal Pequeno em matéria publicada em dezembro de 2007) de um casarão da Rua do Giz abandonado por seus proprietários, Ricardo e Jorge Murad (políticos ligados à família Sarney), e de um imóvel de José Sarney na Rua da Saúde, que desabou e atingiu uma casa vizinha, agora o JP teve acesso a uma decisão da Justiça Federal, que mandou outro sarneisista – o ex-deputado federal e ex-prefeito de São Luís Mauro de Alencar Fecury (PMDB) – restaurar um casarão de sua propriedade, localizado no Centro Histórico de São Luís (POLÍTICOS..., 2008).

⁷⁴ Conversa informal com um mestre de obra que estava realizando benfeitoria, às escondidas, em um prédio na Praia Grande, em 13 de junho de 2009.

Os casarões que fazem parte do acervo arquitetônico e paisagístico de São Luís, tombado pelo patrimônio histórico nacional e que pertencem a estas famílias bastante conhecidas, encontram-se em péssimo estado de conservação, entretanto, embora existam ordens judiciais para recuperação desses prédios, isso parece não afetar esses grupos. Diante de tantas ausências de seus proprietários, o IPHAN realiza intervenção e benfeitorias; Assim, nessa seara de irresponsabilidade, as obras no imóvel lhes dão um novo valor imobiliário.

Na análise desta notícia, alguns pontos podem ser inferidos sobre as ações de preservação do patrimônio cultural em São Luís Paulo. Em primeiro lugar, o não entendimento por parte dos proprietários (e da maioria da população); do significado simbólico do ato jurídico do tombamento; e, em segundo lugar, a falta de fiscalização pelo poder executivo.

A falta de identificação com o patrimônio acaba revelando uma concepção diferenciada com a que se propaga pelo governo sobre o patrimônio. Muitas pessoas não sabem o que é patrimônio, porque a categoria tem um caráter impositivo. Outro ponto importante fica em torno do descaso do poder público, que criam órgãos de fachada para dizer que existe para proteger os bens culturais, pois quando visitado percebe-se que há poucas condições de trabalho, como afirma um técnico do Patrimônio Estadual

Não há como fazer muita coisa pelo patrimônio, aqui faltam recursos materiais e humanos. Não conseguimos trabalhar bem. A falta de fiscalização bens tombados, deixa os proprietários praticamente impunes quando mutilam seus próprios bens culturais em razão muitas vezes da ambição econômica [...] Acho que a situação não vai melhorar. (ENTREVISTADO T⁷⁵)

A própria superintendente do IPHAN, quando comentou que esta era uma das maiores dificuldades enfrentada pelos técnicos, reconhece que a destruição dos imóveis se dá por causa da especulação imobiliária: “Não existe o entendimento de que o patrimônio é deles, mas por estar localizado em uma área especial da cidade deve atender a uma série de restrições”. E ainda acrescenta:

O que muitas vezes acontece é que as pessoas acham que imóveis velhos não têm valor ou que sua recuperação seria onerosa. Além disso, há uma carência de políticas de incentivo à habitação. As pessoas deixam os

⁷⁵ Entrevista com um técnico do patrimônio, realizada em 07 de outubro de 2010.

prédios caírem para erguerem construções novas no espaço.
(ESTACIONAMENTOS, 2009)

A possibilidade iminente de perda expressiva desse patrimônio em tais situações reforça como ineficientes as medidas, principalmente por parte do governo municipal. Não foram identificados dispositivos consistentes que assegurem o monitoramento do patrimônio, para atuar com fonte mitigadora das previsíveis perturbações da paisagem urbana. Entende-se que a implementação dessa proposta cabe ao poder público municipal, devendo então ser inserida como um dos componentes primordiais da lei de uso e ocupação do solo municipal, caracterizando a gestão cultural como um trabalho de administração.

A lei de uso e ocupação do solo pode prever orientações para bens tombados, inseridos no centro histórico, como tentativa de coibir qualquer tipo de intervenção sem a autorização prévia de órgãos competentes. No entanto, observa-se que, embora o plano diretor de São Luís, criado em 1975, revisado em 1992 e reformulado em 2006, contemple a preservação do patrimônio, isso não é realizado a contento.

Sabe-se que a Prefeitura é a única responsável pelo funcionamento no perímetro urbano, já que é o órgão que estabelece o ordenamento do solo e se utiliza da lei de zoneamento, através da qual são expedidos “habite-se” e licenças para usos adequados, tolerados e proibidos, e são fixadas as taxas de ocupação das edificações nos lotes (BURNETT, 2008), entretanto, a proteção do patrimônio é de responsabilidade do poder executivo, conforme determina a Constituição Brasileira de 1988 em seu art. 23 determina que:

É de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural. (BRASIL, 2008, p.15).

A formulação e implementação e controle de políticas de proteção ao patrimônio, em âmbito institucional, remete a um caráter integrador, já que a gestão desses bens deve ser compartilhada. De acordo com a Constituição Federal, cabe a todos os entes administrativos o dever de preservação dos bens de valor histórico e cultural, com a competência de legislar concorrentemente.

Esse pacto federativo com vistas à preservação desencadeia a revisão de estratégias de descentralização intergovernamental, já que é responsabilidade do governo federal, estados e municípios, assumir um conjunto de competências e atribuições voltadas ao patrimônio. No caso de São Luís, o que se assiste entre os entes federativos é a acusação pelo descaso para com o patrimônio ou ainda, quando a prefeitura é questionada diretamente pela omissão seus representantes, afirmam não possuir estrutura adequada, recursos humanos e financeiros para cumprir suas obrigações.

A dinâmica preservacionista se expressou em um movimento de grande complexidade em função da confluência entre os entes federativos. No âmbito do Projeto Praia Grande, o processo participativo, que veio sendo construído desde os anos 1980, difundiu novos discursos e práticas sociais relacionadas à partilha de esferas de decisão entre os participantes.

Em 1980, foi instituída a superintendência regional do IPHAN, criado o Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão, DPHAP-MA, subordinado à Secretaria de Estado da Cultura, e a Fundação Cultural do Município, FUNC, representando a prefeitura de São Luís, todos com o objetivo de “proteger” o patrimônio ludovicense.

Fruto de um convênio de cooperação técnica assinado entre os órgãos federais, estaduais e municipais, foi criada a Comissão Técnica do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico, COMTEPHAP, com poderes para desenvolver trabalhos teóricos e propor aos órgãos conveniados ações de fortalecimento do processo de proteção e revitalização do conjunto urbano e arquitetônico de São Luís.

Essa comissão foi formada por arquitetos e engenheiros dos três níveis de governo e durou cerca de quatro anos, de 1986 a 1990 (BURNET, 1999). As diferenças de formação e especialização técnica, assim como os critérios mais ou menos rígidos na aplicação da legislação entre os membros da comissão acabaram por inviabilizar a continuidade da proposta que até os dias de hoje não pôde ser retomada, com comenta um dos entrevistados:

[...] coisa que pouca gente se lembra na época que foi um avanço que depois retrocedeu [...]. Naquela época criamos a “Comissão Técnica do Patrimônio”

que era o seguinte: em uma comissão só juntava o IPHAN, a prefeitura e o estado para analisar os projetos na área. Então desde o projeto passado que a Prefeitura não é como hoje. Hoje a prefeitura manda para o IPHAN, o IPHAN manda para o Estado [...], naquela época ia para uma instância só que era a Comissão Técnica do Patrimônio e já reunia em si os representantes do estado, da prefeitura e do IPHAN. Isso funcionou assim uns quatro anos, depois dissolveu e não voltou mais. (ENTREVISTADO A⁷⁶)

É interessante registrar, segundo Burnet (1999), que a existência dessa comissão ajudou a melhorar a imagem desgastada dos órgãos que exercem a fiscalização e controle do acervo, na medida em que os trâmites burocráticos foram acelerados devido à unificação e maior celeridade na conclusão dos processos. Por outro lado, a sua extinção trouxe para a população uma complexidade no que diz respeito aos limites de atuação de cada de cada um desses órgãos.

No momento desta pesquisa, foi possível identificar que dois organismos são mais lembrados pelos entrevistados quando se referem à aplicação de ações voltadas à proteção do patrimônio, nomeadamente o IPHAN, como instituição federal, desempenhando atividades voltadas para a restauração, conservação e fiscalização dos monumentos sob proteção federal, e o Departamento de Projetos Especiais, DPE, subordinado à Secretaria de Estado da Cultura e ligado ao DPHAP-MA, através da Coordenação Geral, lembrado somente pelo Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís. Esse órgão “desenvolve trabalhos de pesquisa e catalogação dos bens culturais maranhenses, atuando desta maneira exclusivamente no âmbito técnico da intervenção” (BURNET, 1999, p.5).

Sob determinados pontos de vista, o processo de preservação do patrimônio pelo Município, Estado e União em várias cidades incita à sobreposição de uma entidade pública sobre a outra quando se refere à elaboração e implementação de projetos que se encarregam da proteção e da fiscalização de bens que representam a identidade, a memória de um povo.

Independentemente de como trabalhem, qualquer ação desses organismos deve representar o exercício de suas competências e, conseqüentemente, a manutenção do legado cultural, do ponto de vista constitucional. Para isso, é indispensável que a “prefeitura apoie e fortaleça, prioritariamente, seus parceiros na

⁷⁶ Entrevista com um dos coordenadores do Projeto Praia Grande, realizada em 10 de julho de 2009.

preservação do centro, assegurando-lhes condições adequadas de vida através da legislação urbana” (BURNETT, 2008b, p.2).

Das políticas desenvolvidas entre órgãos responsáveis, umas são mais visíveis que a outra. Neste caso, trata-se supostamente da atuação efetiva, da influência dos órgãos com os líderes locais, do uso eficiente dos meios de comunicação quando massificam as “benéficas” contribuições dos projetos sobre os bens culturais, entre outras coisas. O fato é que um acaba se tornando mais legítimo protetor que outro.

No caso da Praia Grande, o IPHAN é o órgão que sobressai, pois possui um corpo de fiscais que atuam na área de patrimônio cultural, concentrando-se em vistorias, pareceres técnicos dos processos das obras e interdições nos sobrados da área. Apesar de todo o trabalho realizado, tem sido alvo de muitas críticas, voltadas principalmente à pessoa da diretora deste órgão.

O IPHAN tem uma atuação bastante intensiva com os fiscais que ficam olhando se estamos fazendo algo errado com o patrimônio, mas de vez em quando eu acho que é omissos quando deixa os prédios caírem ou serem destruídos pelos vândalos que querem fazer estacionamento. Ao longo desse tempo que estou aqui na Praia Grande pouco vejo a Prefeitura atuando, geralmente tudo quem faz é IPHAN. (ENTREVISTADO J⁷⁷)

Não entendo por que a prefeitura pouco se importa com o nosso centro tão rico de casarão. Mas se ela não vem marcar presença, o IPHAN tem ocupado seu lugar. Mas me chateia muito o posicionamento muito radical daquela Katia. Parece que quer mandar em tudo: na gente e no patrimônio. Se fosse ela compraria a Praia Grande e colocava uma porta só pra entrar os chegados dela (ENTREVISTADA, P⁷⁸).

Neste caso, é evidente que este rótulo não é eterno. Isto tem uma temporalidade, já que as ações não acontecem a toda hora e nem há muito interesse dos órgãos públicos em realizar suas obrigações. De qualquer modo, a visibilidade do IPHAN em detrimento das outras não invalida o fato de que há uma ausência da Prefeitura na área. É preciso reforçar o controle de ações predatórias nesse perímetro urbano, especificamente, porque cabe aos municípios “promover a

⁷⁷ Entrevista com um Flanelinha (3) do estacionamento Praia Grande, realizada em 06 de julho de 2009

⁷⁸ Entrevista com uma freqüentadora, assídua, do Bairro Praia Grande, em realizada 28 de junho de 2009.

proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (BRASIL, 2008, p.17).

De acordo com Burnett (1998), a prefeitura abdicou de sua responsabilidade de gestão do solo da área, entregando ao IPHAN uma tarefa para a qual nenhum órgão federal ou estadual tem competência. Com alguma ressalva, ainda persiste uma tradição de afastamento da prefeitura de São Luís das questões ligadas à preservação e revitalização do patrimônio cultural da cidade (BURNETT, 2008b, p. 1-2).

Por fim, a irracionalidade toma conta de tal gestão, pois extrapolando suas funções de especialistas em restauração edilícia, o reduzido corpo técnico dos órgãos de patrimônio histórico e artístico passa a assumir o lugar do poder municipal e, sem legitimidade e sem estrutura administrativa para tal, tenta matar um leão por dia e apagar incêndios a cada hora. Inevitavelmente, pode acabar mordido, chamuscado e desmoralizado (BURNETT, 1998, p.1-2).

Devido ao processo de (re)ocupação da área central da cidade de São Luís, observa-se que os propalados vestígios da memória nesse local continuam sendo destruídos. A omissão da prefeitura e a ausência de uma legislação específica para a proteção do patrimônio vêm caminhando contra a continuidade e “sobrevivência” do passado. Não há regras e, quando o poder municipal se omite da responsabilidade de gerir o uso do solo. Isso acarreta muitos efeitos, tais como denuncia Burnett (2008b):

Além da anarquia generalizada, passamos a ter redução no enfrentamento da questão, muitas brechas legais e pouca racionalidade na gestão do espaço urbano, características que acompanham as sofridas crônicas da preservação dos centros históricos brasileiros. (BURNETT, 2008b, p1).

Apesar da reconhecida existência de um aparato legal de regulamentação dessas atividades, observa-se em São Luís uma falta recorrente de ações integradas de monitoramento entre as três esferas, especialmente quanto à fiscalização da aplicação das normas e controle do uso do patrimônio. A posição desses organismos tem agravado o estado dos imóveis ante ações predatórias, principalmente quando se trata da área que não é inscrita pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade.

A destruição do patrimônio, sobre todas as formas, coloca em cheque o poder público, ao mesmo tempo em que acirra a discussão sobre de quem é a necessidade e responsabilidade de preservar. Diante desse fato, emerge a

indagação: do ponto de vista jurídico, essas ações desempenhadas pelos destruidores poderiam ser consideradas um novo direito emergente se criam uma nova função? Ou seriam apenas mais uma forma de se evidenciar a crise de legitimidade e de proteção do poder público sobre o patrimônio?

Sem dar a resposta, ressalta-se que o conceito e entendimento de patrimônio não é unânime, vez que o reconhecimento do ato jurídico, tombamento, não é aceito por todos. Nesse sentido, não se pode condenar que as classes que são historicamente marginalizadas façam uso dele para seus próprios interesses, destacando-se entre eles a necessidade de sobrevivência.

4. MARKETING DA PRAIA GRANDE: a espetacularização do patrimônio

Sànches (2003) e Vainer (2000) têm levantado reflexões sobre a competição entre lugares, relacionando-as com as estratégias utilizadas pelos gestores das cidades, nas últimas décadas, para criar espaços atrativos. Nessa lógica, a capacidade de competitividade entre as diferentes regiões, países ou cidades vem se desdobrando em função de diversos fatores, tais como, localização, acervo cultural, personagens de destaque, mas também pelo uso do marketing⁷⁹, cuja principal missão seria a de incrementar o processo de venda dos lugares com seus não-lugares.

De acordo com Sánchez (1999, p.115), a valorização do marketing seria fruto da atual conjuntura econômica mundial, a qual “se constitui na orientação da política urbana, a criação ou atendimento das necessidades do consumidor, seja este empresário, turista ou o próprio cidadão”. Contudo, esse processo de valorização da imagem, inclusive no cenário internacional dessas cidades, foi acompanhado por uma “notável expansão dos departamentos e agências de comunicação e marketing, dentro das respectivas estruturas administrativas locais” (SÀNCHEZ, 1999, p.2).

É na fase avançada do capitalismo que as cidades assumem a disputa declarada para se tornarem espaços atraentes do capital transnacional (SÀNCHEZ 2003). E é nesse cenário lastreado pelo teor mercadológico que se descortina, a “mercantilização” do espaço urbano (VAINER, 2002, p. 98), que afasta a ideia romântica de que o poder público tem como prioridade ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem-estar de classes populares quando se observa se espriar um ordenamento e medidas cada vez mais complexas, que beneficiam as classes dominantes.

A incorporação do marketing revela uma nova ordem junto às demais práticas de gestão relacionadas, que buscam dar uma nova imagem aos centros antigos ou

⁷⁹ A ferramenta do marketing, típica das empresas, teve crescente utilização nos planos de cidades, regiões, países, adquirindo diversas denominações (“place marketing”, “city marketing”, “marketing territorial”, “marketing urbano”, “marketing do lugar”, entre outras) quando se relacionam com a projeção desses espaços, a partir suas singularidades, vocação e especificidades, dentro de cenário de competitividade.

reforçar o que eles têm de melhor. O sucesso “é tão claramente lucrativo que o investimento na construção de imagem [...] se torna tão importante quanto o investimento em novas fábricas e maquinário” (HARVEY, 2001, p. 260-261). A transformação de “imagens em simulacros materiais na forma de ambientes [...] construídos”, consiste na “outra dimensão do papel mutante da espacialidade na sociedade contemporânea” (HARVEY, 2001, p. 266). Biachini (1999) comenta que

já se percebia uma tendência em afastar as questões de caráter sociopolítico, predominante na década de 1970, e priorizar o desenvolvimento econômico e a regeneração urbana [...] Uma vida cultural cosmopolita foi sendo, gradualmente, entendida como um integrante crucial das estratégias de city marketing e de internacionalização, elaboradas para atrair turistas, capital internacional flutuante e profissionais especializados” (BIANCHINI, 1999, p79).

Para promover a cidade de São Luís, no circuito global das cidades houve a utilização de técnicas na construção e divulgação da identidade do lugar, principalmente do programa de revitalização. Para isso, teve um esforço para a geração de valor que segue as tendências de mercado, resultando na constante busca pela diferenciação, a qual se traduziu na supervalorização de um “pedaço” da cidade, o bairro da Praia Grande, como distinção entre suas concorrentes e também entre os próprios espaços intraurbanos.

O centro histórico de São Luís reúne construções que são uma adaptação do estilo neoclássico ao clima equatorial. O plano de recuperação do centro histórico começou a ser executado na década de 70, quando foi construída uma barragem sobre o rio Bacanga e a ponte José Sarney sobre o rio Anil. Tais construções permitiram que a cidade se expandisse para o outro lado e evitaram a descaracterização das construções antigas. Em 1979 foi inaugurado o anel rodoviário, que desviou o trânsito que passava nas ruas estreitas do centro. A restauração do casario começou pela Praia Grande, no início da década de 80, com a Praça do Comércio, Mercado Coberto, Albergue e Beco da Prensa. Em 1987, após alguns anos parado, o programa é retomado durante o mandato do presidente José Sarney. Vinte e cinco milhões de dólares são investidos para restaurar cerca de 200 construções na Praia Grande como parte do Projeto Reviver. Postes de eletricidade foram substituídos por similares de ferro à moda antiga e praças, jardins e calçadas foram reformadas. (CIDADES HISTÓRICAS BRASILEIRAS, 2009).

Para Harvey (1996), a renovação do tecido urbano representou um amplo programa de reorganização da sociedade que, nesse contexto de mudanças e significativas alterações socioculturais e econômicas, são apresentadas por “profissionais de marketing, que têm um profundo interesse em vender a cidade.

Admite-se sem qualquer dúvida que o marketing utilizado para a Praia Grande deu maior visibilidade ao centro histórico, particularmente no que diz respeito à divulgação dos produtos culturais para os novos consumidores da cultura, e ainda rompeu a organização imaginária, alterando o pensar até então vigente, provocando um movimento abrupto, mas que demandou um tempo para ser internalizado pelos moradores da cidade de São Luís.

Essa estratégia de recorte espacial permite encontrar elementos que possam relacionar complexas relações que fazem refletir sobre a escolha e (re)construção do espaço, que pode dar, manipulavelmente, a ideia da cidade como um todo imaginado e assumir posições ambíguas, na medida em que, de um lado, é um corte e, do outro, é um todo, direcionando-se para um contra-senso, se forem resgatadas imediatamente as relações do espaço urbano que se tinha há décadas anteriores.

É interessante destacar que o poder público com a necessidade de desconsiderar as diferenças dos espaços que compõem o centro histórico, utilizou-se estrategicamente da Praia Grande como apreensão holística da realidade, ou seja, tornou-a mediante o programa de revitalização uma parte que deve ser vista como um cartão postal, ou seja, a paisagem de todo o centro histórico. Todavia, existe uma relação da Praia Grande com outras partes do centro histórico e, por constituir o núcleo originário da cidade, a ideia de representação do centro histórico é deturpada.

Essa apreensão do recorte espacial como o global, que se processa principalmente no campo midiático, conduz a uma simplificação superficial do centro histórico, já que os projetos pontuais implementados na Praia Grande não foram os mesmos para as outras partes do lugar. Adentrar nas particularidades do bairro Praia Grande e suas frações significa compreender um pouco o sentido do centro antigo e, ao mesmo tempo, afastar a ideia de confundir a Praia Grande com todo o centro histórico.

Ao adotar a estratégia de representar a Praia Grande como um todo, limita-se o entendimento das peculiaridades dos espaços que se constituíram em tempos diferentes. Embora, do ponto de vista da imagem geral, o centro histórico esteja associada à decadência e ao abandono, as transformações advindas do programa

de preservação urbana recaíram muito mais na Praia Grande, o que já elimina as semelhanças entre os pedaços no “coração da cidade”.

Ainda que a Praia Grande apresente diferenças com o resto do centro histórico, a sua visibilidade midiática tem se direcionado para a espetacularização, implicando na seguinte lógica: o pedaço da cidade é escolhido e transformado em um espaço âncora, que se destaca perante os outros, pois tem maior destaque em relação aos outros bairros do centro histórico, tornando-se mais conhecido e divulgado nacionalmente. Os aportes midiáticos transformaram-na numa espécie de museu a céu aberto, onde é possível encontrar a influência portuguesa nos sobrados azulejados, que são o verdadeiro pilar em que assenta a atividade de construção de sua marca. Os azulejos são o chamariz mais utilizado para distinguir a arquitetura de São Luís da de outras cidades.

No final do século XVIII, uma ideia funcional começou a se transformar na principal marca do casario ludovicense: trazidos de Portugal para revestir as casas e amenizar os efeitos do calor e da umidade, os azulejos são um colorido que dá charme e autenticidade únicas às ruas do centro (CIDADES HISTÓRICAS BRASILEIRAS, 2009).

No uso do marketing para as cidades, o que se defende hoje não é um espaço real e sim o que se quer ter com a imposição de novos padrões. A produção de um pedaço da cidade como um todo, nos diversos planos – teórico, normativo e estético – sustentado em critérios subjetivos, assenta-se em valores e referências, induzidos através de constantes e sucessivos discursos que se direcionam para uma valorização momentânea, e têm, como consequência, a coisificação que tende a se tornar o espaço despolitizado.

A promoção da Praia Grande tem percorrido um caminho crescentemente persuasivo, sob determinados pontos de vista. Esse processo apresenta tendências de desenvolvimento particularmente peculiar em determinados aspectos, diante de um progressivo movimento de “conscientização” da sociedade civil, amalgamada por intenso caldeamento que apresenta um plural mosaico de expressões e de manifestações culturais peculiares da região, resumidas ao patrimônio edificado.

Nada de igrejas suntuosas repletas de detalhes em ouro e imponentes construções militares ou públicas. O patrimônio arquitetônico de São Luís destaca-se pela uniformidade, pela beleza simples e regular das casas que constituem seu centro histórico. Construídos pelos senhores que comandavam a produção de algodão na região, os solares e sobrados são

marcas vivas do apogeu econômico da cidade (CIDADES HISTÓRICAS BRASILEIRAS, 2009).



Figura 16: Bairro da Praia Grande, rua da Estrela com rua Portugal
Fonte: (CIDADES HISTÓRICAS BRASILEIRAS, 2009).

O bairro da Praia Grande, permeado por um conjunto de bens culturais, hoje fica reduzido a imagens e interpretações, produzidas, sobretudo, sobre pontos marcantes que são escolhidos para representar as tradições do que se deve observar. Este assunto é importante porque empenha a questão ideológica e pode contribuir para esclarecer a transformação dos monumentos históricos e marcos culturais ao culto narcisista do patrimônio em meio ao conjunto urbanístico que é

justificável por um tempo: o tempo de interromper simbolicamente o curso da história, tempo de tomar fôlego na atualidade, tempo de confrontar nossa identidade antropológica a fim de poder continuar sua construção, tempo de reassumir um destino e uma reflexão.” (CHOAY, 2001, p. 248)

São Luís não é um caso único que utiliza o patrimônio como ancora. Althoff (2008, p.15) afirma que no final da década de 1990, um volume considerável de bens já se encontra protegido por lei, um conjunto onde preponderam as edificações que melhor simbolizam os ciclos econômicos, a saga do imigrante europeu, com maior destaque para o de cultura teuto-brasileira⁸⁰.

⁸⁰ Diz respeito a brasileiro que tem pelo menos um ascendente e/ou uma forte afinidade cultural com povos tradicionalmente considerados germânicos ou também a populações de imigrantes alemães e descendentes estabelecidas no Brasil.

Nessa lógica, Salvador, Recife e Olinda, consideradas patrimônios mundiais, utilizam-se das políticas de promoção do espaço urbano a partir da exclusividade do acervo, da diferenciação, por características do patrimônio com as peculiares. Assim, eles constituem uma zona fronteira, de transição, carregada, em alguns casos, desse europeísmo que, não obstante, mantêm como um componente necessário.

É a partir da concorrência das cidades que o europeísmo entra mais decididamente no coro das chamadas publicitárias. A divulgação desse componente vem repercutindo intensamente no destino dos turistas, determinando em muitos aspectos o regaste de uma história, com fatos que nem existiram. Surgiu, assim, um tipo de marketing que se desenvolve, em alguns sentidos, sob a exclusividade das congêneres europeias.

Embora haja a diferenciação das histórias da cidade, o patrimônio cultural é o ponto comum e tem sido o veículo privilegiado para (re) posicionar a cidade num cenário global e dar uma visão poética, como lugar do sonho, do maravilhoso cotidiano, do espaço de memória que desperta desejos. E para se diferenciar ainda mais no mercado, independentemente da sua escala ou localização, não raras vezes, adotam padrões de urbanismo standardizados com a seleção de elementos distintivos para criar mais valor simbólico.

Por conseguinte, esse valor age cognitivamente como uma espécie de linguagem universal, que abstrai a diversidade social. Em busca de um “lugar ao sol” na rota do capitalismo global em que impera a lei do mais autêntico, original, diferente bem ou da aparência dele, percebe-se que há um estímulo à cultura do narcisismo e pela sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997) cuja fragmentação da subjetividade, pelo paradoxo entre autocentramento e exterioridade, ocupa posição fundamental.

Trata-se de uma nova forma de subjetivação, por meio da qual são forjadas outras modalidades de subjetivação na atualidade, o que constitui o fundamento do atual conceito de patrimônio, que se remete ao requinte e à engenhosidade das classes dominantes e pelos meios se cultuam as modalidades dessa nova construção subjetiva.

Como consequência da ênfase dada à exterioridade do patrimônio na sociedade do espetáculo e ao autocentramento (na cultura do narcisismo), consolida-se a articulação entre as operações sociopolíticas dos processos de mercantilização da cultura, mediados pelo marketing. Aqui se encontram os destinos do desejo: numa direção marcadamente exibicionista e autocentrada, que tem como contrapartida o esvaziamento do intersubjetivo, atinge seu ponto máximo, com o conseqüente apagamento da alteridade ao lado de um enaltecimento exacerbado do que o centro histórico tem.

Assim sendo, esse autocentramento é desprovido de interioridade e caracteriza-se pelo excesso de exterioridade, de exibicionismo. Institui-se, assim, a hegemonia da aparência com incontáveis marcos urbanos. De acordo com Jacobs (2003):

A aparência das coisas e o modo como funcionam estão inseparavelmente unidos, e muito mais nas cidades do que em qualquer outro lugar [...]. É tolice planejar a aparência de uma cidade sem saber que tipo de ordem inata e funcional ela possui. Encarar a aparência como objetivo primordial ou como preocupação central não leva a nada, a não ser a problemas (JACOBS, 2003, 14).

Com a requalificação do antigo centro de São Luís, houve um esforço para cuidar da aparência da cidade, ao menos termos midiáticos, criando simulacros ou formas dissimuladas de segregação, dominação e poder a qualquer custo. Por vezes, isso gera um conflito entre o “patrimônio idealizado” e o “patrimônio real” que leva a desenvolver a crença de que vale mais pelo que aparenta ser do que pelo que realmente é. O importante não é o conteúdo, mas, sim, como ele deve ser visto e aproveitado. Isso corrobora o que Debord (1997) pontifica:

as imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida e fundem-se num curso comum, de forma que a unidade da vida não mais pode ser restabelecida. A realidade considerada parcialmente própria unidade geral um pseudo mundo à parte, objeto de pura contemplação. A especialização das imagens do mundo acaba numa imagem autonomizada, onde o mentiroso mente a si próprio. O espetáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo (DEBORD, 1997, p.13).

A Praia Grande, representando o centro histórico de São Luís, volta ao cenário urbano com uma imagem ideal por força da mídia, que desconstrói o que foi construído e o refaz no intuito de criar um novo lugar. Com relação à ambiência, o

poder público abriu mão de uma visão integrada dos problemas do centro, gerando um conjunto de intervenções fragmentadas.

Definiu a Praia Grande como um padrão de premissas básicas, inventadas, descobertas ou desenvolvidas por um grupo que forma a sua base de conhecimentos, os quais são utilizados para camuflar os problemas, quer de em termos de estrutura, quer em termos de integração interna. Essas premissas ou regras não funcionam suficientemente bem, sendo por isso denunciadas pelos turistas como a maneira de perceber, pensar e sentir em relação a estes problemas. Na Secretaria de Turismo tem o seguinte registro de insatisfação de uma turista, dentre outros:

Srs. Responsáveis pela Sec. De Turismo do Maranhão: Sou paraibana, trabalho com educação e estou pela primeira vez em São Luís. Acabo de constatar, com toda indignação possível, o total descaso e abandono com o “NOSSO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE”.
Jamais esperei presenciar tanta propaganda enganosa veiculada por aqueles que têm a OBRIGAÇÃO de preservar a NOSSA HISTÓRIA!
Continuarei, por todos os meios possíveis, a protestar em relação ao ESTADO DE ABANDONO em que se encontra o Centro Histórico de São Luís. *Rosana Diôgo de Lima* Rosaluna_63@hotmail.com
(83) 9982-6895 – João Pessoa/PA 20 de junho, 2010 (*grifo do turista*)

Entre o idealismo e a utopia, estendeu-se o vasto domínio da técnica na produção de mensagens, imagens que penetram no campo da percepção e da inteligibilidade humana e que gozam de uma nova ordem cultural, caminhando para a construção do imaginário. Assim, esse domínio vem refletindo na transformação na forma de o indivíduo perceber a realidade circundante, à custa, muitas vezes, de um desdobramento pelo qual se concretiza a mudança do bem antigo, que levou anos para ser criado, em produto meio de consumo imediato.

A área de casarões históricos de São Luís ocupa 250 hectares e envolve três mil e quinhentas construções. A beleza e a importância histórica deste acervo arquitetônico foram reconhecidas em 1997, pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO), que concedeu à cidade o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Para concessão do título, também foi levada em conta a preservação dos prédios antigos e a revitalização dos bairros que formam o Centro Histórico (especialmente a Praia Grande, obra iniciada na década de 70 e retomada a partir de 1987, com o Projeto Reviver). (GOVERNO DO ESTADO, 2009).

Entende-se que o poder público não inventou do nada a imagem da Praia Grande, mas é responsável por transformar uma visão ou interpretação de imagem do cotidiano no mundo fantástico do espetáculo. Das ruínas, do abandono e da

decadência, vem nova identidade, não só por aquilo que é, mas pelo modo como é apresentada. O lugar, aparentemente esquecido, recebe um teor magicamente perfeito, que o torna único e adorável.

O conjunto da Praia Grande é formado por ruas, becos, travessas e escadarias que se constituíram por muitos anos no centro comercial de São Luís. Hoje, guarda a memória de um tempo de esplendor e opulência. É um patrimônio cultural único - orgulho, coração e alma da cidade. (PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE, 2009)



Figura 17: Foto da arquitetura de São Luís postada no site do Governo Estadual
Fonte: GOVERNO DO ESTADO (2009)

Essa orientação publicitária deve ser questionada pelo excesso de representação, quando leva a exigir a volta a uma forma mais tradicional da sociedade sem conflitos onde não se veem as manchas da exploração que se estendeu sobre esse espaço durante séculos. Não se pode voltar a apresentar a sociedade antiga, com pontuação de símbolos que demarcam a tradição de uma elite branca e classista. Talvez a melhor definição da Praia Grande seja essa dissociação entre a história e seus personagens. Sob os olhares, associa-se a lógica do mercado, que comanda a ideologia, cria o imaginário social, faz a releitura étnica da cidade, através de ações que valorizam a presença dos descendentes europeus. No caso de São Luís:

Esta história fascinante (e ainda pouco conhecida), resultado de um feliz equilíbrio das circunstâncias históricas e geográficas, nos deixou um conjunto rico de traços culturais muito originais: um legado arquitetônico,

literário e humano, contendo uma significação excepcional: um patrimônio monumental único em seu gênero. Na realidade, há traços semelhantes que dão ideia de um certo "ar familiar" em outras cidades do mundo que conheceram simbioses de cultura e de influências locais e coloniais, sobretudo de origem portuguesa. (PORTOS-MA, 2009)

O discurso publicitário leva os indivíduos a acreditarem naquilo que está sendo dito e a buscarem todo o prazer proporcionado pelo consumo daquilo que se anuncia. A simbologia associada às mercadorias como valor de uso diz respeito a elementos que representam o ideal de felicidade almejado pela sociedade. Esta felicidade abrange uma realização pessoal e profissional, que envolve boa aparência e desenvoltura, aprovação social, conforto e bem-estar, estabilidade econômica, status, sucesso no amor e no mercado de trabalho.

Equivale dizer que nesse processo de produção de imagens há uma fragmentação da informação (seleção, montagem e edição), para persuadir e conquistar consumidores (público-alvo) específicos. O trabalho realizado é capaz de tornar presente o ausente que existiu, numa forma de seleção do melhor enredo, escolhendo-se os de maior prospecção mercadológica. A imagem que é posta como mediação das construções de representações do imaginário individual e social, sendo na forma de linguagens escritas, sonoras visuais, passa a ter um lugar de centralidade no controle social. "A comunicação dessas imagens torna-se um meio de controle, tanto do conhecimento quanto da imaginação" (ZUKIN, 2000, p. 96).

Sem dúvida que a informação produzida - inquirida e relatada, instituições dominantes e por elas financiadas contribui para agregar mais valor a essa mercadoria, e disseminar novos hábitos de consumo em torno do simulacro e do hedonismo. Nesta lógica, os discursos que passavam a evocar elementos psíquicos e sociais nos indivíduos, incluem também uma "alucinação estética do real", do qual há um bombardeio de imagens e objetos fascinantes, em detrimento da mera divulgação das suas características funcionais.

Em um passeio pelas ruas do Centro Histórico de São Luís, pelos becos e escadarias há uma grande possibilidade de interagir com vários problemas, porém o olhar é geralmente muito direcionado para o patrimônio edificado, quando se está sendo orientado por um guia turístico. Basta também ver as campanhas publicitárias via internet, que promovem a mercadoria como uma tentativa de compreender melhor as fantasias que cercam a construção desse mito pelas ruas do passado,

desse direcionamento pelo bens ocupados pelos europeus, como se não houvesse mais nada para fazer ou com quem falar.

Hoje tombada como Cidade Patrimônio da Humanidade, guarda como herança da forte colonização lusitana a maior área de arquitetura colonial portuguesa existente no Brasil e uma das mais importantes do mundo. São mais de 3.500 edificações de valor histórico, no centro da cidade, que, segundo a UNESCO, representam “uma cultura e uma época, testemunho significativo da história da humanidade (BRASIL VIAGEM, 2009).

Ao prover a exteriorização do princípio criador de sentido e significação, que até então estava alheio à experiência local, produz uma imagem utópica da tradição sem vestígios de opressão. Essa criatividade lhe dá uma forma que fala mais para fora do que para dentro, subsidiando uma marca do modo de vida e costumes “autênticos” que, quando são comparados ao real, cria frustrações pelas expectativas, às vezes, impossíveis de serem atendidas.

A apologia ao patrimônio torna-se pedra de toque. Nesse quadro, a beleza emerge como uma demanda comum e urgente, apresentando-se como suposto elemento de convergência que se sobrepõe aos interesses dos mais distintos de grupos sociais. É necessário reconhecer que os efeitos dessa transformação dos centros antigos, em torno da “questão social” que está na gênese dos projetos de revitalização, a rápida leitura e difusão dos resultados mostram que a população não tem tantos privilégios.

O retrato panorâmico do patrimônio, refluído e resumido pela divulgação de suas respectivas cidades, através de seu acervo material e imaterial que precisa ser preservado para gerações futuras, evocando a memória, história e identidade, tornou-se, assim uma das formas consensualmente aceitas, para conferir visibilidade, constituindo-se, ao mesmo tempo, num dos modos de instituir estetização. Essa destituição do sujeito, a partir da primazia da mercadoria, elimina o quanto possível qualquer forma de representação das relações sociais.

Assim sendo, fica expressa a estreita ligação entre a estética da mercadoria e a validade do seu contributo, para definição dos mecanismos de produzir aparências, tal como a arte de persuadir e seduzir os indivíduos. Isso significa que, nesse contexto históricossocial, a imagem negativa é combatida por uma imagem que os indivíduos reconhecem em si mesmos, ou, pelo menos, gostariam de se reconhecer.

Esta constatação requer, no entanto, que não seja tomada como inquestionável, mas que seja levantada a hipótese de que o modo particular, como a informação contida nas propostas e intervenção dos centros antigos do Brasil, não é isenta de implicações conducentes a dar “invisibilidade” às classes que os ocupam atualmente. Com efeito, quando se pretende argumentar acerca dos interesses que estão sendo atendidos, revela-se, não em primeiro plano a satisfação das necessidades de quem tem ou está no patrimônio, mas, antes, as próprias satisfações de monopólio e lucro incessante dos produtores do espaço.

4.1 Da decadência urbana ao cartão postal da cidade

O núcleo original da cidade, contendo edificações de uma dita época áurea, vem conhecendo vicissitudes que se desenrolaram em um ritmo acelerado mediante a concorrência entre as cidades, voltando a ter notoriedade, ao menos na mídia, quando passou a desempenhar um papel importante na consolidação de uma espécie de cartão postal da cidade, uma vitrine de um tempo congelado e, graças aos recursos midiáticos utilizados, é camuflado o momento em que o poder público relegou o centro antigo, deixando-o abandonado.

Em Maranhão (s/d) já se apontava que as classes populares passaram a habitar o centro, mas não conseguiram manter as habitações, visto que algumas delas viviam em condições de precariedade e ou em cortiços⁸¹. Pode-se inferir neste recorte espacial que o bairro foi tido como degradado, carregado de negatividades e indesejado por ser ocupado por população empobrecida.

O centro histórico, como espaço das classes populares, foi se consolidando na medida em que começou a perder uma de suas principais características, ou seja, o local de moradia das classes dominantes, que optaram por morar em lugares mais afastados e, de preferência, perto do mar. Esse deslocamento, entretanto, só foi possível porque houve apoio do poder público e uma dinamização econômica que atraiu e melhorou a rede viária.

⁸¹ De acordo com Saule Junior (2004, p. 439), cortiços são “imóveis que têm como principal característica a precariedade das condições habitacionais que, em sua maioria, resultam em condições de vida e moradia subumanas”.

De acordo com Segre (1992), desde a década de 1930 os centros históricos sofreram um progressivo deslocamento das funções da burguesia para as novas áreas de desenvolvimento urbano, o que contribuiu para a deterioração da sua estrutura social, principalmente pela redução das atividades comerciais e administrativas, somada à deterioração natural e falta de manutenção. Assim, houve forte rejeição do centro frente às novas áreas da cidade, erigidas pelo processo de crescimento, ou seja, pelo planejamento governamental, com vistas a criar novos polos residenciais e comerciais.

Conforme se pode observar, quando esse redirecionamento de recursos públicos não é pensado de forma ponderada, o centro perde sua importância e, com o desinteresse das classes dominantes com relação à área, houve efetivamente, uma ausência de políticas públicas, fator que colaborou para a deterioração das habitações e tornou precários os serviços urbanos, desde os transportes até a segurança, além de ocasionar outros problemas.

A exemplo disso, temos Salvador e Recife, que foram vítimas da desconsideração do papel e importância econômica dos seus centros antigos, principalmente quando tornaram-se principais pontos de entrada e saída de produtos, tanto nacionais quanto importados. Do ponto de vista econômico, essas áreas com seus portos propiciaram aos comerciantes um tempo de prosperidade material, com um volume de negócios que enriqueceu uma classe e fortaleceu o poder público.

Em São Luís, com projetos esvazia-centro substituíam o estoque físico-espacial e a pluralidade sociocultural dessa área central tradicional, pela desvalorização de suas funções originais e distanciamento de uma arquitetura com lastros históricos e dos valores da população, principalmente porque foi ocupado pelas classes populares e continuou como espaço das sociabilidades públicas. Não só por isso, impôs-se então uma visão negativa, conferindo-lhe estigmas de marginalidade e tendo menos importância, assim como na esfera governamental quanto a políticas urbanísticas.

Além disso, embora as cenas de violência estivessem em toda parte da cidade, na Praia Grande ganhava grande repercussão, e isto foi observado nos jornais de grande circulação. A própria violência instituída no espaço já não estava

sozinha para destruir os seus frequentadores, e as imagens desencadeadas serviam de certa forma para desumanizar os que ali viviam, reduzindo-os a uma massa insignificante que, aos olhos da classe dominante, não tem nada a ver com a cidade.

Os motivos que levaram a evidenciar tantas violências ocorridas na área parecem ainda ocultos, sob a pauta de ressaltar apenas as atrocidades ocorridas na ZBM ou em áreas circunvizinhas, como mera informação. Entende-se que às vezes a maciça informação sobre esse assunto, em um nível extremo, traduz uma vontade de denegrir e lançar à população um imaginário que não encontra uma saída que não seja ao menos a repulsa daquilo que está sendo mostrado.

Não se pode olvidar que as imagens e os relatos na mídia envolveram e atuaram de fato como um instrumento catártico na criação do imaginário de boa parte da população, o que talvez possa explicar a incontestável antipatia e medo que a maioria das pessoas tinha e ainda tem em face do centro antigo.

Diante desse retrato, como se poderia pensar que esse velho centro, estigmatizado como reduto da prostituição, da violência, do medo, tema de páginas policiais, fosse invadido pela ideia de cartão postal da cidade? É que a partir das estratégias midiáticas se criaram fantasias, devaneios e expectativas para um espaço visto como morto, agora vivo. As imagens veiculadas sobre a Praia Grande vêm redefinindo o lugar, com um ponto de interseção de distintos fluxos, quer de pessoas quer de comércio, a fim de concretizar almejada refuncionalização turística.

A despeito disso, ainda que se trate do desejo elementar de usar a Praia Grande como cartão postal, num estado de aparência, como elemento de atração turística, leva consigo a descontextualização e a representação de um passado e de um presente irreal, da qual emergem “novos” símbolos. Não obstante, esta suposta manipulação com o uso de sistemas simbólicos pelas classes dominantes, a fim de reproduzir a ordem social capitalista, só pode ocorrer se estiver de acordo com os interesses objetivos dos indivíduos manipulados, mesmo que esses interesses não se revelem explicitamente (HAUG, 1997).

A conduta de reverter a imagem do centro com discurso preservacionista e modernizante foi majoritária, pois na maioria das propagandas se procurou, com efeito, reintegrar o novo espaço ao resto do mundo, porque ele tinha se libertado do

fardo da feiura e se agarrado à beleza, já que o conjunto de atributos utilizados foi do culto ao belo, à aparência, ou seja, a prioridade era a conservação da boa aparência física, como sendo mais importante a embalagem do que o interior da mercadoria.

Neste sentido, a Praia Grande foi instituída de atributos positivos no esforço midiático, pois emergiu o passado da cidade como “glorioso” ou “os velhos bons tempos” (OLIVEIRA, 2002), que obscurecem o distanciamento social presente e sempre existente. A estratégia utilizada corre sobrecarregada de um jogo frenético dos discursos paradoxais da cidade que se tem e da cidade que se quer.

Quem conheceu o Centro Histórico de São Luís antes do Governo Roseana Sarney provavelmente não guarda boas recordações. Casarões em péssimo estado de conservação, ruas deterioradas e um ar geral de abandono eram marcas de um dos mais importantes atrativos turísticos da cidade. Hoje, depois de sete anos de muito trabalho, a situação mudou (JORNAL MAIS TURISMO, 2002, p.7).

Há poucas décadas atrás, o centro antigo estava deteriorado, abandonado e decadente. Logo, seria ilusório acreditar que se pode apagar, em tão pouco espaço de tempo, as imagens negativas que se teve no passado. Entretanto, as intervenções promulgadas pelo Estado e iniciativa privada caminham para criar, a qualquer custo, uma imagem que desperte curiosidade e desejo nos turistas. No site do Ministério do Turismo, tem-se a seguinte chamada:

O Estado do Maranhão possui marcas muito fortes do passado colonial e imperial do País. É também detentor de um litoral repleto de deliciosas praias, e de um valioso patrimônio histórico, oferecendo mil e uma opções de roteiros aos seus visitantes.

(...)

Lindas praias, história e muita cultura estão espalhadas por todo o Estado do Maranhão. Venha, e vire fã (DESTINOS..., 2010).

A supressão do feio, mediante a maquiagem, passa a prevalecer a qualquer tempo e torna-se a condição essencial da competitividade das cidades. A busca da beleza para despertar o desejo faz com que a rede de serviços modernos demonstre uma tendência para se desvincular da imagem do centro antigo. Assim foram as reportagens promocionais veiculadas, ambicionaram mudar a ideia do que se tinha do centro antigo e, ao mesmo tempo, gerar um sentimento de urgência na tomada do espaço como a salvação de tudo e de todos em meio à precariedade.

No exemplo da Praia Grande, parece não existir mais resquícios daquele velho centro. Existem aqueles que redescobrem o melhor da carga simbólica da

cidade, ocultando a realidade: o primeiro trabalha com a hegemonia dos dados empíricos, isto é, procede a uma leitura do real, destacando a importância da quantificação e qualificação das obras.

A virada do Centro Histórico aconteceu com a implementação do Plano Maior, voltado para o desenvolvimento do turismo em todo o Maranhão. Através do Programa, as potencialidades turísticas do Estado foram divulgadas, e, ao mesmo tempo, a infraestrutura foi melhorada para receber o visitante. O grande programa de recuperação e dinamização do Centro Histórico, que mudou a cara não só da Praia Grande, mas de bairros vizinhos como Desterro e Portinho, faz parte desse processo cujos resultados agora são visíveis. Museus, lojas, cinema, restaurantes, turistas nas ruas (JORNAL MAIS TURISMO, 2002, p.7).

O argumento desta reportagem constitui uma categoria utilizada pela classe dominante para reivindicar o seu poder social e legitimar as suas posições de privilégio perante a sociedade em geral. Não se trata de uma ideologia estática, mas antes profundamente enraizada nos antecedentes sociais de poder político durante décadas e que acompanhou as transformações urbanas resultantes do financiamento capital transacional.

Ao tematizar tais questões entre o não visto e o lembrado, permite-se que se estabeleça não só um diálogo entre o real e virtual das propagandas de marketing, mas também que se visualize o âmago do irrealismo da sociedade real.

Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade. É a confirmação onipresente da escolha já feita na produção e o consumo que decorre dessa escolha. [...] O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social (DEBORD, 1997, p. 14).

Um êxito retumbante é o fenômeno da Praia Grande, que saiu da decadência e se transformou em cartão postal da cidade, ao menos em termos midiáticos. Isso se manifesta pela propaganda, ao ser considerada parada obrigatória na estada em São Luís. Esta conquista de ícone turístico se deve pelo que transparece nos documentos, à iniciativa do programa de revitalização.

O primeiro ato decisivo foi a realização de inúmeras obras de infraestrutura. Outros o caracterizam pelo vislumbamento das peculiaridades urbanas como reconhecimento de potencial de atratividade e a criação de um campo simbólico constituído de signos urbanos que se traduzem em representações de uma realidade simulada.

Ciente de que o desenvolvimento da atividade turística perpassa pela produção de imagens e de representações dos lugares e pela divulgação e promoção dos símbolos, o acervo arquitetônico da Praia Grande foi excessivamente utilizado para vender a cidade. E esta relação entre os casarões e o crescimento da visitação turística já é bastante conhecida. De acordo com CARLOS, (1999):

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o “espetáculo” para uma multidão amorfa mediante a criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão de evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar (CARLOS, 1999, p. 26).

A imagem ideal da Praia Grande, tal como a encontramos na mídia, obedece ainda a estereótipos tradicionais, elaborados na alta sociedade e intensamente marcados pela aristocracia. São eles, por um lado, as imagens que oscilam entre a sedução dos sobrados da cidade erguida em meio à opulência, dominados pelos senhores; por outro lado, são as visões sedutoras de personagens da história de São Luís. Todavia, um novo imaginário urbano se prepara enquanto se espera que o turista entre no delírio da sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997).

A apresentação de São Luís focaliza, porém, o legado luso que faz dela uma capital antiga à semelhança de Portugal, mas a única fundada por franceses. É o espírito legendário de suas histórias e batalhas que lhe confere uma auréola pseudo-histórica. De fato, a ocupação e colonização portuguesas em São Luís conferiram à cidade uma gama de elementos representativos dessa cultura: o acervo arquitetônico do centro histórico, de azulejos nas fachadas dos prédios, denominações de ruas e logradouros, manifestações populares, etc. conforme indica um folder da extinta Empresa Maranhense de Turismo, MARATUR

Ao passarmos pelas ruas e becos, poderíamos pensar que estamos em Lisboa, no bairro de Alfama, onde os azulejos são quase idênticos e até os nomes peculiares parecem um tratamento carinhoso de uma herança de além-mar: Rua da Inveja, da Paz, da Alegria, do Sol, da Saúde, do Passeio, Becos da Baronesa, da Prensa, dos Burgos, tantos substantivos e adjetivos que dão leveza e graça a São Luís. (MARATUR *apud* CARVALHO, 2007).

As análises das veiculações do campo midiático proporcionam uma aproximação a um ideal idílico de natureza lusitana. São Luís, “a mais portuguesa das cidades brasileiras” é uma evocação erigida a partir das semelhanças existentes

entre a capital e as cidades do Porto e de Lisboa, o que encontra na área do centro histórico a sua materialização.

Entretanto, nas suas outras características originais, a cidade confirma o modelo de ocupação usualmente adotado pelos nossos ancestrais colonizadores. A “Cidade Alta”, administrativa, militar e religiosa e a “Cidade Baixa”, marinheira e comercial, que, associadas à tipologia dominante das edificações surgidas mais tarde, a partir do final do século XVII, conferem a São Luís, até aos nossos dias, uma forte conotação lusitana que faz evocar, em diversos trechos de sua paisagem urbana, aspectos de Lisboa e Porto (MARANHÃO, 1997, p.18).

A evocação da relação de São Luís com a Europa é constante, e sua imagem associada à França é um elemento para entender-se a construção imaginária da “única capital fundada pelos franceses”. Esta orientação impõe inquietações quanto ao verdadeiro legado e influência daqui⁸². No entanto, esta relação pode ser traduzida em outros termos práticos, já que os produtos turísticos buscam os símbolos de diferenciação, não se estabelece mais que uma oportunidade de atrair turistas.

São Luís é, desse modo, a única capital brasileira que foi francesa, holandesa e portuguesa, conservando vestígios de todos esses povos, aos quais é preciso acrescentar o substrato das populações nativas - os Tupinambás e suas variantes mestiças, como os mamelucos e os caboclos. A partir do século XVII, chegavam massas de escravos africanos, vindos principalmente das costas da Mina e de Angola. (PORTOS-MA, 2009).

Numa chamada no site do governo sobre um breve histórico da cidade de São Luís tem-se a seguinte texto:

Sua história urbana possui características da colonização portuguesa, tendo em seu núcleo fundacional reflexos urbanísticos planejados no século XVII, pelo Engenheiro-Mor Frias de Mesquita, traçado quadrilátero ortogonal - de influência espanhola - que se adequa à declividade da área. Este traçado auxiliou na expansão do núcleo central, que continua até hoje. Esta foi uma das características que conferiu à cidade o título de Patrimônio Mundial reconhecido pela UNESCO, em 1997. (BREVE HISTÓRICO..., 2009).

São Luís, começa sua história sendo um povoado luso-espanhol, em 1531, onde em 1612 passou a ser de domínio francês, tendo sido retomada pelos colonizadores portugueses em 1615, até os anos 40. Sob o comando de Maurício de Nassau, foi colonizada pelos holandeses de 1641 a 1644. O traçado urbano é marcado pela ortogonalidade das vias estreitas, formando pequenas quadras com reduzida altura de seus imóveis Seu conjunto arquitetônico é formado por remanescentes dos séculos XVIII e XIX. No centro histórico, 4.000 imóveis aproximadamente, predominantemente civis, de valor patrimonial, são valorizados pelas soluções tipológicas, de revestimento de fachadas em azulejos e distribuição interna. São Luís

⁸² Para maior aprofundamento, consultar as obras de Lacroix (2002) e Barros (2001) que esboçam a ideia da necessidade de uma fundação, e de como isto se dá, e seu uso ideológico.

conserva até hoje recursos urbanos e ambientais que já se perderam na maior parte das capitais brasileiras. (UMA VIAGEM..., 2009)

Quem lê essas propagandas tem a impressão que a Praia Grande é uma região com arquitetura intacta construída por estrangeiros, descendentes de europeus. A maioria dos turistas acredita nessa mídia enganosa. Mas não é por menos, o poder público insiste em apresentar a influência europeia.

É desta época o conjunto urbanístico que compõe o Centro Histórico da capital maranhense e se constitui num dos mais representativos e ricos exemplares do traçado urbano e da tipologia arquitetônica produzidos pela colonização portuguesa. Construções em alvenaria de pedra e argamassa com óleo de peixe, serralheria e cantarias de lioz de origem europeia, e madeira de lei. Os mais representativos exemplares da arquitetura de São Luís, sobrados de fachadas revestidas em azulejos portugueses. (GOVERNO DO ESTADO, 2009)

Este papel da mídia não pode se limitar à divulgação de imagens e representa a dominação de um discurso e sua atribuição de sentidos, enquanto informação e formação de opiniões. Compreende-se assim que formação ideológica e formação discursiva são dependentes, interligadas, uma não coexiste sem a outra, pois a materialização de uma formação ideológica se faz através de uma formação discursiva, como enfatiza Navarro (2006, p. 75):

Se o que faz as histórias movimentar-se são os embates, as lutas de classe, se não há como separar o discursivo do ideológico, a relação entre história e discurso pode ser pensada do modo como na materialidade discursiva, se efetua a reprodução ou a transformação das relações de produção (NAVARRO, 2006, p.75).

Não se trata aqui de afirmar que as pessoas não têm outro recurso senão absorver o que está sendo propagado e arrastado para o tipo de comportamento que se deseja, mas entende-se que as elas são envolvidas pela ideologia, conforme exprime Navarro (2006, p. 77): “A classe dominante cria mecanismos para perpetuar e reproduzir as condições materiais, ideológicas e políticas de exploração”. A utilização dos textos midiáticos em todos os domínios constitui-se como elemento constitutivo do processo discursivo e pode assumir diferentes sentidos. Neste sentido, não há interpretação única e acabada. No geral, corresponde ao momento sociocultural e histórico onde o discurso acontece (NAVARRO, 2006).

A produção de uma Praia Grande de maneira artificial deve muito também ao avanço conquistado do marketing e suas técnicas. Entretanto, a influência das imagens sobre o patrimônio não é apenas associada aos programas de

preservação, mas também é composta de um forte componente estético, e isto “reside desde o princípio uma ênfase acentuada na manifestação do valor de uso que desempenha tendencialmente o papel de mera aparência” (HAUG, 1997, p.2).

É preciso ir além dessa primeira impressão do cartão postal e interrogar-se sobre a face oculta, com olhar curioso, sabendo que muitas operações midiáticas foram utilizadas para despertar o desejo. O patrimônio deixa de refletir um significado social construído historicamente e coletivamente, para dar lugar à valorização da imagem, criando um ambiente artificial, um cenário, um museu a céu aberto. Como aponta Jeudy (2005), a maquiagem dos aspectos estéticos e urbanos é bem visível.

Esta exploração superficial sedutora é fragilizada se não tiver apoio dos elementos que compõem o centro antigo. Mas, de todo modo, imagem imediata é um dos fatos que caracterizam a volta à cidade estritamente ligada ao fenômeno comunicacional. Sugere-se explorar outras abordagens sobre o ideário da beleza, sobretudo carregado de imagens que recompõem um lugar de edifícios sem pessoas, sem problemas e sem conflitos.

4.2 Cartão postal: fotos de ontem sem as paisagens de hoje

Como parte das ações de vender a cidade, a Praia Grande, a partir do programa de revitalização, foi palco de estratégias desdobradas no campo virtual e físico, para remover as classes populares. A maior referência ao lugar são os sobrados, altos e opulentos, ocupados pelas classes dominantes no passado áureo que se transformou em cartão postal. Os reais indivíduos que vivem e trafegam aqui passam à condição de seres invisíveis e tendem a desaparecer no cartão postal ou quando as paisagens se tornam indesejáveis aos olhos das classes dominantes.

Em um espaço como a Praia Grande, há constatação de uma preponderância de classes populares. Nas ruas e becos há uma concentração de pessoas, a qual possibilitou a emergência de uma configuração urbana, capaz de, com a sua estrutura, alimentar o primeiro objetivo específico publicado no projeto oficial da Praia Grande quando se refere ao Programa de Obras do Largo do Comércio, que

consiste em “propiciar a fixação da população de baixa renda na área” (MARANHÃO, 1981:7).

Os 3 (três) projetos de revitalização apresentados, anteriormente, ressaltaram e executaram mais a projeção do espaço para turista, e menos para as classes populares, já que foram direcionados para isso e, do próprio modo como foi desencadeado, mergulhou na estruturação de atrativos e formatação de roteiros para posterior comercialização da cultura, considerando as potencialidades (Casa das Tulhas, Largo do Comércio, artesanato, culinária) (MARANHÃO, 1981) para aproveitamento turístico.

A partir da identificação dessas potencialidades, em função do interesse e possibilidades de explorar os respectivos patrimônios históricos, culturais, assim como outros bens e afins, foi vislumbrada a geração de oportunidades para todos, que passariam a aproveitar do turismo, com dinamização comércio varejista (MARANHÃO, 1981).

Uma das principais críticas ao turismo refere-se ao fato de que usualmente essa atividade é dotada, preponderantemente, em função dos possíveis benefícios econômicos, relegando para segundo plano os custos e benefícios sociais (COOPER, 2001). Geralmente, os governos apresentam o turismo como tábua de salvação para todos os problemas econômicos da localidade (KRIPPENDORF, 2000), enfatizando os benefícios financeiros, como a geração de emprego e renda que se possa conseguir com a atividade em execução, como se tudo fosse perfeito.

A tradicional Feira da Praia Grande, que conta com várias lojas comerciais e de artesanato em sua parte externa, além de dezenas de boxes em sua parte interna, transformou-se em um ponto de conversão de turistas. Mas, isso não é tudo. Há muitas reclamações pela falta de sanitários adequados e limpos. Atualmente, os comerciantes têm reclamado da falta de segurança, pois alguns boxes são arrombados durante a noite. Além disso, o modelo adotado para o turismo ainda traz prejuízos. Uma das pessoas entrevistadas, que vive há muitos anos na Feira da Praia Grande, sintetiza essa questão:

Aqui todos nós temos problemas. Um dia a gente vende mais outro menos. Quando o negócio não vai bem damos um jeito. Mas as pessoas que moram e que trabalham na região é que sustentam a nossa feira. O turista

entra tira foto e vai embora. Foto não enche barriga de ninguém. O pessoal daqui é que compra o nosso produto. (ENTREVISTADO S⁸³)

Um flanelinha que tem certa sociedade com o boxe na feira afirma que muitos turistas “olham, olham [...] e não compram”.

Nós já conhecemos os turistas. Eles entram, param nas barracas perguntam sobre os produtos, riem tiram fotos e depois muitos vão embora sem comprar nada. Às vezes ficam à distância. Talvez porque aqui, na feira, temos muitas coisas regionais e eles não possam levar para os países deles. Mas, quando o assunto é artesanato ou esses suvenires aí eles compram sim. Quando o turista é do Brasil, geralmente do Norte-Nordeste vejo que eles compram, mais, coisas da terra. (ENTREVISTADO I⁸⁴)

O espaço da feira abriga não só o comércio, mas também é utilizado como áreas de lazer, ponto de encontro e para a promoção e manifestações culturais, como é o caso do Tambor da Feira, nas sextas-feiras, patrocinado pelos feirantes. No momento atual, a feira é bastante heterogênea de comerciantes. Existem comerciantes que são proprietários ou locatários das lojas que se originaram da venda da antiga Casa das Tulhas; ambulantes e comerciantes que vivem a realidade do comércio informal (NORONHA, 2008)

Com o turismo, muitos espaços da Praia Grande adquirem funções diversas durante a semana. Enquanto praças e ruas são locais de circulação de pedestres em horário de trabalho, à noite, e nos finais de semana, as atividades turísticas povoam lugares inabitados, fazem uso da infraestrutura existente, provocando modificações. Há uma movimentação durante o dia, em função dos órgãos públicos que ainda se encontram na área e das atividades comerciais da Feira da Praia Grande.

Em algumas épocas do ano, é possível encontrar um fluxo intenso de turistas na Praia Grande e suas adjacências. Pela manhã, estão caminhando ou passeando com olhar muito direcionado para os sobrados. E à noite, dezenas deles são abordados por ambulantes com mercadorias, por engraxate com caixinhas e paninhos ou hippies para efetuar alguma transação. Outros turistas ficam nas bancas de artesanatos e de comidas típicas localizadas na Rua da Alfândega, ou concentrados nos bares do Largo do Comércio. Essa paisagem cheia de turistas não é tão fixa, em função da sazonalidade do turismo da cidade.

⁸³ Entrevista com o proprietário de um boxe da Feira Praia Grande, realizada em 07 de junho de 2009.

⁸⁴ Entrevista com o flanelinha (2) do estacionamento Praia Grande, realizada em 06 de julho de 2009.

A presença de turistas, sobretudo vindos do exterior, intensificou a movimentação de pessoas, a economia e o mercado imobiliário, além de alterar o cotidiano dos moradores. Mas, em função do turismo, “ainda há um esvaziamento, pois o lugar transformou-se em lugar de passagem” (CARLOS, 2004, p. 62).

O movimento relacionado à Praia Grande, segundo o flanelinha é mais intenso em julho e agosto, quando os turistas são do exterior, afirma o flanelinha. A alta temporada é o mês de junho e julho, mas os finais de ano, dezembro e janeiro também são muito bons, porque “vem muito turista, principalmente do Brasil. Segundo o entrevistado, outro flanelinha, essa flutuação do fluxo turístico não é tão boa assim.

Aqui é uma área muito boa, porque tem turistas e é bom pra gente. Porque sem os turistas aqui não dá muito certo. É bom e é ruim também. - Só a parte ruim: porque com os turistas aqui fica bom pra gente, são mais clientes, é mais gente (...) e sem os turistas fica mais devagar. Principalmente o mês das férias é bom pra nós. Depois do asfaltamento das repartições públicas foi ruim. Agora, (julho) tá todo mundo tá vindo pra cá. Nesse tempo das férias têm muitos turistas, por isso é bom. (ENTREVISTADO H⁸⁵)

Tratando-se da sazonalidade, o turismo externo, que é mais forte em determinadas épocas do ano, e a produção do centro só para o turismo dificultaram o alcance da sua sustentabilidade, ao mesmo tempo em que favoreceu a construção de outra representação da vida coletiva. De acordo com Monteiro (2008, p. 1):

incentivo exclusivo de usos, tais como restaurantes, bares, lojas de artesanato, casas de souvenirs, boutiques, [...] em geral voltados para uma população flutuante de turistas ou usuários temporários (principalmente a noite), tem demonstrado ser uma estratégia frágil, até mesmo economicamente, e incapaz de imprimir um processo de revitalização sustentável a longo prazo (MONTEIRO, 2008, p. 1).

SCHLÜTER (2001) alerta que, induzidas pela perspectiva de ter melhores condições de vida, muitas pessoas deixam seus empregos ou largam suas atividades de subsistências, como agricultura e pesca, para atuar no turismo. O fato é que essa mão-de-obra é utilizada pontualmente, seja para construção ou melhoria de infraestrutura em geral, entretanto, depois de um tempo, são dispensadas, o que gera outros os problemas sociais, como a ociosidade.

⁸⁵ Entrevista com o flanelinha (1) do estacionamento da Praia Grande, realizada em 06 de julho de 2009.

Deve-se fazer o possível para preservar os empregos não-turísticos que ainda existem, para que não haja uma completa dependência dessa atividade. A monocultura do turismo, como qualquer monocultura, é perigosa. Além disso, tem caráter sazonal com alta e baixa temporada e se mostra bastante influenciada por variáveis incontroláveis que deixam muito a desejar pela dificuldade de gestão e controle (KRIPPENDORF, 2000).

Com o esvaecimento do turismo na Praia Grande, na maioria dos meses do ano, outros personagens permanecem presentes no espaço, consolidando assim a paisagem menos mutável. Essa paisagem é então marcada pelos trabalhadores, moradores das áreas e regiões adjacentes, funcionários públicos e pelos transeuntes. Nos dias úteis, pela manhã e alguns à tarde, há grande movimentação. À noite, isso acontece geralmente nos fins de semana (quinta, sexta e sábado). No domingo, é desértico. De acordo com os comerciantes os próprios habitantes da cidade, principalmente do além Rio Anil, não são tão apreciadores desse patrimônio.

As classes populares que ocupam as edificações históricas estão presentes na área e, na maioria das vezes, estão oferecendo serviços e produtos nas imediações. O bairro passa a ser ocupado por grupos alternativos, hippies, reggaeiros e um grupo de vendedores informais que, espontaneamente, insiste em se expandir. O aspecto aparentemente desordenado e não desejável parece incomodar as instituições dominantes. É o que fala uma moradora da Rua do Giz, que vende cerveja na referida rua, nos fins de semana ou quando tem alguma programação na área.

Os fiscais estão sempre aqui. Não deixam a gente trabalhar direito. Ontem, eu tive que retirar minha caixa de isopor com as cervejas porque eles disseram que eu não podia ficar. Os empresários da área estavam reclamando. Era uma noite que a gente podia vender mais. Os outros não querem mais vim pra cá. É tanta cobrança. Não pode isso, Não pode aquilo. Fica aqui, fica ali. Isso é muito ruim pra gente que precisa de trabalhar. (ENTREVISTADA R⁸⁶)

A ideia da paisagem para os outros é tão forte que pode afirmar que a Praia Grande se desdobra em uma política seletiva e segregadora, que tenta institucionalizar a cultura “bonita”, retirando assim o que é considerado indesejável ou feio aos olhos da classe dominante. Esse culto ao belo tem tanta influência que

⁸⁶ Entrevista com moradora da Rua do Giz, realizada em 27 de junho de 2009.

imbui alguns indivíduos e instituições dominantes de eliminar, ou seja, tirar de cena aquilo que não combina com a paisagem imaginada. Isto pode ser evidenciado na disciplina do “novo” espaço criado com a fala de uma moradora e uma de prostituta, respectivamente, abaixo relacionadas.

No ano passado eu estava desempregada. Aí, meu filho foi vender bombom na Praia Grande. Nessa época, eu comprei uma caixa de halls e para minha felicidade ele vendia bem. Ele passava a noite na rua, principalmente nas quintas, sextas e sábados. Um dia ele chegou chorando porque um idiota de um segurança quase bateu nele. O que foi pior é que ele foi xingado de coisas que não prestam. Tá certo que hoje não pode incomodar os fregueses das mesas, mas, como é que a gente vai vender. Eu tinha que me virar. Então, vai fazer o quê se eles ficam reprimindo a gente? (ENTREVISTADA R⁸⁷)

Não concordo com o que está se transformando o centro histórico. Essa coisa que as prostitutas não poderem estar em determinados lugares é uma discriminação desses empresários de bar. Existem muitas coisas aqui na Praia Grande que parece brincadeira com a cara da gente. Mas queria aproveitar para dizer que não concordo com boa parte das pessoas, inclusive de uma certa DONA em criticar as prostitutas. Que é de nível baixo. É isso. É aquilo. Agora eu pergunto, quando não teve prostituição? Prostituição e turismo estão juntos ou eles não sabem disso? Agora querem tirar a gente de circulação. Falar mal é muito fácil, mas vejam quanto eles recebem porque a gente tá aqui (ENTREVISTADA R⁸⁸).

Ao conciliar a teoria de Zukin sobre “paisagem de poder” e vernacular, percebe-se que, ao transformar o centro em espaço de consumo cultural, tentaram determinar a passagem dos que passam o dia no Largo do Comércio. É comum ver artistas de rua, mendigos e pedintes sendo controlados pelos fiscais ou por reforço da segurança particular.

Na formação desse cartão postal, alguns grupos passam a ser desprivilegiados por não combinarem com o padrão da beleza, da perfeição e da harmonia que se quis instituir. Assim, essa paisagem inconsciente vai sendo modificada. Um exemplo disso é o caso do grupo de hippies, tidos como paisagens indesejáveis. Muitos dos entrevistados sempre falam mal desse grupo. Um comerciante, um poeta, e representante do poder público, que estão na Praia Grande há muito tempo, tecem comentários sobre esse os efeitos desses “invasores”:

⁸⁷ Entrevista com moradora da Rua do Giz, realizada em 27 de junho de 2009.

⁸⁸ Entrevista com Prostituta do Centro Histórico e Líder comunitária, em realizada 20 de junho de 2009.

Aquela invasão hippie eu não sou muito simpático. Eu acho que a Praia Grande não é pra aquilo. A Praia grande não é local de colher gente pobre que não tem nada. Eu acho que pobreza não é burrice, mas você não pode fazer uma burrice se você quer um polo um atrativo e colocar aquele bando de esmoleis, aquele bando de menor abandonado. Isso não é bom. Na Bahia, o nego policia, o nego fecha, e ninguém passa (ENTREVISTADO L⁸⁹).

Olha, eu não sou contra os hippies eu não sou contra ninguém. Não tenho preconceitos com nada. Ah, por que tem preconceito com negro, eu não tenho preconceito com nada. Agora é o seguinte me tratou bem pode ser quem for, não sei se você sabe que a gente trabalha no balcão serve gente de toda a espécie, por exemplo o cabo, o bandido. É gente de toda a espécie. Mas como eu tô dizendo os hippies são salientes, eles não respeitam ninguém. Já vi eles virem aqui e brigarem com a polícia. Não tem muito tempo que furaram até um policial. Aí, eu não sou de acordo. Eles deveriam ser mais civilizados nessa parte de educação e de tratamento. Até tinha uma senhora que se mudou agora bem aqui no canto que era o bar Antigamente. (ENTREVISTADO D)



Figura 18: Hippies na Praia Grande
Fonte: 2009

Não há como negar que as transformações oriundas da política de revitalização, com pano de fundo da valorização econômica, repercutiram nas sociabilidades urbanas e na configuração de novas paisagens. No entanto, para além dos debates travados, a paisagem pode ser apagada, se não for considerada mercadoria vendável. Embora que o cartão postal não expresse, não faça nenhuma

⁸⁹ Entrevista com escritor, realizada em 01 de julho de 2009, Este escritor tem várias publicações sobre o centro histórico, inclusive da Praia Grande.

relação aos conflitos entre as classes, esse problema é inerente ao espaço e ainda persiste no novo formato que se tentou imprimir.

As pessoas estavam passando na rua, quando de repente, não mais que de repente, ele jogou fogo para cima, para o céu. As pessoas pulam de medo e ficavam assustadas. Aí foi que os comerciantes viram que isso afastava os fregueses e reuniram-se para pagar a passagem desse hippie para a sua cidade natal. Quando vimos ele já estava indo embora. Ele não queria ir. Você sabe tudo o que está acontecendo, e polícia foi ajudando a levá-lo na rodoviária. (ENTREVISTADO D⁹⁰)

A presença de determinados grupos por vezes gera conflitos com instituições dominantes. Não é raro ver a discussão de alguns comerciantes, moradores, turistas com os hippies ou entre eles mesmos. De acordo com uma comerciante de um bar muito tradicional, esse problema existe há muito tempo e acarreta prejuízos para área, em particular para o turismo. Na visão dele, uma comerciante “famosa” já fechou as portas para reabrir em outro lugar, considerado que a paisagem da Lagoa é mais desejável.

Ela se mudou lá pra Lagoa, ela era quem se interessava mais aqui, eu cansei de dizer o dia que essa dona sair daqui isso aqui vai piorar. Por que ela era uma pessoa que chegava ali na calçada e que os fregueses estavam numa mesa tomando um refrigerante ou um sorvete e o cara (hippie) chegava lá e tomava as coisas. Aí ela enfrentava o hippie. O cara não pode fazer isso. Vai entrando [...] Você tá com sua família e chega o cara e embarga sua mesa. Não tá, não é certo e isso vai piorar (ENTREVISTADO D⁹¹)

Eu simplesmente não quero mais ficar aqui. É o mês de ganhar dinheiro, é o mês de julho, mas eu não quero mais. Eu vou ficar lisa no mês de julho, mas eu não quero mais, eu não quero, meu coração fechou pra isso aqui. Eu chego de manhã encontro um monte de imundícias na minha porta, de tarde continua, a noite continua... e assim é fumando crack, é bebendo cachaça, é zombando da gente, é... sabe não quero (ENTREVISTADA C⁹²)

Esse comentário está relacionado ao bar Anticamente, localizado na Praia Grande, que no momento da pesquisa de campo estava sendo transferido para as imediações do Calhau. Como um acordo empresarial, a empresária, levou todos os equipamentos e funcionários e deixou o nome do estabelecimento para um arrendatário, o dono do bar Le Papagaio Amarelo, hoje chamado *Le Comptor*. A proprietária do Anticamente comentou no dia da mudança que não queria mais o

⁹⁰ Entrevista com um antigo comerciante da Casa das Tulhas, realizada em 04 de julho de 2009.

⁹¹ Entrevista com um antigo comerciante da Casa das Tulhas, realizada em 04 de julho de 2009.

⁹² Conversa informal com ex sócia- proprietária do Bar Anticamente, localizado na Praia Grande, realizada em 04 de julho de 2009.

desafio de colaborar com a Praia Grande, já que os hippies e outros “desocupados” estavam tomando conta da área, e ninguém fazia nada.

É porque eu me envolvo muito, mas eu vi que não valia mais a pena [...] Que amanhã ia ser melhor e ia valer a pena, mas quando eu senti que não valia mais a pena eu disse, sabe de uma coisa eu vou sair daqui. Aí ninguém quis acreditar, nem funcionário... Os funcionários estão em pé de guerra, porque lá é longe, porque lá é não sei o quê! Fica quem quer, quem não quiser pede as contas e vai embora! Eu não vou dar as contas de ninguém, quem quiser que peça as contas... É longe, é longe demais, é em frente a Cabana do Sol a minha parada. Na Cabana do Sol tem 200 funcionários e todo mundo trabalha todo dia e o meu pessoal está dizendo que é longe. Pois quem não quiser ir, não vá. Eu vou ser feliz, eu faço outra equipe, eu vou estar com mais ânimo, mais entusiasmo para trabalhar lá do que aqui, que todo dia é uma coisa dessas na minha porta. É droga, é cachaça, é insulto, é não sei o quê [...] Isso acabou com minha saúde! (ENTREVISTADA C⁹³)

Há 30 anos envolvido com a Praia Grande e com os projetos de Revitalização, um técnico já apontava que, quando o projeto começou, decretava-se um forte processo de esvaziamento populacional desse centro comercial e financeiro. Além disso, havia alguns cortiços e setorização das atividades urbanas, a habitação na área era muito dispersa. Na sua ótica, a revitalização impactou bastante a região, que reutilizou boa parte do estoque imobiliário, em desuso, para alocar entidades governamentais.

Essa forma de ocupação do centro antigo foi vista como muito interessante pelos comerciantes. “São os funcionários dessas entidades que também dão vida à Praia Grande: eles compram e vêm muito aqui na Feira”, adicionou um dos feirantes entrevistados. Mas, uma coisa que chama atenção é que muitas dessas repartições públicas têm saído do centro antigo para novo centro administrativo⁹⁴. Isso fez com que um contingente maior de pessoas deixasse de frequentar a área, fato este que tem prejudicado o comércio em geral, de acordo com o flanelinha:

Eles tiraram algumas secretarias. Eu acho que eles deveriam deixar as secretarias e investir no turismo porque assim a gente tinha mais pessoas no centro. Oh, aqui é o ponto da cultura então tem muitas lojas de artesanato. Eles botaram e tiraram as repartições, então fica uma coisa meio negativa, então eu acho que eles deveriam investir mais na parte do turismo, mas trazer de volta as secretárias. (ENTREVISTADO I⁹⁵)

⁹³ Conversa informal com ex- sócia- proprietária do Bar Anticamente, localizado na Praia Grande, realizada em 04 de julho de 2009.

⁹⁴ A zona administrativa está localizada na “cidade nova”. (SÃO LUÍS, 1992).

⁹⁵ Entrevista com o flanelinha (2) do estacionamento Praia Grande, realizada em 06 de julho de 2009.

Com a saída das secretarias, existem muitos imóveis que podem servir para tantas funções, mas continuam vazios. Trata-se de edificações centenárias, com alto custo de manutenção. Não é surpresa verificar o esvaziamento de andares inteiros em prédios na Praia Grande. Eis um dos motivos pelos quais se verificam muitos em estágio de ruínas. Na Rua da Estrela, apontam vários prédios com tijolos na entrada como um fator impeditivo de invasão e também de vistoria pelos órgãos competentes.



Figura 19: Rua Portugal em dia útil e em dia de feriado, respectivamente. A Rua Portugal, localizada na Praia Grande, em dia útil é transitada por muitos funcionários públicos, mas quando é feriado fica desértica. Fonte: Silva (2009)

A ideia do cartão postal cheio de beleza parece ser seguida à risca pelas instituições dominantes para atrair um público específico, mas o fato é que o modelo praticado na Praia Grande não obteve o resultado esperado, tanto que, atualmente, as classes dominantes não querem voltar ao centro antigo. Isso está declarado no público que frequenta o local e o próprio comércio, como já foi exposto neste trabalho. Isso mostra quais as classes que estão sendo atraídas pela revitalização do centro antigo.

Ainda que se tente forjar a “beleza” pelo cartão postal como uma narrativa heteróclita, composta de elementos selecionados e de repertório de falas, a região mais mal-afamada na década de 1940, e atualmente bem propalada positivamente nos meios de divulgação turística, é ainda o cenário de dramas que foram

denunciados na obra *O mulato*, publicada no ano de 1881, por Aluízio de Azevedo⁹⁶ (1991).

Azevedo (1991) registrou as contradições e intolerâncias da classe dominante da cidade de São Luís. Por meio da sátira dos tipos da cidade, como o comerciante grosseiro, a beata raivosa, o padre e assassino e uma série de outros personagens, aponta numa crueza naturalista o preconceito racial praticado naquela época. Dos personagens e situações criadas, não somente faz uma crítica, mas também materializa e dota da feição concreta de uma sociedade excludente, que perdura até os dias atuais.

Não precisa ir tão longe, na década de 1980, Álvaro Raimundo de Jesus Menezes⁹⁷ apontava que havia uma inexpressiva ocupação residencial da Praia Grande, devido ao saldo de habitações desocupadas e quando presente tinha o saldo das classes populares.

[...] o maior número de nossos famosos sobradões, onde viveram os barões e viscondes da terra e que hoje, em grande parte, se arruinam abandonados porque se transformaram em cortiços que albergam, promiscuamente, famílias menos protegidas da sorte, quando não foram condenados ao vergonhoso fim de funcionarem como prostíbulos baratos e imundos (UFMA-PREXAE, 1979, Subsídios Históricos, p.06).

Embora o poder público queira esconder essas anomalias sociais, num processo ideológico de coisificação por meio da estetização, ou seja, a ideologia que inculca na mente dos indivíduos ilusões de um paraíso sem contradições de classe, sem qualquer constrangimento para quem usufrui dessa mesma mercadoria, não extingue a Praia Grande como resultado de um modo de produção existente. Reviver o passado de opulência advinda da época áurea é também mergulhar nas

⁹⁶ Nasceu na cidade de São Luís, capital do Maranhão, em 14 de abril de 1857, filho do vice-cônsul português David Gonçalves de Azevedo e Emília Amália Pinto de Magalhães. Iniciou a carreira de escritor com o romance *Uma lágrima de mulher* (1879), seguido de *O mulato*, um dos seus livros mais famosos, publicado em São Luís, na Tipografia de O País, em 1881. O livro foi recebido de maneira entusiástica pela crítica literária na corte e nas províncias e renegada no Maranhão, sendo considerada como um exemplo do Naturalismo, escola literária que se baseava na fiel observação da realidade e na experiência. Morreu em 21 de janeiro de 1913 em Buenos Aires, Argentina, onde ocupava o posto de vice-cônsul do Brasil.

⁹⁷ Funcionário do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC –BA, ocupava à época, o cargo de Sub-coordenador de Planejamento e Pesquisas Sociais. Apresentou uma proposta de habitação que tinha como meta a manutenção da população no centro histórico de São Luís (MARANHÃO, 1982).

desigualdades, pois se a pobreza é sombra e parte oculta da tradição, sua parte de luz também é produto dessa atividade capitalista.

Com base na produção desse cartão postal, há uma seletividade de bens considerados mais atrativos aos olhos de um grupo dominante para atrair investimentos, desenvolvendo aí uma territorialidade do e para o turismo. Luchiari (2002, p.40) ao analisar esta mercantilização, no caso das paisagens naturais, aponta que

[...] o lugar não é visto, vivido ou compartilhado. Deles são selecionados um conjunto de pontos atrativos que constroem uma narrativa artificial do lugar. Em torno destes produtos ocorre, então, a reprodução de modelos urbanos que participam de uma refuncionalização fragmentada da cidade, e de uma valorização do solo que imprime ao território um uso seletivo (LUCHIARI, 2002, p.40).

O uso da estética da mercadoria atinge seu ponto máximo quando este começa a ser um direito também de outras classes. A atividade se populariza e descerra-se na visão do belo ou em uma concepção espetacular, onde tantas coisas parecem extintas ou excluídas. Talvez a resposta a esta observação é que fenômenos, a partir dos quais seria possível desvendar a reificação de todas as relações humanas, tornam-se cada vez menos acessíveis à reflexão da média das pessoas (LUKÀCS, 1979, p. 29).

A inibição dessas classes populares se tornou uma estratégia para valorização das paisagens da Praia Grande, na medida em que eles precisam sair de circulação, criando um imaginário de que não existe pobreza e de que não se precisa mais trabalhar. Essa paisagem sem esses grupos indesejáveis, porque tiveram que voltar para suas casas é, portanto, consumida por grupos sociais sob a forma da aparência, que dentro de um sistema hierárquico estabelecido pelo poder público é considerada menos importantes do que outras, ou seja, não precisa ser “protegida”.

A questão crucial e posta em termos acéticos é que esse cartão postal retira do espaço atributos para torná-lo mais atraente, sedutor para sua comercialização. Mas, buscar isso não elimina a face oculta das “doenças” antigas do velho centro.

Em meio aos prédios monumentais do passado, vive e persistem a pobreza, retrato do Estado⁹⁸.

gente entende o que a gente passa na rua, na rua não é um mar de rosas não, é difícil pra tomar um banho, é difícil pra conseguir um dinheiro pra almoçar, várias coisas e aí a gente vê aí a sociedade só rotulando, discriminando, poderia tá fazendo um trabalho diferente com agente né, ocupando o capacitando o pessoal da favela mais a gente num vamos ver isso, a gente ver só discriminação, preconceito (ENTREVISTADO E⁹⁹).

Embora não tenham tantas opções para o povoamento do centro, as instituições dominantes preferem que as classes populares saiam. Com essa postura, há um incentivo para que esse centro possa ser mais esvaziado do que é, e todos os custos de urbanização e implantação da infraestrutura do centro antigo não seja mais nada além de um cartão postal sem gente. Se essa migração é indesejável e se irá se dirigir para outros lugares, só o futuro dirá. Contudo, fato é que há indícios de um movimento de desconcentração, e acredita-se que as paisagens indesejáveis têm contribuído para a realização de uma nova territorialidade, seja a partir de sua fixação no lugar para o seu trabalho, ou transformando o local em sua própria residência.

4.3 Patrimônio Cultural da Humanidade: um selo de garantia ou uma promessa fantasiosa?

Com parte de todo o seu estoque edificado, listado desde 1997 como Patrimônio Mundial da Humanidade, pela UNESCO, o bairro da Praia Grande é muito usado como “isca” para atrair turistas ao Centro Histórico e para cidade. A ascensão dos bens para patrimônio mundial está, sobretudo, associada à nova hegemonia financeira, segundo a qual a imagem da mercadoria acrescenta valor, pelo diferencial de exclusividade. A forma se torna capital por meio de um fenômeno imagético, no qual é remunerada como capital simbólico, por uma espécie de renda do olhar.

⁹⁸ Jornais de grande circulação do Estado noticiam que a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD revelará que 64,6% da população maranhense vive o risco de passar fome. (POBREZA..., 2010).

⁹⁹ Entrevista com hippie (1), realizada em 03 de julho de 2009.

Nas últimas décadas o certificado da UNESCO tem mobilizado gestores das cidades para adquirir esse rótulo de excepcionalidade¹⁰⁰. Acumulam-se ao redor do mundo as diferentes apropriações nas quais se selecionam áreas e prédios que devem ser tratados de maneira especial, que devem ganhar novo significado. A vantagem desse certificado está na obtenção de mais um mecanismo para atrair investimentos para o Estado e num diferencial da mercadoria patrimônio à venda com rótulo da entidade certificadora.

Essa forma de diferenciar pelo título é resultante de novas tecnologias que, somadas à internacionalização do capital, trouxeram influência crucial do mercado sobre a esfera cultural, principalmente pelo acesso dos fluxos de capitais globais nas localidades. Esse processo, ocorrido principalmente após a Segunda Grande Guerra, criou uma nova concepção de que os bens culturais precisariam ser reconhecidos para receberem recursos e obedecerem a regras ditadas pelos grandes consórcios transnacionais.

Em 1972, houve a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, em Paris, que elevou a preservação do patrimônio, como questões universais, na medida em que foi constatando que o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agrava através de fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes (PATRIMÔNIO MUNDIAL, 2005)

Nessa década, tiveram início no Brasil os Encontros de Governadores, que defendem a ideia da criação de departamentos regionais para preservação do Patrimônio Histórico. Com esses fatos, inicia-se uma política de Preservação no Brasil, tendo como princípios o culto ao passado via valorização do patrimônio e planejamento das ações entre órgãos responsáveis (IPHAN, 1970).

O Brasil aderiu à convenção em 1977, e aos poucos as cidades consideradas históricas começaram a solicitar o certificado da UNESCO. Evidentemente, no início, os pedidos se deram de forma muito lenta, mas na década de 1980 houve um

¹⁰⁰ A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural do Mundo da UNESCO, principal instrumento jurídico para salvaguardar o patrimônio cultural trata o “patrimônio comum da humanidade” como lugares excepcionais que mereçam ser preservados para as gerações futuras

impulso gerado pelos recursos disponíveis das instituições, de cujo resultado recaiu a inclusão de ações do poder público, agenda política e inúmeras articulações, contribuindo para “qualificar” um número de lugares como universal e a dar-lhes novo valor simbólico.

À medida que o patrimônio ganha novo uso para a sociedade, os significados que carregam se homogeneizam. E para se individualizarem, utilizam-se da certificação, como estratégia de diferenciação. A certificação do lugar como patrimônio, por “autoridades” no assunto, tem uma motivação mercadológica, para tirar proveito deste significado. Mas, ao custo de extrapolar a compreensão leiga sobre o que o termo realmente é, lança mão do jogo de sentidos e vantagens.

Diante das inúmeras oportunidades obtidas por este selo, muitas cidades alinharam o “comportamento”, quanto à gestão e uso do solo urbano, e relações políticas para adquirir o certificado com essa agência, o que já não é apenas exclusividade de determinados traços físicos e culturais, que garantem o título de patrimônio cultural da humanidade.

É notório, no Brasil, o crescimento no número de áreas classificadas como patrimônio cultural da Humanidade. Em ordem cronológica os Patrimônios Culturais brasileiros são: A cidade histórica de Ouro Preto (1980), o centro histórico de Olinda (1982), as ruínas jesuítico-guaranis de São Miguel das Missões (1983), o centro histórico de Salvador (1985), o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas (1985), Brasília (Plano Piloto) (1987), o Parque Nacional da Serra da Capivara (1991), o centro histórico de São Luís (1997), O centro histórico de Diamantina (1999), o centro histórico da Cidade de Goiás (2001) (GUIA DAS CIDADES BRASILEIRAS, 2007).

Associadas ao título da UNESCO, as imagens da Praia Grande e seus elementos têm sido frequentemente explorados nas campanhas publicitárias, principalmente quando tratam de vender a cidade para o mercado internacional. Existe, portanto, um relacionamento estreito entre os atributos do centro antigo e o aumento de turismo, mas essa relação guarda em si alguma contradição. Se a singularidade da paisagem local favorece ganhos extras ao desenvolvimento turísticos, é justamente essa atividade quem mais tem contribuído para transformá-la, destruindo ou encobrindo, através da criação de novos equipamentos culturais.

A marca UNESCO criou possibilidades de novas práticas da preservação que apareceram associadas aos movimentos de busca de identidade, de valorização da memória urbana e da cidadania. É nestes termos que deve ser revista a noção de patrimônio, de uso e de consumo da cultura nas análises contemporâneas. Essas análises envolvem a dimensão mercadológica ao enfatizarem a importância de incorporarem a tradição supostamente entregue às leis do mercado.

Segundo Maranhão (1997, p. 53), em 1966 o governo do estado solicitou à UNESCO a contribuição de um especialista, tendo sido enviado como consultor o arquiteto francês Michel Parent, que elaborou um conjunto de orientações para a preservação do centro histórico de São Luís. Posteriormente, já em 1973, a UNESCO enviou um novo consultor, desta vez o arquiteto português Viana de Lima, que elaborou um minucioso e detalhado conjunto de diretrizes para a preservação de São Luís e Alcântara.

Em 1997, a UNESCO concedeu a uma parte do centro histórico o título de patrimônio cultural da humanidade. Nessa época, o patrimônio já estava vinculado à imagem histórica que deveria ser preservada pelos programas de revitalização, mas em prol da disputa entre as cidades que vinham alcançando prestígio por seus produtos naturais culturais com o título¹⁰¹, dominaria o cenário das imagens e do prestígio como um das poucas cidades do Brasil a possuir este certificado.

Foi este histórico que rendeu a São Luís o reconhecimento como Patrimônio da Humanidade. O título, concedido pela UNESCO em 1997, reafirma a beleza e importância de um dos maiores conjuntos de arquitetura civil de origem européia no mundo, um total de três mil e quinhentas construções, em uma área de 250 hectares.

Em 2009, no dia 10 de março, São Luís recebeu mais um título: Capital Brasileira da Cultura. O projeto é uma realização da ONG CBC (integrante do Bureau Internacional de Capitais Culturais) e conta com o apoio institucional dos ministérios da cultura e do turismo e do Bureau Internacional de Capitais Culturais e o apoio da Discovery Channel, SESC TV e Banco da Amazônia. (GOVERNO DO ESTADO, 2009)

¹⁰¹ O Brasil possui dezoito bens com o título de patrimônio da humanidade da UNESCO. Por data de reconhecimento, do mais antigo ao mais recente: cidade histórica de Ouro Preto (MG), centro histórico de Olinda (PE), Missões Jesuíticas em São Miguel das Missões (RS), centro histórico de Salvador (BA), Santuário do Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas do Campo (MG), Parque Nacional do Iguazu (PR), Plano Piloto de Brasília (DF), Parque Nacional da Serra da Capivara (PI), centro histórico de São Luís (MA), centro histórico de Diamantina (MG), reservas de Mata Atlântica do Sudeste, reservas de Mata Atlântica da Costa do Descobrimento (BA), Parque Nacional do Jaú (AM), Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense (MT), centro histórico de Goiás (GO), Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas (GO), Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE) e Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas (RN), Praça São Francisco em São Cristóvão (SE). (ESTADÃO, 2009).

De acordo com Lopes (2008, p.47), foram os itens (iii), (iv) e (v) dos critérios para a inscrição de um bem na lista do patrimônio mundial que sustentaram a inscrição do centro histórico de São Luís como patrimônio da humanidade.

Entre os conjuntos urbanos brasileiros reconhecidos pela UNESCO, São Luís é o único cuja inscrição na Lista de Patrimônio Mundial está baseada em três critérios diferentes. Os critérios citados incluem-se na Convenção do Patrimônio Mundial, e são: “iii – Testemunho excepcional de tradição cultural”; “iv – Exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem que ilustra um momento significativo de história da humanidade”; e “v - Exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época”. (LOPES, 2008, p.47).

Mais do que um simples conjunto urbanístico aprovado pela UNESCO, esta nomeação como patrimônio cultural da humanidade implica uma nova visão para as instituições na medida em que se tornou uma base de posicionamento da região e um dos principais elementos da estratégia de diferenciação na promoção do lugar além fronteiras. Este certificado ou reconhecimento dos resíduos do passado conquista cada vez mais adeptos e, pelo fato de ser diferente e exclusivo, serve para se distinguir lugares. Os privilégios que os centros pioneiros gozam da marca UNESCO, decorrem pura e simplesmente de seu posicionamento em relação aos que não o têm.

O Centro Histórico de São Luís é reconhecido pela ONU/UNESCO como um importante marco cultural para a humanidade. O seu espaço urbano, arquitetura das edificações e monumentos históricos e suas manifestações culturais, lhe conferem uma identidade singular. A lei de tombamento, instituída pelo Decreto nº 25 de 1937, é um dos instrumentos que podemos utilizar para o reconhecimento e a proteção do patrimônio cultural que pertence a todos. É preciso compreender que o tombamento pode trazer benefícios econômicos, sociais, para o desenvolvimento das cidades. (CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS, 2007 p.48).

O patrimônio, tal como emerge em várias partes do planeta, não se reduz a memória e identidade, nem representa a valorização da cultura e hábitos de classes menos privilegiadas. Ele serve apenas de chamariz, dentro de uma lógica mercadológica destinada ao atendimento da indústria do turismo. De fato, o universo de questões consideradas relevantes e o conjunto de estratégias definidas nos projetos de renovação urbana parecem estar sendo homogeneizados nos últimos anos.

Assim a inscrição do bem na lista da UNESCO se estabelece como uma forma de diferenciação social e também política na maioria das cidades contemporâneas. Ela repousa sobre a (re) produção do imaginário, que gera novos

comportamentos entre grupos e suas relações. Isso é conseguido por uma carga ideológica mediada por de comunicação, para assemelhar à mercadoria desejável.

Desta forma, torna-se emblemática, a análise dos núcleos urbanos tombados, detentores de um título, que representa uma materialidade ressignificada, quer dizer, tais bens culturais são transformados em atrativos da cidade. Esta marca torna-se “objeto atrativo” através de uma construção simbólica influenciada pelo marketing, que redimensiona o tempo e o espaço.

O fato é que o processo desenfreado pela certificação está relacionado às múltiplas formas de concepção do patrimônio com os interesses de grupos que demandam por políticas de reconhecimento “oficial” de um conjunto vasto de bens materiais e agora imateriais.

O ano de movimento internacional incluiu a categoria imaterial como Patrimônio Mundial, considerado na atualidade como:

conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 1971).

Ainda que tenham sido estendidos oficialmente, os tipos de bens que podem ser considerados patrimônio, no Brasil há uma predominância na escolha das fontes “físicas” para determinar a “cultura” dos povos (igrejas, museus, cidades históricas, arquivos, obras de arte, sedes de governo). Para Antônio Baptista *apud*, Spencer (2010) isso não é casual.

os monumentos arquitetônicos pela sua grandeza óbvia tinham finalidade ‘educativa’, pois serviam (ainda servem) de elemento de indução de uma consciência de preservação do patrimônio de modo mais eficaz que os bens móveis tangíveis e os intangíveis. Para ser inserido no patrimônio cultural o ‘bem’ deveria ter sua importância social vinculada às experiências vitoriosas da etnia branca e/ou da católica e/ou do Estado (palácios, fortes, etc.) e/ou da sociedade (fazendas, sobrados urbanos, etc.) e/ou da elite política e econômica. Esses critérios de seleção sugerem que os ‘bens’ eram legitimados pelos interesses da classe dominante. Cabia ao povo acatar aquilo que fosse determinado como ‘seu’ patrimônio cultural [destaques no original] (BAPTISTA *apud* SPENCER, 2009, p.01)

Para Assunção (2003, p. 87-88), os limites do patrimônio material e imaterial são tênues e confusos. “É difícil separar aquilo que o homem cria ou constrói do processo de saber-fazer esta criação ou construção. O patrimônio é um todo complexo e rico, fruto da riqueza da humanidade”. Neste sentido, a materialidade e

imaterialidade do patrimônio comportam “toda a herança da história natural e todo resultado das ações humanas que se objetivou.” (SANTOS, 1996, p. 56), mas neste cenário de produções bens – de diferentes períodos históricos e funções - estes assumem múltiplas formas, ao corporificarem ideias e ações distintas, que possibilitam a satisfação de diferentes necessidades, nuances simbólicas e potencialidades econômicas ao materializarem-se em ambientes que os tornam mais ou menos patrimonializáveis (PELLEGRINO, 2002).

Nesse sentido, nem todos os produtos e espaços podem se tornar patrimônio, porém, nem todos podem ser certificados. Menos por permitir uma identidade a quem nele vive, a certificação obedece à visão utilitarista, que segundo (BOURDIN, 1984) designa este processo de “reinvenção do patrimônio”, “alegoria do patrimônio” (CHOAY, 2001) “indústria da herança” ou “indústria da tradição” (URRY, 2001).

Entende-se que o título da UNESCO, recebido, muda a configuração simbólica, pois os moradores e a população em geral mudam a forma de encarar o espaço. São tantas as divulgações com o título, que se acaba acreditando que ser certificado é ser privilegiado, mesmo que não se saiba para que serve tal certificação. O sentido publicizado tende a ser mais forte pela exploração da carga simbólica do que pelo sentido para seus atores. Vive-se, portanto, com a maquiagem da mídia, de expectativas mais positivas.

As fronteiras de uma realidade social foram invadidas pelas imagens de bens e serviços turísticos após o predomínio da indústria cultural e sob o domínio do consumo e da comunicação. O que antes se imaginava ser um problema, agora foi apagado para que uma legião de turistas pudesse desfrutar e por isto mesmo talvez fosse melhor esquecer que um dia o passado de opulência foi também um passado de miséria. A este respeito, ressalta-se a espetacularização do conteúdo histórico, associado ao conteúdo ilusório da cidade.

O recebimento do título da UNESCO reforçou a necessidade de preservar, constituindo-se obrigação de todos, inclusive das autoridades políticas. A obtenção do título indicou também e claramente a sacralização do espaço. Da experiência pode-se tirar uma situação marcada pelo papel desempenhado pela mídia na sociedade maranhense no ano de 1997, período em que se elevou o centro histórico a patrimônio mundial, no momento em que Roseana Sarney assume um discurso

voltado para o nacionalismo, no qual foram utilizados os mais diversos meios de comunicação (jornais, imagens, TV, etc.) a fim de difundir suas ideias e, ao mesmo tempo, criar uma falsa noção de cidade homogênea.

Temos principalmente o precioso Centro Histórico - 250 hectares com suas 3.500 construções de sobrados, escadas e calçadas da memória do Brasil colonial. Aqui registro um particular orgulho: em 1997, em meu primeiro governo, depois de dois anos de incansável trabalho, conseguimos o título de Patrimônio Histórico Mundial, concedido pela UNESCO - lembrou a senadora Roseana (CULTURA, 2009).

Se a preservação do patrimônio se tornou uma maneira de sacralizar os políticos, imagine-se certificá-lo como bem mundial. É por esta razão que a mídia atuou como força mobilizadora, proclamando que o legado ludovicense conseguiu ser um bem do e para o mundo, embora esta forma de se perpetuar a história consubstancie a representação social do espaço maquiado e que só se sustente com as relações políticas, e não é difícil compreender isto.

Um temor comum após mudanças de governo é que o novo administrador não dê continuidade ao trabalho de quem o antecedeu. Com José Reinaldo a população maranhense não tem motivos para esse tipo de preocupação. Apesar de estar há pouco tempo à frente do Governo, José Reinaldo já demonstrou sua disposição em levar adiante os bons serviços iniciados por Roseana Sarney. (JORNAL MAIS TURISMO, 2002, p.7)

No ano de 2008, as articulações políticas que emanam deste cenário fizeram com que a cidade de São Luís fosse ameaçada de perder o título de patrimônio histórico da humanidade. Esta notícia foi dada pelo presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida, que vistoriou o acervo de casarões antigos da capital maranhense e atestou a transformação de 50 casarões tombados em estacionamentos. (SÃO LUÍS..., 2008)

Nessa época, o governo de Jackson Lago, oposição à família Sarney, passou a ser constantemente questionado pela ingerência de não ser capaz de supervisionar adequadamente os bens e nem tomar medidas para proteger o legado regional e também mundial.

A constatação de que o modelo de gestão do patrimônio mundial não era adequado se caracterizaria possivelmente como indícios da perda do título. Além do impacto no turismo, a perda do título concedido pela UNESCO seria um atestado de incapacidade do governo, de zelar pelo patrimônio. Traçar as consequências significa olvidar que o turismo perderia possivelmente o fôlego, o que acarretaria

consequências financeiras, além de deixar de receber verbas relativas aos programas de apoio aos patrimônios mundiais.

No contexto político, essa perda daria maior visibilidade da incompetência do poder público em não atender às exigências da UNESCO, nem manter a memória preservada, fato que consistiria em reforço político dos grupos que conseguiram o título, em prejuízo do enfraquecimento daquele que não conseguiu mantê-lo

Se a ideia de perder o título era presente, ao que parece, com a volta da Roseana ao governo, o título manteve-se e novamente ganhou destaque na mídia. Deve-se conceder a importância ao Sistema Mirante de comunicação, porque reforçou os princípios ideológicos de instituições dominantes, facilitando a combinação de experiências que se afirmaram em uma posição política marcada, determinada, por se colocar uma crítica em relação ao patrimônio, que tocou justamente na questão da eficiência/ineficiência.

Mas não só de beleza vive o patrimônio cultural da humanidade de São Luís. Tê-lo, em si, é um sinal positivo. Entretanto, precisa-se estar atento para verificar se isso corresponde a um efetivo aumento da qualidade urbanística, da proteção do patrimônio ou se apenas se trata, como se apontou, de um simples certificado que proporciona melhor estetização do lugar. Em verdade, a promoção, sem que tenha ocorrido um real progresso para a população, não resolve o problema do centro antigo, como ressalta a turista:

Ao Secretário de Turismo
Senhor/Senhora,
É lastimável o estado do Centro Histórico, afinal é patrimônio da humanidade da UNESCO. Fiquei com muita vergonha dos meus amigos italianos – Tudo caindo, sujo, feio. Dá vontade de denunciar a UNESCO a por maior tomar providências. Não adianta cuidar dos bairros novos se o centro cair.(SECRETARIA DE TURISMO, 2010)

Vive-se, portanto, numa sociedade com descontentamento do espaço, mas onde se maquia para si e para outros, expectativas mais positivas. Assim, esse pensamento sobre a cidade não é fundamentalmente econômico ou não se reduz a ele, mas aponta uma transformação que está se operando no seu próprio imaginário. Nesta perspectiva, viu-se na obtenção do título uma ótima oportunidade de valorização do centro histórico. Os prédios ganharam importância, mas os problemas urbanos insistem em não desaparecer.

5. CONCLUSÕES

Nas sociedades modernas, as intervenções nos centros antigos em nome do patrimônio já fazem parte do cotidiano das cidades. No Maranhão, não foi diferente: o poder público interferiu no centro histórico, principalmente no Bairro da Praia Grande, prometendo a elevação das condições de vida da população com a valorização do patrimônio cultural e também mudar a face urbana, já que durante algumas décadas os imóveis desse bairro tiveram relativamente pouca utilidade, por causa do abandono e do estigma associado à marginalidade.

Na intervenção propriamente dita, a estetização do patrimônio foi tão presente que se tornou pouco questionável a necessidade do programa de revitalização, principalmente porque despertou sentimentos e emoções, visto que a valorização do patrimônio cultural vem acompanhada de estratégias midiáticas que incitam o narcisismo e certo orgulho cívico do lugar. Não é à toa que essa dimensão atingida por uma carga ideológica de vinculação da política atrai muitos defensores para os projetos pensados e implementados.

Neste trabalho, buscou-se verificar como essas formas atuais de valorização do centro, a partir do programa de preservação, alteraram o espaço urbano, e quem mais se beneficiou com tal intervenção no bairro da Praia Grande. Analisar a ideia de intervenção no centro antigo como um algo “inerente” ao processo de renovação das cidades seria desconsiderar justamente a fundamentação mais sólida deste processo: as motivações que o tornam concreto.

A partir de um referencial teórico-metodológico sobre a análise de preservação dos centros antigos ao redor do mundo, em paralelo aos modelos adotados nas cidades brasileiras, tornou-se possível identificar os interesses para implementação do programa de revitalização do centro histórico de São Luís e quais os elementos utilizados para que essa proposta pareça necessária. Por exemplo: as intervenções urbanísticas nos centros históricos podem ser vistas como materializações do resgate e valorização da cultura, por excelência. Elas são apresentadas com o objetivo de salvar a memória, a história, a identidade ameaçada, e ocultamente instauraram novas formas de aproveitamento de um espaço urbano.

No estudo “de volta à cidade” não pode deixar de ser frisado que o bairro da Praia Grande, em função do porto, proporcionou a formação do primeiro núcleo urbano que se desenvolveu por mais de três séculos. O bairro, com a área portuária, enquanto ponto de entrada e saída, expandiu-se, teve centralidade, concentrou instituições, e depois se tornou desvalorizado fundiariamente quando comparado aos outros bairros da cidade.

Com o programa de preservação instituído, houve uma revalorização, entretanto, não estritamente em termos fundiários, mais num aspecto simbólico mediante a constante atribuição de valores, em que entra o conteúdo das representações, da forma como o “coração da cidade” deveria ser visto ou percebido. O discurso da “preservação” recaiu sobre o patrimônio cultural e com o título da UNESCO que, de certa forma, agregou novos adjetivos positivos para o centro antigo. Essa atribuição de valor estende-se ao centro histórico, já que há uma conexão direta entre as partes e o todo.

O discurso assumido pelo poder público nos meios de comunicação sobre a necessidade do “novo” antigo centro trouxe em seu conteúdo alguns elementos recorrentes, dentre os quais podem ser citados a urgência em se resgatar a cultura local e preservar a identidade da cidade, já que estavam fadadas à extinção. O reforço do localismo, aqui, entra como jargões que subsidiaram o reforço do poder político e desmontou algumas resistências que surgem com qualquer processo de mudança urbanística.

O projeto de intervenção da Praia Grande foi, de uma forma ou de outra, uma adoção do modelo hegemônico de intervenção, que proliferou pelas cidades que preconizam o domínio do capitalismo sobre a cultura, na forma de programa de preservação, como modo de promover o soerguimento dos espaços antigos considerados decadentes. Consistiu num mecanismo que reproduz a criação de espaços, lazer, consumo, e contemplação de uma arquitetura com e sem história, numa espécie de disneyficação (ZUKIN, 2000)

A falsa preocupação com a preservação da chamada “cultura”, serviu para manter e criar relação entre os planejadores, executores e financiadores de projetos. Ocorre, de qualquer modo, que a valorização do centro antigo de São Luís foi uma medida estrategicamente pensada, já que o seu acervo de patrimônios e de bens

patrimonializáveis tornou-se um elemento fundamental, para a consecução de recursos fornecidos pelas agências multilaterais que fomentam projetos voltados para a cultura, vinculados ao desenvolvimento do turismo, como é o caso dos aportes disponibilizados pelo BID para tal fim.

Os sentidos da preservação em São Luís caminharam para as práticas discursivas que são materialmente financiadas por aportes internacionais com diretrizes estipuladas mais do que para a solução dos problemas urbanos do centro antigo. O programa de “preservação” buscou ajustar formas espaciais (e das atividades econômicas) diante de novas exigências de aproveitamento do capital na cidade.

Nesse ajuste há uma busca pela alteração socioeconômica e cultural no centro antigo a partir da atração de um novo perfil de consumo e de uso, que aponta para a segregação socioespacial e a elitização. Esse processo de enobrecimento é ainda ilusório no caso da Praia Grande. Seu desenvolvimento, entretanto, é um desejo que se espera nas grandes operações urbanas, devido à dinâmica de investimentos feita pelo poder público e grupos empresariais.

O fato é que o uso do solo e formas de ocupação pelas classes populares, no centro antigo de São Luís foram considerados como um problema, pois estes usos e formas tornaram-se indesejáveis e inadequados aos olhos das instituições dominantes. Sabe-se que os resultados do projeto de intervenção foram restritos e, portanto, insuficientes para renovar as paisagens desejadas e eliminar na totalidade as que já historicamente estão posicionadas em função do contexto da reocupação do centro no passado

Na prática o processo de preservação do patrimônio cultural, tenta se reapropriar do centro com uma lógica excludente e segregadora. As atividades consideradas indesejáveis são forçadas a sair de cena porque passam a se configurar como entraves ao novo espaço que se quer instituir. Assim, as formas pretéritas devem ser removidas, uma vez que dificultam a dinâmica de acumulação em novas bases consideradas mais adequadas e de maior competitividade em uma rede de cidades (HARVEY, 1996).

Para convencer qual a paisagem que deve ficar no antigo centro, no âmbito da representação, volta-se a capítulos da construção histórica da cidade, composto por partes de uma época colonial, considerada áurea. Embora a Praia Grande tenha sido constantemente exaltada pelo glamour do passado, isso não quer dizer que houve uma demanda atual dos cidadãos pela área. Na pesquisa realizada foi revelado por que, na própria cidade de São Luís, ainda é muito presente o estigma da ZBM. Se o centro não é tão demandado pelos ludovicenses, qual a configuração urbana?

Observou-se que a Praia Grande, considerada patrimônio da humanidade pela UNESCO, caracteriza-se como um lugar ocupado por um processo de territorialização distinto daquele esperado pelo programa de revitalização. De um lado, foi melhorada a estrutura física e reforma dos imóveis. Entretanto, os efeitos resultantes desses benefícios não resultaram em melhorias de indicadores sociais, como a quantidade de pessoas da comunidade que elevou as suas condições de vida em virtude da quantidade de patrimônios “ajeitados”.

Existe uma dinâmica oculta que tem sido negligenciada pela estetização do patrimônio. Ao mapear as teias de significado nas quais os sujeitos vivem e que se atualizam em uma tensão permanente entre continuidade e mudança, a preservação dos bens tombados e o centro antigo revitalizado não trazem tantos benefícios conforme parece. As próprias atividades, motivadas tipicamente pelo refuncionalização turística, têm ocasionado um distanciamento em relação aos moldes em que foram concebidos e gestados o programa de revitalização da Praia Grande e as necessidades desse tecido urbano.

Outra coisa que pode inferir é que o programa de preservação mostrou-se inadequado para o reaproveitamento do estoque edificado do centro histórico, fato que é recorrente, já que a demanda por solo urbano caminha para outras partes da cidade conforme apontou Santana (2003). Por isto, arrisca-se afirmar que a intervenção se configurou como uma nova forma de (re) apropriação daquele espaço desvalorizado e com várias limitações. Isso decorre da própria lógica de apropriação do território, com a conseqüente super estetização do patrimônio e reprodução de desigualdades socioespaciais.

Durante o período de intervenção, uma nova sociedade urbana tentou ser instaurada. Embora voltada para o turismo, não são os turistas que melhor podem caracterizar a Praia Grande, visto que os “marginais” continuam presentes: pobres, mendigos e prostitutas. Para além da mídia, a visão panorâmica do centro recai sobre novas sociabilidades urbanas e, mesmo com o turismo, a alternativa de desenvolvimento não deixa de apresentar uma parcela numerosa de pessoas como comerciantes, moradores do bairro e áreas adjacentes e funcionários públicos, que os programas de revitalização tendem, cada vez mais, a não ressaltar.

Se a mídia mostra cada vez mais um passado opulento com a classe dominante, ao contrário, hoje está intensamente presente nas classes populares, e é presença física, por inúmeras pessoas que se impõem pelos costumes, pelos valores que constituem a malha urbana central que lhe modelam em grande parte a silhueta.

A invisibilidade das classes populares ganha então maior significação, já que o patrimônio se destaca por sua posição e seu papel no espaço. Isto significa que, apesar de existirem diversas paisagens, estas têm sido excluídas de qualquer referência quando consideradas indesejáveis, permanecendo assim quase desconhecidas. Essa postura representa uma expressão tão forte, que atua como reforço da capacidade competitiva das cidades, impondo os bens arquitetônicos como um tesouro e um poder de que as cidades dispõem.

Percebeu-se que a divulgação do patrimônio cultural é alimentada pelo mesmo discurso da igualdade, que constrói a imagem da cidade sem conflitos pelo acesso ao solo urbano e, tampouco, com contradições — o que um dia deve ter dado conteúdo à ideia, quase arquetípica, da paisagem almejada na apropriação do centro. Embora essa paisagem seja acompanhada de arsenal de imagem é incapaz de lidar com a complexidade do problema, que inclui os mecanismos e os constrangimentos históricos do acesso à terra urbanizada no Brasil e nos países capitalistas contemporâneos em geral.

Assim, parece inevitável que para pensar-se hoje a dimensão do centro urbano, mais especificamente a Praia Grande, não seja levada em conta a utilização do *marketing*. A ancoragem deste centro, outrora sem vida é a medida da eficácia do apelo da propaganda, da imagem. Esta orientação publicitária é um tanto quanto

ridicularizada, bem como o excesso de representação, quando leva a exigir a volta a uma forma mais tradicional de sociedade sem conflitos.

Não se voltará a uma concepção de sociedade antiga, já que nada é igual à de outrora, e o máximo que se pode ter é a pontuação de símbolos que demarcam a tradição como pontos turísticos de visitação no traçado urbano. Entretanto, o trabalho realizado é capaz de tornar presente o que nunca existiu.

A imagem atual da Praia Grande é de um cartão turístico dominado pela nobreza dos casarios certificados pela UNESCO. Tal imagem deve ser ponderada. É preciso distinguir tempo e espaço. Em linhas gerais, a um centro urbano onde a nobreza residiu se opõe um centro onde a nobreza está física e politicamente ausente. Esta imagem dualista também deve ser ponderada, já que não se pode correr o risco de acreditar que nesta mercadoriza o as imagens revelariam a realidade na sua totalidade.

Os cenários e seus atores foram transformados, o que leva a pensar que a imagem antiga, por si só, pode parecer nova àqueles que fazem da via pública apenas um lugar de passagem; mas a nova imagem ultrapassa as fronteiras do tempo e carrega o mundo do comércio, da prostitui o e do trabalho, que espaços como este podem proporcionar. E esta análise, cujo mundo é amplamente reconhecido, ajuda a entender que, mesmo no anonimato, novos e antigos cenários e os personagens se encontram e negociam suas permanências no espaço.

Se a média mostra cada vez mais a mudança na Praia Grande, a tradi o, ao contrário, está intensamente presente, e   presença física, por inúmeras pessoas que se impõem pelos costumes, pelos valores que constituem a malha urbana central que lhe modelam em grande parte a silhueta. É uma potência tradicional, mas que sabe, de maneira mais ou menos lenta, adaptar-se, ao mesmo tempo em que contribui para dar   cidade sua unidade e personalidade moral, artística e festiva.

Revela-se na Praia Grande um vínculo mais sutil e mais profundo entre o estilo colonial e o espírito da refuncionaliza o turística e as constru es imagéticas do marketing. Em todo caso, a constru o é o resultado de uma ordem racional, de uma questão que encontra sua soluço. Sanches (2003) e Arantes (2000) ilustram

seu pensamento analisando a lógica da cultura com o capital. Recoloca-se aqui como o patrimônio sob o olhar da sociedade, para a qual o capital o construiu, com o tempo o destruiu com sermões de ojeriza que, tratando de todas as questões do momento, são vítimas da ausência das políticas públicas.

Voltando o olhar para a Praia Grande, identifica-se que o projeto de revitalização não foi bem sucedido porque, além de promover a transformação do patrimônio em mercadoria, poucas de suas ações se voltaram para a população local e deram resultados satisfatórios nos aspectos sociais e econômicos. Não obstante, a mídia com seus aparatos vem se utilizando de imagens e camuflando as problemáticas originais de uma sociedade excludente que o projeto só vem reforçando.

Percebe-se, então, que as modelagens do poder público ainda não apresentam uma gestão satisfatória voltada para o desenvolvimento urbano, tendo em vista a inclusão social. A gestão poderia levar adiante os projetos e programas públicos, mas parece estar situada em fortes reminiscências de uma sociedade tradicional de características que obedecem menos a razões técnicas e mais a critérios de fortalecimento político, a fim de manter coalizões.

Como foi notado, pôde-se perceber que a recuperação da Praia Grande foi bem mais sucedida em sua dimensão política do que social. Isto leva a uma inferência a respeito do caso, no sentido de observar que ações de governo conceituadas a partir de experiências vividas em países desenvolvidos não possuem o mesmo resultado em um país como o Brasil e em uma cidade como São Luís, marcada pela pobreza, por um contexto político de disputa entre esferas de poder e sem um segmento empresarial engajado.

O que se percebeu nos projetos analisados é a falta de uma gestão capaz de conduzir e articular as demandas do velho centro e adequá-las à demanda atual, já que é da gestão que se define como será o solo urbano e quais os programas que terão continuidade e quais projetos serão implementados.

Diante do potencial atribuído ao patrimônio na dimensão econômica, pode-se afirmar que a despeito dos esforços para o desenvolvimento desta área, não foram localizados estudos de viabilidade econômico-financeira ou sugestões de projetos

articulados entre moradia e emprego. Sendo assim, alega-se que a intervenção, mediante o programa de preservação, contém mais elementos que são mais da ordem do repertório dos discursos políticos e da produção de representações do que a efetivação de soluções para os problemas que persistem nos centros antigos.

O programa de revitalização, como projetos de intervenção simbolizou mercadorização do patrimônio com a valorização cultural. Por isso, são produzidos e divulgados não apenas com o intuito de obter ganhos financeiros, mas também de poder político. No projeto de preservação percebe-se a iconização de determinados políticos que produzem, paulatinamente, marcas na (re) apropriação do território. A (re) construção do centro, nestes termos, implica no reconhecimento de seu idealizador, seja pelos investimentos realizados na infraestrutura e na instalação de equipamentos urbanos.

Desta forma, é contraditória a proposta de beneficiar a todos a partir das intervenções pontuais, bem como a partir de instrumentos jurídicos como o tombamento, já que a questão apontada por vários estudiosos sobre o abandono do poder público dos centros tradicionais não se resolve como a simples exaltação do patrimônio. E, mesmo considerando como espaços que representam a cultura não são auto-explicativos; as suas formas e suas dinâmicas refletem as relações e interesses intra e inter-espaciais que o condicionam em cada período.

Segundo Santos (1965, p. 29): "o centro de uma cidade é, pois, o teatro dessa luta de tendências. Sua síntese se manifesta pela criação de uma paisagem. De acordo com Zukin (2000; p. 84) a paisagem é claramente uma ordem espacial imposta ao ambiente - construído ou natural. Portanto, ela é sempre socialmente construída: em torno de instituições sociais dominantes e ordenada pelo poder dessas instituições.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: uma interpretação da relação entre o vivido e o vendido

Com o objetivo de recuperar o acervo de bens a que esteve relegado, foram elaborados, desde a década de 1970, vários projetos para a preservação do Centro Histórico de São Luís. No entanto, apesar serem executados em tempos distintos e com uma mesma carga ideológica, continuam a ser base para o questionamento da necessidade de proteger bens considerados como patrimônio cultural, pois, grosso modo, as ações protegem basicamente a integridade e a visibilidade do monumento, mas não o seu uso social e econômico.

Ademais, não se viu, portanto, a aplicação de instrumentos legais e administrativos que possibilitem uma política mais eficiente de valorização das classes populares nem a aplicação de diretrizes eficazes e sustentáveis para tratar dos problemas urbanos que envolvem o antigo bairro. Tais padrões deveriam visar a uma sociedade mais justa; preservar e utilizar racional e adequadamente o estoque imobiliário e distribuir os recursos públicos de forma coerente, na intenção de suprir as necessidades da Praia Grande e da comunidade local.

A reutilização da Praia Grande está definitivamente relacionada ao ideário neoliberal das transformações urbanísticas contemporâneas ocorridas ao redor do mundo. Esta tendência pode ser inferida pelo uso da cultura para fins econômicos, o que confirma um deslocamento do conceito de patrimônio para atendimento dos novos modos de produção e arranjos políticos da atualidade.

Sob a primazia econômica, na qual se buscou maior retorno dos investimentos realizados, o patrimônio tem sido concebido de maneira similar à mercadoria, na medida em que os gestores buscaram recriá-lo e vendê-lo dentro do mercado local e internacional. Para isso, foram criadas imagens para a (re)construção do imaginário urbano do espaço que se deseja possuir, mascarando o poder, a exploração e dissimulando os conflitos.

Ainda neste enfoque do valor simbólico do patrimônio pelo atributo, o material é mais um produto construído pelo trabalho acumulado e, conseqüentemente, tem um preço quanto ao seu potencial, estoque imobiliário e fundiário e a sua capacidade de utilização.

A concepção do patrimônio foi ampliada, pois, além de resgatar momentos de uma época passada, passou a esconder a racionalidade do capital, deslocando-se os bens “dignos” de se preservar, dando-lhe significados pela justaposição de fragmentos do cotidiano.

Percebe-se que a preservação do patrimônio, tão em voga, na Praia Grande produz o que se pode chamar de uma “memória aparente”, estando mais próxima de uma superação dialética que deixa, após algumas mudanças, uma negação da realidade.

Se por um lado o marketing reificou a Praia Grande, por outro ele proveu uma percepção superficial da realidade, e isto que se percebeu nos projetos analisados é a falta de uma gestão capaz de conduzir e articular as demandas do velho centro e adequá-las à necessidade atual.

Na Praia Grande, coube preferencialmente à arquitetura a seleção de edificações que representassem a história do lugar, o que pressupõe a apropriação de elementos do passado para a construção de uma identidade que conduziu à comunhão do ideário da exclusividade da diferenciação. Neste sentido, a história se fragmenta, e os seus fragmentos também se revelam fragilizados, submissos à produção e ao consumo de espaços, em um tipo de mercadoria perfeita.

Esta forma de criar esse centro, entendido aqui como um esforço dos meios de comunicação, para assemelhar à mercadoria desejável, implica, por um lado, a crítica àqueles aspectos que, presentes no centro histórico, relacionavam a dominação econômica e elementos da vida cotidiana a serviço da classe dominante.

É preciso tornar a evidenciar as formas de apresentação do centro. O apelo aos bens edificados ou ao espírito de pertença e sacralização do espaço tende a se tornar uma constante que tem uma consequência negativa, já que essas formas são orientações das instituições de poder, que se reforçam como órgãos de decisão e repressão do espaço público.

A ideologia que organiza a ideia desse espaço desempenha um duplo papel: cria novas formas de conduta em função do progresso, da cultura e da memória da cidade, mas ao mesmo tempo interpõe valores, substituindo a complacência pela intolerância utilitarista.

A redução do centro ao patrimônio sob imagens vendáveis constitui um ato de violência simbólica, porque apaga ou desconsidera as múltiplas representações existentes neste espaço: “a construção de consensos, em nome da suposta unidade identitária, constitui de fato a recusa à existência da diversidade” (que funda a própria existência do patrimônio cultural (SÀNCHEZ, 2003).

Neste sentido, pode-se inferir que isso leva a certo reducionismo interpretativo, que suprime as mediações interpostas entre a economia propriamente dita e outros níveis e dimensões da realidade social. Portanto, tornar o patrimônio um fetiche, considerar apenas o seu produto objetivado, é um risco palpável diante da sociedade de consumo e da “modernidade líquida” Nele, o fragmento e a aparência imperam e percorrem a trilha da própria alienação (BAUMAN, 2001).

O processo de estetização do patrimônio acaba por subjetivizar os processos culturais prevalentes, em prol dos modos de produção, transformação e de circulação do capital. Em função disto, chama a atenção para o risco de a exacerbação estética estar se voltando “ingenuamente” para os produtos e bens culturais.

Alega-se que os problemas da Praia Grande foram e continuam sendo disfarçados pela sedução criada com a estetização do patrimônio, que esvazia o conteúdo da prática cotidiana, que seduz pela capacidade de manifestar o novo, ainda mais quando transparece o espetáculo e a simulação. O equívoco foi o de acreditar, considerando a força da mídia e a linguagem persuasiva, na ideia de que o centro turístico triunfaria como reduto das classes dominantes.

É certo que se avançou, ou seja, as práticas constituídas trouxeram mais pessoas para o centro, ao menos mais turistas, e também mudaram a concepção sobre o antigo centro. Mas, em um juízo de valor, o que foi idealizado pelo projeto está muito aquém do esperado. A imagem hoje leva a concluir que há um regresso ao passado, com aval do poder público. Impera o esvaziamento, agravando a deterioração dos sobrados e de outros serviços.

Além disso, sempre existe o risco de um mal entendido a respeito das imagens criadas. O que se mostrou foi que a Praia Grande não está fechada em si mesma e igualmente não se concretiza com as imagens que criam de si. A sua

exposição desvirtuada, ou não, leva a solicitações permanentes e à busca de prazeres que parecem a única compensação possível para sua legitimidade e importância.

Em busca de legitimidade e garantia do *status quo*, o poder público promove ações significativas na dinamização da esfera cultural, valendo-se, sobretudo, da apropriação e produção de um discurso que potencializa e celebra a idiossincrasia da identidade da cidade. Uma estratégia que acaba por revelar a tendência contemporânea hoje em voga e que se materializa de forma notável, qual seja: uma demanda cada vez maior por bens imateriais, associados à ênfase na diferenciação simbólica. Desse modo, vão-se implementando políticas, de modo a remapear a paisagem urbana de forma que se alinhe aos requisitos do exigente mercado global de bens simbólicos.

Sobre a gestão do centro, acredita-se que houve uma perda da eficácia nos últimos anos e a perda da credibilidade no poder público, ambas decorrentes da falta de respostas, da desregulamentação da legislação urbana e das intervenções urbanísticas isoladas, tanto que as limitações destes dois procedimentos se tornaram evidentes. Portanto, a ação ainda apresenta soluções incompletas que tratam de simplesmente reinventar soluções que desrespeitam os processos complexos e multifacetados que ocorrem nesse espaço.

A gestão do espaço urbano, na figura do poder público municipal, ao invés de levar em conta a questão da organização do centro antigo camufla os contrastes próprios na ocupação do espaço considerado novo e valorizado pelas incursões ideológicas da cultura, prevalecendo os interesses dominantes na utilização do espaço público nas áreas tombadas.

Ao estabelecer políticas de preservação, a gestão pública atualmente se encontra em um vácuo quando associada à determinação institucional deixada pela Constituição Federal de 1988 no que tange à preservação do patrimônio. São enormes as contradições das formas urbanas que constituem o centro histórico e os paradoxos da reinserção de novas atividades produtivas como o turismo, permeadas pela necessidade de articulação do poder público com a comunidade para manter em condições de uso do patrimônio que deve ser preservado.

Quanto a este importante aspecto que compõe a gestão do centro no que se refere à organização e ao funcionamento do espaço, bem como ao comportamento da relação entre o poder público e as empresas ali estabelecidas, verifica-se que a sustentação da recuperação e manutenção do lugar se deve quase que exclusivamente à presença forte e intensa que é exercida pelo governo estadual no seu gerenciamento.

Mesmo com a longa duração do ofício preservacionista (aproximadamente três décadas), os investimentos realizados para recuperação do centro histórico não conseguiram reverter o esvaziamento do centro antigo. Embora tenham um estoque imobiliário e boa localização, os prédios não foram aproveitados a contento, o que pode começar a definir uma nova necessidade de outro programa para estimular a captação de capital, como algo estrategicamente pensado.

Essas limitações também se refletem no instrumental e na concepção utilizada para a implementação dos projetos, feita na maioria das vezes sem a participação de vários setores institucionais e para institucionalização de que o poder público federal e estadual é que são responsáveis pela gestão do solo do centro histórico e pelo patrimônio, ofuscando a responsabilidade da prefeitura do município de São Luís.

O projeto de preservação falha também em promover demasiadamente a cultura da classe dominante e, por entendê-la como dado paisagístico determinado, não incorpora a contento a contribuição de outras classes.

No futuro, possivelmente, vai aparecer outro elemento que necessite de recuperação e, com certeza, haverá grande disposição do poder público em abarcar essa ideia, bem como criar ideologia para arrefecer os embates com as classes populares, geralmente atingidas pela reprodução do capital.

O resultado que se aponta é que a (re) ocupação e o uso dos vazios urbanos na Praia Grande alimentam um padrão de segregação socioespacial, seguindo uma lógica excludente, favorecendo quem se beneficia muito mais da atividade turística.

Assim, a política de preservação no antigo centro de São Luís abre a discussão sobre possibilidades concretas de implementação e sucesso de tal

política, numa área esvaziada e não mais considerada como atrativa para as classes dominantes.

Aponta-se que, para a implementação de tal política, não é necessário apenas a identificação do potencial do patrimônio desses centros em termos dos estoques imobiliários e fundiários disponíveis para utilização do turismo, mas a consideração dos limites postos para o real processo de ocupação dos espaços vazios.

Seria pretensioso ensaiar aqui qualquer síntese de como foi apreendido o programa de revitalização limitado ao caso da Praia Grande. Ousa-se, no entanto, nessas últimas linhas, afirmar que os resultados parecem se repetir, pois são os mesmos que parecem acompanhar os projetos de renovação urbana desde suas origens mais recentes: a perversa valorização da imagem, ainda que falsa, surge como forte aliada instrumental na construção de ícones para as cidades.

Além disso, há ainda a crítica dirigida a propósitos divulgados e não realizados. Registra-se o fracasso do poder público em levar adiante um projeto que se diz transformador do bairro. Se corrigíveis, parece haver concordância de que devem ser apresentados com transparência, evitando a clássica ineficiente utilização dos recursos públicos.

Portanto, é de responsabilidade do poder público atentar para as suas prioridades e, mesmo que muitas delas transcendam o discurso sobre a preservação, o mais importante é utilizar o estoque urbano, melhorar as condições de vida da população, seja com oportunidades de emprego, melhoria de moradia, saneamento, abastecimento de água, oferta de serviços de saúde e educação, oferecimento de mecanismos que promovam o lazer.

A preservação da Praia Grande levanta uma série de questões sobre as reais perspectivas dos projetos, pois, embora busque oficialmente a revitalização, o antigo centro está ainda com esvaziamento urbano e carente de obras de infraestrutura, necessitando de vários serviços públicos essenciais. Entretanto, mesmo com essas carências, parece que o patrimônio tornou-se um elemento que deu invisibilidade aos problemas do centro antigo.

A valorização do centro deve ser um meio que integre o patrimônio à vida social, por meio de políticas socioeconômicas, culturais e funcionais, que melhorem as condições de vida da população residente. Se colocadas frente a frente as necessidades básicas da Praia Grande, tal qual um exercício de simples matemática, seria desnecessária a implementação do Programa de Preservação, já que a sua execução não acompanhou a real prioridade do centro antigo.

Faz-se mister que o poder público execute um projeto que proporcione melhores soluções na organização socioespacial da Praia Grande, tendo a população, o patrimônio cultural e os turistas, nesta ordem, como principais referenciais, pois, se o conjunto adquire valor de troca em detrimento de seu valor de uso, onde a forma sobressaia ao seu conteúdo significativo, acarretando na intensa cenarização do núcleo, assim perde a população local, perdem os turistas e vê-se o esvaziamento.

A partir dessa análise, pretende-se ampliar os estudos em relação à (re)apropriação dos centros antigos. Atualmente, apesar de se discutirem propostas e ações nas escalas planetária e local, tanto no âmbito acadêmico-científico, como também pelo poder público, a sociedade parece cada vez mais alienada dentro de um modelo consumista relacionado à construção e à reconstrução de lugares. Isto põe em risco os preceitos do direito à cidade, à qualidade de vida, e ao direito à memória, indo na contra-mão das possibilidades da esfera cultural transformar-se no vetor de uma apropriação mais democrática da cidade e dos seus bens patrimoniais com afirma Luchiari (2006, p. 56).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. “Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”. In -----, *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- ALMEIDA, A. W. B. **A ideologia da decadência**: leitura Antropológica a uma história de agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, G. S. **Desenho urbano do aterro do Bacanga**. Trabalho de Graduação. UEMA, São Luís, 1998.
- ALTHOFF, F. R. **Políticas de preservação do patrimônio edificado Catarinense**: a gestão do patrimônio urbano de Joinville. Dissertação de Mestrado em Urbanismo, PGAU-CIDADE da UFSC, 2008.
- ANDRÈS, L. P. Apresentação de *Powerpoint – Programa de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís*, Governo do Estado do Maranhão – Brasil 2007.
- _____ (coord.). **Centro histórico de São Luís – MA: patrimônio mundial**. São Paulo: Audichromo Editora, 1998.
- ANTAQ, **Porto de Itaqui**, 2010. Disponível em <<http://www.antaq.gov.br/Portal/Anuarios/Portuario2008/Itaqui.pdf>> [Data de acesso 12.12. 2008].
- ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- ARANTES, O. B. F. **Uma estratégia fatal**: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.B. e MARICATO, E. (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- ARCHER, B.; COOPER, C. **Os impactos positivos e negativos do turismo**. In: THEOBALD, W. F. (org). *Turismo Global*. São Paulo: SENAC, 2001.
- ARKETTE, S. **Sounds Like City**. *Theory, Culture & Society*, 21, pp. 159-168, 2004
 Texto disponível <em: <http://tcs.sagepub.com/cgi/reprint/21/1/159>>, [Data de acesso: 10.04.2008].
- ASSUNÇÃO, P. **Patrimônio**. v.1 1ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- AZEVEDO, A. **O mulato**. 10ª ed. São Paulo: Ática, 1991.
- AZEVEDO NETO, **Prefácio do livro Reviver**. - Cafeteira, E. A. P. - Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.
- BANCO DO NORDESTE. PRODETUR. Ampliando as atividades turísticas do Nordeste. Apresentação. Disponível em<
<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp>> [Data de acesso: 08.09.2010.].

BARROS, N. J. PUGLIESE, V. S. **Desapropriação das memórias indesejáveis:** opressão e resistência opressão e resistência no centro histórico de Salvador. Edição Especial: Anais do I Encontro de Direito e Cultura Latino-Americanos: Diversidade, Identidade e Emancipação Vol. 43, No 1, 2005.

BARROS, V. **Imagens do moderno em São Luís.** São Luís, UNIGRAF, 2001.

BASTOS, P. R. S. **O patrimônio histórico no Brasil e o projeto modernista:** a política de preservação do patrimônio histórico brasileiro. Artigonal diretório de artigos gratuitos, 2010.

BATALLER A. S. **El estudio de la gentrificación.** Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona. Nº 228, 3 de mayo de 2000. Disponível em: <<http://textosenlinea.blogspot.com/2008/06/mara-alba-sargatal-el-estudio-de-la.html>>[Data de acesso: 12.07.2008].

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação.** Santa Maria da Feira, Relógio d'Água, 1991.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENÉVOLO, L. **As origens da urbanística moderna.** 3 ed. Lisboa, Presença, 1994.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 6. ed. São Paulo: Senac, 2001.

BIANCHINI, F. **The relationship between cultural resources and urban policies:** issues from European debates. In: DODD, D.: VAN HEMEL, A M. Planning cultural tourism in Europe. Boekman Foundation, Amsterdam, 1999.

BIDOU-ZACHARIASEN, C.(coord). **De volta à cidade:** dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. Tradução Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006.

BISAGGIO, I. M. M. C. **Índices Urbanísticos.** Estudo de Caso: o Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Tese de Mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980.

BOGEA , K. (org.) et al **Centro histórico de São Luís:** Patrimônio da Humanidade. São Luís, 2007.

BORDE, A. **Vazios urbanos:** a forma urbana em movimento.Trabalho apresentado no Simpósio: A cidade nas Américas. Perspectivas da forma urbanística no século XXI". 51º Congresso Internacional de Americanistas, Repensando las Américas en los Umbrales del Siglo XXI". Julho de 2003. Disponível em http://www.pgacidade.ufsc.br/ica/trabalhos/borde_andrea/borde_andrea.htm>.[Data de acesso: 08.09.2010.].

BOURDIN, A. **Le Patrimoine réinventé,** PUF, Paris, 1984.

BRASIL, C. **Constituição da república federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais nºs 1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL; M. R. A; SILVA, G. P **Reggae e religião no jogo do poder e na trama da mídia**. Anais.... I MUSICOM Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Música Popular: Tendências e Convergências da Música na Cultura. UFMA- São Luis, 21 a 23 de outubro 2009.

BRASILVIAGEM. **São Luís,** disponível <<http://www.brasilviagem.com/pontur/?CodAtr=3030>> [Data de acesso 12.12. 2009].

BUENO, F. S. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD: Lisa, 1996.

BURNETT, C. F. **Estado, interesses, privados e a permanência da crise do centro histórico:** políticas de elitização e popularização nas áreas centrais de São Luís do Maranhão. Revista de Política Pública, V. 12, n. 2, p. 93-102, jul/dez. 2008a.

_____. **A gestão do solo urbano e o futuro do centro histórico.** O Imparcial, São Luís, p. 4 - 4, 28 ago. 2008b.

_____. **Programa de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís.** Terceiro Seminário-oficina Internacional sobre Reabilitação de Centros Históricos de Cidades da América Latina e do Caribe, SIRCHAL 3 Santiago, Chile – 10 A 14 de Maio 1999.

CAFETEIRA, E. A. P. **Reviver**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARLOS, A. F. A. **São Paulo hoje:** as contradições no processo de reprodução do espaço Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona, 2001.

_____. **O espaço urbano:** Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **O turismo e a produção do não-lugar.** In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARVALHO, H. L. **Cartilha informativa:** tombamento de bens culturais - (Arquitetura e Urbanismo), 2008, Disponível em: <www.sertaodoapodi.com.br/arquivos/cartilha_tombamento.pdf> [Data de acesso: 20.06.2008].

CARVALHO, K. D. **Imaginário turístico e publicidade:** a formação de um espaço icônico no Centro Histórico de São Luís – MA. Contexto, São Luís, v.1, n.1, p.1-76, nov./dez.2007.

CASTELLS, M. **A intervenção administrativa nos grandes centros urbanos.** In: Espaço e Debates nº 6. São Paulo: Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos, 1982.

CAVALCANTI, M. C. **Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil.** Delta, vol. 15, Nº spe, 1999.

CERTEAU, M. de. 1), **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994;

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Liberdade/Unesp, 2001.

CIDADES HISTÓRICAS BRASILEIRAS. **São Luís**. Arquitetura. Disponível em <http://www.cidadeshistoricas.art.br/saoluis/sl_arq_p.php> [Data de acesso: 13.10.2009].

COOPER, C. *et al*, **Turismo: princípios e práticas**. 2ª. ed. Porto Alegre: Booman, 2001.

CUNHA G. **Fotos do Maranhão 1908** de Gaudêncio Cunha. Edição da Academia Maranhense de Letras, São Luís: 2008. Edição comemorativa do Centenário da Academia Maranhense de Letras com reproduções fotográficas de Edgard Rocha.

CUNHA, I. A. **Fronteiras da gestão: os conflitos ambientais das atividades portuárias**. PORTO E MEIO AMBIENTE Revista de Administração Pública vol.40 n.6, Rio de Janeiro Nov./Dec, 2006.

D'ABBEVILLE, C. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras circunvizinhas**. Belo Horizonte: Itataia, 1975.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

DECRETO-LEI 25/37. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Texto transcrito da publicação MEC/SPHAN/FNPM. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: SPHAN/FNPM,1980.

DENKER, A. F. M. (Coord). **Planejamento e gestão em turismo e Hospitalidade**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2004

DIAS, S. R (coord.) **Gestão de Marketing**. São Paulo: Saraiva, 2003.

DOURADO, O. **Para sempre, memória**. Revista Rua, Salvador, v.2, n.3, jan. 1989.

DUMANS, A. **A idéia da criação do museu histórico nacional**. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v.29, 1997

ELIAS, I. B. **Conservação e restauro de obras de arte em suporte de papel**. Dissertação de Mestrado - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

EVASO, A. S. **A refuncionalização do espaço**. In: Experimental – Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, FFLCH – Departamento de Geografia da USP. São Paulo: Humanitas, 1999.

FACCENDA, M. B. **Entre Davis e Golias. As ações (boas e más) dos museus na dinâmica urbana**, 2003. Disponível em <<http://agitprop.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.034/700>> [Data de acesso 06.12.2009].

FERNANDES, J. R. O. **Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História**. Revista Brasileira de História, 1993.

FERNANDES, A. S. A. **Empreendedorismo urbano em Salvador: A recuperação do centro histórico Pelourinho.** Dissertação (Mestrado) - Universidade de Estadual Paulista - UNESP. Disponível em: <<http://multivac.icesi.edu.co:8085/ciela/anteriores/Papers/ppem/10.pdf>> [Data de acesso: 26.06.2008].

FERRETTI, S. F. **Tambor de crioula: ritual e espetáculo.** 3 ed. São Luís; Comissão Maranhense de Folclore, 2002.

_____ **Fotos** são do Tambor de Crioula da falecida dona Terezinha Jansen na Casa das Minas numa homenagem a Joãozinho Trinta em 08/03/1997.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/MINC C-IPHAN, 1997.

FONSECA NETO, H. **Potencial de integração de uma área periférica ao centro histórico: o caso do Aterro do Bacanga em São Luís – MA** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

FORTUNA, C. *et al* **Intermediários culturais, espaço público e cultura urbana: estudo sobre a influência dos circuitos globais em algumas cidades portuguesas.** Coimbra: CES, 2003.

FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (orgs.) **Turismo e patrimônio cultural.** Coleção Turismo Contexto. São Paulo: Contexto, 2001.

GAMBETA, W. **Desacumular a pobreza: Santos, limiar do século.** In: Espaço e Debates n. 11. São Paulo: Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos, 1984.

GETZ, D. **O evento turístico e o dilema da autenticidade.** In: THEOBALD, W. F. (org). Turismo Global. São Paulo: SENAC, 2001.

GISIGER, J. U. **Renovação Urbana da Praia Grande.** Estudo Preliminar , São Luís - MA, 1978.

GOMES, P. M. **O turismo no Nordeste do Brasil – Avaliação e perspectivas – O caso PRODETUR.** IN: LIMA, Luiz Cruz. Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza, EUCE, 1998.

GOVERNO DO ESTADO, **Patrimônio Histórico da Humanidade,** Maranhão São Luís – Disponível em <http://www.ma.gov.br/maranhao/index.php?ld=2723> [Data de acesso 12.12. 2009].

_____ **Arquitetura** Disponível: <<http://www.ma.gov.br/maranhao/index.php?ld=2730>> [Data de acesso 12.12. 2009].

GUEDES, K. D. e SANTOS, S. R. **Políticas federais de preservação: uma abordagem histórica.** In: SOUZA, Maria José (org). Políticas públicas e o lugar do turismo. Brasília: UNB: Departamento de Geografia: Ministério do Meio Ambiente, 2002: 87-98.

Ministério da Cultura **Momumenta,** 2008 <<http://www.monumenta.gov.br/site/?p=62>> [Data de acesso: 02.06.2009].

GUIA DAS CIDADES BRASILEIRAS: **Patrimônio mundial**/Organização das Cidades Patrimônio Mundial; Prefeitura de São Luis. Organizador João A. L. Viana, Brasília: OCBPM, 2007.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____ **Do gerenciamento ao empresariamento**: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In Espaço e debates. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos - NERU, n.39, 1996.

HAUG, W. F. **Crítica da estética da mercadoria**. São Paulo. Fundação Editora UNESP, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população para 1º de julho de 2009**. Texto (PDF), 2009.<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf> [Data de acesso: 10.09.2009].

IPHAN. 3ª Coordenação Regional. **Levantamento urbanístico do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís**. São Luís, 1997.

_____ **Tombamento**. Disponível em <www.ipan.gov.br/iphan/tomb.htm. >[Data de acesso: 13.12.2008].

IPHAN, **Compromisso de Brasília de Abril de 1970**. Disponível em <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/images/artigos/137.pdf>>[Data de acesso 12.12. 2009].

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2003, p.

JEUDY, H. P. **Espelhos das cidades**. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2005.

_____ **Memórias do social**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.

JORNAL MAIS TURISMO. Ano1. n. 2, Julho 2002.

KADT, E. **Tourism**: passport to development: Oxford: UNESCO/Word Bank, 1979.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. 2.ed. Lithograf: São Luís, 2002.

LAVILLE, C., DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. UNICAMP / UFS: Campinas / São Cristóvão, 2007.

_____. **Contra-usos e espaço público**: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais vol.17 no.49, São Paulo, June, 2002.

LEMOS, C. A. **O que é patrimônio histórico?** São Paulo; Brasiliense, 1987.

LOPES, J. A. V. **São Luís ilha do Maranhão e Alcântara**: guia de arquitetura e paisagem. São Luís, Servilla, 2008.

LORDELLO, E. **Sete cidades**: um estudo das representações sociais das cidades brasileiras patrimônio mundial na Web. Tese. Doutorado em Desenvolvimento Urbano MDU – UFPE, 2008.

LUCHIARI, M. T. D. P. **Centros históricos**: mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano GEOgraphia - Ano 7 - No 14 – 2006.

_____. **A mercantilização das paisagens naturais**. In: BRUNHS, Heloisa Turini; GUTIERREZ, Gustavo Luís (orgs). Enfoques Contemporâneos do Lúdico: III Ciclo de Debates Lazer e Motricidade. Campinas-SP, Autores Associados, Comissão de Pós Graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2002.

_____. **Turismo, patrimônio cultural e sociedade de consumo**. In: VI Encontro Nacional de Turismo Local, Campo Grande, nov/2002.

LUKÁCS, G. **Existencialismo ou Marxismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MAMAM - Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães – **Apresentação Aloísio Magalhães**. Disponível em <http://www.mamam.art.br/mam_apresentacao/aloisio.htm>[Data de acesso: 10.06.2008].

MARANHÃO. **Proposta do governo do estado do Maranhão para inclusão do centro histórico de São Luís na lista do patrimônio mundial da UNESCO**. (com apontamentos complementares), 2ª versão, São Luís, Maranhão, 1997.

_____. **Projeto de promoção social e habitação no centro histórico de São Luís**- Secretaria de Estado da Cultura, Programa de revitalização do patrimônio histórico e ambiental urbano do Maranhão. São Luís, 1993.

_____. **Projeto Reviver** – Praia Grande -Secretaria da Cultura. Preservação do Patrimônio Cultural, São Luís, 1988.

_____. **Proposta para o sub-programa de habitação e Promoção Social do centro histórico de São Luís**- Projeto Praia Grande- Referências e recomendações do Sociólogo Álvaro Raimundo de Jesus Menezes.SEPLAN – São Luís, 1982.

_____. **Programa de obras para o Largo do Comércio e Adjacências. Projeto Praia Grande**: – SEPLAN. São Luís, 1981.

_____. Pesquisa sócio-econômica – **Projeto Praia Grande** - Comissão e Coordenadoria do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – São Luís, s/d.

MARATUR – folder, pag 162

MARQUES, M. T. C. M. **Condições de habitabilidade no centro histórico de São Luís-MA:** Estudo das atividades comerciais e de serviços necessárias e das atividades incompatíveis. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro primeiro, Tomo I. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MEIRELES, M. M; TEIXEIRA, A. O. M. **O projeto Praia Grande:** Subsídios Históricos. In UFMA-PREXAE, Proposta para recuperação urbana da Praia Grande - Universidade do Maranhão, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – São Luís, 1979.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia.** tradução Paulo César Castanheira – São Paulo: Boitempo, Editorial, 2004.

MONTEIRO, C M. G. **Revitalização, habitação em áreas históricas e a questão da gentrificação.** Disponível em: <file:///C:/MESTRADO/Conservação%20Urbana%20-20Comentario.htm>[Data de acesso: 14.11.2008].

MORAES, A.C. R. **Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente, São Paulo.** Tese de Livre Docência, 2000.

MORAIS, N. C. F. **A ponte da esperança:** O símbolo da modernização e do desenvolvimento urbano no governo Sarney (1966- 1970). Monografia apresentada ao Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2006.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.

_____ **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho Arcides Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003

MOTTA, L. **A SPHAN em Ouro Preto:** uma história de conceitos e critérios. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 22, 1987.

NAVARRO. E. P. **Estudo do texto e do discurso.** São Carlos: Claraluz, 2006.

NORONHA, R. G. **No Coração da Praia Grande:** Representações Sobre a Noção de Patrimônio na feira da Praia Grande, Dissertação de Mestrado, 2008.

OLIVEIRA, D.; PAVAN, M. A. **Identificações e estratégias nas relações étnicas na telenovela "Da cor do pecado"** Trabalho apresentado ao NP13 - Comunicação e Cultura das Minorias do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2004.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao enigma:** o que é desenvolvimento Local? in Novos Contornos da gestão local: conceitos em construção. CACCIA-BAVA, S.;

OLIVEIRA, R.S, **Análise das políticas do Estado sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural de São Luís.** Monografia de Ciências Sociais UFMA, 1996.

PAULICS, V. e SPINK, P. (orgs.) São Paulo; Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002.

PAIXÃO M. **Desigualdades raciais no estado do Maranhão**: um panorama através dos indicadores do Censo Nota de Estudos 04/2003. Disponível em <http://www.laeser.ie.ufrj.br/pdf/nota_04.pdf> [Data de acesso: 09.08.2010].

PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE. **Centro Histórico**: a Praia Grande. Disponível <www.patrimonioslz.com.br/pagina37.htm> [Data de acesso 12.12. 2009].

PATRIMÔNIO MUNDIAL, **Textos fundamentais da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972**. Edição 2005 disponível em <http://universidadypatrimonio.net/doc/N3404_pg.pdf> [Data de acesso 12.12. 2009].

PELLEGRINO, C. T **Patrimônio cultural urbano**: de quem? Para o quê? Texto apresentado no 3º Congresso Virtual de Antropología y Arqueología, ciberespacio, outubro de 2002.

PONTES, A. M. L. **A vivência do morto**: a preservação de monumentos histórico-culturais em ruínas. Congresso Internacional de História. Anais.... 9 a 11 de setembro- Maringá Paraná, 2009.

PORTOS-MA, **Cidade Patrimônio da Humanidade**. Capital do estado do Maranhão São Luís, 398 anos de história. Disponível em <<http://www.portosma.com.br/saoluis/index.php>> Data de acesso 12.12. 2009].

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

REIS, J. R. S. (a 1) **ZBM**: o reino Encantado da Boêmia ,São Luís: Lithograf, 2002.

_____ (a 2) **Praia Grande**: cenários históricos, turísticos e sentimentais. São Luís: Litograf, 2002

_____ **Feira da Praia Grande**. São Luís, 1982.

REIS, R. J. (b 1) **Produção do espaço urbano da Praia Grande**. Monografia do Curso de Geografia. Universidade Federal do Maranhão, 1990.

Revolução Francesa. Disponível em <http://geocities.yahoo.com.br/vampire_of_death2000/revolucao_franca.htm> [Data de acesso: 23.11.2010].

RODRIGUES, M. **De quem é o patrimônio?** um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, 1996.

_____. **Preservar e consumir**: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, Jaime (orgs.). Turismo e patrimônio cultural. Coleção Turismo Contexto, São Paulo: Contexto, 2001.

RUBIN, I. A teoria marxista do valor. Coleção Teoria e História. São Paulo: Polis, 1987.

SÀNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó, Argos Ed. Universitária, 2003.

_____. **Políticas urbanas em renovação:** uma leitura dos modelos emergentes. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Campinas, n.1, p.115- 132,1999.

_____, . **Buscando um lugar ao sol para as cidades:** o papel das atuais políticas de promoção urbana. In: Revista Paranaense de Geografia, Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 4, 1999. Disponível em: <www.agbcuritiba.hpg.ig.com.br/Revistas/Rpg3/4fernanda.htm>. >[Data de acesso: 14.11.2008]

São Luís, **Lei 3.253, de 29 de dezembro de 1992.** Prefeitura de São Luís Secretaria Municipal de Governo. Zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo, 1992.

SANTANA, R. N. N. S. **Metamorfoses citadinas:** constituição do urbano, disputas territoriais e segregação sócio-espacial em São Luís/Maranhão/Brasil. Tese de Doutorado. UFRJ/PPGESS, 2003.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **A natureza do espaço:** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Salvador:** centro e centralidade na cidade contemporânea” In: GOMES, M.A. de F. (Org.) Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade, Editora da UFBA, Salvador, BA, 1995

_____. **Sociedade e espaço:** a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, 1977.

_____. **A cidade nos países subdesenvolvidos,** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.1965.

SANTO, E.; MARCELO J. (Org.). **São Luís:** uma leitura da cidade. Prefeitura de São Luís / Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

SARNAMENTO, M. E. G. C. **Quando a imagem vira lugar:** explorando a topocepção perceptiva, cognitiva e imagética do bairro de Jaraguá, Maceió-AL. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal do Maranhão, 1997.

SAULE JUNIOR, N. **A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

SCHICCH. M. C. **Restauração, renovação, revitalização, requalificação, reabilitação.** Revista do Grupo Requalificação Urbana - Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias Arquitetura e Urbanismo CEATEC -. PUC CAMPINAS, 2005.

SCHLÜTER, R; G. **Desenvolvimento do turismo:** as perspectivas na América Latina. In: THEOBALD, W. F. (org). Turismo Global. São Paulo: SENAC, 2001.

SECRETARIA DE TURISMO, **Livro de protocolo da Secretaria de Turismo do Estado do Maranhão**, 2010.

SEGRE, R. H. **O resgate social da memória** in: São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura/ Departamento de Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, 1992.

SCHOR, S. M.; R. A. TEIXEIRA **O mercado de imóveis e os instrumentos urbanísticos para revitalização do centro de São Paulo**. Curso de Capacitação – Programas de reabilitação de áreas urbanas centrais, 2007.

SILVA, G. C. **Cultura Popular e Poder Político no Maranhão**: contradições e tensões do bumba-meu-boi no governo Roseana Sarney. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2008.

SILVA, G. P – **Fotografias**. Álbum pessoal, 2010.

_____ **Fotografias**. Álbum pessoal, 2009.

SMITH, N. **A gentrificação generalizada**: de uma anomalia local a regeneração urbana como estratégia urbana global. In De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos, São Paulo: Annablume, 2006.

SINGER, P. **Uso do solo urbano na economia capitalista** in E.Maricato (org.) A produção capitalista da casa (e a cidade) no Brasil industrial, SP, Alfa-Omega, 1979.

SKYSCRAPERCITY, **Fotos do centro histórico de São Luís**. Disponível em <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=360860>> [Data de acesso: 08.06.2009].

SÓ BIOGRAFIAS. **Biografias**. Disponível em <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EugenDuc.html>> e <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JohnRusk.htm>> [Data de acesso 12.12. 2008].

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica; Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUSA, P. M. **O lamentável abandono do Centro Histórico de São Luís**. JP Turismo. a informação com destino certo. Disponível em: <<http://www.jpturismo.com.br/noticia.asp?id=22102010-lamentavel-abandono-do-centro-historico-de-slz>> [Data de acesso: 18.11.2008].

SPENCER, W. B. **Patrimônio cultural**: primeira visão. Natal Press.com. Reportagem blogada em 16/11/2003 Disponível em <http://www.natalpress.com/index.php?Fa=aut.inf_mat&MAT_ID=486&AUT_ID=37> [Data de acesso: 12.12.2009].

SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. Viagem pelo Brasil 1817-1820 . Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981 (3 vols.) [1828]

SPOSITO, M. E. B. **O Centro e as formas de expressão da centralidade urbana**. Revista de Geografia, Presidente Prudente, v.10, p. 1-18, 1991.

SUCUPIRA F., **Movimentos reagem à política de limpeza social no centro de SP** - Da Agência Carta Maior, 2006. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=484> >[Data de acesso: 14.11.2008].

TRACY, James D. (ed.), **The Political Economy of Merchant Empires**, Cambridge-New York, Cambridge University Press, 1997 [edição original: 1991].

UFMA-PREXAE, **Proposta para recuperação urbana da Praia Grande** - Universidade do Maranhão, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – São Luís, 1979.

UNESCO. **Carta Internacional da Educação Física e do Desporto da UNESCO**. Paris, 1978. Disponível em: <http://www.unesco.pt/cgi-bin/educacao/docs/edu_doc.php?idd=19>[Data de acesso 12.12. 2009].

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VAINER, C.B. "**Pátria, empresa, mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**". In: ARANTES, O.; VAINER, C.B. e MARICATO, E. (orgs.). Op. cit., 2000a, p.75-103.

VÁZQUEZ, I. B. **Crescimento urbano e suburbanização no Grande Porto: uma perspectiva relacional**. Análise Social, vol. xxvii (115), 1992 (1.º), 191-205.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel, Fapesp, 1998.

ZANCHETTI, S. M.; MARINHO, G.; LACERDA, N.. **Revitalização no bairro do Recife: plano, regulação e avaliação**. Recife: Editora Universitária UFPE, 1998.

ZENKNER, T. T. S. **Legado renascentista e forma urbana: as cidades de São Luís e Belém no século XVII**; Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Urbano – UFPE, 2002.

ZUKIN, S. **Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder** in ARANTES, Antônio (org.); O Espaço da diferença; São Paulo: Papyrus Editora, 2000.

Matérias publicadas em Jornais

BREVE HISTÓRICO, **Breve Histórico da Cidade de São Luís**. Disponível em <www.saoluis.ma.gov.br/frmPagina.aspx?id> [Data de acesso: 11.09.2009].

CASARÃO, **Casarão desaba no centro histórico de São Luís**. O globo. O Portal de Notícias da Globo./Brasil/Desabamento. Matéria publicada em 17/03/09 as 17h41. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1046748-5598,00CASARAO+DESABA+NO+CENTRO+HISTORICO+DE+SAO+LUIS.html>> [Data de acesso: 11.09.2009].

CASARÃO, **Casarão desaba no centro histórico de São Luís devido às chuvas**. BOB NEWS - Chuvas no Maranhão, matéria publicada em 04/05/2009 as 08:18.

Disponível em <<http://maranhao.bobnews.com.br/noticias/casarao-desaba-no-centro-historico-de-sao-Luís-devido-as-chuvas-878.html>> [Data de acesso: 02.04.2010].

CASARÕES, **Casarões históricos de São Luís correm risco de desabar.** Imirante. São Luís Patrimônio. Disponível em <<http://imirante.globo.com/noticias/pagina187242.shtml>> [Data de acesso 10.08 2009]

CENTRO, Centro Histórico- **A Praia Grande.** Patrimônio da Humanidade.com disponível em <<http://www.patrimonioslz.com.br/pagina37.htm>> [Data de acesso 10.08 2009].

CHUVA, **Chuva coloca em risco casarões históricos de São Luís.** O globo, cidades. Matéria publicada em 16/04/2009. às 15:54 <<http://oglobo.globo.com/pais/cidades/mat/2009/04/16/chuva-coloca-em-risco-casaroes-historicos-de-sao-Luís-755302770.asp>> [Data de acesso 11.09.2009].

CULTURA. Cultura & folclore | Museus & Teatros - **Solar dos Vasconcelos. Patrimônio da humanidade.** Disponível em <<http://www.patrimonioslz.com.br/pagina465.htm>> [Data de 10.10.2010].

CULTURA, Cultura, patrimônio cultural e histórico. **Entresseio.** Roseana comemora título de Capital Brasileira da Cultura para São Luís. Matéria publicada em 16/03/09. Disponível em <http://entresseio.blogspot.com/2009/03/cultura-patrimonio-cultural-e-historico_16.html> [Data de acesso 15.09.2009].

DESTINOS, Destino, Estado, Maranhão. Ministério do Turismo.

Disponível em <http://www.embratur.gov.br/site/br/destinos_roteiros/lista.php?id_estado=10®ioes=4&estados=0&idades=0> [Data de acesso 10.10.2110].

ESTACIONAMENTOS, **Estacionamentos irregulares ameaçam patrimônio histórico no Maranhão.** Notícias da Amazônia, Reportagem de Gisele Barbieri, matéria publicada em 31/07/2008. Disponível em <<http://www.noticiasdaamazonia.com.br/3904-estacionamentos-irregulares-ameacam-patrimonio-historico-no-maranhao/>> [Data de acesso 12.07.2009].

ESTADÃO. **A UNESCO reconhece 17 patrimônios no Brasil.** Suplementos e Viagem e cultura. Disponível em: <www.estadao.com.br/suplementos/not_sup160687,0.htm> [Data de acesso 16.11.2009].

FECHAMENTO **.Fechamento da biblioteca Benedito Leite.** Matéria publicada no Jornal Pequeno por Jully Camilo em 8 de agosto de 2009 disponível em <<http://www.jornalpequeno.com.br/2009/8/8/Pagina118335.htm>> [Data de acesso 08.12.2009].

MAIS DE CEM. **Mas de cem casarões tombados correm risco de desabamento em Salvador.** Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/07/21/mais-de-cem-casaroes-tombados-correm-risco-de-desabamento-em-salvador-diz-defesa-civil.jhtm>> [Data de acesso 12.12. 2008].

SAULO. Saulo participa de manifestação em defesa da Biblioteca Benedito Leite. Matéria publicada em 14.08.2010 no Jornal Pequeno: Disponível em <www.jornalpequeno.com.br/2010/8/14/saulo-participa-de-manifestacao-em-defesa-da-biblioteca-benedito-leite-128088.htm>[Data de acesso 10.08. 2010].

SÃO LUÍS, São Luís pode perder título Patrimônio Histórico da Humanidade. Disponível em: <<http://www.cabecadecuia.com/noticias/28269/sao-luis-pode-perder-titulo-patrimonio-historico-da-humanidade.html>>[Data de acesso 11.11. 2008].

POLÍTICOS. Políticos abandonam Casarões do Centro Histórico à Mingua. Patrimônio Histórico em Risco. Disponível em <<http://www.defender.org.br/politicos-abandonam-casaroes-do-centro-historico-a-mingua/>>[Data de acesso 12.12. 2008].

UMA VIAGEM Uma Viagem ao Patrimônio Mundial Brasileiro. Disponível em <www.bndes.gov.br>[Data de acesso 11.11. 2009].

APÊNDICE: LISTA DE ENTREVISTADOS

Quant.	Letra de Correspondência	Nome dos entrevistados
1.	Entrevistado A	Entrevista com um dos coordenadores do Projeto Praia Grande, realizada em 10 de julho de 2009.
2.	Entrevistado B	Entrevista com proprietário da Livraria Poeme-se, localizada na Praia Grande, realizada em 04 de julho de 2009.
3.	Entrevistado C	Entrevista com ex- sócia- proprietária do Bar Antigamente, localizado na Praia Grande, realizada em 04 de julho de 2009.
4.	Entrevistado D	Entrevista com proprietário da Casa das Ferragens, localizada na Casa das Tulhas, realizada em 04 de julho de 2009.
5.	Entrevistado E	Entrevista com hippie (1), realizada em 03 de julho de 2009.
6.	Entrevistado F	Entrevista com hippie (2), realizada em 03 de julho de 2009.
7.	Entrevistado G	Entrevista com, hippie (3), realizada em 03 de julho de 2009.
8.	Entrevistado H	Entrevista com Flanelinha (1) do estacionamento da Praia Grande, realizada em 06 de julho de 2009.
9.	Entrevistado I	Entrevista com Flanelinha (2) do estacionamento Praia Grande, realizada em 06 de julho de 2009.
10.	Entrevistado J	Entrevista com Flanelinha (3) do estacionamento Praia Grande, realizada em 06 de julho de 2009
11.	Entrevistado L	Entrevista com escritor, realizada em 01 de julho de 2009, Este escritor tem várias publicações sobre a Praia Grande.
12.	Entrevistado M	Entrevista com Rosalva Reis, Professora da UEMA, realizada em 10 de julho de 2009. Esta professora já escreveu sobre a Praia Grande em 1990.
13.	Entrevistado N	Entrevista com uma Prostituta do Centro Histórico e Líder comunitária, em realizada 20 de junho de 2009.
14.	Entrevistado O	Entrevista com Radialista e Locutor, em realizada 26 de junho de 2009.
15.	Entrevistado P	Entrevista com (freqüentadora assídua do Bairro Praia Grande, em realizada 28 de junho de 2009.
16.	Entrevistado Q	Entrevista com, freqüentadora assídua do Bairro Praia Grande, realizada em 28 de junho de 2009.
17.	Entrevistado R	Entrevista com moradora da Rua do Giz, realizada em 27 de junho de 2009.
18.	Entrevistado S	Entrevista com Proprietário de um boxe da Feira Praia Grande, realizada em 07 de junho de 2009.
19.	Entrevistado T	Entrevista com técnico do patrimônio, realizada em 07 de outubro de 2010.